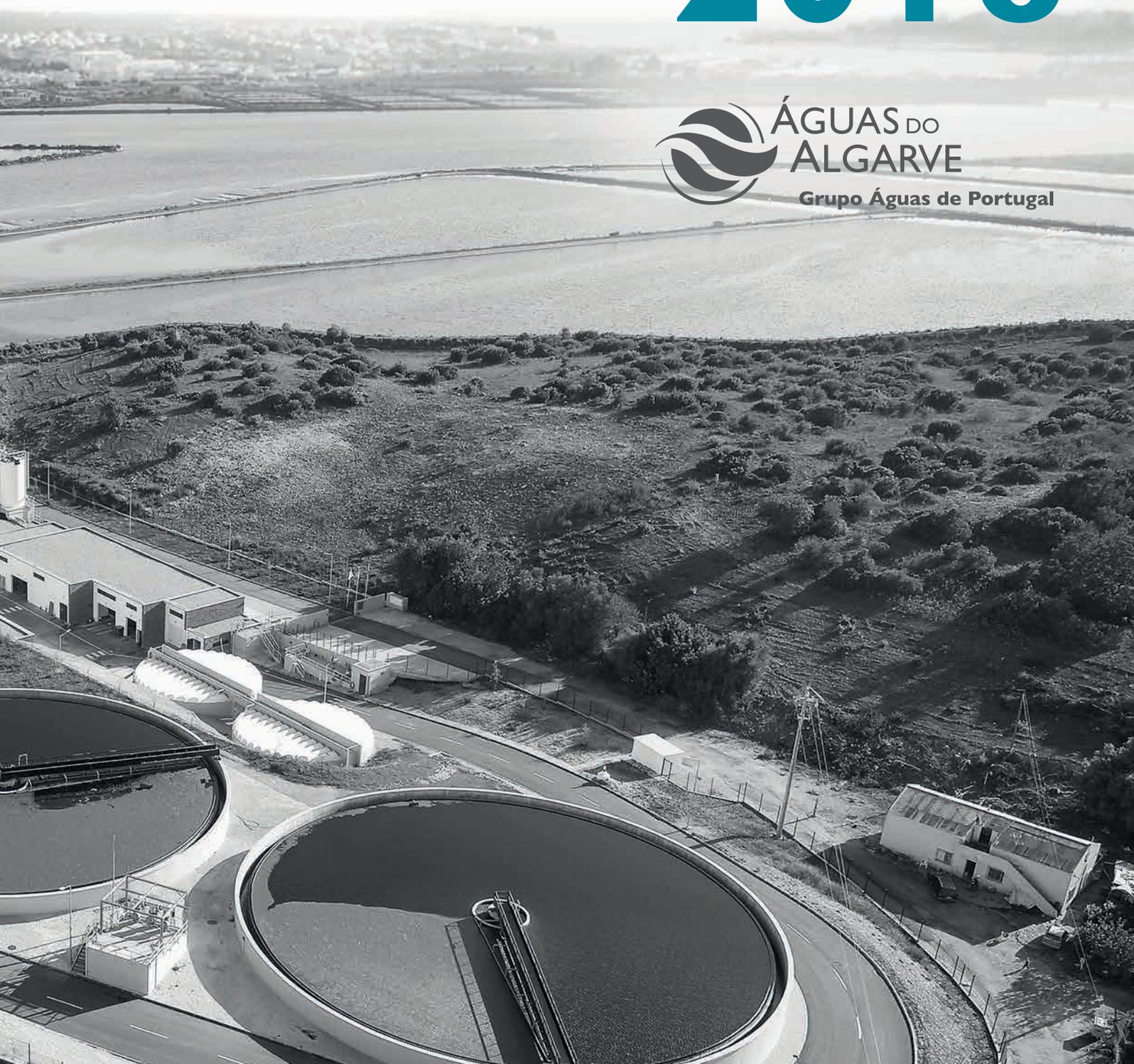


Relatório Contas & 2018

 **ÁGUAS DO
ALGARVE**
Grupo Águas de Portugal



Relatório
Contas &
2018

Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	/6
A- A EMPRESA	/9
1- Quem somos.....	/9
1.1. Missão, Visão e Valores.....	/10
1.2. Descrição, atividade e presença.....	/10
1.3. Cadeia de Valor.....	/12
1.4. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais.....	/13
1.5. Carteira de Participações e Sucursais.....	/18
1.6. Síntese de Indicadores.....	/18
2- Reconhecimento / Prémios / Certificações	/19
3- Destaques do ano / Principais acontecimentos.....	/20
B- O NEGÓCIO	/22
1- Linhas Estratégicas.....	/23
2- Enquadramento.....	/26
2.1. A Envolvente	/26
2.2. A Regulação	/32
3- O Negócio.....	/33
3.1. Introdução.....	/33
3.2. Água em Alta	/33
3.3. Saneamento em Alta.....	/36
3.4. Outros negócios	/40
4- Sustentabilidade	/40
4.1. Enquadramento.....	/40
4.2. Stakeholders	/41
4.3. Gestão do Risco.....	/42
4.4. Atividade Operacional	/43
4.5. Gestão do capital humano.....	/79
4.6. Financeira	/82
4.7. Investigação e desenvolvimento / Inovação.....	/87
4.8. Eventos Posteriores ao Fecho.....	/92
4.9. Cumprimento das orientações Legais.....	/92
5- Perspetivas Futuras.....	/112
6- Considerações Finais.....	/113
7- Proposta de Aplicação de Resultados.....	/113
C- CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018	/114
1. Demonstrações Financeiras de 2018	/116
1.1. Demonstração da posição financeira.....	/116
1.2. Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral.....	/117
1.3. Demonstração das variações no capital próprio.....	/117
1.4. Demonstração dos fluxos de caixa.....	/118
1.5. Notas às Demonstrações Financeiras.....	/119
2. Glossário Financeiro e Técnico.....	/175
3. Principais Diplomas Relativos ao Sector da Água e Saneamento Publicados em 2016.....	/176
D- ANEXOS DO RELATÓRIO E CONTAS	/181

Joaquim Peres

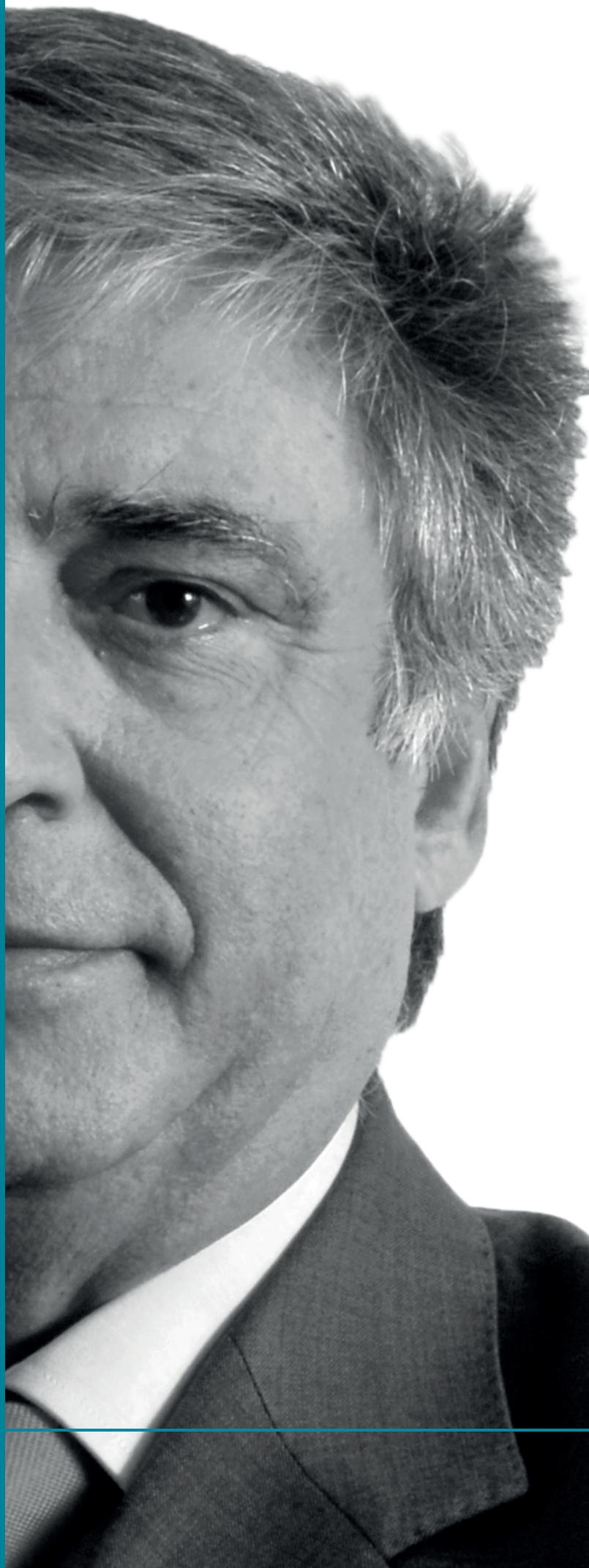
Mensagem do Presidente
do Conselho de Administração

**“Mais do que uma empresa,
somos uma Grande Família”**

Caros Acionistas,

A Águas do Algarve, S.A. tem hoje uma imagem e uma reputação de excelência junto da comunidade, conseguida com o esforço e dedicação de todos os seus colaboradores e sustentado pelas corretas relações com os restantes stakeholders.

A forma sustentada como atingimos os objetivos definidos, numa ótica de cumprimento da missão de serviço público, como superamos ano-após-ano os desafios em termos de maior exigência por parte do Regulador e da DGTF, são sinónimos da capacidade e flexibilidade de uma gestão competente, profissional, atenta aos detalhes e com uma visão abrangente sobre o presente e o futuro. Temos consciência que os desafios climáticos atuais e dos próximos anos, particularmente na região do Algarve, ainda serão muito exigentes, pelo que trabalhamos todos os dias para suplantá-los.



Somos por isso hoje uma referência nacional em termos ambientais, mantendo uma aposta contínua na melhoria das competências aos níveis de recursos humanos, tecnologia, investigação e desenvolvimento.

Podemos também orgulhar-nos de poder continuar a acreditar num futuro próspero, alicerçado nos valores intrínsecos que nos caracterizam e sobre os quais cultivamos e preservamos relações de excelência com todos os nossos acionistas, clientes, Holding, fornecedores e parceiros em geral.

Como uma grande Família que somos, defendemos em conjunto uma imagem unida, de solidez, confiança, qualidade e de serviço público, na qual nos revemos e motivamos, dia-após-dia, transformando em oportunidades todas as adversidades de um setor difícil e exigente, sobre as quais continuaremos a assegurar a nossa manutenção na caminhada do sucesso.

Estamos convictos que os valores positivos que sempre nos nortearam de bem-fazer em prol dos utilizadores dos Sistemas, permitirá continuar a colocar a qualidade dos serviços na primeira linha das nossas prioridades de modo a garantir-se que a qualidade do nosso desempenho não deixará de ser reconhecida e que os nossos profissionais, colaboradores e prestadores externos de serviços considerarão a Águas do Algarve, S.A. um lugar onde valeu a pena ser parte integrante e decisiva na construção de um futuro em termos ambientais que seja reconhecido internacionalmente.

Em março de 2018 tomaram posse os novos membros dos órgãos sociais para o mandato 2018 a 2020.

Dentro dos principais marcos do ano de 2018 destacam-se o início de exploração de duas novas infraestruturas do saneamento: a ETAR da Companheira em Portimão e a ETAR de Faro/Olhão, as quais irão trazer benefícios ambientais futuros muito significativos para a região do Algarve. Foi ainda atingido o objetivo de dotar a Águas do Algarve, S.A. de um Data Center capaz de assegurar as necessidades, atuais e futuras, de uma empresa desta qualidade. Igualmente importante foi a entrega ao Regulador de proposta de unificação dos atuais contratos de concessão e revisão do estudo

de viabilidade económica e financeira. Tivemos a satisfação de acolher no Algarve a celebração do aniversário dos 25 anos do Grupo Águas de Portugal. Conseguimos também a celebração do acordo coletivo de trabalho, o qual estabelece condições relativas a salários, carreiras, subsídios e organização do trabalho. Obtivemos a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2018 por parte das Tutelas ministeriais.

Ao nível financeiro, é de realçar as negociações que mantivemos com os municípios que apresentam maior endividamento.

A atividade da Águas do Algarve, S.A. é avaliada e monitorizada por duas entidades: a ERSAR, como entidade reguladora, e a UTAM (Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização das Empresas do Sector Empresarial do Estado), o que torna o processo de gestão bem mais complexo e exigente do que em anos anteriores, desde logo porque o regulador se pronuncia quanto ao desempenho da concessão numa ótica de médio prazo e a UTAM numa perspetiva anual em conformidade com o Orçamento Geral do Estado.

Todo o trabalho desenvolvido em 2018 não teria sido possível sem a cooperação dos Municípios, da Entidade Reguladora, da Tutela e das demais entidades da área do ambiente com que no dia-a-dia a empresa se relaciona.

Joaquim Carlos Correia Peres
(Presidente do Conselho de Administração)



A Empresa



A- A Empresa

I- Quem somos

A Sociedade Águas do Algarve, S.A, empresa integrada no Grupo AdP – Águas de Portugal, foi criada através da publicação do Dec-Lei nº 168/2000, de 5 de agosto, por fusão das sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A e Águas do Barlavento Algarvio, S.A., constituídas, respetivamente, pelos Dec-Lei nº 130/95, de 5 de junho, e Dec-Lei nº 136/95, de 12 de junho, ficando responsável pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de agosto de 1995 entre essas Empresas e o Estado Português, relativos aos sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água do Sotavento Algarvio e do Barlavento Algarvio criados pelo Dec-Lei nº 379/93, de 5 de novembro, alíneas a) e b), respetivamente.

A 26 de maio de 2001 foi assinado, entre o Estado Português e a Águas do Algarve, S.A, o Contrato de Concessão do Sistema

Multimunicipal de Saneamento do Algarve, criado pelo Dec-Lei 167/2000, de 5 de agosto, atribuindo-se à concessionária, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos, a concessão da exploração e gestão, as quais abrangem a conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do sistema multimunicipal de saneamento do Algarve, para recolha, tratamento e rejeição de efluentes de todos os municípios da região algarvia.

Com a publicação do Dec-Lei nº 285/2003, em 8 de novembro, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve, resultante da fusão dos sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água do Sotavento Algarvio e do Barlavento Algarvio, que visou a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público de todos os municípios da Região do Algarve. Em 7 de fevereiro de 2005 foi assinado o Contrato de Concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve, entre o Estado Português e a Águas do Algarve, S.A., com validade até 31 de dezembro de 2025.

I.1. Missão, Visão e Valores

Missão

A Águas do Algarve, S.A., tem como missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector; apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar os recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

Visão

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

Valores

O grupo AdP tem como valores centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

I.2. Descrição, atividade e presença

A Águas do Algarve é uma empresa responsável pela exploração e gestão dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve. Estes sistemas abrangem geograficamente os 16 municípios da região do Algarve: Os municípios abrangidos pelos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais são os que constituem toda a região do Algarve: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Monchique, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Os Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Algarve são dos investimentos mais importantes dos últimos anos no Algarve, dos pontos de vista do desenvolvimento sustentável, da diversidade e complexidade técnica bem como da dimensão e extensão do investimento na Região. A totalidade dos investimentos efetuados pela Águas do Algarve, S.A. até ao final de 2018 é de 629,3 milhões de euros.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve (SMAAA)



Atualmente estão em exploração as infraestruturas constantes do seguinte quadro:

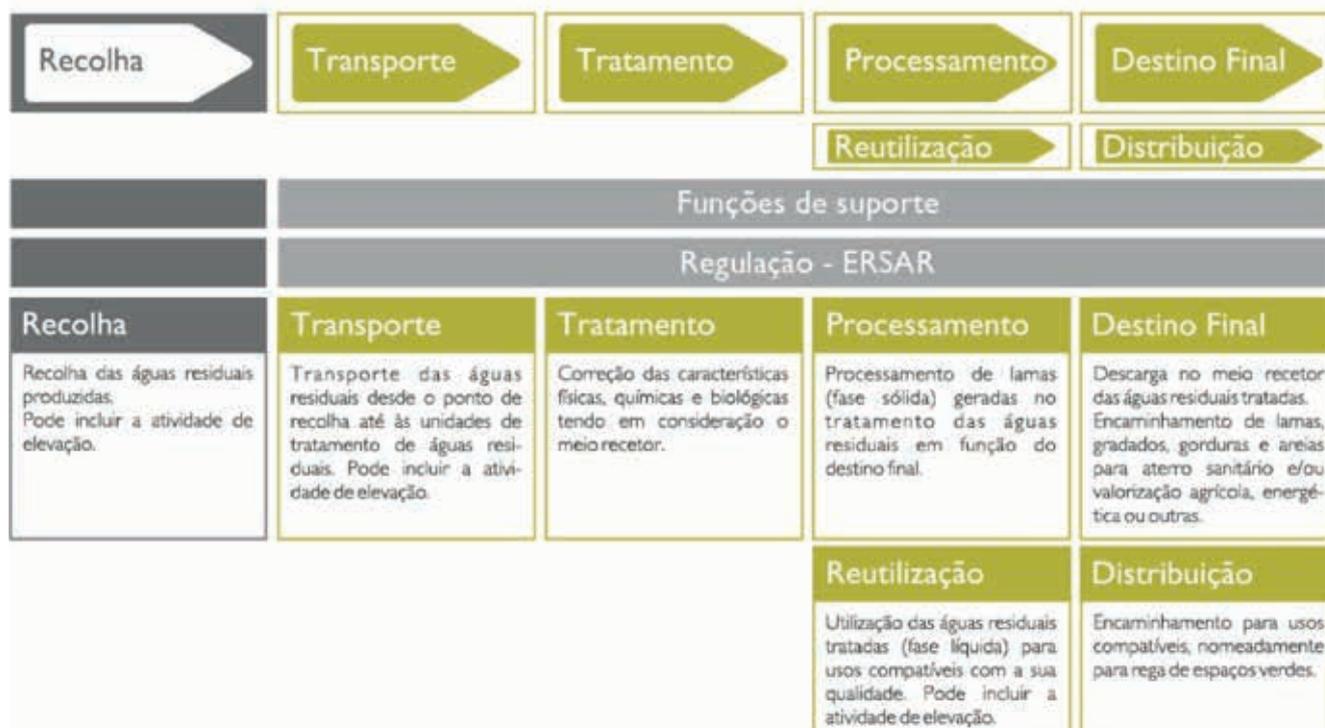
Infraestruturas do SMSA	Quantidade
ETAR	65
Estações elevatórias	191
Colector gravítico (km)	267,4
Conduta elevatória (km)	212

I.3. Cadeia de Valor

Operação – Água



Operação – Saneamento



I.4. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

Estrutura acionista

A Águas do Algarve, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos, com um capital social integralmente realizado de 29.825.000 euros. No final de 2018 o capital da sociedade estava repartido com a seguinte distribuição:

Acionistas	Ações			
	Quantidade	Valor	Classe	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3 247 447,00	16 237 235,00	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289 270,00	1 446 350,00	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17 236,00	86 180,00	A	0,29%
Município de Aljezur	34 046,00	170 230,00	A	0,57%
Município de Castro Marim	32 787,00	163 935,00	A	0,55%
Município de Faro	409 788,00	2 048 940,00	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187 813,00	939 065,00	A + B	3,15%
Município de Lagos	202 726,00	1 013 630,00	A + B	3,40%
Município de Loulé	338 797,00	1 693 985,00	A	5,68%
Município de Monchique	25 718,00	128 590,00	A	0,43%
Município de Olhão	230 791,00	1 153 955,00	A	3,87%
Município de Portimão	369 206,00	1 846 030,00	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49 607,00	248 035,00	A + B	0,83%
Município de Silves	222 439,00	1 112 195,00	A + B	3,73%
Município de Tavira	135 680,00	678 400,00	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53 605,00	268 025,00	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118 044,00	590 220,00	A	1,98%
Total	5 965 000,00	29 825 000,00		100,00%

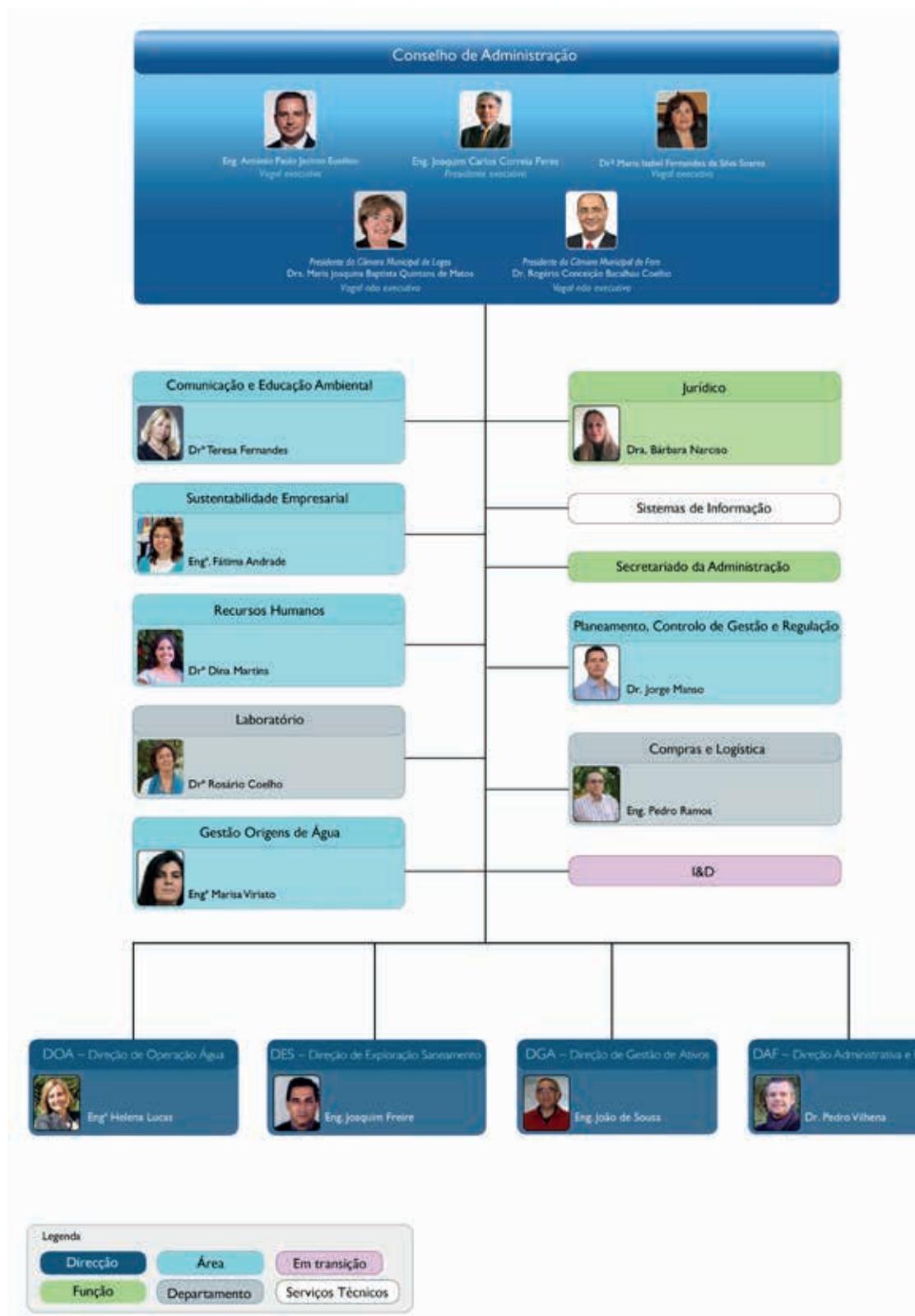
Em cumprimento do disposto no nº4 do art.º 448º do código das sociedades comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.247.447 ações com o valor nominal de 5,00€ (cinco euros), correspondentes a 54,44% do capital social da Águas do Algarve, S.A..

Nos termos do art.º 66 do código das sociedades comerciais, cumpre informar que no exercício de 2018:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Estrutura organizacional

A Águas do Algarve, S.A. está organizada em quatro direções, sete áreas funcionais e de suporte e um serviço técnico.



Para o desempenho das suas atividades, a Águas do Algarve, S.A. conta atualmente com um conjunto de órgãos funcionais, operacionais e de estrutura, para apoio à gestão e exploração de ambas as áreas de negócio da empresa, abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Descrevem-se, de seguida as principais características:

Direção de operação água – DOA

Assegura o fornecimento, a cada um dos utilizadores, da água necessária à satisfação das suas necessidades em termos de quantidade, qualidade, constância e pressão, até aos volumes máximos diários que o sistema esteja, em cada momento, em condições de fornecer, tendo em atenção o dimensionamento do sistema e as necessidades dos respetivos utilizadores. Coordena o sistema de segurança alimentar, avaliando e controlando continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização eficazes. Coordena as atividades relacionadas com o produto água para consumo humano, assumindo a responsabilidade pelo produto.

Direção de operação saneamento - DES

Assegura, de forma regular, contínua e eficiente, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados pelos utilizadores, cujo destino seja o sistema.

Direção de gestão de ativos – DGA

Assegura a conceção e construção de todos os órgãos necessários à captação, tratamento e adução de água para abastecimento e à recolha, tratamento e rejeição de efluentes, incluindo a instalação de condutas e a conceção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis, cumprindo a legislação aplicável à adjudicação das empreitadas. Responsável por manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens e meios afetos à concessão, efetuando para tanto a manutenção preventiva, as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço público.

Direção administrativa e financeira – DAF

Assegura a gestão financeira e contabilística da empresa, de acordo com a estratégia da Administração e autonomia delegada, de forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos da Águas do Algarve, S.A. e a sua otimização financeira. Garante o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa.

Planeamento, Controlo de Gestão e Regulação - PCG

É responsável por assegurar a prestação da correta informação

de gestão aos órgãos decisores para a adequada tomada de decisão, assim como propor a implementação de medidas corretivas. Elabora o orçamento anual e o respetivo controlo orçamental mensal. Garante ainda a atualização do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Empresa. Contribui, em colaboração com as restantes áreas da empresa na preparação e prestação de toda a informação necessária de modo a promover e controlar o cumprimento das obrigações perante o concedente e das obrigações perante os acionistas e entidades oficiais.

Comunicação e educação ambiental - CEA

Desenvolve e implementa o plano de comunicação global, onde se englobam a comunicação institucional, a educação ambiental, a organização de ações de comunicação interna, as iniciativas de responsabilidade ambiental e a relação com os órgãos de comunicação social. Tem também como objetivo estratégico, o reforço da notoriedade da Empresa junto dos stakeholders, com especial atenção ao envolvimento da Empresa com a comunidade servida, concebendo, acompanhando e participando nas diversas ações e iniciativas de comunicação externa, de educação ambiental e de responsabilidade social.

Sustentabilidade empresarial – SE

Promove e coordena as atividades relativas às obrigações de gestão ambiental, da qualidade, higiene e segurança e responsabilidade social, constantes do contrato de concessão e dos compromissos assumidos pela empresa. Contribui, em articulação com a Auditoria Interna e Controlo de Risco da AdP, na avaliação do risco empresarial e na gestão de riscos de corrupção e infrações conexas da sociedade.

Recursos Humanos - RH

Coordena a implementação de políticas e práticas de gestão de recursos humanos, de forma a incrementar índices de satisfação e produtividade dos colaboradores e otimizar os resultados da Empresa.

Laboratório – LAB

Apoia a operação dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, maioritariamente na área da monitorização e garante o escrupuloso cumprimento dos parâmetros legais aplicável às águas para consumo humano, através da definição, implementação e acompanhamento do plano de controlo da qualidade da água (PCQA) e do cumprimento dos parâmetros de descarga no saneamento. É responsável por garantir o cumprimento integral de todos os requisitos da norma ISO/IEC 17025, bem como os requisitos legais e regulamentares aplicáveis à sua atividade.

Gestão das origens de água – GOA

Órgão que assegura, com os poderes delegados pela Administração, a gestão partilhada dos recursos hídricos, de acordo com a legislação aplicável. Assegura igualmente o cumprimento das obrigações dos contratos de concessão de captação de água. Participa nos planos de gestão das bacias hidrográficas.

Apoio jurídico / Secretário da sociedade

Trata-se de um órgão de apoio à Administração com as atribuições e competências de elaborar pareceres/interpretações sobre a aplicação do contrato de concessão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos. Assessoria nos processos de concurso e sua avaliação. Trata da resolução de disputas e litígios e patrocínio da empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada. Secretaria as reuniões do conselho de administração e

da comissão executiva. Monitoriza o cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Assessoria a administração nas relações e obrigações estatutárias com os órgãos sociais da empresa.

Secretariado de administração – SEC

As responsabilidades do Secretário da Sociedade são as resultantes do disposto no art.º 446-B do Código das Sociedades Comerciais e sgts., competindo-lhe, nomeadamente, o apoio às reuniões dos órgãos sociais, certificação dos documentos da Sociedade, autenticação das assinaturas dos membros do Conselho de Administração, emissão de extratos de atas, seguimento das deliberações do Conselho de Administração e a conformidade dos livros oficiais da Sociedade.

Departamento de Compras e Logística – DCL

O departamento é responsável pelo “Processo de Compras”, e

ÓRGÃOS SOCIAIS - 2018**Mesa da Assembleia-Geral**

Mandato 2015-2017, terminado em 11 de março de 2018:

Dr.º Vítor Manuel Martins Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel (Presidente)

Dr.º Paulo Manuel Marques Fernandes (Vice-Presidente)

Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira (Secretária)

Mandato 2018-2020, iniciado em 12 de março de 2018:

Dr.º Rui Miguel da Silva André, Presidente da Câmara Municipal de Monchique (Presidente)

Dr.º Paulo Manuel Marques Fernandes (Vice-Presidente)

Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira (Secretária)

Conselho de Administração

Mandato 2015-2017, terminado em 11 de março de 2018:

Eng.º Joaquim Carlos Correia Peres (Presidente Executivo)

Dra. Maria Isabel Fernandes da Silva Soares (Vogal Executivo)

Dr.º Jorge Manuel Coelho da Silva Torres (Vogal Executivo)

Dr.º Rui Miguel da Silva André, Presidente da Câmara Municipal de Monchique (Vogal não executivo)

Dra. Rosa Cristina Gonçalves Palma, Presidente da Câmara Municipal de Silves (Vogal não executivo)

Mandato 2018-2020, iniciado em 12 de março de 2018:

Eng.º Joaquim Carlos Correia Peres (Presidente Executivo)

Dra. Maria Isabel Fernandes da Silva Soares (Vogal Executivo)

Eng.º António Paulo Jacinto Eusébio (Vogal Executivo)

Dra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Lagos (Vogal não executivo)

Dr.º Rogério Conceição Bacalhau Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Faro (Vogal não executivo)

Conselho Fiscal

Mandato 2015-2017, terminado em 11 de março de 2018:

Dra. Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Portimão (Presidente)

todas as atividades/tarefas que lhe são inerentes, com respeito pela atual legislação que regula todo o processo de compras públicas – Código dos Contratos Públicos – por transposição, para o normativo nacional, das diretivas comunitárias 2014/23/UE – relativa à adjudicação de contratos de concessão, 2014/24/UE – relativa aos contratos públicos e 2014/25/UE – relativa aos contratos público celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais. Para fazer frente as solicitações diárias, o departamento pode contar com as suas ferramentas essenciais, nomeadamente, as Plataformas de Contratação Pública VortalGov e AcinGov, o Software de Gestão SAP e a plataforma de gestão documental - lportalDoc.

Projetos especiais – PE (I&D)

Promove e coordena os projetos e estudos relacionados com a investigação e desenvolvimento no setor da água e

saneamento, em especial o decorrente do projeto associado à construção da barragem de Odelouca. Participa, em parceria com outras entidades nacionais e internacionais, em projetos de inovação ligados direta ou indiretamente com a atividade da Águas do Algarve, S.A., com os recursos utilizados, incluindo os energéticos, e com a segurança e controlo dos seus processos operacionais.

Sistemas de Informação (SI)

Assegura a operacionalidade e adequação dos equipamentos informáticos e de comunicação, de acordo com as necessidades colocadas pelas áreas da empresa. Assegura a aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados. Assegura o cumprimento da legislação vigente em termos de licenciamento de software.

Dr.º José Martinho Soares Barroso (Vogal efetivo)
Dr.º António José Carvalho de Barros (Vogal efetivo)
Dra. Sandra Simões Filipe (Vogal suplente)

Mandato 2018-2020, iniciado em 12 de março de 2018:

Dr.º António Miguel Ventura Pina, Presidente da Câmara Municipal de Olhão (Presidente)
Dr.º João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos (Vogal efetivo)
Dr.º António José Carvalho de Barros (Vogal efetivo)
Dra. Sandra Simões Filipe (Vogal suplente)

Revisor Oficial de Contas

Mandato 2015-2017, com renúncia a 30 de novembro de 2018:

Esteves, Pinho & Associados, SROC, S.A., representado por
Dr.º Rui Manuel Correia de Pinho (ROC Efetivo, ROC nº 989)
Dr.º Luis Manuel Moura Esteves (ROC Suplente, ROC nº 944)

Mandato 2018-2020, iniciado em 1 de dezembro de 2018:

Ernest&Young Audit & Associados – SROC, S.A., representado por
Dr.º Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC Efetivo, ROC nº 1154)
Dr.º Pedro Borges Marques (ROC Suplente, ROC nº 1801)

Comissão de Vencimentos

Mandato 2015-2017, terminado em 11 de março de 2018:

Dr.º Francisco Augusto Caimoto Amaral, Presidente da C.M. de Castro Marim (Vogal Efetivo)
Dr.º Paulo Jorge Pinto Silva (Vogal Efetivo)

Mandato 2018-2020, iniciado em 12 de março de 2018:

Dra. Carla da Conceição Afonso Correia (Presidente)
Dra. Rosa Cristina Gonçalves Palma (Vogal Efetivo)
Dr.º Paulo Jorge Pinto Silva (Vogal Efetivo)

I.5. Carteira de Participações e Sucursais

A Empresa não possui participações nem detém sucursais.

I.6. Síntese de Indicadores

Síntese de Dados / Indicadores	2018	2017
Capital Social (€)	29 825 000	29 825 000
Capital Próprio (€)	44.825.126	39 584 658
Ativos Tangíveis e Intangíveis Brutos (€)	629 322 993	613 238 323
Ativo Líquido Total (€)	520 167 407	524 047 102
Volume de Negócios (€) (excluindo serviços de construção)	58 435 392	59 372 856
Resultados Antes de Impostos (€)	9 414 054	9 825 905
Resultado Líquido do Exercício (€)	7 191 847	7 306 257
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	16,04%	18,46%
Rendibilidade do Ativo (%)	1,38%	1,39%
Autonomia Financeira -corrigida subs. Investimento (%)	40,80%	40,46%
Endividamento Líquido : EBITDA	7,20	6,74
EBITDA (€)	28 345 703	31 330 908
EBITDA : Serviço da Dívida	0,15	0,15
Cash-cost (€/m ³)	0,2726	0,2456
Margem EBITDA (%)	48,5%	52,8%
ROCE- Indicador AdP (%)	6,16%	6,49%
Colaboradores em 31 Dezembro, excluindo órgãos sociais (nº)	160	156
Área Geográfica Abrangida (Km ²)	4 995	4 995
População Residente na Área Abrangida (nº)	453 839	453 839
Investimento/Empreitadas do Ano (€)	16 084 671	14 361 416
ABASTECIMENTO:		
Municípios (nº)	16	16
Acessibilidade física ao serviço (%)	99%	99%
Volume de Água Vendida (103m ³)	67 558	71 598
Tarifa (€/m ³)	0,4710	0,4710
Pontos de Entrega (nº)	79	79
Estações Tratamento Água em Exploração (nº)	4	4
Rede Adutora (Km)	491	491
SANEAMENTO:		
Municípios (nº)	16	16
Acessibilidade física ao serviço (%)	98%	98%
Efluente Equivalente Faturado (103m ³)	42 203	40 650
Tarifa (€/m ³)	0,6304	0,6304
Estações Tratamento Água Residual em Exploração (nº)	65	64
Rede Coletores (Km)	480	467

2 – Reconhecimento / Prémios / Certificações

A Águas do Algarve, S.A. possui as seguintes certificações:

- Recomendação ERSAR nº2/2011 - Certificação do Produto “água para consumo humano” variante: sistemas de abastecimento público em alta;
- NP EN ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade;
- NP EN ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental;
- OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho;
- SA8000:2014 - Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social;
- NP EN ISO 22000:2005 - Sistemas de Gestão da Segurança Alimentar.

Galardões/Prémios

Prémio alusivo ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia

A gestão da energia é uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP - Águas de Portugal, no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Este ano a Águas do Algarve, SA, recebeu o prémio PEPE referente ao período 2017/2018. Este prémio visa destacar as empresas que atingiram um grau de cumprimento do PEPE em 30 de junho de 2018, igual ou superior ao previsto no plano inicial, assim como também as empresas que imprimiram uma dinâmica de implementação superior a 10% no último semestre do período.

Com a atribuição deste prémio foi dado relevo ao trabalho que, no âmbito da eficiência energética e produção própria de energia, vem sendo desenvolvido pela Águas do Algarve, SA, o que muito nos honra e incentiva para continuarmos a fazer cada vez mais e melhor.

Prémio Excelência

A Águas do Algarve foi galardoada com o Prémio Excelência.

A atribuição deste prémio foi promovida pelo Jornal Postal do Algarve, no âmbito da “Gala Postal 30 Anos – Prémios Excelência”, homenageando 30 Personalidades e 30 Instituições que foram consideradas as mais relevantes na região, pelos leitores, e em resultado das votações que decorreram durante mais de seis meses.



Prémio alusivo ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia



Prémio Excelência

3 – Destaques do ano / Principais acontecimentos

Atendendo ao esforço realizado pelas várias áreas da Empresa, desde as operacionais às de gestão e apoio à gestão, as Águas do Algarve, S.A completaram mais um ano de atividade com uma prestação de serviço de elevada qualidade. Todo o esforço que foi realizado nas várias áreas da Empresa, desde as operacionais às de gestão e apoio à gestão completaram mais um ano de grande profissionalismo e dedicação. Muito

do trabalho realizado e dos objetivos atingidos em 2018 terão impactos assinaláveis na qualidade do serviço que a AdA prestará à comunidade no futuro.

Os Resultados Líquidos totalizaram 7,192 milhões de euros, resultado inferior em 0,114 milhões de euros em relação a 2017 e superior em 0,381 milhões de euros em relação a 2016.

É de salientar, contudo, os seguintes eventos ocorridos em 2018:



- Entrega ao Regulador de proposta de unificação dos atuais contratos de concessão e revisão do estudo de viabilidade económica e financeira, com dilação do prazo da concessão até 2048 e aumento do investimento total da concessão, o qual obteve parecer positivo;
- Inauguração da ETAR da Companheira em Portimão e a inauguração da ETAR de Faro/Olhão. Estas novas infraestruturas irão melhorar significativamente o nível de qualidade de tratamento das águas residuais e consequentemente, as condições ambientais das áreas de influência geográfica;
- Utilização de 16 carros elétricos em substituição de carros a combustão que originaram uma poupança, em 2018, de consumo de combustíveis em cerca de 13.927€;
- Celebração do acordo coletivo de trabalho, o qual estabelece condições relativas a salários, carreiras, subsídios e organização do trabalho;
- Celebração do aniversário dos 25 anos do Grupo Águas de Portugal no Algarve e visita de centenas de colegas a várias instalações.



O negócio



B – O Negócio

I - Linhas Estratégicas

I.1. Introdução

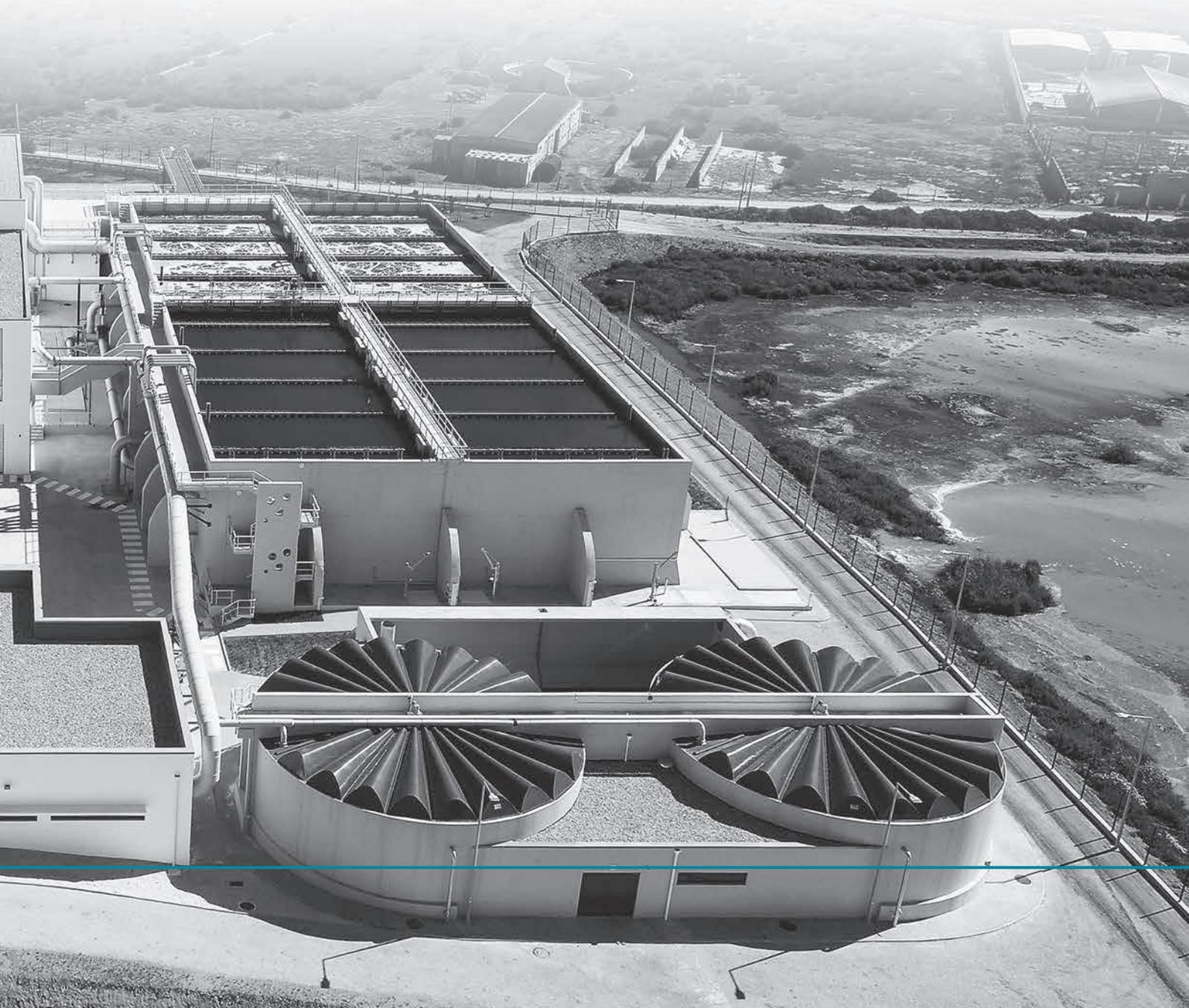
A sociedade Águas do Algarve, S.A. é uma empresa do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP).

A sociedade tem como missão garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de respeitar as normas mais exigentes do setor, apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos

seus processos; minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas; adequar com os recursos técnicos e humanos, apenas estritamente necessários, ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos; contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

Os objetivos da sociedade são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

As orientações estratégicas são definidas nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e através de orientações específicas emanadas em despachos ministeriais e por deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.



Assim, de acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações para a elaboração dos planos de atividades e orçamento para cada ano de atividade, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos do artigo 29.º do referido Regime.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- c) Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas no exercício da atividade operacional;
- d) Definir o serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

1.2. Orientações Estratégicas para o Mandato 2018 - 2020

Deveres e Responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação, que relativamente ao exercício de funções executivas prevê as seguintes obrigações:

- a) Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da empresa e, conseqüentemente, do setor e do Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A., estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Orientações Estratégicas Gerais

O Conselho de Administração deverá assegurar que a Águas do Algarve, S.A. sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);

- h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a Águas do Algarve, S.A., após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor; implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

1. Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da:
 - 1.1. Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - 1.2. Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.
2. Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 2.1. Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais.
 - 2.2. Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
 - 2.3. Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.
3. Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor; designadamente:
 - 3.1. Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
 - 3.2. Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
 - 3.3. Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
 - 3.4. Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.
4. Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.
5. Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
 - 5.1. Definição da política de gestão de infraestruturas.
 - 5.2. Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção.
 - 5.3. Consolidação do conhecimento das infraestruturas.
 - 5.4. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação.
 - 5.5. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas.
 - 5.6. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
6. Assegurar um efetivo envolvimento da empresa na implementação de medidas de proteção ambiental multisetoriais.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

1.3 Objetivos e Indicadores de Desempenho anuais para a Águas do Algarve, S.A. para o mandato 2018-2020

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato - e a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização – enunciados no quadro do ponto B-4.9. deste relatório.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro seguinte, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do

atingimento de cada indicador determinado nos termos descritos no quadro de Indicadores e Metas do ponto B-4.9. deste relatório.

Grau de Concretização	Avaliação Global
$GC < 1,8$	Objetivos não Cumpridos
$1,8 \leq GC < 2,5$	Objetivos Cumpridos
$GC \geq 2,5$	Objetivos Superados

2 – Enquadramento

2.1. A Envolvente

Contexto macroeconómico¹

Global

O crescimento mundial em 2018 está estimado em aproximadamente 3,7% (equivalente ao ano anterior), em resultado do crescimento verificado na Europa e na Ásia. As projeções de crescimento para 2019 e 2020 situam-se em 3,5% e 3,6%, respetivamente, as quais refletem uma continuada redução na taxa de crescimento das economias avançadas e das economias emergentes.

A incerteza sobre o impacto do Brexit e da evolução do comércio internacional, nomeadamente por resultado da negociação dos acordos internacionais em curso pelos Estados Unidos, condicionam as perspetivas.

Zona Euro

O crescimento real do produto interno bruto (PIB) enfraqueceu inesperadamente no terceiro trimestre de 2018, refletindo, em parte, estrangulamentos temporários na produção por parte de fabricantes de automóveis. Embora os dados recentes tenham sido mais fracos do que o esperado, a produção de automóveis recuperou nos últimos meses e os fatores fundamentais que apoiam a expansão da área do euro, em geral, mantêm-se. Por conseguinte, projeta-se uma

recuperação do crescimento no curto prazo. As perspetivas de crescimento projetadas refletem o impacto da orientação muito acomodatória da política monetária, a melhoria das condições no mercado de trabalho, balanços mais robustos e alguma redução da restritividade orçamental.

A moderação do crescimento real do PIB, de 1,9% em 2018 para 1,5% em 2021, é explicada sobretudo pela crescente escassez da oferta de mão de obra em alguns países e por condições financeiras um pouco menos favoráveis ao longo do horizonte de projeção. A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá ter atingido o seu valor máximo, de 2,1%, no terceiro trimestre de 2018 e alcançar o seu valor mínimo, de 1,4%, até ao final de 2019, aumentando depois gradualmente para 1,8% em 2021.

Este padrão reflete uma diminuição acentuada da inflação da componente de preços dos produtos energéticos do IHPC no decurso de 2019, face às atuais taxas elevadas, à medida que o impacto de fortes aumentos anteriores dos preços do petróleo se desvanece. A inflação medida pelo IHPC excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares deverá aumentar, refletindo a continuação da expansão económica e uma maior restritividade das condições no mercado de trabalho.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2018 são os seguintes:

	Estimativa 2018	Ano 2017
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,1%	2,8%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	2,3%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	1,2%	1,6%
Taxa de desemprego	7,0%	8,9%
Taxa de juro OT 10 Anos	1,84%	3,05%

Segundo as projeções do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. As projeções para o crescimento do PIB em Portugal (1,8% em 2019, 1,7% em 2020 e 1,6% em 2021) encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Após um crescimento significativamente superior ao da atividade em 2017 e 2018, o comércio internacional deverá apresentar no horizonte de projeção uma evolução mais próxima da do PIB mundial, implicando uma relativa estabilidade do crescimento da procura externa dirigida a Portugal em 2019-21. As restantes principais variáveis de enquadramento externo também deverão apresentar uma evolução relativamente favorável em 2019-21, não obstante o expectável início do processo de normalização suave da política monetária na área do euro.

As projeções assentam num cenário de desaceleração do consumo privado da formação bruta de capital fixo, num contexto de aumento do rendimento disponível, da melhoria progressiva das condições de trabalho e de condições favoráveis ao financiamento.

Durante o período em análise, o Banco de Portugal antecipa uma estabilização da taxa de inflação de 1,5%, entre 2019 e 2021.

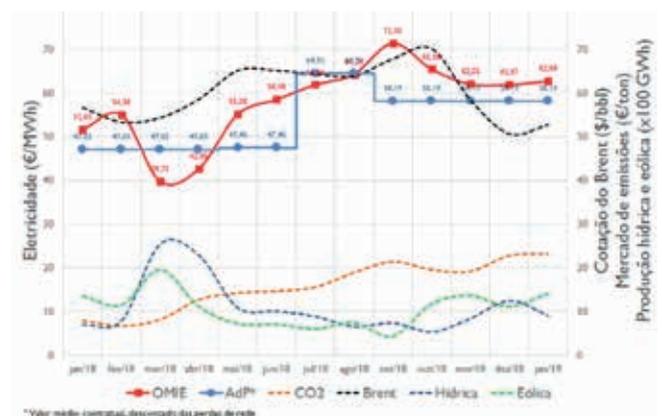
No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2019 e o aumento da média ponderada das taxas de rentabilidade nominais das obrigações de dívida pública a dez anos, para

1,4%, em 2019; 1,7%, em 2020; e 1,9% em 2021. O Banco de Portugal prevê a estabilidade da taxa de juro implícita da dívida portuguesa, ligeiramente abaixo dos 3%.

O preço e o consumo de energia elétrica

No ano de 2018 a cotação média da eletricidade no mercado grossista ibérico (OMIE), atingiu 57,45 €/MWh, o valor mais elevado desde 2008. Esta subida resultou do efeito combinado da subida das cotações do petróleo e do mercado de emissões de CO₂ que, face a 2017 apresentaram um aumento de 30% e 149%, respetivamente.

A produção renovável, componente endógena que influencia a cotação da eletricidade, apesar de ter sido 33% superior à verificada em 2017, não teve o impacto esperado nos mercados porque a produção eólica apresentou valores inferiores aos normais na primavera e verão (os mais baixos desde 2010) e por ter coincidido com a paragem não programada de uma importante central nuclear espanhola (Vandellòs2).



Esta evolução da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhada nos mercados europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França:

Varição da cotação média da eletricidade	2018/2017
Portugal	+23%
Alemanha	+30%
França	+12%

O crescimento dos preços da energia elétrica acontece igualmente no chamado mercado de futuros (OMIP):

Varição da cotação da eletricidade no mercado de futuros	1Jan18/1Jan19
Portugal	+17%
Alemanha	+37%
França	+30%

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante a fixação das Tarifas de Acesso a Redes (TAR), onde, a par dos custos de operação das redes, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

Regista-se que 2018 foi o 1.º ano dos últimos 5 em que se verificou uma redução das TAR, calculada em -3,6%, quando aplicados à estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP. Esta redução será mais expressiva em 2019, quantificando-se em -13,1% face a 2018, com maior relevância na baixa tensão normal (BTN).

Na interpretação desta redução é importante ter em consideração que os CIEG variam de forma inversa com o preço da energia nos mercados. Por exemplo, na produção em regime especial, (PRE), a maior componente dos CIEG, o custo resulta da diferença entre o preço pago ao produtor e o preço de venda dessa eletricidade nos mercados. Deste modo, um elevado preço de energia nos mercados reduz este custo e vice-versa.

Em termos de custos de energia para as empresas do Grupo AdP, o valor médio em 2018 foi cerca de 105,95 €/MWh (+10,5% que em 2017), representando o custo de aquisição de energia 54,9% (versus 49,2% em 2017). Os valores de aquisição de energia nos mercados foram de 58,19 e 47,14 €/MWh, para 2018 e 2017, respetivamente (+23,4%). Estes valores têm por base valores reais de consumo em alta tensão (AT) até agosto e em BTN, baixa tensão especial (BTE) e média tensão (MT) até outubro, com extrapolação até ao final de 2018.

Para os 3 primeiros trimestres de 2019 (contratado até setembro de 2019, com exceção da BTN), o valor médio deverá situar-se em torno dos 104,29 €/MWh, o que representa uma redução de -1,6% face a 2018 (em resultado da redução das TAR), sendo o valor médio de aquisição de energia nos mercados de 62,78 €/MWh, que compara com o valor de 58,19€/MWh em 2018 (+7,9%). Estes valores não incluem a redução excecional da potência contratada que conseguida em 2018 terá aplicação plena em 2019.

Regista-se ainda para os consumos de energia. De acordo com os dados recolhidos, o consumo de energia em 2018 deverá ser semelhante ao verificado em 2017, apesar do ligeiro aumento da atividade no abastecimento de água e no saneamento de águas residuais registados nas empresas do Grupo AdP, o que

induz uma melhoria do consumo específico. Idêntica situação é esperada para o ano de 2019.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica: No ano de 2018 foi evitado um consumo de gásóleo de 136 m³, o que representa uma redução de 4,6% no consumo desta forma de energia. Em termos de energia primária, a redução foi de 57,7%, uma vez que o consumo elétrico foi de cerca de 230 MWh. Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

Não sendo exequível prever com segurança a variação do preço da energia elétrica para o último trimestre de 2019 e anos seguintes, face ao conjunto de fatores que influenciam o mercado e sobre a qual os consumidores não têm qualquer controlo, deve assinalar-se duas novas situações, sobre as quais não se perspetiva, ainda, o seu efeito direto, relacionadas com a:

- Alteração/ atualização das regras do mercado europeu da eletricidade, com vista a melhorar o funcionamento do mercado, dar autonomia aos consumidores e preparar a transição para uma energia limpa, por via de uma diretiva e um regulamento relativos à configuração do mercado da eletricidade, pedras angulares do pacote Energias Limpas;

O Regulamento Mercado da Eletricidade irá estabelecer as regras aplicáveis ao comércio da eletricidade que visam melhorar o funcionamento do mercado e facilitar o comércio transfronteiras de eletricidade, bem como estabelecer as condições em que os Estados-Membros podem criar mecanismos de capacidade;

- Revisão da Diretiva Eficiência Energética e o Regulamento Governação da União da Energia, que fixa o objetivo da UE em pelo menos 32,5 % para 2030, o que se traduz em níveis de consumo de energia não superiores a 1.128 Mtep (consumo de energia primária) e a 846 Mtep (consumo de energia final), em 2030, excluindo o Reino Unido, tendo os Estados-Membros que levar em conta o consumo total de energia projetado ao definirem a sua contribuição indicativa nacional de eficiência energética para os objetivos da EU;

A atualização permitirá à UE avaliar a sua evolução no sentido de cumprir os seus objetivos em matéria de eficiência energética e alterações climáticas, bem como garantir a segurança jurídica para os Estados-Membros e as empresas numa União a 27.

Regista-se ainda, apesar do carácter experimental, para novos desafios que se colocam no fornecimento de energia elétrica, nomeadamente:

- A aplicação de tarifas dinâmicas (o Grupo participa no projeto piloto com 10 infraestruturas), e que visa testar novos períodos horários e a criação de um novo período tarifário, designado por super ponta;
- A reserva de regulação (o Grupo participa no projeto piloto com 13 infraestruturas), e que visa alargar ao consumo a Gestão Global do Sistema, introduzindo um sistema de remuneração para os consumidores que corresponderem aos pedidos de aumento ou redução da potência.

Estas situações, que serão integradas no mercado ao longo dos próximos anos, irão obrigar a dotar as infraestruturas, em particular as de maior consumo, de uma capacidade de ajustamento/ flexibilidade do perfil de consumo de eletricidade da rede pública, que manifestamente não possuem atualmente.

Em resumo, pelos fatores e alterações a que o mercado está sujeito e o condicionam, por não se perspetivar uma variação assinalável no preço da energia elétrica nos mercados (em particular na sua redução) e pela experiência acumulada no grupo no seu acompanhamento continuado, a estratégia mais sustentável passará necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, a conseguir com uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (eólico e solar fotovoltaico), reduzindo o consumo da rede e a dependência dos mercados.

O setor a nível mundial ¹

A água e a segurança hídrica encontram-se no centro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (SDGs - *Sustainable Development Goals*). Segundo o Banco Mundial, sem melhorar a gestão dos recursos hídricos e assegurar o acesso global a serviços de qualidade de abastecimento de água e de saneamento, não será possível enfrentar com sucesso os grandes desafios do século XXI – desenvolvimento humano, cidades habitáveis, alterações climáticas, segurança alimentar e segurança energética.

Panorama Mundial

Factos	Perspetivas
<ul style="list-style-type: none"> • 9 em cada 10 catástrofes naturais decorrem de problemas relacionados com a água, incluindo inundações e secas; • 2,1 biliões de pessoas não tem acesso a serviços de abastecimento de água, 4,5 biliões de pessoas não têm acesso a serviços de saneamento; • 361 mil crianças com menos de 5 anos morrem em cada ano devido a condições deficientes de saneamento e contaminação de água; • 70% da captação de água destina-se à agricultura; • 1,3 biliões de pessoas continuam sem acesso a eletricidade; • os recursos subterrâneos de água esgotam-se a um ritmo maior do que conseguem regenerar-se; 	<ul style="list-style-type: none"> • estima-se que em 2025, cerca de 1,8 biliões de pessoas viverão em regiões com absoluta escassez de água; • com a manutenção das práticas atuais de gestão da água, em 2030 o mundo enfrentará um défice de 40% entre a procura e a quantidade de água disponível; • para alimentar 9 biliões de pessoas em 2050 será necessário aumentar em 60% a produção agrícola e em 15% a captação de água; • as necessidades de água para a produção energética estão a aumentar;

Segundo as duas instituições mais influentes neste domínio a nível mundial – o Banco Mundial e a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, nos próximos anos os governos dos países devem empenhar-se a resolver as questões relacionadas com a qualidade e disponibilidade da água, por forma a garantir o equilíbrio da satisfação das necessidades das famílias, da agricultura, da indústria, da produção de energia, e do meio ambiente.

Tem sido promovidas várias iniciativas sobretudo com o objetivo de assegurar o financiamento de investimentos determinantes para alcançar a meta da segurança hídrica mundial, designadamente:

- *HLPW - High Level Panel on Water*, que deliberou sobre os maiores desafios do setor e produziu um documento – a Nova Agenda, que apela a uma mudança fundamental sobre a forma como se percebe e gere o valor da água;
- *Global Water Security & Sanitation Partnership (GWSP)*,

através da qual se criou um fundo financeiro constituído por diversos doadores;

- *2030 Water Resources Group (2030 WRG)* destinado a apoiar as reformas governamentais mais urgentes com o objetivo de assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos a longo prazo, bem como o crescimento económico dos respetivos países;
- *Roundtable on Financing Water*, que inspirada na liderança política e na experiência técnica tem a ambição de aumentar o financiamento de investimentos que contribuam para a segurança hídrica e para o desenvolvimento sustentável.

A água e o saneamento em Portugal ²

O setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, reconhecidamente um grande contribuinte para o desenvolvimento económico, social e ambiental, teve uma evolução positiva nos últimos anos em Portugal, destacando-se a excelência da monitorização do meio hídrico recetor e da água fornecida, atestado na manutenção de elevados índices de qualidade da água, conforme atestam os dados mais recentes da ERSAR.

Panorama Nacional	
Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
<ul style="list-style-type: none"> • 9,6 milhões de habitantes servidos • 96% de alojamentos servidos • Tarifa média ponderada: 0,4920€/m³ • Indicador água Segura (alta): 99,77% • Indicador água Segura (baixa): 98,72% 	<ul style="list-style-type: none"> • 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem • 84% de alojamentos servidos • 8,4 milhões de habitante servidos com tratamento • 83% de alojamentos servidos com tratamento • Tarifa média ponderada: 0,5094€/m

Tendo o objetivo de promover, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional, e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor, está em execução o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014–2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

No âmbito do Fundo Ambiental, o Ministério do Ambiente anunciou a disponibilização de um total de 158 milhões de EUR, em 2018, para apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e

(1) Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdbobserver.org>

biodiversidade. Desta verba, cerca de dez milhões destinam-se a assegurar a sustentabilidade dos serviços de águas (Despacho n.º 730-A/2018).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.

Destaca-se igualmente a publicação, em Diário da República, do Despacho n.º 2054/2017 de constituição do grupo de trabalho interministerial responsável pela revisão da ENEAPAI (Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais), e atribuição da respetiva coordenação ao Grupo AdP. Decorridos mais de nove anos desde a aprovação da ENEAPAI, esta iniciativa tem por objetivo fazer o balanço da implementação, e consequente atualização da Estratégia dedicada à gestão adequada dos efluentes agropecuários e agroindustriais, estando em desenvolvimento a proposta legislativa destinada à resolução desta matéria.

O Grupo AdP

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais.

Detido maioritariamente pelo Estado, o Grupo constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de

água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.

Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

Destaque para a gestão da energia, constituindo uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Promovendo ainda uma redução de encargos associados.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no PEPE – Plano de Eficiência e de Produção de Energia, efetivou-se a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida no Grupo.

Quanto à gestão dos aproveitamentos hidráulicos, foi criado um grupo de trabalho para a gestão de barragens, que visa desenvolver um modelo sustentável de integração da gestão destes ativos (atualmente geridos pela APA, Agência Portuguesa do Ambiente) nas atividades das diversas empresas subsidiárias. Em maio de 2018, sob organização da AdP, realizou-se uma sessão técnica sobre “Segurança de Barragens”.

O Grupo AdP, através da AdP SGPS, é membro do User Board do CLIM2POWER, projeto de investigação que estabelece uma ponte entre o conhecimento científico complexo baseado em modelos, traduzindo dados climáticos em informação de suporte à gestão operacional de centrais de geração de energia.

O desenvolvimento de capacidades e competências do Grupo AdP no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

O Grupo AdP trabalha ainda em estreita colaboração com os municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa, aplicando o seu know how no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

(2) Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.fundoambiental.pt>; <https://www.apambiente.pt>

2.2. A Regulação

Enquadramento regulatório

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor de águas, abastecimento público de água e saneamento de áreas residuais, sendo este um setor regulado, sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos desta entidade.

Estes serviços assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

As subsidiárias do Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessão e delegação) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM) e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor.

As entidades gestoras estão ainda sujeitas à regulação ambiental por parte da Agência Portuguesa do Ambiente.

Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os conexos contratos de concessão, parceria e gestão. Contratos que dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e rendimentos tarifários, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade com as tarifárias contratuais e verificará a conformidade com regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona outros aspetos económicos e financeiros.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e dos rendimentos tarifários, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG)

que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas.

Nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, foram constituídos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário), nos quais o Grupo AdP se encontra representado.

Em 14 de dezembro de 2018, foi iniciado o procedimento de consulta pública de interessados relativo à proposta de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA) e Documento Complementar n.º I a este regulamento.

Em 2018, o Grupo AdP manteve ativamente a sua participação na elaboração de sugestões, no âmbito das consultas públicas que a ERSAR promoveu, bem como de diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade.

Durante o ano de 2018, continuou-se a desenvolver trabalhos de revisão dos diplomas-base dos sistemas de titularidade estatal (Decreto-Lei n.º 195/2009 de 20 de agosto) e dos sistemas de titularidade municipal (Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto), trabalhos estes que continuam em curso.

Sistemas Multimunicipais (AdAlgarve)

A entidade gestora Águas do Algarve, S.A., pertencente ao universo do Grupo AdP, que se constituiu sistema multimunicipal, exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas, em “alta”, praticadas por este sistema multimunicipal são fixadas pela ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites pela ERSAR.

No caso da Águas do Algarve, S.A., a ERSAR aprovou em 27 de abril de 2018 as tarifas a aplicar durante 2018.

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifários a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios a recuperar por via tarifária resulte da remuneração do capital social, da reserva legal e da

remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente à OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3 %.

Para o sistema multimunicipal gerido pela Águas do Algarve, S.A., dado não existir no contrato de concessão norma habilitante para registo dos DRG, estes estão refletidos nas contas consolidadas da AdP, S.G.P.S.

Não obstante, no decurso de 2018 foi apresentada à ERSAR nova proposta de contrato de concessão da Águas do Algarve, S.A., em que estão consagradas as mesmas regras de fixação de tarifas, rendimentos tarifários e DRG, que para os restantes sistemas multimunicipais.

Regulação da qualidade do serviço

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço, resulta de uma avaliação anual tendo por base indicadores em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em dezembro de 2018, foi publicado e divulgado o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2017, cujo acesso é público.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

As entidades gestoras pertencente ao universo do Grupo AdP que prestam atividades de abastecimento público de água estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Compete à ERSAR, nos termos dos seus estatutos, exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano, junto das entidades gestoras de abastecimento público de água, promovendo a melhoria da sua qualidade e universalidade, avaliando o desempenho dessas entidades.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2010,

de 26 de julho, e do Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho, as entidades gestoras devem elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade efetuar ações de fiscalização à respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, as entidades gestoras implementam o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Em 16 de fevereiro de 2018 o PCQA de 2018 da Águas do Algarve, S.A. foi aprovado pela ERSAR. No âmbito deste PCQA aprovado, em 2018 foram efetuadas 6.284 análises, sendo que foram detetados 9 incumprimentos aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 99,86%.

Os resultados do controlo da qualidade da água nos pontos de entrega e na torneira do consumidor realizado pelas entidades gestoras são também incluídos no RASARP.

Em setembro de 2018, foi publicado e divulgado o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2017, cujo acesso é público.

3 – O Negócio

3.1. Introdução

A Águas do Algarve S.A. é uma sociedade de direito privado de capitais públicos onde a Águas de Portugal, SGPS, S.A., participa com a maioria do capital social, sendo o restante distribuído pelos municípios algarvios de acordo com o exposto na nota nº15 do anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Água em Alta

Sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve

O ano de 2018 iniciou-se em situação de seca, mas a ocorrência de valores muito elevados da quantidade de precipitação durante o mês de março, permitiram reverter essa situação, e tiveram como consequência o final da seca meteorológica que se verificava desde abril de 2017. Esta situação permitiu aumentar os níveis de armazenamento de água, tanto nas albufeiras como nas águas subterrâneas, face ao período homólogo do ano anterior.

De referir todavia que os meses de agosto e setembro foram extremamente quentes e secos e no final de 2018, a região do Algarve encontrava-se em situação de seca fraca. No entanto deve salientar-se que, o final do ano civil não corresponde ao final do período húmido de 2018-2019, pelo que há a expectativa que no primeiro trimestre de 2019 haja uma melhoria das afluências às albufeiras do Algarve e conseqüentemente o aumento das suas disponibilidades hídricas.

Durante o ano 2018, o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA), numa estratégia de gestão integrada e plurianual dos recursos hídricos, utilizou origens de água quer superficiais, quer subterrâneas.

A albufeira da barragem de Odelouca, destinada ao abastecimento público de água, é uma das principais origens de água do SMAAA, que recorre ainda às albufeiras do Aproveitamento Hidráulico de fins múltiplos de Odeleite-Beliche e a água proveniente da albufeira da Bravura, através de captação no Canal de Rega deste Aproveitamento Hidráulico.

Estas origens superficiais são complementadas com o recurso à captação de água subterrânea, através dos Sistemas de Captações Subterrâneas de Benaciate e de Vale da Vila, localizados no aquífero de Querença-Silves e do Sistema de Captações Subterrâneas de Almádena, localizado no aquífero de Almádena-Odiáxere.

O recurso a esta diversidade de origens de água, a monitorização das suas disponibilidades hídricas, e a aferição constante das estratégias de gestão a adotar, possibilita, para além da gestão integrada de recursos hídricos, uma maior robustez e resiliência do SMAAA, permitindo dar uma resposta mais eficaz a eventuais situações de emergência e contingência, e promover a melhoria na adaptação aos fenómenos de escassez hídrica característicos da região do Algarve.

No quadro seguinte é apresentado um resumo da informação associada ao armazenamento de água, durante o ano 2018, das albufeiras que constituem origens de água superficial do SMAAA.

	Barragem de ODELOUCA				Barragem de ODELEITE				Barragem do BELICHE				Barragem da BRAVURA			
Capacidade Total de Armazenamento (hm ³)	157,14				130,00				48,00				34,82			
Capacidade Útil de Armazenamento (hm ³)	128,20				108,80				42,89				32,26			
Data	Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil	
	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%
31/12/17	54,32	34,57%	25,38	19,80%	85,76	65,97%	64,56	59,34%	27,86	58,04%	22,75	53,04%	16,96	48,71%	14,40	44,63%
31/03/18	98,73	62,83%	69,79	54,44%	123,20	94,77%	102,00	93,75%	38,19	79,57%	33,08	77,14%	22,65	65,05%	20,09	62,27%
30/06/18	105,46	67,11%	76,52	59,68%	118,07	90,83%	96,87	89,04%	40,40	84,17%	35,29	82,28%	25,97	74,57%	23,40	72,55%
30/09/18	85,48	54,39%	56,54	44,10%	98,75	75,96%	77,55	71,28%	32,80	68,33%	27,69	64,56%	20,39	58,56%	17,83	55,26%
31/12/18	75,44	48,01%	46,50	36,27%	93,76	72,12%	72,56	66,69%	30,92	64,41%	25,81	60,17%	20,37	58,50%	17,81	55,20%

De acordo com as disponibilidades hídricas verificadas ao longo do ano 2018, nas diversas origens de água do SMAAA, e tendo em consideração as estratégias de gestão adotadas e as necessidades de consumo registadas, foram captados

os seguintes volumes de água, para produção de água para consumo humano e garantia do abastecimento público de água do algarve (gráfico 1):

Origem de Água do SMAAA	Volume Captado para Produção de água para o Abastecimento Público (m ³) - Ano 2018
Empreendimento Hidráulico de FM da Bravura	4 326 972
Empreendimento Hidráulico de FM de Odeleite-Beliche	33 618 044
Empreendimento Hidráulico de Odelouca	27 647 136
Captações Subterrâneas - Aquífero Almádena\Odeáxere	150 435
Captações Subterrâneas - Aquífero Querença\Silves	3 727 177
Total	69 469 764

O total de água faturada aos utilizadores do Sistema Multimunicipal, em 2018, foi de 67.557.579 m³, representando

um caudal médio diário de 185.089 m³, sendo inferior em 5,6% em relação ao caudal médio diário de 2017.

O volume de água fornecido em 2018 foi inferior em 6,9%, face ao volume de água previsto fornecer no Contrato de Concessão em vigor para o mesmo ano.

O volume de água não faturada foi de 1.912.185 m³, representando cerca de 2,75% do total de água captada para tratamento. As perdas reais foram estimadas em 665.554 m³, representando 3,7 l m³/km dia.

O volume total de água tratada no ano de 2018 foi de 68.053.370 m³ e representou um decréscimo de 5,7% face ao ano anterior.

A taxa de utilização das Estações de Tratamento de Água (ETA) do SMAAA em 2018 atingiu no mês de Agosto, um valor médio de 61,9% correspondente a 301.939 m³/dia, inferior em 2,7% relativamente ao ano de 2017.

Através da Interligação Reversível, foi transferido 149.881 m³ de água no sentido Poente – Nascente na sequência de uma intervenção programada a Nascente e 5.927.799 m³ de água no sentido Nascente – Poente, representando uma redução de cerca de 14,5% face ao ano anterior.

Foi captado do furo JK8 150.435 m³ de água fornecido diretamente após desinfeção à adução.

O Gráfico 2 apresenta a evolução global dos volumes de água faturada aos Utilizadores Municipais no ano de 2018 face ao ano 2017.

Mantém-se a forte sazonalidade no abastecimento público do SMAAA em época alta, com um fator de ponta de 1,66. Em 2017 o fator de ponta tinha sido de 1,60.

O Gráfico 3 apresenta a distribuição dos volumes de água faturados por Utilizador Municipal verificados no ano 2018.

Captação de Água (m³) por Origem - Ano 2018

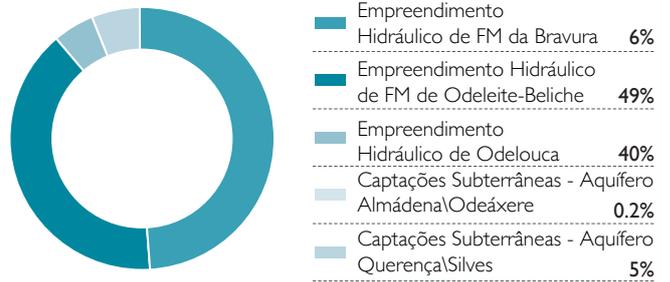


Gráfico 1

Evolução dos volumes de água faturada aos Utilizadores Municipais (m³).

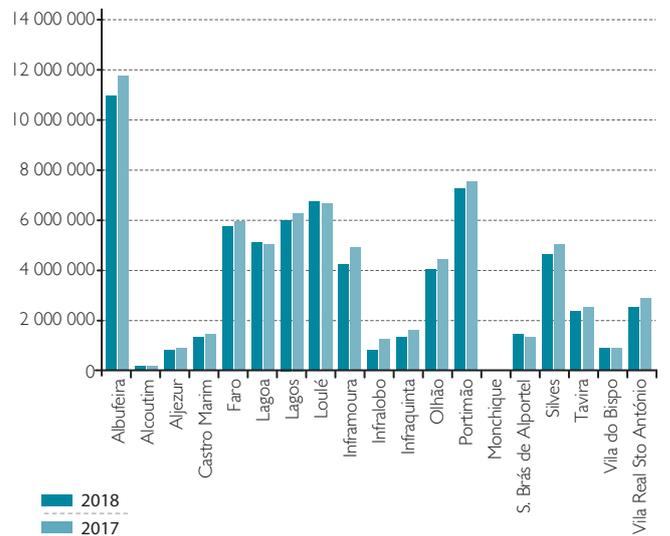


Gráfico 2

Distribuição dos volumes de água faturada por Utilizadores em 2018 (%)

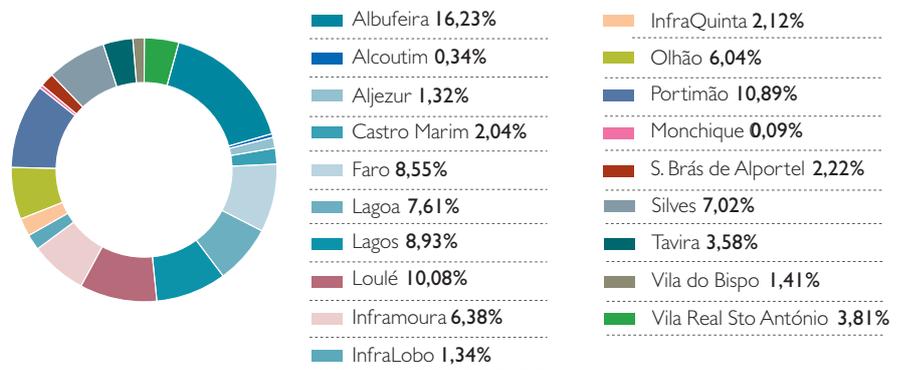


Gráfico 2

O Município com maior percentagem de água faturada foi o de Loulé, incluindo as empresas concessionárias em baixa InfraQuinta, InfraLobo e InfraMoura, representando cerca de 20% da água faturada no SMAAA.

O Utilizador Municipal com maior volume fornecido foi Albufeira, representando 16,23% da água fornecida no SMAAA. O Utilizador Municipal com menor volume de água fornecida foi Monchique, representando apenas 0,09% da água fornecida no SMAAA.

No ano de 2018 a operacionalidade do SMAAA, registou duas ocorrências que exigiram a interrupção do fornecimento de água aos Utilizadores com consequências para o abastecimento público de água superior a 6 horas, com origem em causas externas à AdA, nomeadamente intervenções executadas por outras entidades para desvio de condutas da adução da AdA. Verificou-se ainda uma ocorrência que implicou o fornecimento de água sem Cloro, por falha de Cloragem, por período superior a 6 horas, na sequência da falha de energia provocada pelos incêndios de Monchique, Silves e Portimão.

Qualidade da água fornecida para consumo humano

A qualidade da água tratada e fornecida aos Utilizadores servidos pelo SMAAA no ano 2018 pode considerar-se excelente, com uma conformidade de 99,86%, tendo-se registado nove (9) incumprimentos na qualidade da água fornecida no âmbito do PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água aprovado pela ERSAR.

Produção e destino final de lamas do tratamento de água

Nas ETA do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, foram produzidas 5.348,1 toneladas de lamas desidratadas e enviadas 4.151,7 toneladas de lamas para valorização no Complexo Industrial da Cimpor, em Loulé, representando, em relação ao ano anterior, um acréscimo de 7% na produção de lamas e de 25% nas lamas encaminhadas para valorização.

3.3. Saneamento em Alta

Sistema multimunicipal de saneamento do Algarve

Principais características das instalações

No gráfico 4, apresentam-se as infraestruturas em exploração no final de 2017 e no final de 2018, no que respeita à extensão de interceptores, número de estações elevatórias (EE) e de estações de tratamento de águas residuais (ETAR).

Volume de água residual tratada

Durante o ano de 2018, o volume de água residual tratada foi de 42.804.568 m³. No gráfico 5 estão representados os volumes anuais (m³), em 2017 e 2018.

Volume de água residual tratada nas ETAR capacidade superior a 100.000 habitante-equivalente

No gráfico 6 são apresentados os volumes de água residual tratada nas ETAR do SMSA com capacidade superior a 100.000 hab-eq. (2017 e 2018).

Registaram-se quebras no volume de água residual nas ETAR da Companheira, VRSA e Vilamoura,

Volume de água residual equivalente faturada

Durante o ano de 2018, foi faturado aos Utilizadores do Sistema um volume de água residual equivalente de 42.202.887 m³, sendo superior em 3,8% aos caudais equivalentes faturados no ano anterior. (gráfico 7)

Os caudais de saneamento para 2018 previstos no Contrato de Concessão assinado em 26 de maio de 2001 totalizavam 50.285.217 m³. Os caudais reais estiveram 16,1% abaixo deste valor.

Apresenta-se, no gráfico 8, o peso de cada Município no volume de água residual equivalente faturada em 2018.

Infraestruturas (2017-2018)

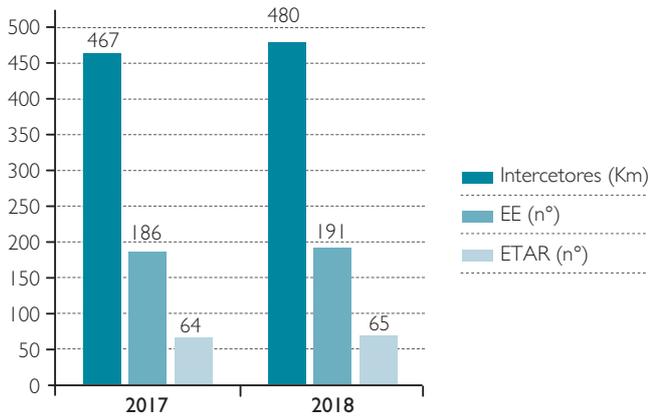


Gráfico 4

Água residual equivalente faturada

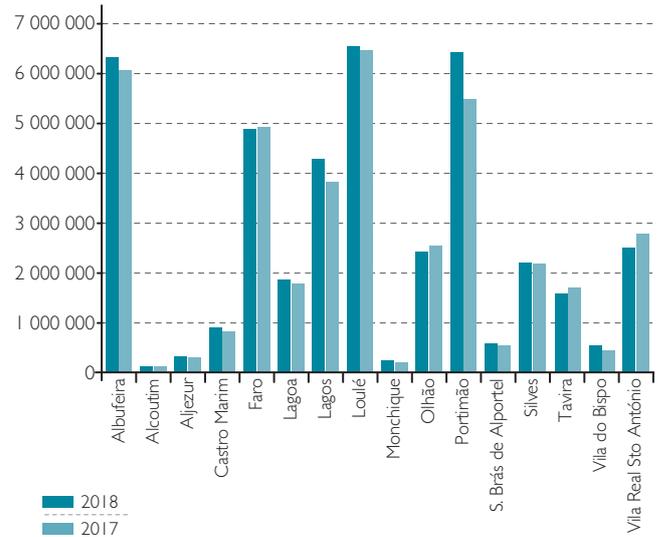


Gráfico 7

Volume tratado (2017-2018)

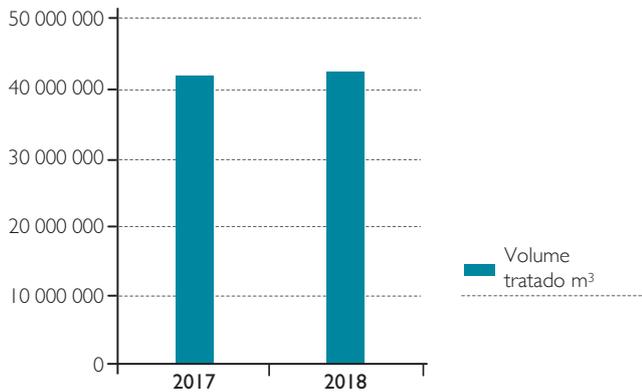


Gráfico 5

Água residual equivalente faturada

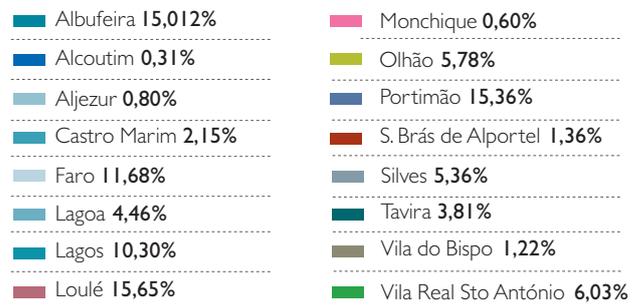
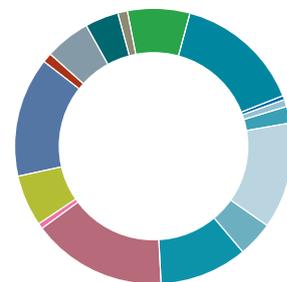


Gráfico 8

Volumes de água residual tratada nas ETAR com capacidade superior a 100.000 hab-eq. (hm³).

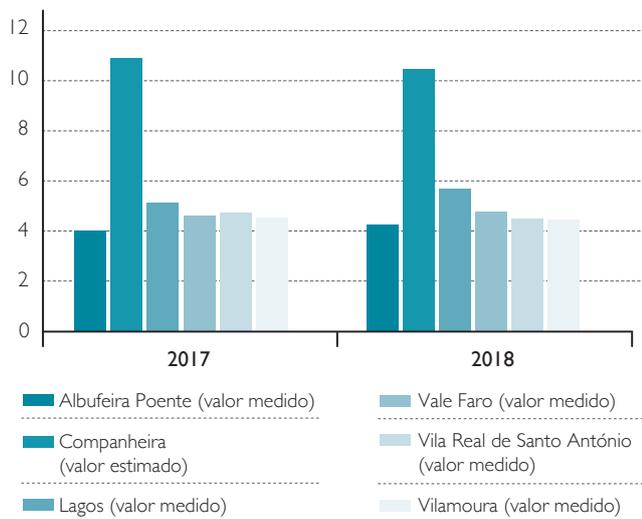


Gráfico 6

Dados de exploração

Volume de água residual tratada por nível de tratamento

Relativamente ao volume de água residual tratada, verifica-se que 86% ocorreu em ETAR com o nível de tratamento secundário e 13% com um nível de tratamento terciário, conforme figura seguinte, níveis idênticos aos de 2017. (gráfico 9)

Volume de água residual tratada com desinfecção microbiológica

No que respeita à desinfecção microbiológica, 96% do efluente foi tratado em ETAR com sistema de desinfecção por radiação UV, sistema de cloragem associado e/ou em lagoas de maturação (as lagoas de maturação, com níveis de remoção microbiológica inferiores, correspondem a 21% do volume total). (gráfico 10)

Localização das ETAR e dos meios recetores

As localizações das ETAR e dos meios recetores mais vulneráveis: zonas sensíveis, zonas húmidas, zonas de produção aquícola e zonas balneares, são apresentadas na figura seguinte.

Volume de água residual tratada por nível de tratamento (%)

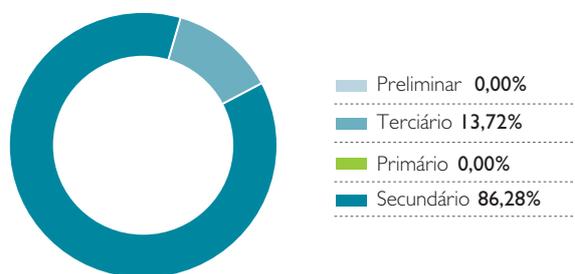


Gráfico 9

Volume de água residual tratada com desinfecção microbiológica

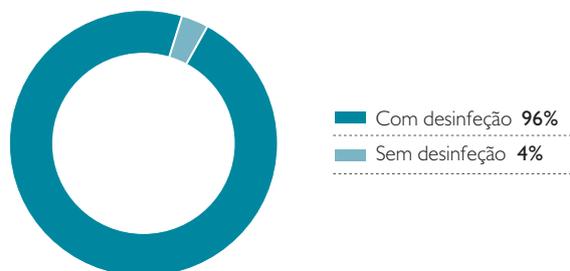
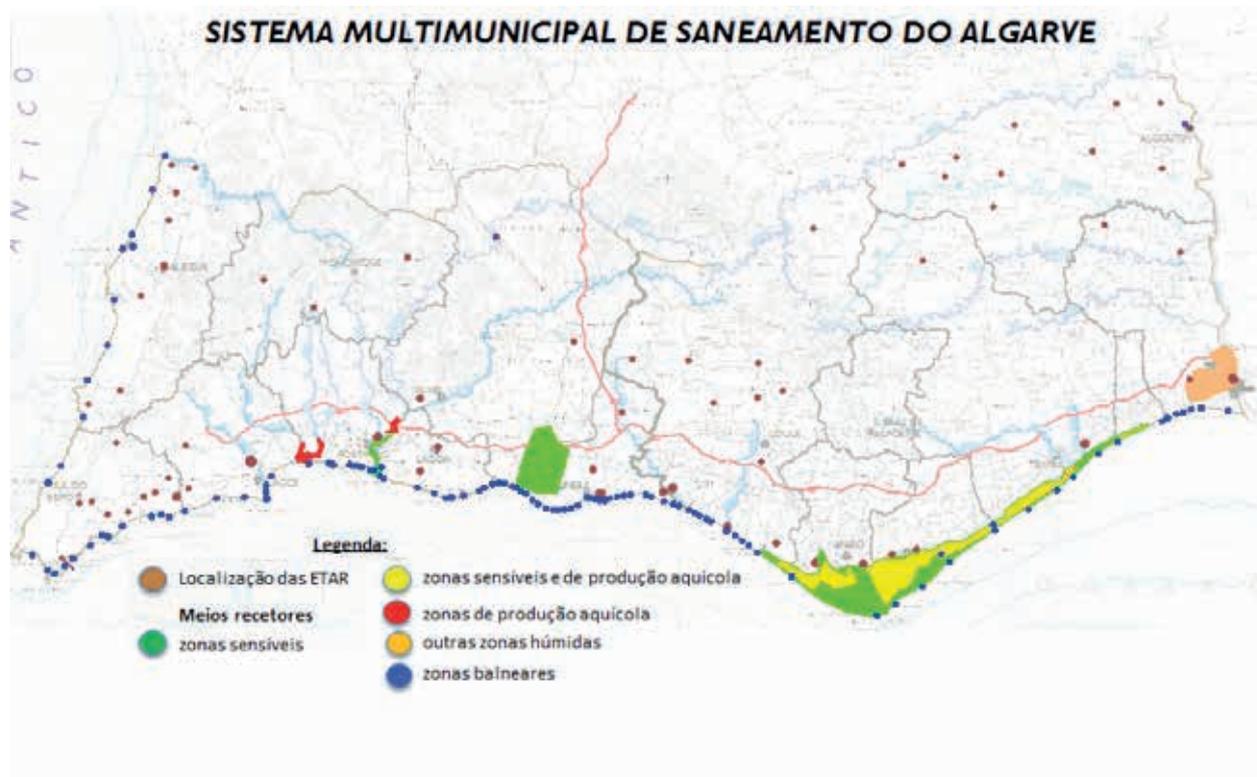


Gráfico 10



No que se refere à capacidade de tratamento instalada no SMSA, 96% dessa capacidade localiza-se junto a zonas sensíveis, balneares ou com produção aquícola. (gráfico 11)

Cumprimento dos parâmetros de descarga

Em 2018, efetuaram-se 10.749 determinações para controlo dos efluentes nas ETAR e nos respetivos meios recetores no âmbito do estipulado nas licenças de descarga.

O cumprimento dos parâmetros de descarga, desde 2013, é apresentado no gráfico 12.

O valor do indicador é largamente influenciado pelos incumprimentos verificados nas ETAR da Companheira, Faro Nascente e Olhão Poente, entretanto desativadas. O valor do indicador é beneficiado pelo curto período de funcionamento da antiga ETAR da Companheira.

As novas ETAR da Companheira e de Faro-Olhão têm processos de tratamento distintos das antigas ETAR de lagunagem.

Sistemas de desodorização no SMSA

Nos gráficos seguintes, apresentam-se as ETAR (em função da capacidade instalada em habitante-equivalente) (gráfico 13) e EE com sistemas de desodorização (gráfico 14).

Verifica-se que, no que respeita à capacidade instalada em habitantes-equivalente, 76% das ETAR têm sistemas de desodorização.

Relativamente às Estações Elevatórias, 67 têm sistemas de desodorização (35% do total).

Capacidade Instalada (m³/dia) em %



Gráfico 11

Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)

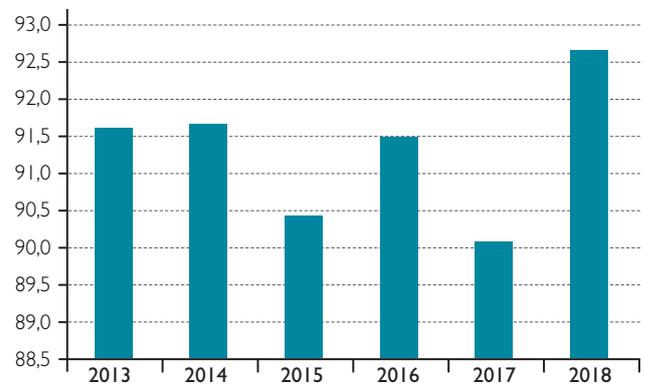


Gráfico 12

Sistema de Desodorização em ETAR - capacidade instalada (%)

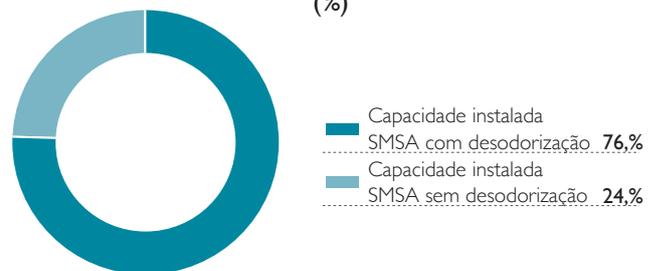


Gráfico 13

Sistema de Desodorização em EE (%)

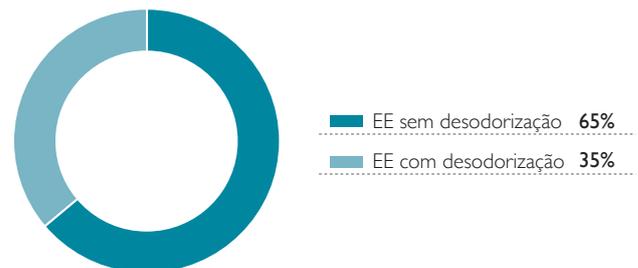


Gráfico 14

Resíduos

Em 2018 foram produzidas e transportadas para destino adequado 39.346 toneladas de lamas, representando um crescimento de 11% quando comparado com o valor do ano anterior (35.314 toneladas de lamas).

De acordo com o contrato em vigor com o prestador de serviços, estas lamas têm como destino final a compostagem, podendo, em alternativa, serem depositadas em aterro.

Produção de biogás

A única instalação onde é feito o aproveitamento energético do biogás é a ETAR de Lagos. O volume de biogás e a energia produzida foram os seguintes:

- Volume de biogás produzido: 193.175 m³;
- Energia produzida pela cogeração do biogás: 17.828 kWh.

Medidas de acompanhamento ambiental e de saúde pública

No âmbito deste descritor destacam-se as medidas mais relevantes de 2018:

- Monitorização da Lagoa dos Salgados no âmbito da Declaração de Impacte Ambiental da ETAR de Albufeira Poente;
- Monitorização da avifauna nas lagoas das ETAR de Faro Nascente e de Vilamoura;
- Controlo vetorial de mosquitos – programa de prevenção de doenças transmitidas por artrópodes. Este controlo é executado anualmente de maio a outubro nas ETAR do SMSA, efetuando-se, entre outras medidas, a aplicação de larvicida biológico e o corte de vegetação, bem como a monitorização periódica dos locais propícios ao aparecimento de larvas de mosquitos.

3.4. Outros negócios

A Empresa obtém rendimentos complementares resultantes da venda de energia da produção por painéis solares, da prestação de serviços de análises do laboratório, da venda de Lixiviados e limpa-fossas e da renda de cabodutos.

4 – Sustentabilidade**4.1. Enquadramento**

A Sustentabilidade no Grupo AdP é parte integrante da sua estratégia de gestão, porquanto sustenta a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras gerando por isso valor para todas as partes interessadas. As atividades do Grupo são fundamentais para um desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável.

No ano de 2018, reforçou-se o compromisso com o Desenvolvimento Sustentável. Foram dados passos largos no combate às alterações climáticas, apostando-se forte na economia circular, e empenho nas políticas sociais rumo ao cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O Grupo tem a consciência do impacto imediato e futuro no desenvolvimento das cidades e na qualidade de vida das pessoas, pautando a sua atuação com esse enfoque.

Consciente dos impactes inerentes às operações desenvolvidas, o Grupo gere adequadamente os recursos que utiliza, explorando as melhores tecnologias disponíveis e otimizando o potencial das infraestruturas, dos subprodutos e dos resíduos que gere.

A Águas do Algarve, S.A enquanto empresa pertencente ao universo AdP, desenvolve uma gestão sustentável dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

O Plano Estratégico de Sustentabilidade do Grupo AdP redefinido em 2017 resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Neste enquadramento, e tendo por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadoras/es, com a comunidade e com as demais partes interessadas, identificaram-se os principais desafios do grupo em matéria de sustentabilidade e foram definidos os principais compromissos. A nossa atuação face aos compromissos assumidos e metas encontram-se plasmados no relatório de sustentabilidade (consolidado) do Grupo AdP.

Estratégia de Sustentabilidade 2017/2020

Em Simbiose com Ambiente

Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo

Simbiose com os Acionistas e Clientes

Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

Simbiose com os Colaboradores

Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

Simbiose com a Comunidade

Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento

4.2. Stakeholders

A Águas do Algarve, S.A. está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



Deveres especiais de prestação de informação

A Águas do Algarve, S.A. cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

4.3. Gestão do Risco

A Águas do Algarve, S.A. e, em particular, o seu Conselho de Administração dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos que resultam da operação diária e da melhoria no sistema de controlo interno existente.

A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

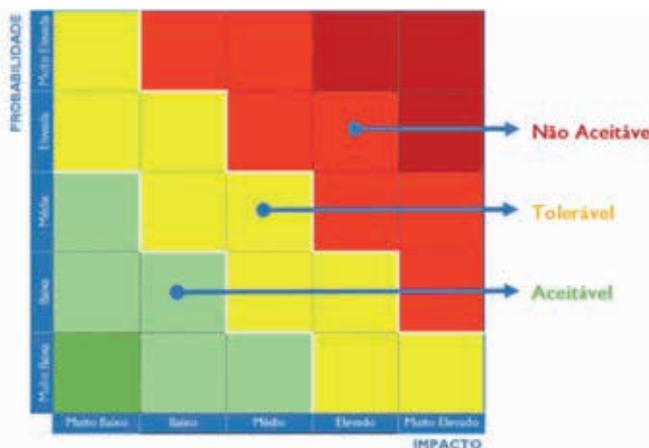
De modo a assegurar a eficácia e eficiência dos processos que garantem o atingimento dos objetivos, a existência de um sistema de controlo interno, visa garantir um nível de confiança razoável nos mecanismos de controlo implementados. Estes compreendem um conjunto de ações que, em conjunto ou individualmente, garantem que os processos desenvolvidos asseguram o cumprimento das metas definidas e a realização da sua missão.

A adequabilidade do sistema de controlo interno encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco existente, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

No modelo de gestão do risco empresarial implementado no Grupo AdP, os riscos encontram-se organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual se apresenta em baixo.

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:

Matriz da avaliação dos riscos



Modelo de Gestão do Risco Empresarial Implementado no Grupo AdP

Classes	Governança	Estratégia & Planeamento	Operacional/ Infraestrutura	Conformidade	Reporte
Categorias	Governança Corporativa	Responsabilidade Social e Sustentabilidade	Ativos	Conformidade	Reporte
	Ética	Fatores Externos	Gestão Financeira		
		Estratégia	Recursos Humanos		
		Planeamento	Tecnologias de Informação		
			Legal		
			Desenvolvimento de Produtos e Serviços		
			Marketing, Vendas e Comunicação		
			Supply Chain		

A avaliação dos riscos na perspectiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspectiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Algarve, S.A., sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela Águas do Algarve, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Considerando a avaliação do risco efetuada em 2018, alguns dos principais riscos a que este se encontra exposto, são os seguintes:

- **R.2.1.2 - Impacto ambiental**
Risco de uma ineficiente utilização dos recursos ambientais ou contaminação dos mesmos, decorrente direta ou indiretamente da atividade da empresa ou do incumprimento da legislação / regulamentação ambiental vigente.

- **R.3.4.1 - Gestão da saúde pública**

Risco de consequências adversas para a Saúde Pública, decorrentes de falhas, acidentes a nível técnico ou humano ao longo da cadeia de abastecimento ou de saneamento.

- **R.2.2.3 - Catástrofe**

Risco de ocorrência de eventos catastróficos com impacto ao nível da continuidade do negócio.

- **R.3.6.2 - Capacidade técnica e humana**

Risco de não atingimento dos objetivos definidos para a Organização, decorrente da dificuldade na manutenção e gestão dos meios técnicos, humanos e financeiros adequados e suficientes para a operação do negócio.

- **R.3.6.1 - Capacidade instalada**

Risco de dificuldade na prestação dos serviços e perdas financeiras, decorrente da capacidade instalada se encontrar desadequada face às necessidades atuais do meio em que se insere.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

Decorrente da análise à avaliação do risco efetuada pela empresa no final de 2018, o Conselho de Administração irá avaliar a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, as quais sendo identificadas, serão incorporadas nos Planos de Tratamento do Risco, que deverão ser monitorizados periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

4.4. Atividade Operacional

4.4.1. Laboratório

Controlo da qualidade da água para consumo humano e respetivas origens

O controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano é efetuado de modo a cumprir não só a legislação nacional aplicável, como também as orientações da Organização Mundial de Saúde, as especificações do Regulador ERSAR e do Plano de Segurança da Água (PSA/ ISO 22000), e ainda as

especificações da Certificação do produto “Água para consumo humano”, segundo a Recomendação nº02/2011, da ERSAR.

A monitorização da qualidade da água para consumo humano da empresa Águas do Algarve, S.A., abrange o controlo legal e operacional e incide sobre as etapas de tratamento das 4 ETAS e todos os pontos do sistema de adução, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA).

De acordo com o definido nos Contratos de Concessão, para utilização dos recursos hídricos, e nas licenças de captação de águas subterrâneas e superficiais (no âmbito da Diretiva Quadro da Água), é também da responsabilidade da AdA a monitorização da qualidade das águas de origem nas albufeiras de Odelouca, de Odeleite e Beliche e nos sistemas de captação de águas subterrâneas de Vale da Vila e Benaciate e JK8.

O controlo analítico necessário para garantir a qualidade da água captada, produzida e distribuída, pela AdA é efetuado pelo Laboratório, que garante a realização de todas as colheitas e análises incluídas nos diversos planos. Para a monitorização da qualidade da água do SMAAA e das respetivas origens, o Laboratório da AdA utiliza uma rede de amostragem com cerca de 260 pontos de colheita, tendo efetuado, em 2018, um total de cerca de 98.300 análises nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), em águas naturais e para consumo humano. Das análises realizadas no SMAAA, e respetivas origens, apenas 14% foram subcontratados a outros laboratórios.

Controlo da qualidade de águas residuais

O controlo da qualidade das águas residuais do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA) é efetuado de forma a garantir o cumprimento dos valores exigidos nas Licenças de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais, de todas as Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR) da AdA e respetivos meios recetores e emissários.

A monitorização da qualidade das águas residuais incide sobre o controlo legal e operacional das 4 zonas do SMSA. O Laboratório da AdA é responsável pelas colheitas e análises de âmbito legal das ETAR das 4 zonas, do SMSA, e também pelas colheitas e análises referentes aos planos analíticos de controlo operacional das ETAR das zonas 2 e 3.

Para monitorização da qualidade das águas residuais e meios recetores, o Laboratório da AdA utiliza uma rede de amostragem de cerca de 350 pontos de colheita, situados em

ETAR's, (95%), meios hídricos recetores (cerca de 5%) e um emissário submarino.

O controlo da qualidade da água do SMSA, ao longo de 2018, implicou a realização de cerca de 38.500 análises, nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), das quais cerca de 11% foram subcontratadas a laboratórios externos.

Atividade complementar – venda de análises para clientes externos

Após autorização do Concedente, o Laboratório da AdA encontra-se, desde 2012, habilitado para o exercício da atividade complementar de “realização de análises laboratoriais para clientes externos”.

Ao abrigo desta autorização, o Laboratório da AdA está a prestar serviços de análises para clientes externos, entre os quais se destaca a empresa Águas Públicas do Alentejo, S.A. (AgdA).

Métodos implementados no Laboratório da AdA

Com o objetivo de garantir a monitorização e controlo da qualidade da água, o Laboratório da AdA tem atualmente implementados cerca de 300 ensaios/determinações analíticas, que utiliza regularmente na análise dos diversos tipos de águas e subprodutos de tratamento (i.e. águas naturais, águas de consumo, águas residuais, águas de piscina e balneares, lamas e reagentes de processo).

Acreditação do Laboratório - norma NP EN ISO/IEC 17025

De modo a satisfazer as exigências regulamentares, e legais, aplicáveis ao setor Águas, o Laboratório da AdA encontra-se acreditado, desde 2006, pela norma NP EN ISO/IEC 17025, com o certificado IPAC nº L0400.

No final de 2018, o Laboratório da AdA possuía um total de cerca de 180 ensaios/determinações analíticas acreditadas - nas áreas técnicas da físico-química, microbiologia e biologia - para os produtos águas naturais, águas de consumo, águas residuais, balneares e piscinas. Adicionalmente, o Laboratório da AdA mantém ainda a acreditação dos ensaios de colheita de amostras para os diversos parâmetros analisados nas águas destinadas ao consumo humano e águas naturais.

Tal como em anos anteriores, e de forma a garantir uma resposta contínua às exigências de controlo de qualidade da água, o Laboratório submeteu ao IPAC, durante o ano de 2018, o pedido de extensão do âmbito da acreditação para novos ensaios e colheita de amostras.

Controlo de qualidade externo do Laboratório

O Laboratório participa anualmente em ensaios de intercomparação laboratorial (EIL), considerados como a principal ferramenta de controlo de qualidade externo de análises. Este tipo de ensaios permite comparar os desempenhos entre Laboratórios, a nível mundial, e assim garantir e evidenciar a qualidade das análises efetuadas no Laboratório. Para além de dar cumprimento a um dos requisitos da norma de acreditação (ISO 17025), os resultados destas participações permitem também validar as metodologias dos ensaios acreditados, bem como os técnicos que as executam, calcular as incertezas das medições e evidenciar a fiabilidade dos resultados. À semelhança dos anos anteriores, o Laboratório da AdA manteve durante o ano de 2018 um excelente desempenho nas várias participações em EILs.

Colaborações, Protocolos e Projetos

O Laboratório da AdA integra, desde 2006, a Equipa da ISO 22000 / Plano de Segurança de Água (PSA) da AdA, assumindo a co-coordenação da referida Equipa (ESA). Participa ainda no projeto de Certificação do Produto “Água para consumo humano”, de acordo com a Recomendação ERSAR 02/2011.

No que respeita a participações em Comissões Técnica (CT), o Laboratório da AdA, manteve a sua colaboração com os vários grupos de trabalho promovidos pela RELACRE – Associação Portuguesa dos Laboratórios Acreditados – com o objetivo de estudar e debater os problemas específicos dos laboratórios, nomeadamente os relacionados com a gestão, a qualidade dos resultados e a elaboração de guias e documentos técnicos de trabalho.

No âmbito da acreditação, durante o ano de 2018, o Laboratório da AdA continuou a realizar auditorias internas em Laboratórios externos.

À semelhança do efetuado em anos anteriores, manteve-se durante o ano de 2018 a colaboração com instituições de ensino, nomeadamente Universidades e Escolas, através dos quais foram realizados estágios curriculares.

O Laboratório participou ainda em projetos de I&D da AdA identificados no ponto B.4.7 deste Relatório.

4.4.2. Manutenção

4.4.2.1. Manutenção no Abastecimento de Água

Na área de negócio – abastecimento de água para consumo humano, no ano de 2018 o Departamento de Manutenção deu continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, dentro dos objetivos traçados para este serviço, de acordo com a legislação em vigor e com as normas internas da empresa, de modo a consolidar as certificações em qualidade, ambiente, segurança, responsabilidade social e HACCP no âmbito de construção, exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e certificação do produto água para consumo humano em alta.

A Prestação de Serviços de Manutenção é efetuada em regime de Outsourcing, sendo o prestador de serviços a empresa BE WATER, S.A. que ganhou o respetivo concurso público em 2015.

No ano de 2018, realizaram-se 15.244 intervenções de manutenção, abrangendo 4 ETAs, 33 estações elevatórias, 72 pontos de entrega, 18 furos de captação e 425km de adutores, com um total de 14.804 equipamentos.

Em 2018, na área de negócio água, a Águas do Algarve, S.A. conseguiu um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 90%.

De salientar o esforço efetuado no sentido de manter toda a instrumentação analítica em perfeito funcionamento (330 equipamentos) e dentro dos critérios de aceitação estabelecidos, de modo a dar cumprimento aos requisitos do Sistema de HACCP e da Certificação do Produto. Para tal foram realizadas nestes equipamentos 6.320 intervenções Preventivas e 82 intervenções Corretivas, que originaram 23.469 ensaios comparativos com Equipamento Padrão.

Nos gráficos 15 e 16, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

Relativamente ao ano anterior, verificou-se uma ligeira redução da mão-de-obra utilizada em manutenção preventiva, de 85% em 2017 para 83% em 2018, com a subida em 1% da mão-de-obra utilizada em manutenção corretiva, que passou de 9% em 2017 para 10% em 2018. Esta situação deveu-se em particular às intervenções de reparação de roturas em 2018 que, pela sua natureza, obrigaram a utilização de mais mão-de-obra nestas intervenções corretivas. Além desse fato, em 2018 também se mobilizou mais mão-de-obra (mais 2% que em 2017) para apoio a serviços da empresa, fora do âmbito das atividades de manutenção, no seguimento das alterações estruturais internas verificadas.

Em 2018 conseguiu-se uma melhoria em 4% no cumprimento do plano de manutenção preventiva em relação a 2017.

O número de intervenções Urgentes (com prazo de reparação imediato ou até 48 horas) diminuiu em 1% em relação a 2017, fixando-se em 8% relativamente às intervenções de Rotina.

HH's por tipo de trabalho (Abastecimento)

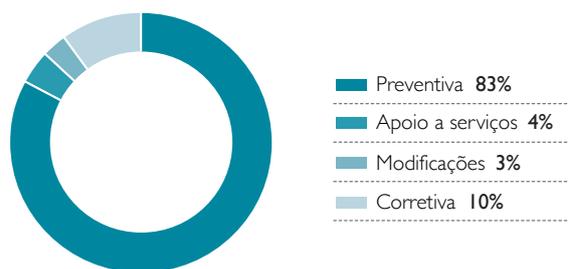


Gráfico 15

Grau de Urgência - OT's (Abastecimento)

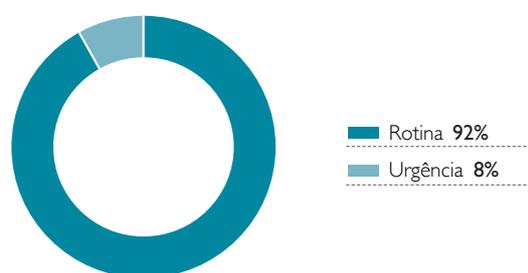


Gráfico 16

Tipo trabalho	(HH's)
Preventiva	72 477
Apoio a serviços	3 735
Modificações	2 096
Corretiva	8 747
Total	87 055

Tipo trabalho	(HH's)
Rotina	14 038
Urgência	1 206
Total	15 244

DGA-MA Intervenções Significativas

(Zona Nascente/Sotavento)

Durante o ano de 2018, além do investimento na manutenção corrente das infraestruturas, em particular com a prestação de serviços de manutenção, foram efetuadas vários outros investimentos promovidos pela área de manutenção, no sentido de garantir a conservação dos ativos e a disponibilidade das instalações, nomeadamente:

E.E. I - Aproveitamento Hidráulico Odeleite-Beliche

A Estação Elevatória n.º. I (EEI) do Aproveitamento Hidráulico Odeleite-Beliche está equipada com 6 Grupos Eletrobomba: 4 de $2,6 \text{ m}^3/\text{s}$ – 2,8 MW e 2 de $1,3 \text{ m}^3/\text{h}$ – 1,4 MW, alimentados a média tensão (MT) com origem em subestação própria de $2 \times 60/6 \text{ KV}$ – 16 MVA.

Sendo que alguns dos Grupos Eletrobomba se encontravam em serviço há mais de 20 anos sem qualquer beneficiação e no seguimento do que já tinha sido efetuado no ano anterior ao Grupo 5, foi efetuada em 2018 a revisão geral do Grupo 6, com a sua desmontagem integral, enchimento e retificação das irregularidades no impulsor e voluta e revestimento com produto cerâmico (Belzona) para aumento de rendimento com a redução das perdas internas por atrito do fluido. Tal representou um investimento de 18.582€.

Para controlo e proteção de todos os equipamentos em MT, a EEI está equipada com o Quadro Modular (Monobloco) de média tensão com 24 celas, com os respetivos Disjuntores (16). Estes Disjuntores MT, da marca ABB, estão em serviço desde 1996 (mais de 20 anos), sujeitos ao desgaste normal dos materiais pelas manobras efetuadas (+ de 2.000), em particular das engrenagens e componentes mecânicos, pelo que nos últimos anos têm sido alvo de várias e recorrentes reparações. Assim, em 2018 foi efetuado um investimento no valor de 151.619,45€ para fornecimento e instalação de 8 novos Disjuntores de Média Tensão (ABB HD4 12.06.25). Neste investimento foi incluída ainda uma Revisão Geral do Quadro Monobloco.

Barragem de Odeleite - Aproveitamento Hidráulico Odeleite-Beliche

Para acesso à descarga de fundo da Barragem de Odeleite, a cerca de 50m de profundidade, as instalações estão equipadas com um elevador. No seguimento de necessidades identificadas na inspeção periódica obrigatória de dezembro de 2017, no ano de 2018 procedeu-se à contratação dos trabalhos necessários para essas correções, que incluíram a substituição dos cabos de elevação, num investimento de 8.079€.

ETA de Tavira

A ETA de Tavira dispõe de duas linhas de tratamento, cada uma com capacidade de tratar $1,1 \text{ m}^3/\text{s}$.

Devido à maior distância em relação à chegada e conseqüente maior perda de carga, a adução da água bruta à 2.ª linha dispõe de uma Bomba aceleradora, do tipo axial DN800, instalada na conduta.



Quadro Monobloco MT da E.E. I



Um dos novos disjuntores MT

A Bomba instalada de origem não permitia atingir o caudal máximo de tratamento da linha de tratamento. Assim, em 2018 foi efetuado um investimento de 9.490€ para aquisição de uma nova Bomba de maior potência/caudal (KSB Amaline S 8032-433/2 - 4.907 m³/h a 0,7 m - 20kW), o que permitiu passar para uma capacidade de tratamento muito próxima da nominal. Foi ainda necessária a substituição do respetivo variador de velocidade, o que teve um custo de 1.130€. Também para a ETA de Tavira foi adquirida uma bomba submersível de reserva para a cisterna de águas sujas da lavagem dos filtros no valor de 3.275€.

Estação Elevatória do Esteval

Com o aumento dos consumos no concelho de Loulé, verificou-se a necessidade de alterar a automatização da Estação Elevatória do Esteval para permitir o funcionamento simultâneo dos 4 Grupos Eletrobomba. Tratando-se esta uma instalação crítica, pois eleva água para várias instalações de abastecimento de água ao concelho de Loulé, considerou-se importante a aquisição de um novo Grupo Eletrobomba para servir de reserva não-instalada, em caso de avaria em época alta de um dos grupos instalados. Assim, foi adquirida uma nova bomba (KSB ETN 100-080-160 - 228 m³/h a 30m - 30kW) num investimento de 4.980€.

(Zona Poente/Barlavento)

Na sequência do contrato de exploração celebrado entre a AdA e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para o adutor Funcho-Alcantarilha e dado o estado de conservação do mesmo, no decorrer do ano de 2018 foi executada a inspeção de uma conduta em betão de DN 2500 com uma extensão de 11 km utilizando a tecnologia de deteção de fugas SmartBall®. A tecnologia SmartBall® é uma tecnologia inovadora de deteção de fugas para condutas de água, e consiste num núcleo composto por uma liga de alumínio com instrumentação interior e é envolvido numa espuma para proteção. Este equipamento é introduzido na tubagem e percorre a extensão da conduta impulsionado pelo escoamento. A atividade acústica é gravada à medida que a SmartBall® passa pela conduta. A adjudicação desta intervenção à entidade externa que realizou a inspeção (Pure Technologies) teve um custo de 78.000€ acrescido do valor de 9.600€ da participação do prestador de serviços complementares de manutenção da AdA.

A realização desta inspeção permitiu identificar várias fugas existentes ao longo do adutor com fugas de água significativas, onde foi possível ainda em 2018 iniciar o processo de reparação de uma das fugas, e que vieram a terminar já em 2019.



Equipamento rastreio, inserção e extração da SmartBall



Processo de inspeção



Local de inserção no início da conduta



Equipamento de inserção do emissor acústico

Reparação de fuga no adutor Funcho–Alcantarilha após identificação pela tecnologia Smart Ball. Esta intervenção foi feita pelo interior da conduta consistindo basicamente na aplicação de uma junta de reparação AMEX pelo interior da conduta. A intervenção foi executada pelo nosso prestador de serviços da manutenção e teve um custo aproximado de 15.200€ entre materiais aplicados e mão-de-obra utilizada. Esta reparação permitiu anular uma das fugas mais significativas que adutor tinha.

Este equipamento é responsável pela desidratação de lamas provenientes do processo de tratamento da ETA de Alcantarilha. É um equipamento muito exigente em termo de manutenção e que requer muito acompanhamento para além do elevado índice de utilização. Assim dado os anos de serviço que possui (entrou em serviço em 2000), optou-se por fazer a segunda revisão geral desde que o início da sua utilização.

Basicamente, da intervenção efetuada pode destacar-se o seguinte: revisão geral das bandejas, reparação de todos os carrinhos de suporte das placas, e a reparação geral da eletrobomba de enchimento alta pressão do filtro. A intervenção teve um custo aproximado de 7.300€ entre matérias aplicados e mão-de-obra utilizada, e foi executada pelo prestador de serviços de manutenção no âmbito do contrato de prestação de serviços de manutenção em vigor.



Local de extração no final da conduta



Equipamento de recolha da smart Ball



Revisão geral ao Filtro Prensa 2 da ETA de Alcantarilha

4.4.2.1. Manutenção no Saneamento

Na área de negócio – saneamento, o departamento de manutenção assume a responsabilidade da gestão da manutenção de todas as zonas do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve.

No âmbito de todas as instalações do Algarve, no ano de 2018 realizaram-se 13.914 intervenções num total de 20.361 equipamentos instalados.

Nos gráficos 17 e 18, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalhos realizados e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

HH's por tipo de trabalho (Saneamento)

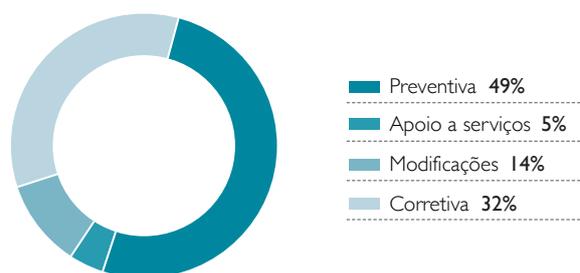


Gráfico 17

Grau de Urgência - OT's (Saneamento)

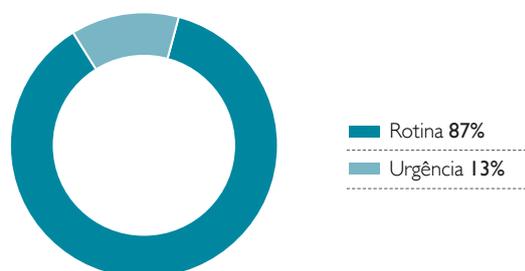


Gráfico 18

Tipo de Trabalho	HH's
Preventiva	38 166
Apoio a serviços	3 775
Modificações	10 658
Corretiva	25 081
Total	77 680

Tipo de Trabalho	HH's
Rotina	12 137
Urgência	1 777
Total	13 914

Dados	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Total
Intervenções (OT Fechadas)	3 037	3 479	4 027	3 365	13 908
Equipamentos	3 230	6 377	5 084	5 670	20 361
EEARs	27	47	44	73	191
ETARs	17	16	10	22	65

4.4.3. Investimento

A componente de investimentos tem revelado elevada importância na continuidade do bom nível de serviço prestado à região do Algarve e na concretização dos compromissos assumidos quer para a Concessão relativa ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA), quer para a relativa ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA).

No ano de 2018 os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis atingiram o valor de 16,08 milhões de euros, correspondente a uma realização de 108% do que estava previsto em orçamento para o ano.

A realização física ficou ligeiramente acima do objetivo previsto, quer devido à recuperação de alguns investimentos face a 2017, quer pela maior realização noutros investimentos com previsões ainda significativas para 2019. Destacam-se as empreitadas de:

1. Conclusão da ETAR da Companheira;
2. Conclusão da ETAR DE Faro/Olhão;
3. Conclusão do Edifício de Exploração da ETAR de Faro Noroeste - Fase 2;
4. Reabilitação da EEAR CEI Quarteira;
5. Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão;
6. Instalação de Equipamentos Eletromecânicos na ETAR VRSA;
7. Reabilitação de Coletores da Zona 4 - Fase I - Porto Mós, Alvor e Torralta, Figueira e Penina;
8. Desodorização da ETAR da Quinta do Lago;
9. Infraestruturas de suporte do Data Center e do Disaster Recovery da Águas do Algarve, S.A.;
10. Beneficiação do acesso e intervenção no parque de estacionamento da ETAR de Faro Noroeste.

Investimento no sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve

Durante o ano de 2018, para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve foi executado um investimento em empreitadas de cerca de 0,33 milhões de euros.

Assim, no que concerne à elaboração de Estudos e Projetos, no ano em análise, deu-se continuidade à sua contratação a empresas da especialidade, dando-se como exemplo a contratação dos projetos referentes ao “Beneficiações da ETA de Alcantarilha” e “Reparação do Adutor do Funcho”, sendo este último um estudo inovador de deteção de fugas.

De igual forma, com o objetivo de serem cumpridos os objetivos traçados para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de água do Algarve, foram concluídas no decorrer do ano de 2018, algumas empreitadas com importância tendo em conta as suas especificidades, dando-se como exemplo:

- i) Substituição de Conduas Adutoras do Barlavento – Mosqueira e Bemparece;
- ii) Conclusão do Furo FB10 (SJS2) e Reabilitação do Furo FB7 (SJS4);
- iii) Substituição Variador de Frequência EEI do Beliche.

Foi, também, iniciada a empreitada de:

- a. Beneficiações da ETA de Alcantarilha.

A realçar também o facto de ter sido possível qualificar diversas empresas para o concurso da Reformulação do Sistema de Telegestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (1,4 milhões de euros), tendo obtido 3 concorrentes.

Investimento no sistema multimunicipal de saneamento do Algarve

Tal como em 2017, foi no saneamento que se concentraram os investimentos realizados em 2018, com especial ênfase para as duas grandes empreitadas, a da construção da ETAR da Companheira, no concelho de Portimão, e a ETAR de Faro/Olhão e respetivo sistema elevatório, na zona limite entre os concelhos de Faro e de Olhão. O investimento nestas infraestruturas representou mais de 75% do total do investimento de empreitadas realizado em 2018.

Merecem igualmente destaque, pelo valor do investimento e pela importância para as respetivas populações, a contratação e construção das seguintes infraestruturas:

- i) Reabilitação da EEAR CEI Quarteira;
- ii) Instalação de Equipamentos Eletromecânicos na ETAR VRSA;
- iii) Reabilitação de Coletores da Zona 4 - Fase I - Porto Mós, Alvor e Torralta, Figueira e Penina;
- iv) Estações Elevatórias de Águas Residuais domésticas - Zonas 2,3 e 4 - Substituições de Quadros Elétricos
- v) Desodorização da ETAR da Quinta do Lago.

Foi, também, iniciada a empreitada de:

- a. Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão.

Perspetivas de investimento para 2019

O ano de 2019, continuará a ser um ano muito importante para a Águas do Algarve, S.A. estando previsto um total de investimento, de cerca de 13 milhões de euros. As obras mais importantes em 2019 são:

- Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão (conclusão)
- Beneficiações da ETA de Alcantarilha (conclusão)
- Reformulação do sistema de telegestão do SMAAA (início)
- Ampliação da Central Fotovoltaica da ETA de Alcantarilha (início)
- Reabilitação do Intercetor Ibis-Aeroporto (início)
- Colocação de Geradores de Emergência nas Estações Elevatórias de Águas Residuais (início)
- Laboratório Central da Águas do Algarve, S.A. (início)

4.4.4. Gestão de Energia

A gestão de energia é uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP-Aguas de Portugal. Assim por forma a garantir a sustentabilidade das operações do tratamento e abastecimento de água potável e o saneamento de águas residuais, no ano de 2017 a AdA elaborou o seu Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE), e que se manteve em implementação durante o ano de 2018 e que de seguida se apresenta um quadro resumo:

Plano de atividades do PEPE para o período 2017-2018							
Designação da(s) medida(s)	redução prevista [kW h]	CO ₂ evitado [ton]	poupança prevista [€]	Investimento [€]	Pay- Back Simples	Observações	
Cumprimento legal do SGCIE						em execução	
Ações do PEPE (1 a 11)	1 161 636	546	106 469	232 249	5	parcial	
Produção Fotovoltaica						em projeto	
Ações do PEPE (12 a 17)	2 197 200	1 033	319 126	1 592 816	6	parcial	
Implementação da norma ISO 50001							
Ações do PEPE (18 a 30)	105 112	49	10 511	115 000	2	em preparação	
Medidas de redução de consumos em instalações abrangidas pelo PEPE						em execução	
Ações do PEPE (31 a 35; 64 a 66; 68 a 69; 72 a 75)	1 351 485	635	135 148	278 800	2	parcial	
Medidas de redução de consumo em instalações complementares							
Ações do PEPE (36 a 44; 48 a 49; 78, 81)	195 892	92	33 983	95 126	4	em preparação	
Cumprimento do DEC Lei 68-A							
Ações do PEPE (45 a 47)				5 500		em estudo	
Mobilidade Elétrica : carregadores de VE e alimentações							
Ações do PEPE (50 a 58) (excluindo a aquisição de 16 viaturas)			17 280	462 540	27	em execução	
Estudo potencial de redução de consumos							
Ações do PEPE (59 a 62; 67; 70 a 71; 76 a 77; 82 a 83)				5 000		em estudo	
TOTAIS	5 011 325	2 355	622 518	2 787 031	3		

As instalações abrangidas no PEPE são as que correspondem a cerca de 60% do consumo total das instalações da AdA:

Instalação	C I L	Nível tensão	Energia Total (kWh)	Ponta (kWh)	Cheia (kWh)	Vazio (kWh)	Super Vazio (kWh)
EE1 BELICHE	83415129	AT	12 632 354	35 207	2 935 806	4 027 153	5 634 189
ETA ALCANTARILHA	77575096	MT	6 753 426	440 329	3 017 497	2 079 905	1 215 696
ETAR VILAMDURA	69140168	MT	2 933 558	330 345	1 264 765	868 317	470 131
ETAR VALE FARO	83105766	MT	2 677 029	290 888	1 210 872	787 275	387 994
ETA TAVIRA	75385119	MT	2 343 916	225 505	960 521	713 925	443 965
EE3 STO ESTEVÃO	73660276	MT	2 034 812	211 420	875 632	605 039	342 722
ETAR ALB POENTE	113435247	MT	1 800 906	200 716	824 068	516 751	259 371
EE DE FARROBO	76194867	MT	1 724 934	19 724	711 123	609 920	384 168
ETA FONTAINHAS	109841799	MT	1 620 004	141 285	722 191	481 395	275 132
ETAR QUINTA DO LAGO	76639193	MT	1 382 366	156 783	621 026	400 367	204 190
EE DE LOULÉ	75674346	MT	1 199 780	49 028	571 060	396 140	183 553
			37 103 086	2 101 229	13 714 560	11 486 186	9 801 111

O PEPE Algarve (Plano de Eficiência e Produção de Energia da Águas do Algarve, S.A.) prevê a implementação de 53 medidas

de eficiência energética sendo 23 do setor do abastecimento e 30 do setor do saneamento.

Estas medidas depois de implementadas, proporcionarão, em 2020, a redução de 2,6 GWh no consumo anual de energia elétrica da empresa o que corresponderá a uma redução de recursos financeiros de 270.000 euros aos preços atuais da energia. O PEPE também irá favorecer o ambiente já que as medidas previstas irão poupar cerca 650 Tep (toneladas equivalentes de petróleo) o que equivale a evitar cerca de 1222 Ton equivalentes de CO₂ emitidas para a atmosfera. O investimento previsto no plano é de 631.549 euros até ao final de 2020.

No entanto parte deste valor não será gasto uma vez que os projetos e estudos iniciais destas medidas foram e/ou estão a ser desenvolvidos pelos técnicos da AdA nesta área e pelo prestador de serviços externo desta área.

Das medidas previstas importa realçar o seguinte:

- A implementação da Norma ISO 50001 nas instalações abaixo indicadas e que corresponderão às infraestruturas em função do seu consumo energético total ser maior ou igual a 3% do consumo energético global da empresa, até ser atingido o somatório acumulado de 85% do consumo energético total apurado;
- Os principais benefícios na implementação de um sistema de gestão de energia segundo o referencial da norma ISO 50001 são os seguintes:
 - Promoção da eficiência energética na organização;
 - Redução dos impactes ambientais, nomeadamente diminuição da emissão de gases CO₂ para atmosfera;

- Impulso para utilização de energias alternativas e renováveis;
- Cumprimento requisitos legais;
- Redução de custos;
- Reforço da imagem da Organização relativamente às preocupações decorrentes das alterações climáticas.

As instalações abrangidas são:

No abastecimento da água da Zona Nascente:

- EEI do Beliche;
- ETA de Tavira.

No abastecimento da água da Zona Poente:

- ETA de Alcantarilha,
- ETA das Fontainhas.

No saneamento de águas residuais da Zona Nascente:

- ETAR de V.R. Stº. António;
- ETAR de Vilamoura.

No saneamento de águas residuais da Zona Poente:

- ETAR de Vale Faro;
- ETAR de ABF Poente.

Para todas estas instalações vai ser instalado um sistema de medição de energia que irá permitir conhecer o perfil energético (conhecimento dos consumos das etapas de processo e dos equipamentos individuais de consumo elevado) de cada instalação, tendo como referência o ano 2016.

Instalações a incluir no âmbito da ISO 50001

Nome da instalação	C P E	Potencia instalada [Kva]	Alimentação	Energia consumida em 2016 [Kwh]	Produção em 2016 [M³]	SGCIE SIM/NÃO
ETA de Alcantarilha	PT 0002 0000 7757 5096 YD	4800	MT	7 115 815	38 097 990	SIM
ETA das Fontainhas	PT 0002 0001 0984 1799 KN	800	MT	1 812 486	4 096 937	NÃO
ETA de Tavira	PT 0002 0000 7538 5119 XT	2000	MT	2 066 727	25 761 504	SIM
EEI do Beliche	PT 0002 0000 8341 5129 TC	32000	AT	11 525 269	43 856 900	SIM
EE3 Sto Estevão	PT 0002 0000 4366 0276 LL	2500	MT	1 679 225	26 264 850	SIM
ETAR De Vale Faro	PT 0002 0000 8310 5766 MF	2500	MT	2 749 136	3 340 637	SIM
ETAR de Vilamoura	PT 0002 0000 6914 0168 MD	1600	MT	2 895 000	3 518 296	SIM
ETAR de ABF Poente	PT 0002 0001 1343 5247 LD	1250	MT	1 953 796	2 654 046	NÃO
ETAR de VR Sto António	PT 0002 0001 1290 9944 LA	1000	MT	2 153 552	3 446 871	NÃO

A continuação da execução dos ARCE's aprovados no âmbito do SGCIE em seis instalações, sendo duas com consumos superiores a 1.000 tep (toneladas equivalentes de petróleo):

- EEI do Beliche;
- ETA de Alcantarilha.

E quatro com consumos superiores a 500 tep e inferiores a 1000 tep:

- ETA de Tavira;
- EE3 de Stº estevão;
- ETAR de Vilamoura;
- ETAR de Vale Faro.

Apresenta-se de seguida um quadro resumo:

S G C I E na AdA								
Instalação	operador	nº de medidas	poupanças [€]	investimento [€]	retorno [anos]	kw h	tep	t CO ₂
ETA Alcantarilha	OP0152	5	52 904	108 880	2	637 171	137	299,5
EEI BELICHE	OP0140	1	1 187	4 164	6	14 590	3,14	6,86
ETA Tavira	OP0153	7	72 065	78 973	7	137 602	29,6	64,8
ETAR VALE FARO	OP0560	8	20 681	32 215	1,5	185 020	39,7	86,8
ETAR VILAMOURA	OP0561	8	16 504	48 251	2,9	212 052	45,6	99,66
EE3 Sto Estevão	OP0959	2	3 674	3 880	6,2	38 144	17,9	8,2
TOTAIS		31	167 015	276 363	4,3	1 224 579	272,94	565,82

Como medidas complementares ao PEPE foram ainda aprovadas outras medidas que estão a ser desenvolvidas:

- Na área da mobilidade elétrica, foram instalados 9 postos de carregamentos elétricos, sendo 2 de carga rápida (o que corresponde a um carregamento em cerca de 40 minutos e 7 de carga semi-rápida o que corresponde a um carregamento em cerca de 1h 40m) que permitem a utilização diária de 16 viaturas 100 % elétricas adquiridas no final do ano de 2017 e colocadas em serviço no início de 2018. As viaturas elétricas adquiridas são 14 viaturas ligeiras de passageiros e 2 viaturas ligeiras de mercadorias e encontram-se ao serviço de todos os setores da empresa. Estas viaturas já percorreram em 2018 cerca de 214.269 km, onde as viaturas ligeiras de passageiros percorreram 192.287 km e as viaturas de mercadorias 18.982 km. A utilização das viaturas elétricas implicou um consumo de energia elétrica de 27.738 KWh o que correspondem à emissão de 13 Ton de CO₂ para a atmosfera;
- Simultaneamente, a introdução destas viaturas na frota da empresa permitiu retirar de serviço, 16 viaturas com motor térmico convencional, e que seriam responsáveis, considerando a mesma quantidade de quilómetros (214.269 km), pela emissão de 47 Ton de CO₂ para a atmosfera. A substituição das viaturas permitiu assim evitar uma emissão de 34 Ton de CO₂ para a atmosfera. A aquisição, montagem e colocação em serviço da rede de carregadores privada dos veículos elétricos implicou um investimento de cerca de 80.000 euros. Estes carregadores têm a particularidade de serem acionados por cartões individuais para cada viatura, totalmente compatíveis com qualquer carregador público que faça parte da Rede Mobi.e a nível nacional. Os carregadores também possuem a capacidade de comunicação remota via GSM permitindo assim um controlo e gestão adequada de toda a frota de veículos elétricos assim como dos próprios carregadores. A aquisição das 16 viaturas elétricas implicou um investimento perto dos 406.000 euros sendo que a aquisição dos mesmos, foi financiada pelo Fundo Ambiental com 10.000 euros por viatura perfazendo um financiamento total de 160.000 euros, baixando assim o investimento final para 246.000 euros.

Mobilidade Elétrica								
AdAlgarve	Veículos convencionais				Veículos elétricos		Resultados	
veiculos	nº de viaturas	km' (média anual)	combustível (litros)	t CO ₂	energia (kW h)	t CO ₂	redução t CO ₂	%
veiculos MI (passageiros)	14	195 287	15 962	42,6	24 606	11,56	31,04	-72,9%
veiculos NI (mercadorias)	2	18 982	1 666	4,50	3 132	1,47	3,03	-67,3%
	16	214 269	17 628	47	27 738	13	34	-70,1%

- Na área da certificação da frota, também foi prevista a implementação da certificação de toda a frota automóvel de viaturas de serviço da AdA. Trata-se de um sistema de etiquetagem energética da frota (SEEF) que tem por objetivo a promoção da mobilidade sustentável, a melhoria do desempenho energético e ambiental das frotas nacionais e, a redução do consumo de combustível e custos associados ao sector dos Transportes.

Com a implementação do SEEF será possível:

- Conhecer o desempenho energético e ambiental de uma frota;
- Promover comportamentos e políticas de gestão de frota mais eficientes, tendo em vista a redução de consumos energéticos e emissões de CO₂
- Promover a introdução de veículos mais ecológicos na frota;
- Recomendar ações de melhoria, com o objetivo de melhorar o comportamento energético e ambiental da frota.
- Na área da Produção de energia elétrica renovável até 2020 estão previstas a instalação de mais 13 centrais fotovoltaicas com uma potencia instalada unitária superior a 100 kW o que permitirão produzir perto de 4,4 GWh/

ano a acrescentar aos 2GWh que atualmente a AdA já produz nas 60 centrais fotovoltaicas existentes na empresa. Também como complemento já se encontram em estudo mais duas grandes centrais fotovoltaicas (perto dos 500 kW) de potência unitária a instalar em duas grandes instalações de consumo intensivo energético que entrarão em serviço ainda no decorrer de 2018. Após a concretização destes projetos, a AdA produzirá perto de 8GWh por ano o que representará um autonomia energética perto dos 10% dos consumos totais de energia elétrica da empresa e uma poupança de recursos financeiros da ordem dos 800.000 euros por ano, assim com evitar a emissão anual de 3.760 Ton de CO₂ para a atmosfera. Em baixo apresentam-se os quadros e os gráficos de valores das produções de energias renováveis registadas em 2018.

UPAC Produção Fotovoltaica ETA de Alcantarilha			
Ano	Produção Anual [MWh]	Receita Anual [m€]	Emissões Evitadas [tCO ₂ e]
2014			
2015	263,2	30,04	124
2016	642,5	144,46	302
2017	654,0	65,52	307
2018	556,3	58,48	261
2019	0,0	0,00	0
2020			
Total	2 116	298	994

UPAC Produção Fotovoltaica ETA de Tavira			
Ano	Produção Anual [MWh]	Receita Anual [m€]	Emissões Evitadas [tCO ₂ e]
2014			
2015	300,4	34,30	141
2016	598,3	85,02	281
2017	723,0	74,65	340
2018	673,6	69,39	317
2019	0,0	0,00	0
2020			
Total	2 295	263	1 079

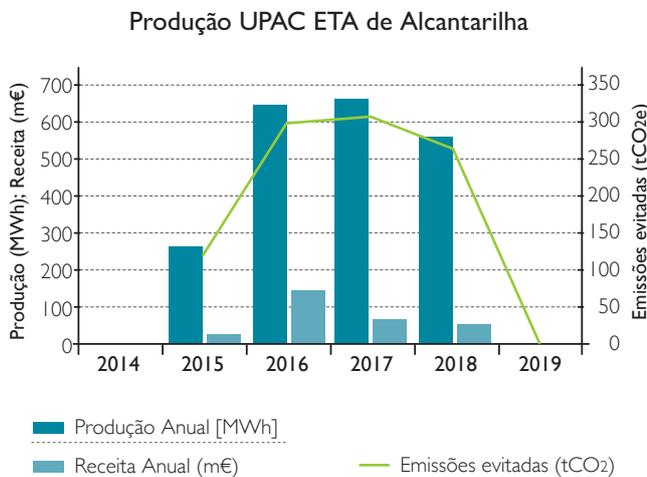


Gráfico 18

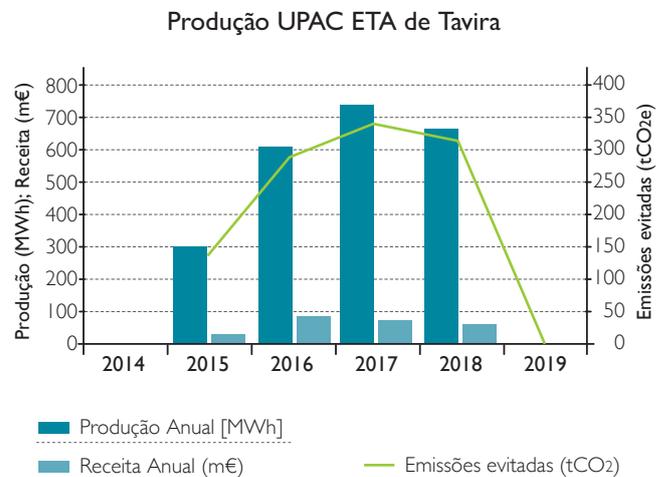


Gráfico 19

	UPAC Produção Total Fotovoltaicas			UPAC Produção Total Acumulados Fotovoltaicas		
	Produção Anual [MWh]	Receita Anual [m€]	Emissões Evitadas [tCO ₂ e]	Produção Anual acumulada [MWh]	Receita Anual acumulada [m€]	Emissões Evitadas acumulada [tCO ₂ e]
2014						
2015	563,6	64,3	265	563,6	64,3	265
2016	1 240,7	229,5	583	1 804,3	293,8	848
2017	1 377,0	140,2	647	3 181,4	434,0	1 495
2018	1 229,9	127,9	578	4 411,3	561,9	2 073
2019	0,0	0,0	0	4 411,3	561,9	2 073
Total	4 411	562	2 073			

(Gráfico 20)

(Gráfico 21)

Ano	Produção Total [MWh]	Microprodução	
		Receita Anual [m€]	Emissões Evitadas [tCO ₂ e]
2008	3	2	1
2009	215	140	101
2010	220	143	103
2011	222	144	104
2012	236	153	111
2013	282	183	133
2014	283	184	133
2015	284	100	134
2016	251	72	118
2017	218	51	103
2018	187	34	88
Total	2 214	1 172	1 041

(Gráfico 22)

Ano	Produção Total [MWh]	Microprodução Biogás	
		Receita Anual [m€]	Emissões Evitadas [tCO ₂ e]
2013	161	24	76
2014	235	35	110
2015	181	27	85
2016	146	22	69
2017	50	8	24
2018	18	3	8
2019	0	0	0
Total	790	118	371

(Gráfico 23)

Ano	Produção Total [MWh]	Microprodução Fotovoltaica	
		Receita Anual [m€]	Emissões Evitadas [tCO ₂ e]
2012	208	52	98
2013	347	87	163
2014	289	72	136
2015	363	91	170
2016	324	81	152
2017	441	97	207
2018	397	99	186
2019	0	0	0
Total	2 367	578	1 112

(Gráfico 24)

Produção UPAC Totais Fotovoltaicas

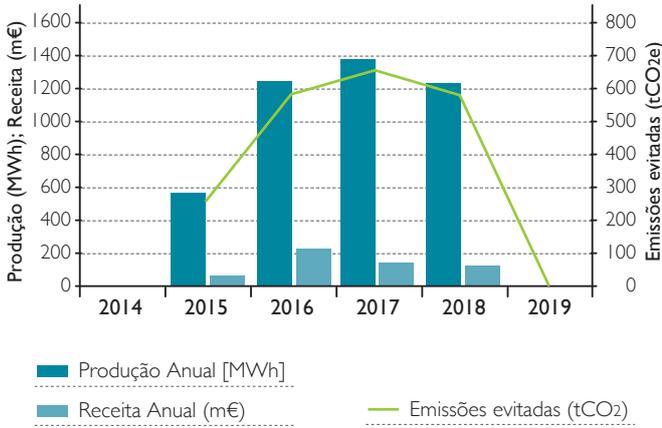


Gráfico 20

Produção UPAC Totais Acumuladas Fotovoltaicas

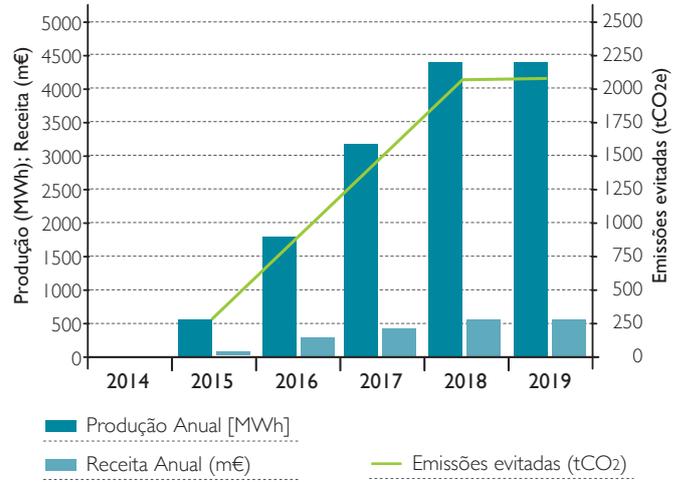


Gráfico 21

Microprodução

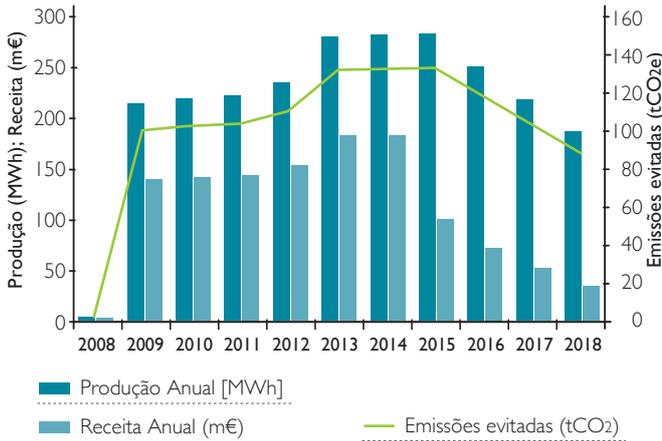


Gráfico 22

Microprodução Biogás

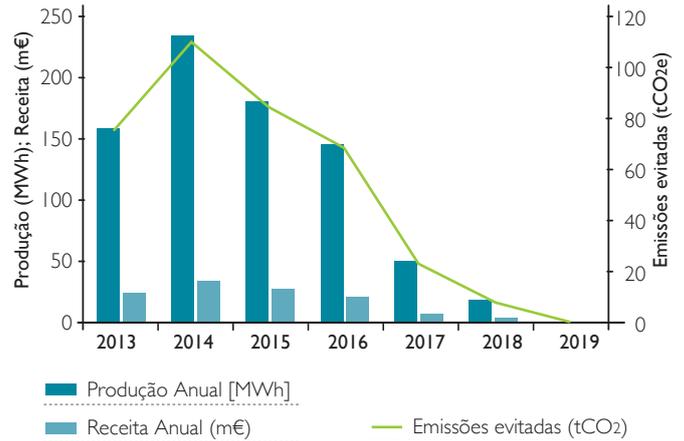


Gráfico 23

Microprodução Fotovoltaica

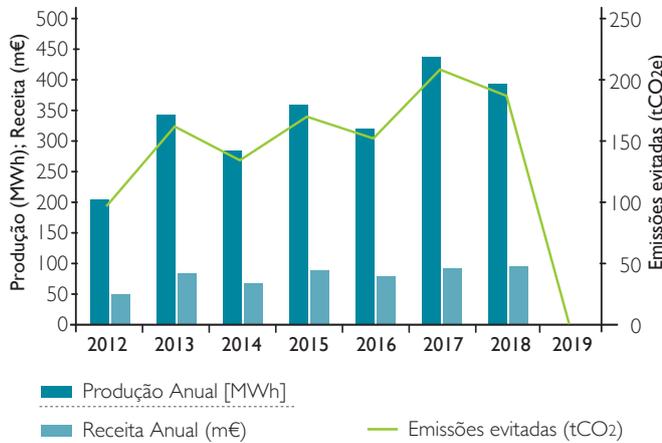


Gráfico 24

- Na área da redução dos consumos de energia reativa, foi prevista a implementação de um plano de redução de consumo de energia reativa que implicará a intervenção em 48 instalações que atualmente representam um custo anual em energia reativa da ordem dos 47.000 euros. O

investimento previsto ascende ao valor de 115.000 euros o que permitirá recuperar o investimento em cerca de 2,5 anos.

Instalações a integrar no plano global de redução ao nível da AdP:

Tensão	CIL	Infraestrutura	Concelho	Energia ativa FV em 2017 (kWh/ano)	Encargos d
					(E
					2015
BTE	80 338 817	EE VALE OLIVAL	LAGOA	27 533	2 465
MT	75 571 545	EE EVA	FARO	67 953	26
BTE	69 147 765	EEAR MANTA ROTA	VILA REAL STO ANTONIO	23 896	1 639
BTE	80 338 783	EE MARBICA	20 437	1 318	1 613
MT	109 710 296	EE AREAL GORDO	FARO	43 327	1 465
BTE	69 132 354	EEAR OLHOS ÁGUA SUL	ALBUFEIRA	94 323	363
BTE	69 139 869	EE CE I QUARTEIRA	18 029	1 140	1 063
BTE	69 131 054	EEAR PESCADORES	ALBUFEIRA	44 617	912
MT	106 655 477	EE CE 4 QUARTEIRA	LOULE	58 326	1 429
BTE	112 683 087	EE ELEV CULATRA	FARO	10 467	679
BTE	71 651 875	ETAR DE VALE DE LOBO	123 932	102	120
MT	113 664 443	ED. POC BARRAGEM ODELOUCA	MONCHIQUE	24 515	619
MT	118 976 785	ETAR S. M. DA SERRA	SILVES	25 877	62
BTE	69 132 913	EEAR STª EULÁLIA	ALBUFEIRA	17 274	941
BTE	69 131 362	EEAR KISS	ALBUFEIRA	9 639	538
BTE	101 494 307	ETAR MESSINES	SILVES	40 847	761
BTE	100 483 564	EE CE2 QUARTEIRA	LOULE	96 218	954
MT	114 676 177	EEAR ALPORTEL	SAO BRAS DE ALPORTEL	28 652	555
BTE	69 131 351	EEAR JACARANDÁ	ALBUFEIRA	15 118	237
MT	110 676 001	EEAR CMARIM	CASTRO MARIM	14 994	273
BTE	106 275 406	EE BIAS II	OLHAO	14 194	453
MT	106 462 904	EEAR ALTURA I	CASTRO MARIM	26 512	116
BTE	69 137 087	EE VALE CENTEANES	22 052	305	384
MT	106 462 391	EEAR ALDEIA NOVA	VILA REAL STO ANTONIO	32 087	259
BTE	74 468 815	EEAR FORTE S. JOÃO	ALBUFEIRA	19 499	395
MT	110 676 821	EEAR JUNQUEIRA	CASTRO MARIM	8 371	43
MT	76 996 276	EEAR LADEIRA VAU (EE5)	PORTIMAO	41 170	1 677
BTE	77 095 064	EEAR COMPANHEIRA (EE6)	PORTIMAO	34 764	1 037
BTE	74 557 915	EEAR TORRALTA (EE 11)	PORTIMAO	33 166	1 214
BTE	69 138 319	EE3 MEIA PRAIA - MARINA	LAGOS	31 523	798
MT	100 316 352	EE2 LUZ - MATA PORCAS	LAGOS	50 765	1 305
BTE	116 930 647	EEAR IGREJA LAGOS	LAGOS	28 745	1 448
BTE	108 213 496	ETAR ODECEIXE	ALJEZUR	49 014	591
BTE	100 093 602	EEAR FIGUEIRA (EE3)	PORTIMAO	22 033	925
BTE	69 147 685	EE SALEMA	VILA DO BISPO	35 252	753
BTE	74 557 904	EEAR MARIA PIRES (EE9)	PORTIMAO	13 420	377
MT	115 721 978	EEAR BREJÃO	MONCHIQUE	72 426	861
BTE	74 557 892	EEAR PONTALGAR (EE2)	PORTIMAO	4 580	130
MT	115 729 166	ETAR VALE DA TELHA	ALJEZUR	19 376	17

Consumo de energia reativa (kWh/ano)		Faturas mensais de energia reativa (EUR/mês)			Encargo considerado (abr-17 a mar/18) (EUR/ano)**	Potência calculada (kVAr)	Custo estimado (EUR)	Pay-back estimado (anos)
2016	2017	jan/18	fev/18	mar/18				
2 377	2 295	125	124	178	2 460	15	2 733	1,1
435	2 584	201	146	222	2 402	17,5	3 188	1,3
1 970	1 869	99	130	195	1 863	7,5	2 537	1,4
1 804	94%	66	60	101	1 634	7,5	2 537	1,6
1 904	2 356	168	162	296	2 229	25	3 416	1,5
1 038	2 547	104	123	115	2 615	45	3 852	1,5
1 291	94%	84	114	116	1 361	5	2 000	1,5
1 317	1 552	116	127	105	1 706	15	2 733	1,6
1 440	1 343	112	103	95	1 317	7,5	2 537	1,9
1 234	1 095	83	80	56	1 206	7,5	2 537	2,1
941	79%	278	86	344	1 614	15	2 733	1,7
580	652	29	29	42	573	5	2 000	3,5
629	759	44	42	59	677	5	2 000	3,0
1 463	577	37	59	111	537	5	2 000	3,7
707	560	39	34	40	506	5	2 000	4,0
812	663	25	34	154	475	7,5	2 537	5,3
1 201	653	75	99	104	634	7,5	2 537	4,0
612	556	47	49	84	569	7,5	2 537	4,5
369	353	34	24	14	353	5	2 000	5,7
470	537	31	31	144	430	15	2 733	6,4
303	320	17	19	37	337	5	2 000	5,9
189	383	29	24	22	374	5	2 000	5,3
303	66%	20	22	26	260	5	2 000	7,7
321	401	8	16	18	320	5	2 000	6,3
406	290	31	45	23	298	5	2 000	6,7
62	238	18	17	33	231	7,5	2 537	11,0
1 991	2 287	206	155	305	2 250	17,5	3 188	1,4
1 428	1 609	139	106	212	1 576	7,5	2 537	1,6
1 473	1 620	57	73	116	1 657	15	2 733	1,6
1 016	1 180	64	80	99	1 147	5	2 000	1,7
1 397	1 588	86	94	135	1 524	15	2 733	1,8
1 368	1 351	63	79	115	1 368	7,5	2 537	1,9
351	971	39	38	68	814	5	2 000	2,5
913	923	67	78	110	894	5	2 000	2,2
1 123	894	50	50	66	860	5	2 000	2,3
459	462	34	36	56	477	5	2 000	4,2
259	972	82	75	41	987	7,5	2 537	2,6
225	246	18	22	28	248	5	2 000	8,1
60	305	61	63	59	473	5	2 000	4,2

Instalações a integrar no plano local de redução ao nível da AdA:

Tensão	CIL	Infraestrutura	Concelho	Energia ativa FV em 2017 (kWh/ano)	Encargos de
					(EU) 2015
MT	69 143 909	EEAR MATA FOZ ARADE (EEFA)	PORTIMAO	95 607	3 202
BTE	69 147 526	EE DE MARTINHAL	VILA DO BISPO	9 412	572
BTE	75 963 254	EEAR ALVOR (EE 10)	PORTIMAO	78 961	2 435
BTE	77 129 632	EEAR DA PRAIA DE ODECEIXE	ALJEZUR	6 803	671
MT	78 398 386	EEAR FRENTE GIL EANES (EEGE)	PORTIMAO	160 548	10 219
BTE	79 295 981	EEAR CENTRO DE SAÚDE		64 537	217
MT	106 244 375	EEAR ALTURA 2	CASTRO MARIM	63 959	1 410
MT	110 676 114	EEAR MT FRANCISCO	CASTRO MARIM	13 915	546
BTE	112 324 101	EEAR ARMONA	OLHAO	24 318	226

- Na área da redução de custos com a potência contratada, também foi implementado um plano de redução de custos com a potência contratada em todas as instalações da empresa onde foram ajustadas as potências contratadas

com as pontas máximas registadas tendo permitido que os custos mensais com estes encargos fossem reduzidos em cerca de 65.000 euro por ano.

Infraestrutura	Potência Instalada (kVA)	Potência Contratada (kW)	Potência Tomada máxima em 2017 (kW)	Redução excecional da potência contratada a 30-10-2018	Redução (kW)	Poupança (€/ano)
EE1 BELICHE	32 000	7 000	5 070	5 070,00	1 930,00	15 749
E.E. REVERSÍVEL	1 800	837	272	272,00	565,00	7207
EE ESTIBEIRA	630	292,95	15	18,00	274,95	3507
E.E. CALDEIRÃO / AZINHAL	630	292,95	56	57,34	235,61	3005
ETAR VRSA	1 600	744,00	538	566,00	178,00	2271
ETAR VILAMOURA	1 600	744	553	553,00	191,00	2436
EE3 SALGADOS	630	292,95	143	144,35	148,60	1896
EE FINAL LAGOS	630	292,95	144	145,40	147,55	1882
E.E. CERRO DO OURO	630	292,95	157	158,36	134,59	1717
EEAR FRENTE RIO (EEFR)	400	186,00	52	52,97	133,03	1697
ETAR FARO NOROESTE	800	372,00	244	267,00	105,00	1339
EEAR PENINA (EE4)	630	292,95	167	260,98	31,97	408
EE3 STO ESTEVÃO	1 250	581,25	473	485,00	96,25	1228
ETA BELICHE	500	232,50	128	130,47	102,03	1301
EEAR ARRIFANA	300	139,50	37	63,00	76,50	976
ETAR DE ALTE	250	116,25	30	32,68	83,57	1066
SÍTIO ALMADENA JK8	250	116,25	32	55,00	61,25	781
ETAR DE LAGOS	630	296,00	213	296,13	-0,13	-2
EEAR SEMINA	400	186,00	106	113,65	72,35	923
ETAR VALE DA TELHA	250	116,25	37	39,69	76,56	977
EEAR HORTAS	315	146	77	77,00	69,48	886
ETAR ALMARGEM	630	292,95	226	280,03	12,92	165
ETAR FERREIRAS	400	186	123	123,00	63,00	804
EE2 FARO NOROESTE	250	116,25	57	57,70	58,55	747
EEAR FRENTE GIL EANES (EEGE)	500	232,50	174	190,67	41,83	534
FURO 2D	315	146,48	89	132,23	14,25	182

energia reativa R/ano)		Faturas mensais de energia reativa (EUR/mês)			Encargo considerado (abr-17 a mar/18) (EUR/ano)"	Potência calculada (kVAr)	Custo estimado (EUR)	Pay-back estimado (anos)
2016	2017	jan/18	fev/18	mar/18				
3 836	1 602	6	3	2	866	15	2 733	3,2
566	662	0	0	0	544	5	2 000	3,7
2 812	1 134	0	0	200	779	15	2 733	3,5
616	327	5	5	8	293	5	2 000	6,8
9 251	4 495	8	7	17	2 160	37,5	3 726	1,7
251	246	20	5	0	218	5	2 000	9,2
1 788	386	47	35	12	335	5	2 000	6,0
421	519	23	19	97	436	15	2 733	6,3
570	416	18	21	13	368	5	2 000	5,4

(continuação)

Infraestrutura	Potência Instalada (kVA)	Potência Contratada (kW)	Potência Tomada máxima em 2017 (kW)	Redução excepcional da potência contratada a 30-10-2018	Redução (kW)	Poupança (€/ano)
EEAR BALAIA	250	116,25	64	71,90	44,35	566
EE FRITO VELHO	200	93	45	45,00	48,00	612
FURO 3A	250	116,25	69	106,02	10,23	130
ETAR ALJEZUR	160	74,40	29	35,50	38,90	496
FURO 2C	100	47	2	2,32	44,18	564
EEAR CMARIM	160	74	32	32,49	41,91	535
ETAR DE SALIR	160	74,40	33	43,63	30,77	393
E.E. R16	630	292,95	253	254,96	37,99	485
BARRAGEM BELICHE	100	47	9	9,00	37,50	478
ETAR DA BOAVISTA	400	186	149	149,00	37,00	472
EE2 CARVOEIRO	250	116,25	80	87,96	28,29	361
ETAR DE LOULÉ	400	186,00	150	151,40	34,60	441
EEAR ESTEVEIRA (EE1)	100	46,50	11	44,53	1,97	25
ETAR NASCENTE DE OLHÃO	400	186,00	151	152,40	33,60	429
BARRAGEM ODELEITE	100	47	13	13,34	33,16	423
EEAR JUNQUEIRA	160	74	41	41,00	33,40	426
ED. POC BARRAGEM ODELOUCA	100	47	15	15,00	31,50	402
EEAR MATA FOZ ARADE (EEFA)	250	116,25	86	115,00	1,25	16
ETAR PINHAL CONCELHO	250	116,25	89	99,00	17,25	220
ETAR S. M. DA SERRA	100	46,50	20	21,35	25,15	321
EE BIAS I	100	47	20	20,34	26,16	334
FURO 3B	100	47	20	20,34	26,16	334
FURO 2A	250	116	90	168,97	-52,72	-672
E.E. BOLIQUEIME	100	47	21	21,35	25,15	321
EE2 BENSFRIM - SARGAÇAL	100	46,50	21	23,43	23,07	294
EE1 P/ FRANCESAS	160	74,40	49	93,28	-18,88	-241

(continuação)

Infraestrutura	Potência Instalada (kVA)	Potência Contratada (kW)	Potência Tomada máxima em 2017 (kW)	Redução excepcional da potência contratada a 30-10-2018	Redução (kW)	Poupança (€/ano)
EEAR ALDEIA NOVA	160	74,40	50	50,66	23,74	303
EE2 P/ ESGRAVATADOURO	160	74	51	51,00	23,40	298
EEAR ALTURA 1	160	74	52	52,00	22,40	286
EEAR ALTURA 2	250	116	95	95,00	21,25	271
EEAR ALPORTEL	100	47	26	26,00	20,50	261
FURO 3E	100	46,50	26	26,74	19,76	252
EE FONTES SANTAS	100	46,50	28	29,46	17,04	217
EEAR MT FRANCISCO	100	46,50	30	35,49	11,01	140
FURO 3D	160	74,40	60	60,70	13,70	175
E.E. MONTE SÃO JOSÉ	250	116,25	102	103,01	13,24	169
EE2 MOSQUEIROS	50	23	12	12,21	11,04	141
FURO 2B	250	116,25	106	107,02	9,23	118
E.E. MOSQUEIRA/BEMPARECE	630	292,95	283	285,05	7,90	101
FURO SJS 3	250	116,25	107	108,03	8,22	105
CV JUSANTE BARRAGEM ODELOUCA	25	12	3	3,18	8,45	108
E.E. MONTE LEMOS	250	116,25	108	110,00	6,25	80
TOM. MONT. BARRAGEM ODELOUCA	25	12	5	5,00	6,63	85
EE ESPICHE	100	46,50	40	40,51	5,99	76
EE IPJ	250	116,25	111	112,04	4,21	54

- No âmbito do PPEC (Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de energia elétrica) foi aprovada e candidatada a implementação de nove medidas de eficiência energética tendo sido celebrados para o efeito três contratos de financiamento onde dois já se encontram assinados pela Administração da AdA. Destas medidas, pode-se destacar a substituição integral de toda a iluminação artificial por uma iluminação baseada na tecnologia LED o que implicará a substituição de 800 luminárias novas com um custo total aproximado de 116.000 euros, onde perto de 23.000 euros são financiadas pelo PPEC. Esta intervenção permite passar de um consumo de 409 MWh/ano com a iluminação artificial na ETA de Alcantarilha para perto de 154MWh/ano, o que corresponderá a uma poupança de 30.500 euros por ano. Também, para a ETA de Alcantarilha serão instalados sete variadores de velocidade (VV) de grande

potência, na Estação elevatória de saída e no sistema de lavagem dos filtros de areia. Esta intervenção permitirá fazer a gestão destes equipamentos de uma forma mais racional e eficiente. Também serão instalados mais 2 VV na ETA de Tavira e mais dois na ETA do Beliche. Com estas intervenções vão ser investidos perto de 154.000 euros sendo 32.000 euros financiados pelo PPEC o que proporcionará uma poupança anual de 66.000 euros. Todas as intervenções representarão um investimento total na ordem dos 275.000 euros e serão financiadas a fundo perdido pelo fundo PPEC com um valor de 55.700 euros o que corresponde a uma percentagem perto de comparticipação de 20%.

- Na área da formação, a AdA proporcionou a participação de 10 técnicos das diferentes áreas no curso de formação de Auditores de energia especialista do Ciclo Urbano da Água

Formação de Auditores de Energia Especialista do Ciclo Urbano da Água										
AdAlgarve	SETOR DE ATIVIDADE			Designação da Ação						
				Modulo I	Modulo II	Modulo III	Modulo IV	Modulo V	Modulo VI	Modulo VII
Colaborador	Aguas	SE	Aguas Residuais	Auditorias Energéticas	Comunicação	Elevatórias	Tratamento Biológico	Ventilação Desodorização	Digestão Cogeração	ETA's
Sara Barreto			X	X	X	X	X	X	X	X
Bruno Candeias			X	X	X	X	X	X	X	X
Osvaldo Silva			X	X	X	X	X	X	X	X
Francisco Vila Nova	X			X	X	X	X	X	X	X
José Soledade	X			X	X	X	X	X	X	
Fátima Andrade		X		X	X	X				
Ricardo Ferreira	X			X	X	X				
Afredo Dias	X			X	X					
Manuel Fernandes	X			X	X	X				X
Braúlio Almeida	X			X	X					X

4.4.5. Compras e Logística

As funções e competências do Departamento de Compras e Logística, baseiam-se essencialmente na execução de todas as tarefas inerentes ao Processo de Compras e Logística que diariamente são desenvolvidas no intuito de dar resposta às necessidades das várias Direções, Departamentos, Áreas e Funções da Águas do Algarve, S.A., tendo em linha de conta o fluxo de compra aprovado. Cabe também ao departamento, em resposta às necessidades desses interessados, a condução das ações necessárias à contratação, através das ferramentas colocadas à sua disposição, respetivamente a Plataforma Eletrónica de Contratação acinGov, SAP e lportaldoc, na estrita observância dos preceitos regulados pela atual legislação de contratação pública, o que se traduz nas seguintes tarefas/funções:

- Disseminar a cultura de Contratação Pública na Águas do Algarve, S.A.;
- Validar o processamento da informação de origem no Interessado, via requisição de compra através do fluxo de compra aprovado na empresa.
- Zelar pelo bom funcionamento do fluxo de compra SAP, identificando e reportando em plataforma própria (PACO) as anomalias que colocam em risco o processo de contratação pública por incumprimento da legislação aplicável, ou por forma a fomentar uma melhoria contínua do próprio fluxo.
- Promover as ações necessárias, no intuito de fornecer uma resposta adequada aos pedidos de apoio dos utilizadores SAP, no que diz respeito à criação de requisições de compra, liberação de contratos e utilização das ferramentas de pesquisa dos diversos documentos.
- Avaliar a pertinência das contratações propostas pelos Interessados, no que diz respeito à logística, prevalecendo a utilização de recursos próprios, existentes noutros centros,

em detrimento da contratação externa, tendo sempre em consideração a manutenção dos stocks mínimos necessários ao bom funcionamento das instalações.

- Propor de forma proactiva, soluções à medida para a redução dos procedimentos de baixo valor, como é o caso dos Ajustes Diretos Regime Simplificado (ADRS) por forma a conseguir sinergias e alcançar benefícios económico-financeiros para a empresa.

Por se considerar uma boa prática, potenciada pelos princípios da qualidade, seguindo o exigido pela norma ISO 9001, o DCL produziu em 2016, no momento da sua criação, um conjunto de documentos de suporte à contratação pública, nomeadamente o Processo de Compras da Águas do Algarve, S.A., um conjunto de instruções de trabalho, fluxogramas que tinham o intuito de definir a evolução de todos o processo de compra consoante o tipo de procedimento escolhido e respetivas minutas padronizadas.

Por outro lado, pela conjugação de esforços e entendimentos das Direções dos Serviços Jurídicos da Águas de Portugal (AdP), SGPS, S.A. e Compras e Logística da AdP, Serviços Ambientais, S.A. foi produzido o Manual de Compras que define o Plano Anual de Compras (PAC) como sendo o documento estruturante do Orçamento e Projeto Tarifário (OPT), que deve ser promovido e organizado, anualmente, pelo Departamento de Compras e Logística e que admite, para as diversas categorias de compras, estratégias de aquisição com base nas necessidades identificadas por todas as Áreas. Salvo situações excecionais, todos os processos de compra desenvolvidos ao longo do ano devem estar previamente refletivos no PAC.

Neste sentido, foi elaborado o Plano Anual de Compras 2018, com todos os contratos existentes ou novos que viessem

a ter impacto, em 2018, nas contas da contabilidade, na estrita medida do previsto no CCP, com o devido controlo,

planeamento e calendarização da contratação de bens, serviços e empreitadas, sintetizando-se a seguir:

Plano Anual de Compras 2018

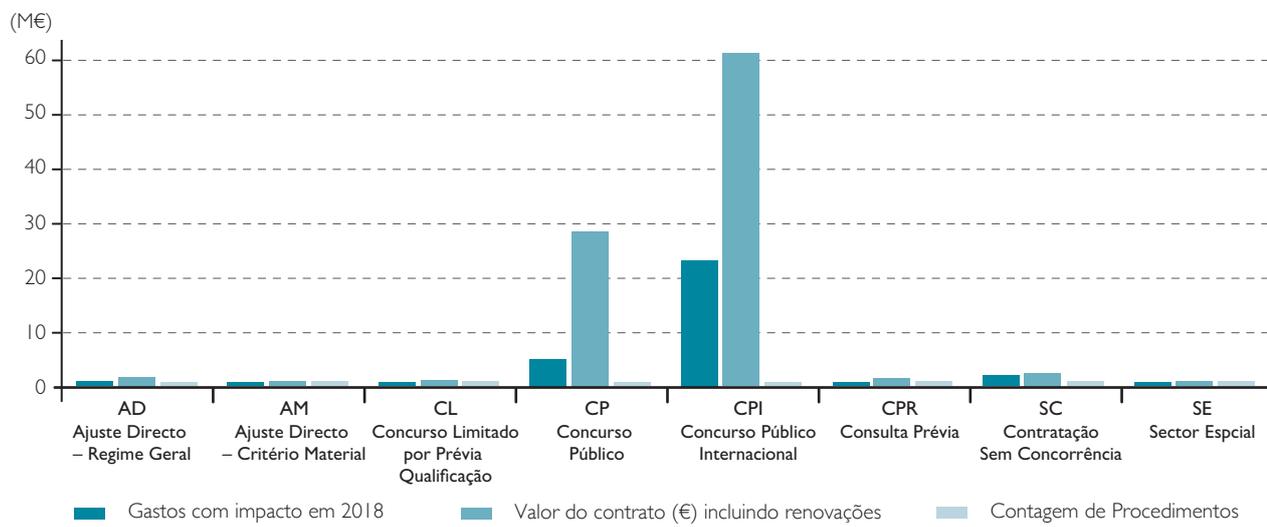


Gráfico 25

Dos 194 (cento e noventa e quatro) procedimentos que constituíram o PAC 2018, 177 (cento e setenta e sete) seriam não centralizados e 111 (cento e onze) seriam lançados em

2018, admitindo um somatório de valores contratuais que ultrapassaria os 25,5M€, conforme tabela seguinte:

Tipo de Procedimento	Gasto com impacto em 2018	Valor do Contrato (€), incluindo renovações	Contagem de Procedimentos
AD - Ajuste Directo-Regime Geral	183 211,15 €	361 404,40 €	28
CL - Concurso Limitado por Prévia Qualificação	8 569,75 €	535 993,00€	2
CP - Concurso Público	1 318 647,74 €	17 624 669,97€	41
CPI - Concurso Público Internacional	2 336 318,87 E	6 054 268,23 €	17
CPR - Consulta Prévia	327 683,18 €	1 029 787,71 €	22
SE - Setor Especial	29 000,00 €	44 000,00 €	1
Total	4 203 430,70 €	25 650 123,31 €	111

Em 2018 foram publicados pelo Departamento de Compras e Logística um total de 61 procedimentos de contratação, em média 5 procedimentos por mês e foram adjudicados 64 num

valor total de 15.433.191,08€ (quinze milhões, quatrocentos e trinta e três mil, cento e noventa e um euros e oito cêntimos).

Tipo de Procedimento	Procedimentos	Contagem de Proposta Vencedora(€)
AD - Ajuste Directo-Regime Geral	187 110,40	15
AM - Ajuste Directo-Critério Material	77 400,00	2
CL - Concurso Limitado por Prévia Qualificação	501 271,56	1
CP - Concurso Público	14 105 757,05	32
CPR - Consulta Prévia	220 964,68	8
SE - Setor Especial	340 687,39	6
Total	15 433 191,08	64

Analisados os dados referentes ao planeamento e contrapondo-os com os procedimentos adjudicados, é de salientar que a execução do PAC 2018 ficou-se pelos 55% (cinquenta e cinco por cento), explicando-se essencialmente pelo fato de 2018 ter sido um ano de transição para o alterado normativo legal, nomeadamente, pela entrada em vigor Decreto – Lei 111-B/2017 de 31 de agosto, e pela retoma da contratação centralizada pela AdP, Serviços Ambientais, S.A..

A alteração legal acima referida veio reduzir o limiar e consequentemente o recurso aos Ajustes Diretos – Regime Geral (ADRG), alterar os critérios de admissibilidade para o recurso a procedimentos cujos limiares eram os do anterior ADRG e alargar o acesso ao Setor Especial da água à eliminação e tratamento de águas residuais pelo que se verifica a migração de valores e número de procedimentos para o Setor Especial.

4.4.6. Medidas de eficiência em termos de sustentabilidade

Em 2018 a estratégia de atuação da AdA focalizou-se:

- Eficiência Energética - reduzir a dependência energética do exterior, com na utilização de fontes de energia renováveis, através da instalação de novas centrais fotovoltaicas e também com a substituição integral de toda a iluminação artificial por uma iluminação baseada na tecnologia LED. Transporte, especialmente no investimento em Frota elétrica dando um grande contributo para a minimização das emissões atmosféricas relacionadas com o transporte.
- Gestão de Resíduos - reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização. Destaca-se a valorização de lamas provenientes do tratamento de água e água residual.
- Eficiência no Uso da Água - Prevenir e reduzir das perdas físicas de água e aumentar da taxa de reutilização de água residual tratada;
- Eficiência no Uso de Papel e outras Matérias – destacam-se as seguintes ações:
 - Utilização de material de vidro em detrimento de materiais plásticos;
 - Definição de impressoras, por defeito, em modo económico, a preto e branco, em frente e verso e/ou mais do que uma página por folha;
 - Utilização de meios eletrónicos ou locais de consulta para divulgação de documentos para conhecimento geral
 - Criação de arquivos eletrónicos, em detrimento de arquivos de papel;
 - Implementação de sistemas de gestão documental de entrada e saída de documentos com base em ferramentas informáticas.
- Sensibilização e Motivação dos Colaboradores e população para a sustentabilidade ambiental, como exemplo temos:

- Projeto água Jovem (Trata-se de um projeto que tem como principal objetivo sensibilizar os jovens de todas as escolas dos 16 municípios da Região do Algarve para o conhecimento e a preservação do património água);
- Uma Torneira da Testa – Resulta de uma parceria, com a ACTA – A Companhia de Teatro do Algarve, e tem como público preferencial os mais jovens, apelando à importância da educação ambiental e do uso consciente da água.
- Chuta os Plásticos para fora dos Oceanos (Conscientes do papel de cada um na problemática global da disseminação dos plásticos no ambiente, pretendemos contribuir através das ações de educação e sensibilização ambiental, para que o Planeta preserve o bom ambiente e que se mantenha saudável para nós, para os nossos filhos, e para todas as gerações vindouras. Com pequenos gestos, podemos ajudar a diminuir a quantidade de resíduos de plástico que existem nos nossos oceanos, na terra e no ar, reciclando e reutilizando sempre mais.
- Encontro Internacional Desafios da Água (Tratou-se de um evento desenvolvido pela Águas do Algarve relativo à temática da Água, mais concretamente sobre o seu Ciclo Urbano e os grandes desafios que o sector irá enfrentar nos próximos anos).

4.4.7. Comunicação e Educação Ambiental

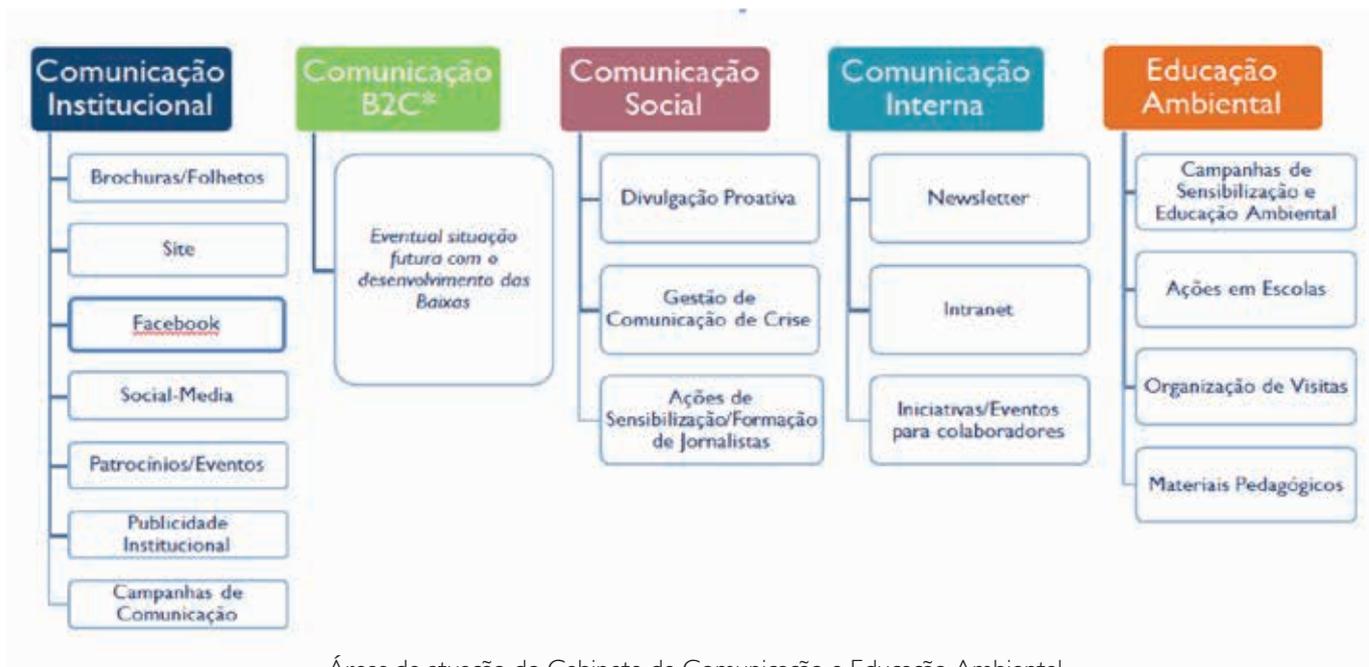
A Águas do Algarve, S.A. focalizou as suas atividades de 2018 com as partes interessadas em duas áreas:

- No âmbito da Comunicação, todas as atividades desenvolvidas tiveram como objetivos principais a manutenção da imagem, reforço de identidade, de valores e divulgação da atividade da Empresa na região, junto dos seus públicos interno (empregados) e externo (comunidade local, fornecedores, clientes, investidores, entidades públicas e cidadãos em geral), com base na estratégia interna e externa de comunicação e relacionamento, aprovada pela Administração;
- No âmbito da Educação Ambiental, esta é assumida pela empresa como sendo uma ferramenta necessária para alcançar o desenvolvimento da sociedade rumo à competitividade sustentável, pois contribui de forma decisiva para a construção de novos valores e atitudes, voltados para o desenvolvimento de uma sociedade comprometida com a solução dos seus problemas ambientais e sociais. Os valores intrínsecos à educação ambiental contribuem para a formação integral do indivíduo, enquanto cidadão inserido na sociedade e no meio ambiente. A empresa nas diversas ações que preconiza na região algarvia, integra o envolvimento de todas as camadas da população: família, escola e sociedade.

Metodologia

As várias ações desenvolvidas em 2018 foram estruturadas de forma a abranger toda a população incluindo campanhas direcionadas para a população em geral e população escolar

das diversas faixas etárias. Durante 2018, para além da realização própria de ações, a Águas do Algarve, S.A. recorreu também à realização de parcerias com entidades externas, complementando conhecimentos, agregando competências e consequentemente mais resultados atingidos.



Áreas de atuação do Gabinete de Comunicação e Educação Ambiental

A comunicação institucional

A comunicação institucional tem uma importância cada vez maior naquela que é a reputação e a imagem da Águas do Algarve, S.A.. Sendo a mesma um tónico para a preservação do valor e da marca da empresa a nível regional, nacional e internacional, a mesma é diariamente gerida de forma refletida e criteriosa.

Para além daquelas que podem ser designadas as funções tradicionais, como sejam a assessoria mediática, assessoria de imprensa, relacionamento com os média, publicidade institucional, ativação da política de patrocínios, entre outros. Verificou-se a necessidade de uma atuação mais incisiva nomeadamente naquele que é atualmente o desafio da gestão da comunicação no mundo digital - redes sociais e canal online. Aproveitar a força e dinâmica das comunicações digitais, integrando as necessárias estratégias conjuntas de comunicação.

Falamos do modelo de abordagem utilizado, monitorização e capacidade atempada de resposta online que é coordenado a partir de uma comunicação institucional integrada, visando uma crescente valorização e consolidação da imagem e da identidade da Águas do Algarve, S.A..

Mailing List

A comunicação é uma peça fundamental na estratégia de marketing da empresa, e as Mailing Lista são uma importante ferramenta, personalizada que a Águas do Algarve, S.A. utiliza nas campanhas que são promovidas, ou apenas para a divulgação de informações através das Press Releases. Usualmente é associada a esta prática o uso dos emails, os quais são altamente customizáveis, sendo possível criar campanhas de marketing ou de informação, específicas para grupos determinados pela empresa. Para além disso trata-se de uma ferramenta de utilização ágil e eficiente.

Template de Email

Atitude, aparência e coerência na comunicação visual e verbal são ferramentas essenciais de uma Imagem com credibilidade.

Melhorar, controlar a impressão que transmitimos aos outros é um ativo que devemos desenvolver e rentabilizar de forma inteligente. Porque o Email, é uma poderosa ferramenta de comunicação nas funções diárias, considerou-se fundamental a criação de um banner informativo para ser utilizado nesta ferramenta, de acordo com as várias ações promovidas pela empresa, ou no caso de não haver, com a colocação de uma mensagem alusiva à atividade desenvolvida na região.

Facebook

As redes sociais são um instrumento cada vez mais eficaz numa estratégia de comunicação organizacional que se pretende eficaz. A interatividade proporcionada permite que os nossos públicos possam participar ativamente na construção e manutenção da imagem institucional, para além de criar uma experiência envolvente com cada usuário. Trata-se de uma ferramenta que precisa de estar ativa e repleta de elementos interativos, conteúdos dinâmicos e atualizações frequentes. Trata-se de uma interessante ferramenta que auxilia na dinâmica necessária do processo comunicacional da Águas do Algarve, S.A..

Participações publicitárias

A publicidade é uma ferramenta de comunicação fundamental que a empresa utiliza na divulgação quer dos investimentos que efetua quer do desenvolvimento de atividades ou ações, na região. O objetivo essencial desta modalidade prende-se com a desejo de dar a conhecer, manter e conquistar a atenção dos vários públicos para a imagem institucional da Empresa, bem como para a sensibilização e reconhecimento pelas suas competências e capacidades quer a nível da água para consumo, quer no tratamento de águas residuais.

Comunicação Interna



Exemplos de vários Templates de Email

Para ter uma imagem consolidada é necessário transformar os nossos funcionários em verdadeiros embaixadores da “boa vontade da empresa”. Neste sentido, é objetivo essencial tornar os nossos colaboradores pessoas influentes, informadas e integradas naquela que é a atividade e do que acontece na Águas do Algarve, S.A., fazendo-os sentir parte desta. A comunicação interna, é neste ponto imprescindível à empresa, tendo merecido também o apoio da Administração no desenvolvimento da sua atividade diária.

Abaixo apresentam-se exemplos dos meios principais utilizados pela Águas do Algarve, S.A. para a prossecução dos objetivos acima definidos, durante o ano de 2018:

Intranet

Esta ferramenta tem como principal objetivo a centralização das informações internas da empresa num único local, com o intuito destas informações poderem ser facilmente acedidas e partilhadas por pessoas autorizadas, de qualquer departamento. Sublinha-se o facto de que todos os colaboradores têm acesso a esta ferramenta. Acresce dizer, que a porta de acesso da intranet é um endereço de internet que pode ser acedido também pelos funcionários da empresa mesmo que estes estejam fora desta.

Ao abrir o Internet Explorer, automaticamente abre a página da intranet, funcionando como um canal de fluxo permanente de informações e comunicação. É atualmente um instrumento essencial na rotina dos nossos colaboradores, sendo muito provavelmente a primeira opção de fonte para obter informações, notícias e outros dados.

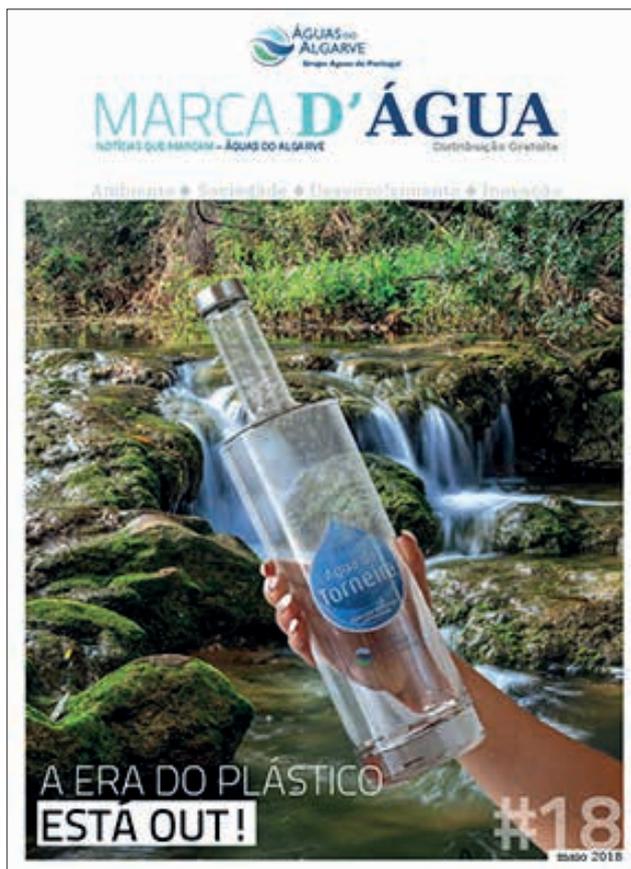
Repartida por vários temas específicos, a atualização da Intranet é diária.

Clipping

Este é um serviço de recolha seletiva de notícias dos meios TV, Rádio, Imprensa e Internet, e que se disponibiliza na nossa Intranet, com atualização diária, ou sempre que hajam notícias da empresa. As notícias resultam das Notas de Imprensa que são promovidas pela Empresa, ou por temas do Grupo AdP, onde a Águas do Algarve, S.A. aparece integrada.

Marca d’água

Marca d’água, newsletter da AdA, com publicação bimestral, veicula, para além de notícias de interesse geral acerca da atividade da empresa e com interesse para a comunidade algarvia, apresenta também informação de cariz personalizado acerca dos nossos colaboradores. É mais uma importante ferramenta de comunicação utilizada pela Empresa para



enaltecer os seus colaboradores, convidando-os a participar neste projeto de forma mais ativa e empenhada. O resultado tem sido muito positivo. A distribuição é efetuada interna e externamente à Águas do Algarve, S.A..

Celebração Aniversário da Águas do Algarve

A organização dos eventos e ações associados ao aniversário da Empresa, que se celebra no dia 5 de agosto é um dia considerado especial por todos os colaboradores. É uma data habitualmente comemorada através da organização de um evento de proximidade entre todos, nomeadamente um jantar convívio. Reúnem-se todos os colaboradores e a administração, promovendo-se o “Espírito de Grupo”!

Trata-se de um evento, que tem como principal objetivo reforçar laços e promover o convívio saudável entre colaboradores, servindo também para demonstrar a importância que estes têm para a organização, aumentando a perceção dos colaboradores para o trabalho em desenvolvimento, assim como para algumas metas a alcançar.

Celebração do Natal

Um dos principais objetivos que se pretendem retirar desta festa passa pela oportunidade de partilhar experiências quer pessoais quer profissionais, envolvendo os colaboradores uns com os outros.

Nestas iniciativas foram incluídas, em 2018, três ações nomeadamente:

- A “sacola de Natal” - produtos alimentares;
- Jantar de Natal – refeição e entretenimento;
- Festa de Natal infantil - lanche, animação e oferta de um brinquedo às crianças com idades até aos 12 anos inclusive.



Campanha de Natal para clientes/fornecedores/acionistas

Porque as empresas são feitas de e para pessoas, lembrar esta data comemorativa através de uma mensagem de Boas Festas é uma forma de conquistar respeito e reforçar parcerias, para além do excelente apoio que presta na manutenção das boas relações da empresa com a comunidade regional (consumidores, clientes, órgãos de comunicação social, fornecedores, instituições várias), pelo que a AdA, não descarta a atenção com estes nossos públicos.

Para cumprir com estes objetivos, foram consideradas a publicação de um anúncio de natal, nos principais órgãos de Comunicação Social da região, nomeadamente aqueles que assiduamente nos acompanham durante todo o ano, com apoio na publicação das diferentes comunicações que a empresa envia para divulgação, e com maior notoriedade no Algarve. Para além destas, é ainda efetuada publicação no nosso site e página do Facebook. Este ano sob um mote muito especial: "Vive um Natal mais amigo do Ambiente reduzindo a sua pegada ecológica".

Tratou-se de uma Campanha para um Natal Ecológico, i.e amigo do ambiente.

Foram efetuadas sugestões e dicas de como proteger o ambiente nos preparativos para a época festiva.

- Na hora de escolheres as luzes de Natal, opta pelas LED, que têm um menor consumo de energia. Além disso quando não estiver ninguém em casa ou durante a noite desliga-as;
- Opta por uma árvore que se possa reutilizar durante vários anos. E, caso tenhas essa possibilidade, escolhe um pinheiro natural que possa ser plantado novamente no teu jardim, após a época;
- Usa azevinho artificial, pois o natural está em vias de extinção;
- O Natal é sinónimo de muitas compras e consumo. Escolhe presentes feitos por ti com materiais ecológicos. Às vezes um presente feito por ti é muito mais sentimental e pessoal;
- Decora a casa com ornamentos ecológicos;
- Quando escolheres as prendas, em caso de produtos de perfumaria ou cosmética, escolhe produtos de marcas que não façam testes em animais e que sejam naturais;
- Reutiliza os enfeites de Natal. Grandes quantidades de enfeites natalícios são encontrados todos os anos, contribuindo para a poluição no nosso meio ambiente.

viva um Natal mais amigo do ambiente reduzindo a sua pegada ecológica

Queremos que tenha um Natal muito feliz e que seja especial, como a época o sugere. Saiba como viver um Natal mais verde, o melhor presente que pode oferecer ao planeta nesta quadra festiva.

Opta por luzes led de menor consumo

Reutilize a árvore de Natal do ano passado

Se não tiver uma árvore, escolha um pinheiro natural que possa ser replantado

Se comprar perfumes, opte pelos naturais e/ou sem testes em animais

Decora a casa com ornamentos ecológicos

Evite o uso de sacos de plástico nas suas compras de Natal

Um presente feito por si, é mais pessoal e mais ecológico

Reutilize os enfeites do ano passado. É enorme a quantidade de poluição causada pelos enfeites deixados no lixo

A Águas do Algarve deseje-lhe Boas Festas e Feliz Ano Novo

ÁGUAS DO ALGARVE
Grupo Águas de Portugal

www.aguasdoalgarve.pt www.facebook.com/aguasdoalgarve

Redes sociais e site

Já não é novidade que o Social Media Marketing ou Marketing nas Redes Sociais é um dos formatos de comunicação mais abrangente e acessível, pelo que o potencial da presença nas redes sociais e de uma estratégia de marketing digital integrada é enorme, motivo pelo qual a Águas do Algarve, S.A. está presente na internet com duas plataformas que se complementam: Facebook e Site.

O Facebook é uma excelente ferramenta de comunicação organizacional, sendo fundamental para estabelecer um contato direto com os nossos públicos. A página é também um cartão de visitas virtual, onde muitas pessoas conhecem o nosso serviço, podem iniciar uma conversa, comentar a nossa página ou apenas clicar em “Gosto”, gerando tráfego e partilhando o assunto com outras pessoas. Uma atualização permanente, com conteúdos ricos e relevantes em termos de em informações é fundamental. Todavia a presença nas redes sociais não é sinónimo de uma estratégia digital completa, sendo necessário estar presente em diversas plataformas. É o caso do website como sendo uma página credível com informação institucional que dá a conhecer a empresa e que satisfaça as necessidades dos nossos públicos.

Eventos/Eventos/Ações de Comunicação e Educação ambiental

Água Jovem

A Empresa voltou a ser parceira na organização desta importante ação de cariz ambiental, a qual envolveu cerca de 450 jovens oriundos de toda a região. Trata-se de um concurso, que já vai na sua 8ª edição e que tem como objetivo sensibilizar os alunos das escolas do Algarve para o conhecimento e a preservação do património água, sendo destinado aos anos do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico do Algarve.

Os dois grandes temas a explorar pelos participantes no ano de 2018 foram:

Tema I – A água no património cultural do Algarve

Tema II – Reserva do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António

O Concurso é anualmente promovido pela AdA em parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente IP - ARH do Algarve e o Mundo Aquático, S.A. (Zoomarine).

O encerramento do projeto Água Jovem teve lugar no dia 6 de abril, na Quinta de Marim, sob o Mote: **DESCOBRE A CASA COMUM | FAZ A TUA PARTE!**



Fórum Mundial da Água

Em março, estivemos no 8º Fórum Mundial da Água que teve lugar entre os dias 18 e 23 de março de 2018 em Brasília. Um dos maiores eventos globais sobre o tema água, que juntou 172 países, 10.500 congressistas e 105.000 pessoas.

Para além da presença da Águas do Algarve, S.A. enquanto parte interessada nas matérias apresentadas, a empresa esteve presente com duas intervenções de grande relevo não apenas para a Águas do Algarve, S.A., como para todo o país e a nível internacional. Falamos das temáticas da Educação Ambiental, e das Origens de Água.

O Fórum Mundial da Água é uma organização do Conselho Mundial da Água, uma entidade internacional que reúne interessados no assunto e tem como missão “promover a conscientização, construir compromissos políticos e provocar ações em temas críticos relacionados à água para facilitar a sua conservação, proteção, desenvolvimento, planeamento, gestão e uso eficiente, em todas as dimensões, com base na sustentabilidade ambiental, para o benefício de toda a vida na terra”.

Congresso e Exposição Mundial da Água em Tóquio

A Águas do Algarve, S.A. esteve presente na IWA Tóquio no Japão, com diferentes intervenções. Destacam-se as intervenções na vertente da Segurança da Água e apresentação conjunta de Posters com o Laboratório, dos projetos de Comunicação e Educação Ambiental, e ainda sobre o Projeto Desafios da Água, ação de cariz internacional que teve lugar em março no Algarve, com organização exclusiva da Águas do Algarve, S.A.. É com elevada satisfação e sentido de dever cumprido que a Empresa se apresentou neste importante encontro Mundial, onde se destaca o que de melhor se faz no mundo. Os IWA reúnem milhares de participantes de todo o Planeta. A IWA 2018 em Tóquio não foi exceção. Foram 9.815 os participantes de 98 países. O programa do Congresso incluiu um total de 49 oficinas, 88 sessões técnicas e 352 papers apresentados, 633 pósteres, 462 apresentações, 6 fóruns de liderança, 7 sessões plenárias, 3 palestras mestre e 19 sessões de desenvolvimento de treino e habilidade. Isto resume mais de 280 horas de atividades na IWA 2018, Congresso e exposição mundial. A exposição reuniu 252 expositores, tendo sido apresentada uma imagem completa do sector da água no global: serviços públicos de água, os governos, consultores, empreiteiros e fornecedores de tecnologia apresentaram a sua contribuição a soluções sustentáveis a nível do globo.



Encontro Internacional Desafios da Água,

O Encontro Desafios da Água teve lugar no Palácio de Congressos da Herdade dos Salgados, em Albufeira, nos dias 1 e 2 de março de 2018. Tratou-se de um evento desenvolvido pela Águas do Algarve, S.A. relativo à temática da Água, mais concretamente sobre o seu Ciclo Urbano e os grandes desafios que o sector irá enfrentar nos próximos anos. Foi objetivo principal divulgar e promover o debate e a partilha de informação, sobre um tema sempre atual e cada vez mais determinante – a gestão eficiente e ambientalmente sustentável dos recursos hídricos e ecossistemas a eles associados. Como se constatou no local, durante dois dias muito bem preenchidos, o Encontro teve um enorme sucesso que se estendeu pelas suas diversas atividades, o que é ilustrado pela respetiva adesão: 32 oradores; 625 congressistas no programa técnico; 1.430 crianças nas oficinas técnicas; 22 oficinas técnicas e 52 expositores, e 110 colaboradores da Águas do Algarve, S.A. que asseguraram a realização dos 2 dias da ação.

Dia Aberto para valorização dos recursos, contou com o apoio da Águas do Algarve

O ICNF, através da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António organizou um “Dia Aberto” destinado aos residentes, coletividades locais e visitantes, com o objetivo de promover a valorização e fruição destes espaços e dar a conhecer os valores naturais a elas associadas, tendo a Águas do Algarve, S.A. sido convidada a colaborar com esta importante ação.

Esta iniciativa, realizou-se no dia 21 de abril de 2018 na Sede do Centro Interpretativo desta Área Protegida contando com um leque muito diversificado de atividades disponíveis ao público, entre as quais a exposição e venda de produtos da gastronomia local e de artesanato, visitas guiadas de observação de aves, workshops, exibição de filmes, marcha-corrída e passeio de BTT nos percursos da Área Protegida, Jogo Ambiental e espetáculos musicais.

Campanha dos sentidos - Escolha Qualidade, Escolha Água do Algarve

Os meses de verão, julho e agosto, são para o Algarve o período do ano em que se regista um maior consumo de água. Quer seja pelo aumento da população que praticamente duplica, chegando-se ao número redondo de 1.500.000 aproximadamente de pessoas, quer pelo calor que naturalmente nos exige maior consumo de água por parte de todos nós. A medição destes dados, bem como as disponibilidades hídricas na nossa região estão disponíveis para consulta através da página web em www.aguasdoalgarve.pt/content/disponibilidades-hidricas.




Dia Aberto 21 de abril 2018

na Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António

Programa: das 09:30 às 20:00

Visitas Guiadas
Workshop
Festival de Cinema
Desporto na Natureza
Animação Musical e Dança

**NATU
RAI
OPT**
WWW.NATURAL.PT

Veja-se que recentemente, foi apresentado um estudo desenvolvido pelo IPDT – Instituto de Turismo, 8 em cada 10 portugueses vão gozar férias este Verão no Algarve, entre os meses de junho a setembro deste ano, sendo o nosso sol e o mar os principais atrativos das férias. Mas não são apenas os portugueses que escolhem o Algarve. Portugal foi considerado o melhor destino europeu nos World Travel Awards 2018, crescendo o número de turistas também por esta via, no Algarve. O Algarve é também notícia por ser considerado como um dos melhores lugares do mundo para viver o período da reforma. Para além destes, o Algarve recebeu várias outras distinções, como o Marca de Confiança, do Reader's Digest, Melhor Destino de Golfe em toda a Europa continental pelo segundo ano consecutivo pela revista Today's Golfer entre outros.

São todas boas razões que nos enchem de orgulho. Todavia não nos podemos esquecer que este aumento significativo de população traz consigo um maior consumo de recursos, com consequente aumento da pegada ecológica na nossa região. A colaboração de todos é por si só uma forma de sustentabilidade garantindo o adequado padrão de vida da população da região, e todos aqueles que nos visitam sem degradar as condições ambientais.

O uso que damos à água potável é condição privilegiada para a manutenção da nossa qualidade de vida. Por esse motivo, a Águas do Algarve, S.A. avançou com algumas ações de sensibilização na região, com o intuito de se valorizar este recurso tão precioso. Através de uma ação que se move pelo reflexo dos sentidos, com amor, com inteligência ou pela sabedoria que a passagem do tempo nos permite, pretende relembrar a excelência do produto que sai diariamente pelas torneiras dos consumidores, e consequentemente o uso eficiente da mesma. Também a problemática dos plásticos, tem aqui enquadramento. Porquê a aquisição de água engarrafada, quando temos em nossa casa uma água de tão elevada qualidade?

Entre os meses de junho e dezembro 2018, foi possível encontrar a circular em autocarros em todo o Algarve, a Campanha “Escolha Qualidade, Escolha Água do Algarve”

Limpar a Ria Formosa

A Águas do Algarve, S.A. voltou mais uma vez a colaborar com o município de Faro naquela que foi 13ª edição da ação ecológica “Limpar a Ria Formosa”, que decorreu entre os dias 12 e 19 de abril. O evento está integrado nas atividades de educação ambiental do Programa Bandeira Azul. As ações de limpeza tiveram lugar em áreas junto à costa e em zonas

de acesso pedonal mais sensíveis, tendo sido essencialmente destinadas aos alunos das escolas do Ensino Básico, decorrendo nas várias ilhas do concelho.

A realização deste tipo de ações de educação ambiental, e a alteração pública de comportamentos face à utilização dos recursos, através da limpeza e da recolha de resíduos, com incentivo à reciclagem, é fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e das gerações futuras, bem como para uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos naturais

Olha a Água que gira

Trata-se de um Projeto de Educação Ambiental, que vai na sua 3ª Edição, n âmbito de uma parceria entre a Águas do Algarve, S.A. e a Câmara Municipal de Faro - Serviço Educativo da Biblioteca Municipal, pretende-se envolver todas as escolas do 1º ciclo deste concelho, para a utilização eficiente da água, e a proteção dos recursos naturais do Planeta.

Nesta ação é explorado o tema tomando como ponto de referência a política dos 5 R's de acordo com o desenvolvimento Sustentável, vamos Repensar, refletir sobre processos socio-ambientais de produção; Reutilizar, dar uma nova utilidade, ou seja, deve-se reutilizar sempre que possível; Reciclar, transformar algo usado em algo novo, por meio de processos industriais; Reduzir, consumir o necessário e por último; Recusar, evitar o consumo exagerado e desnecessário recusando produtos que causem danos ao meio ambiente. Os objetivos que se destacam do projeto são o estimular o interesse pela leitura, incentivar para o estudo do programa escolar (ciclo da água); promover a Educação Sustentável e também a Educação para a Cidadania.

Palestra “A Água e o Futuro”- Silves

Realizou-se em outubro, uma palestra na Biblioteca Municipal de Silves, tendo como temática a água. O convite partiu da Câmara Municipal de Silves e da Biblioteca Municipal, com o objetivo de aumentar a consciencialização para a importância da água, quer ao nível do equilíbrio ambiental e ecológico, como da própria qualidade de vida dos cidadãos.

A palestra foi dirigida ao público adolescente, tendo como convidados um grupo de alunos da Escola Secundária de Silves (10º, 11º e 12ºanos), que se mostraram muito participativos ao longo de toda a sessão.

Para a apresentação do tema “A Água e o Futuro” foi definido como principal objetivo a sensibilização dos jovens estudantes para que estes compreendam o valor da água e a importância

em preservá-la, pois a água é indispensável à vida na Terra e, ao contrário do que se pensou durante muitos anos, a água não é infinita.

Seguiram-se dicas de poupança da água. Para além de ter sido mostrado a sua importância, foram também expostos alguns dos principais efeitos negativos que a poluição humana tem nos oceanos e, como consequência, nos animais que lá vivem.

Explicou-se ainda o papel fundamental que os jovens têm para o futuro do ambiente e para a sobrevivência sustentável do planeta.

A importância dos espelhos de água doce para a avifauna

Este é o nome da publicação desenvolvida em parceria entre a Águas do Algarve, com a Associação RIAS, com a Empresa Oliveiras S.A. e Acciona Água, S.A..

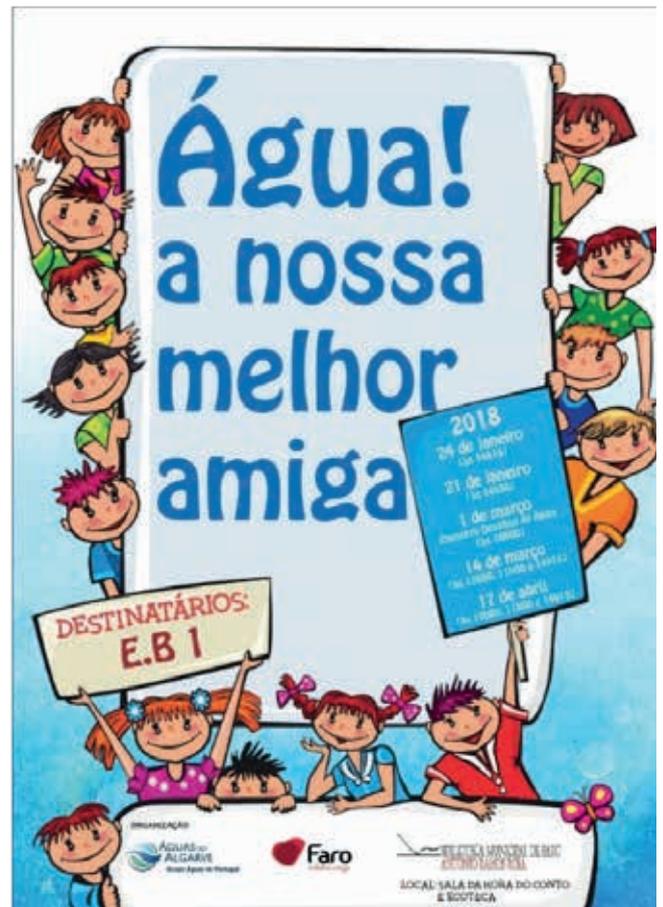
Esta publicação surgiu na sequência do investimento da Águas do Algarve, S.A. no concelho de Faro e que envolve a Construção da ETAR de Faro-Olhão e o Sistema Elevatório de Olhão-Faro, investimento este que ultrapassou os 21 milhões de euros.

Note-se que a área envolvente da ETAR de Faro Olhão e as suas respetivas lagoas representam um dos principais pontos de concentração de avifauna selvagem no Algarve e um dos principais a nível nacional, designadamente para alimentação, repouso e reprodução. As lagoas da ETAR de Faro Nascente e a área envolvente são de extrema importância para uma grande diversidade de espécies e abundância de indivíduos durante diferentes períodos do ano. Em consequência da localização geográfica da área da ETAR nos mesmos períodos de migração e da ausência de perturbação externa, este local tem assinalado ao longo dos últimos anos importantes registos de espécies, dos diferentes grupos, com estatuto de Raridade em Portugal Continental.

Chuta os Plásticos para fora dos Oceanos

A Águas do Algarve, S.A., no âmbito da atividade que desenvolve na Região está inerentemente associada ao ambiente e à sua preservação, sendo esta uma forte componente das estratégias de educação ambiental que é promovida!

Veja-se que a primeira grande Estratégia Europeia sobre Plásticos foi adotada a 16 de janeiro de 2018 pela Comissão Europeia, e faz parte da transição que se pretende para a Europa de uma economia circular com base no desenvolvimento Sustentável. Acima de tudo, trata-se de uma estratégia que pretende ajudar a proteger o Ambiente, através da redução do lixo marinho, das emissões de gases com efeito de estufa



e a nossa dependência em combustíveis fósseis importados. Nesse sentido, foi desenvolvida uma ação para os meses de verão intitulada “*Neste verão Chuta os Plásticos para fora dos oceanos*”. Para além do papel importante da Águas do Algarve, S.A. nesta matéria, não nos podemos alhear do facto de estarmos numa região banhada pelo mar, onde as praias são um dos nossos maiores ex-libris. A estatística é esmagadora: a população algarvia anda na ordem das 500 mil pessoas, chegando no entanto a triplicar nos meses de julho e agosto, atingindo números de 1 milhão e meio, e por vezes até mais. Este aumento de população tem ligação direta com o aumento dos lixos e dos plásticos.

Conscientes do papel de cada um na problemática global da disseminação dos plásticos no ambiente, pretendemos contribuir através das ações de educação e sensibilização ambiental, para que o Planeta preserve o bom ambiente e que se mantenha saudável para nós, para os nossos filhos, e para todas as gerações vindouras. Com pequenos gestos, podemos ajudar a diminuir a quantidade de resíduos de plástico que existem nos nossos oceanos, na terra e no ar, reciclando e reutilizando sempre mais.

Não permitas que os plásticos definam o nosso futuro! Neste Verão, vive a praia mas chuta os Plásticos para fora dos oceanos!
Este foi o teaser da campanha.

Inaugurações

Inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Companheira

A Águas do Algarve, S.A. inaugurou esta ETAR no dia 3 de abril de 2018, na presença do Ministro do Ambiente e da Transição Energética – João Pedro Matos Fernandes e do secretário de Estado do Ambiente – Carlos Martins.

A nova ETAR da Companheira permite adequar o nível de tratamento à legislação nacional e comunitária, melhorando significativamente o bem-estar da população.

A ETAR está dimensionada para servir uma população equivalente de aproximadamente 140.000 habitantes, tratar um caudal médio diário de aproximadamente 32.061 m³/dia e com um caudal de ponta horário de 3.015 m³/hora.

A ETAR Abrange as populações do Concelho Portimão (Alvor, Mexilhoeira Grande e Portimão), do Concelho de Lagoa (Ferragudo, Parchal, Estômbar, Calvário e Mexilhoeira da Carregaço) e do Concelho de Monchique (Brejão, Caldas de Monchique e Monchique).



Campanha "Chuta os Plásticos para fora dos Oceanos"



Inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Companheira

Contou com um Investimento aproximadamente de 13.800.000 euros, cofinanciado com 9,4 milhões de euros de Fundo de Coesão no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR).

Inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Faro-Olhão

A inauguração das novas infraestruturas de saneamento da Águas do Algarve, S.A. decorreu a 28 de novembro, e contou com a participação do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes, do Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins, do Presidente da Águas de Portugal, dos Presidentes das Câmaras Municipais de Faro, Olhão e São Brás de Alportel, entre várias outras individualidades nacionais e regionais.

Envolvendo a construção da nova ETAR de Faro-Olhão e a reabilitação de 7 Estações Elevatórias de Águas Residuais destes municípios, o investimento da Águas do Algarve agora concluído ultrapassou 21 milhões de euros, com financiamento do Fundo de Coesão, no âmbito do Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

A nova ETAR de Faro-Olhão está a tratar as águas residuais de uma população de cerca de 113.000 habitantes equivalentes, permitindo desativar os sistemas de lagunagem das ETAR de Faro Nascente e Olhão Poente, infraestruturas que se encontravam subdimensionadas e com sistemas de tratamento assentando em sistemas de lagunagem que se revelavam desadequados face aos níveis de qualidade agora exigidos para o efluente tratado a descarregar no meio recetor, nomeadamente a Ria Formosa.

4.4.8. Serviço de Cadastro e Sistemas de Informação Geográfica

O ano de 2018 foi marcado pela elaboração da proposta de criação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve, onde esta área teve um grande contributo na recolha, tratamento e centralização dos dados base para a realização das projeções subjacentes ao modelo técnico (Modelação de Procura e Otimização de Custos Operacionais), bem como na compilação de dados referentes aos novos investimentos e consequente inclusão no projeto global da nova Concessão.

Esta área, também realizou estimativas de investimentos e estudos de análise de soluções possíveis de implementar, avaliando qual dos cenários seria melhor em termos tecno-económicos.



Inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Faro-Olhão

Refira-se que tal só foi possível, devido à implementação, durante todo ano de 2018, de medidas que visaram a otimização e adaptação de elementos conducentes ao apoio à decisão e de reflexão estratégica sobre as opções e as linhas de atuação a assumir pela área, para o cabal e eficaz cumprimento das atribuições e competências orgânicas, alicerçadas na experiência adquirida ao longo do tempo.

Em 2018, conforme ocorre todos os anos, a área participou na elaboração do planeamento dos investimentos para o Orçamento e Projeto Tarifário 2019.

A par desta situação, foi também implementado um fluxo de trabalho na receção dos projetos e das telas finais, tendo

o Cadastro e SIG a incumbência de analisar e validar os mesmos, dentro da sua área de competência, e catalogação em base de dados, desenvolvida por esta área, onde armazena e disponibiliza a numeração de todas as peças desenhadas quer sejam de estudos, projetos, telas finais e plantas diversas produzidas para entidades exteriores.

Ainda dentro deste fluxo de trabalho e com o objetivo de uniformizar as legendas das peças desenhadas, tanto as recebidas como as produzidas na Águas do Algarve, S.A., foi elaborada uma legenda tipo evolutiva, isto é repartida em 3 níveis, conforme o grau de maturidade ou necessidade de elaboração da peça desenhada, como ilustrado na figura a seguir:

Índice	Designação das alterações		Data	Nome	Visto
[Símbolo do Empreiteiro]	Fase de execução Tela Final	Tipo de Obra Obra/Projeto de Água Obra/Projeto de Água e Saneamento Obra/Projeto Intervenções Complementares Obra/Projeto de Saneamento		[Símbolo da Fiscalização]	
Desenho Empreiteiro Nome: Rubrica:	Data:	Verifica Empreiteiro Nome: Rubrica:	Data:	Verifica Fiscalização Nome: Rubrica:	Data:
[Símbolo do Projetista]	Designação do Projeto/Empritada		Fase do projeto Estudo Prévio; Anteprojecto Projeto; Tela Final		Formato / Impressão
Aprovação ADA Nome: Rubrica:	Data:	Especialidade Arquitetura, Construção Civil, Equipamentos, Redes Prediais, Instalações Elétricas, Hidráulica, AVAC, Acústica, Térmica, SCIE, Comunicações	Projetou Nome: Rubrica:	Verificou Nome: Rubrica:	Aprovou Nome: Rubrica:
		Título	Escalas	N.º Desenho ADA 20000 Substitui em n.º Substituído por des n.º	
			N.º Folhas		

Exemplo de uma das legendas criadas.

Não obstante o descrito anteriormente, o Cadastro e SIG tem continuado a desenvolver os trabalhos necessários à prossecução das suas funções e atribuições gerais, sendo que dentro desses destacam-se os seguintes:

- Cientes de que a Direção-Geral do Território (DGT) não efetua operações de renovação cadastral, conforme disposto no n.º 1 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 172/95, de 18 de julho, esta área iniciou um processo gradual de atualização do cadastro geométrico, das parcelas adquiridas desde 1998, por via de expropriação, tendo já concluído cerca de 68 processos;

- Continuação do processo de obtenção das isenções de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos nossos prédios, exclusivamente afetos à atividade de abastecimento público de água às populações e de saneamento de águas residuais, ao abrigo do disposto no artigo 44.º, n.º 1, alínea p), do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação dada pelo artigo 9.º da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, reduzindo cerca de 98% do valor deste imposto, assim como em 41% o Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis, que incide sobre os imóveis habitacionais e os terrenos para construção que começou a vigorar a partir do ano de 2017;

Valor Patrimonial Tributário (VIP) em DEZ/2018 (€)	Valor de IMI coleta antes de isenções 2014 (€)	Pagamento de IMI efetuado em 2018 (€)	valor previsto para pagar de IMI em 2019 (€)	Valor do AIMI do ano de 2019 (€)	Valor do AIMI do ano de 2018 (€)	isenções conseguidas (%)
7 533 034,85 €	25 129,09 €	3 644,86 €	598,73 €	975,19 €	399,27 €	98%

- No que se refere à Taxa de Recursos Hídricos (TRH), esta área também tem um papel fundamental na recolha e validação dos valores de cada componente, efetuando a previsão para o ano seguinte, sendo depois apurado os valores unitários a cobrar por metro cubico, de cada área de negócio.

No ano de 2018, verificou-se ainda a consolidação da plataforma WebSIG, que disponibiliza toda a informação geográfica e física das infraestruturas dos Sistemas Multimunicipais, incluindo telas finais, escrituras e relatórios diversos, como ferramenta de consulta e apoio à execução de tarefas, junto dos colaboradores da Águas do Algarve, S.A., fruto das diversas formações realizadas de sensibilização e utilização desta ferramenta.

Por último, como atividades a desenvolver a curto prazo pela área de Cadastro e SIG, elencam-se as seguintes:

- Concluir o processo de isenção de todos os imóveis da Águas do Algarve, S.A.. Para a isenção total de IMI dos imóveis desta Sociedade, faltam apenas 21 prédios, que se encontram em análise nas Repartições de Finanças de Albufeira (2), Alcoutim (1), Castro Marim (6), Faro (3), Lagos (1), Loulé (7) e Silves (1).
- Dar continuidade à atualização gradual cadastral dos nossos prédios, junto da DGT;
- Prevê-se a inclusão, na plataforma Siliamb, de todos os troços e instalações, implantadas no domínio público hídrico, que concorrem para a componente "O" da TRH;
- Preparar um procedimento para colocação de marcos de propriedade na albufeira de Odelouca;
- Elaborar um plano de colocação e reposição de marcos de propriedade dos nossos terrenos ao longo do Algarve;
- Otimização e aplicação da matriz de análise de risco e multicritério para priorização de investimentos;
- Atualização da solução G/Interaqua e implementação do Módulo CCTV.

4.5. Gestão do capital humano

De modo a assegurar o desempenho cabal da sua missão, que se centra em áreas marcadamente de serviço público, a Águas do Algarve, S.A. necessita de quadros muito qualificados, o que torna mais exigente a política de recursos humanos da empresa, que tem de estar orientada para a valorização dos colaboradores e para a sua motivação através de níveis cada vez mais elevados de satisfação.

Em 12 de dezembro de 2018, a AdA recebeu a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2018 o qual prevê a autorização para a admissão de 14 colaboradores, permitindo-se deste modo a continuação da estratégia de renovação e requalificação dos recursos humanos.

O número total de horas de formação profissional em 2018 foi de 4.145 horas. Em 2017 o número de horas de formação registadas foi de 3.963 horas.

Caracterização dos recursos humanos da Águas do Algarve, S.A.

No exercício da sua missão, a Águas do Algarve, S.A. tem optado, ao longo dos anos, por utilizar recursos internos para as tarefas de operação ligadas ao tratamento e abastecimento de água, e utilizar recursos externos para as tarefas de operação de recolha e tratamento de águas residuais, bem como para as tarefas de manutenção dos equipamentos, quer sejam de água, quer de saneamento. O ano 2018 ficou marcado pela viragem desta estratégia, sendo que a nova ETAR de Faro/Olhão possuirá recursos humanos próprios para as áreas da exploração e manutenção.

Tendo consciência que o setor de atividade em que a Águas do Algarve, S.A. se insere e o território onde atua, acarretam exigências muito fortes quanto à qualidade do produto fornecido (água para consumo humano) e qualidade dos serviços prestados (tratamento de águas residuais) numa região (Algarve) basilar para a economia nacional, está implementada

a opção de dotar a empresa de um departamento laboratorial de excelência, com recursos materiais e humanos próprios, altamente especializados, capazes de controlar todos os processos ligados ao ciclo completo da água, levando a que a Águas do Algarve, S.A. tenha sido pioneira em Portugal na obtenção da certificação, segundo normas internacionais, do produto Água por si abastecida.

Como resultado desta estratégia, os trabalhadores da Águas do Algarve, S.A. repartem-se pelas seguintes áreas: (Gráfico 26)

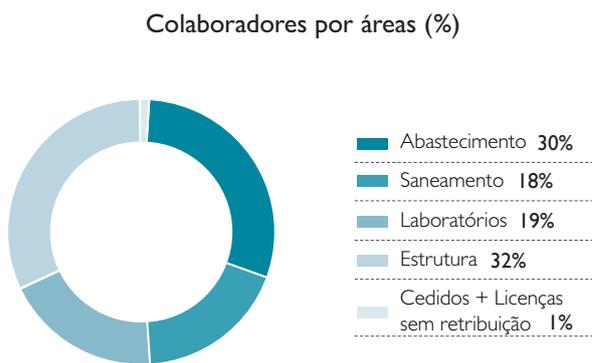


Gráfico 26

Colaboradores por áreas (excluindo órgãos sociais)	2018	2017	2016
Abastecimento	48	47	48
Saneamento	29	26	20
Laboratórios	30	30	31
Estrutura	51	50	60
Cedidos+Licenças sem retribuição	2	3	2
Total	160	156	161

Em 31 de dezembro de 2018, o número total de colaboradores na situação de efetividade situou-se em 158 (excluindo os cedidos).

Apesar de ser elevada a antiguidade no exercício das suas funções na AdA, a estrutura etária dos colaboradores da empresa tem a idade média de 43 anos e é fortemente dominada pela faixa etária dos 35 aos 44 anos. (Gráfico 27)

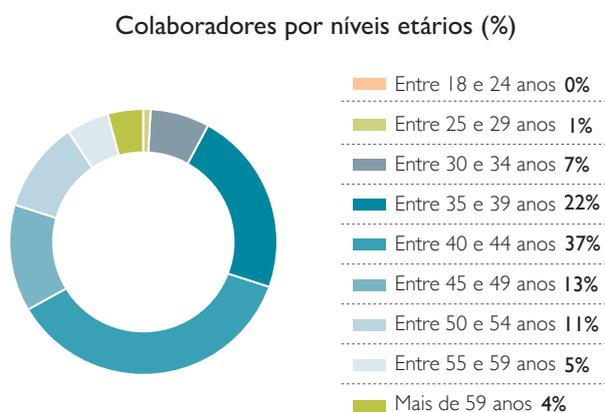


Gráfico 27

Colaboradores por níveis etários	2018	2017
Entre 18 e 24 anos	0	0
Entre 25 e 29 anos	1	3
Entre 30 e 34 anos	11	7
Entre 35 e 39 anos	36	42
Entre 40 e 44 anos	59	58
Entre 45 e 49 anos	21	19
Entre 50 e 54 anos	17	14
Entre 55 e 59 anos	8	6
Mais de 59 anos	7	7
Total	160	156

Em 2018, a distribuição dos colaboradores, ao nível dos géneros, revela uma repartição ligeiramente predominante do sexo masculino:

(Gráfico 28)

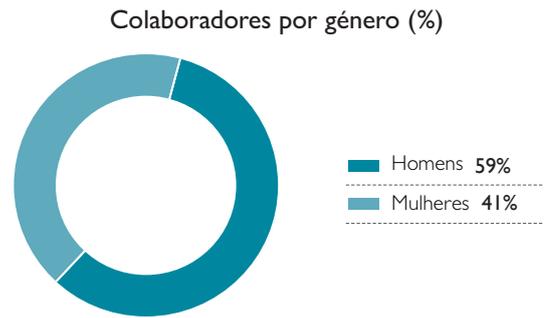


Gráfico 28

Colaboradores por género (excluindo órgãos sociais)	2018	2017
Homens	95	90
Mulheres	65	66
Total	160	156

Em 2018, a empresa continuou a evidenciar um nível elevado de qualificação dos seus colaboradores, sendo o peso dos colaboradores com grau de ensino superior de 64%.

(Gráfico 29)

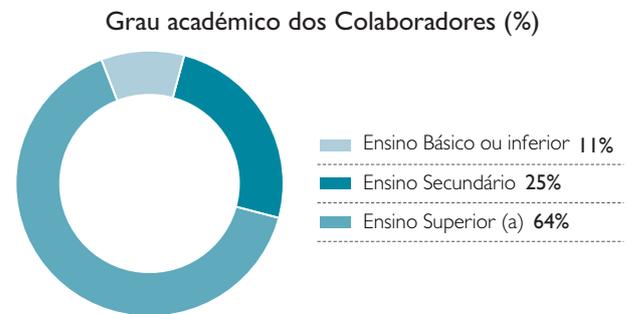


Gráfico 29

Grau académico dos colaboradores	2018	2017
Ensino Básico ou inferior	18	16
Ensino Secundário	39	37
Ensino Superior (a)	103	103
Total	160	156

(a) Inclui mestrados e doutoramentos

O quadro seguinte resume os indicadores de tempo de 2018:

Tempo de trabalho dos colaboradores (excluindo órgãos sociais)	2018	2017	2016
Potencial de horas de trabalho (1)	286 320	291 672	291 240
Horas efetivas trabalhadas (sem HS) (2)	259 048	264 844	272 480
Horas não trabalhadas (sem férias) (3)=(1)-(2)	27 271	26 828	18 760
Horas de trabalho suplementar (HS)	1 272	1 200	918
Taxa de absentismo (3) : (1)	9,52%	9,20%	6,44%

Motivos do absentismo (excluindo órgãos sociais)	2018	2017	2016
Acidentes de trabalho	72	2 566	280
Doença	7 083	6 174	5 039
Suspensão disciplinar	0	0	0
Assistência a familiares	2 044	1 966	1 853
Maternidade/paternidade	7 176	6 477	4 324
Outras causas	10 896	9 645	7 265
Total	27 271	26 828	18 760

Constata-se que no ano de 2018 o nível de absentismo agravou-se como resultado, essencialmente, do incremento das horas relacionadas com doenças e assistência social (maternidade e parentalidade).

A rubrica de “outras causas” inclui as horas de ausência justificadas por atribuição de tolerância de ponto.

Formação profissional

A qualificação dos recursos humanos constitui uma das prioridades da Águas do Algarve, S.A., por se considerar que

a melhoria dos níveis de qualificação se revela de importância estratégica para sustentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inovação e no conhecimento. É também esta a convicção dos seus colaboradores que continuam a apostar na melhoria das suas habilitações literárias, sendo cada vez mais as horas de formação em ambiente académico.

As preocupações ligadas à responsabilidade ambiental e social, segurança e saúde no trabalho, mantêm-se nas prioridades de formação da empresa.

A formação proporcionada em 2018 detalha-se no quadro abaixo:

Número de horas de formação (excluindo órgãos sociais)	Horas	%
Internas	116	3%
Externas	4 029	97%
Total	4 145	100%

Seguro de saúde e seguro de vida

A 31 de dezembro de 2018, todos os colaboradores da empresa estavam abrangidos por um plano de saúde existente, extensível ao agregado familiar – cônjuge e filhos dependentes até aos 25 anos. Existe um plano complementar do sistema nacional de saúde, que se traduz num seguro de saúde abrangendo 158 colaboradores. Todos os novos colaboradores só são abrangidos pelo plano de seguro de saúde após efetividade. A empresa proporciona ainda a todos os colaboradores um seguro de vida.

aos dois anos anteriores (2016 e 2017), com 6 acidentes. Em consequência disso número de dias de baixa diminuiu consideravelmente, passando de 319 dias, em 2017 para 8 dias em 2018;

- Formação: foram realizadas diversas ações de formação no âmbito da SST, com especial relevância para a 3 ações sobre Medidas de autoproteção - Delegados de segurança (MAP_DS) e 6 sobre Primeiros Socorros. Estas ações, ministradas por entidades externas em diversas instalações da Empresa contaram com a participação de cerca de 89 trabalhadores da AdA e de diversos prestadores de serviços.

Segurança no trabalho

A Águas do Algarve, S.A. continua empenhada na promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os que, direta ou indiretamente, consigo trabalham. A melhoria das condições de trabalho e a prevenção de acidentes tem sido uma das maiores preocupações desta Empresa ao longo dos anos.

Em 2018 destaca-se:

- Instalação de gabinete médico na ETAR de Faro Noroeste: No âmbito da medicina no trabalho o médico esteve presente nas instalações da empresa para acompanhamento dos trabalhadores, cerca de 9h/mês, tendo sido realizadas 25 visitas;
- Baixo índice de sinistralidade: foram registados 2 (dois) acidentes de trabalho em 2018, número muito inferior

4.6. Financeira

Análise económica

O Volume de Negócios associado à atividade de exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais da empresa cifrou-se em cerca de 58,5 milhões de euros em 2018, representando um decréscimo de 1,6% face ao ano anterior. Este decréscimo resultou exclusivamente da redução dos caudais faturados na área de negócio do abastecimento uma vez que as tarifas se mantêm inalteradas desde há vários anos (0,4710€/m³ para o abastecimento de água e 0,6304€/m³ para o saneamento).

Volume de negócios	2018	2017	Varição	Varição
Vendas	31 819 620	33 722 710	-1 903 090	-5,64%
Prestação de serviços	26 615 772	25 650 146	965 626	3,76%
Volume de negócios	58 435 392	59 372 856	-937 464	-1,58%

O volume de negócios apresentado não inclui os Rendimentos dos Serviços de Construção

Relativamente aos rendimentos e gastos relacionados com a manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais é de evidenciar o seguinte:

- No caso do abastecimento de água, os serviços de operação são assegurados totalmente por recursos internos (da AdA) e os serviços de manutenção estão contratados externamente. No saneamento, todos os serviços de operação e manutenção foram contratados externamente até novembro de 2018, sendo que se passou a explorar diretamente a nova ETAR de Faro/Olhão;
- Em 2016 iniciaram-se novos contratos de operação e manutenção para as quatro zonas de saneamento, em vários momentos do ano, e também se deu início, em outubro de 2016 a um contrato para o transporte de lamas provenientes das ETAR. Estes contratos, por razões de estratégia da empresa, passaram a ter objetos diferentes dos anteriormente celebrados, o que implica que a comparabilidade entre 2018 e 2017 por cada rubrica específica de Fornecimentos e Serviços Externos perca significado quanto a conclusões, passando a valer a análise de rubricas agregadas.

Assim, considera-se que o cash-cost é o indicador mais adequado para retirar conclusões, indicador esse que se explicita de seguida:

Cash-cost	2018	2017	Variação	Variação
Gastos de Vendas (1)	1 956 178	1 848 885	107 294	5,80%
FSE	22 887 522	20 313 003	2 574 520	12,67%
Gastos com o Pessoal	5 230 450	6 075 950	-845 500	-13,92%
Outros gastos operacionais *	585 775	578 490	7 285	1,26%
soma 1	30 659 926	28 816 328	1 843 598	6,40%
Subsídios à exploração	7 258	0	7 258	0,00%
Outros rendimentos operacionais **	562 979	774 379	-211 401	-27,30%
soma 2	570 237	774 379	-204 142	-26,36%
Cash-Cost =soma 1 - soma 2	30 089 689	28 041 948	2 047 740	7,30

* - exceto imposto selo operações financeiras e imparidades

** - exceto subsídios ao investimento

(1)- O Gasto das Vendas apresentado não inclui os Gastos dos Serviços de Construção

Como se constata, o cash-cost aumentou como resultado do crescimento dos gastos ocorridos nos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), beneficiando, porém, da redução dos gastos com o pessoal devido à redução de 8 pessoas por rescisão amigável em 2017. A dimensão do valor global dos FSE´s merece uma análise mais detalhada.

Assim, apresenta-se de seguida, o detalhe dos gastos mais significativos, que representam cerca de 95% dos gastos em FSE:

Rubrica	Variação			
	2018	2017	Euros	%
621 - Subcontratos	6 772 922	6 640 938	131 984	2,0%
6241 - Electricidade	5 487 405	5 110 033	377 373	7,4%
6261 - Rendas e alugueres	574 094	383 464	190 630	49,7%
6263 - Seguros	292 889	318 851	-25 962	-8,1%
6226 - Conservação e reparação	3 786 368	3 366 627	419 741	12,5%
6221 - Trabalhos especializados	3 881 448	3 128 707	752 741	24,1%
6268x-Material de laboratório	474 001	357 956	116 046	32,4%
Outros FSE	1 618 395	1 006 427	611 968	60,8%
62 - FSE	22 887 522	20 313 003	2 574 520	12,7%

Relativamente às rubricas de Subcontratos e Eletricidade, a comparação de valores deve ser feita de forma agregada, decorrente dos critérios contabilísticos adotados de forma diferente em 2017 e 2018 e dos novos objetos dos contratos de outsourcing. O valor agregado destas duas rubricas apresenta, em 2018, um crescimento de cerca de 4% face a 2017, ligado à subida dos caudais tratados no saneamento e aumento dos custos unitários da energia.

As rendas e alugueres evidenciam um acréscimo de valor entre 2018 e 2017 devido ao registo contabilístico das rendas dos furos do Município de Lagos relativos aos anos 2016, 2017 e 2018.

Quanto aos trabalhos especializados, merece destaque o aumento dos gastos com assistência técnica, monitorização, tratamento de lamas e assessoria jurídica. De referir que durante o ano 2017, a prestação de serviços de colheitas estava incluída na prestação de serviços de exploração do Saneamento (subcontratos). Em 2018, esse valor passou a ser debitado fora da subcontratação.

A diferença entre o Volume de Negócios e o Cash-Cost representa o EBITDA gerado pela empresa, cuja evolução se apresenta no quadro seguinte, evidenciando-se também o peso do EBITDA no Volume de Negócios.

EBITDA	2018	2017	Varição	Varição
Volume de negócios	58 435 392	59 372 856	-937 464	-1,58%
Cash-Cost	30 089 689	28 041 948	2 047 740	7,30%
EBITDA	28 345 703	31 330 907	-2 985 204	-9,53%
EBITDA : VN	48,5%	52,8%	-4,3%	-8,08%

A componente financeira associada aos gastos com os recursos das entidades financiadoras da empresa (bancos + empréstimos AdP) e com os proveitos decorrentes das

aplicações financeiras e juros de mora imputáveis aos clientes evoluiu conforme quadro seguinte:

Resultados Financeiros	2018	2017	Varição	Varição
Gastos financeiros (1) (2)	7 512 807	8 051 294	-538 487	-6,69%
Rendimentos financeiros (1)	1 577 207	1 175 423	401 783	34,18%
Resultados Financeiros	5 935 600	6 875 870	-940 270	-13,67%

(1) - exceto justo valor

(2) - inclui imposto selo operações financeiras

Os gastos financeiros reduziram-se devido à descida do valor do financiamento médio, que passou de 224,8 milhões de euros, em 2017, para 217,9 milhões de euros, em 2018.

Os proveitos financeiros aumentaram essencialmente devido ao acréscimo de débitos de juros de mora aos clientes.

Conjugando os valores do EBITDA com os Resultados Financeiros e IRC, conforme quadro seguinte, chegamos ao indicador Cash-Flow Líquido, que diminuiu em valor absoluto e no peso face ao Volume de Negócios.

Cash Flow Líquido	2018	2017	Varição	Varição
EBITDA	28 345 703	31 330 907	-2 985 204	-9,53%
Resultados financeiros	5 935 600	6 875 870	-940 270	-13,67%
IRC	2 222 207	2 519 647	-297 440	-11,80%
Cash Flow Líquido	20 187 895	21 935 390	-1 747 494	-7,97%
Cash Flow Líquido : VN	34,5%	36,9%		

A comparação deste indicador com os investimentos efetuados no ano e com o nível de endividamento líquido da empresa dá-nos pistas quanto ao auto-financiamento dos investimentos, bem como sobre a sustentabilidade financeira da concessão.

O quadro seguinte evidencia, em detalhe, a evolução das restantes rubricas de gastos e rendimentos associados ao investimento e justo valor, cujo agregado denominamos gastos de investimento.

Gastos e Rendimentos ligados ao investimento e justo valor	2018	2017	Varição	Varição
Amortizações	20 081 308	20 161 341	-80 033	-0,40%
Provisões / Perdas por Imparidade	36 523	876 725	-840 202	-95,83%
Gastos (justo valor)	227 948	248 049	-20 102	-8,10%
soma 1	20 345 779	21 286 115	-940 336	-4,42%
Subsídios ao Investimento	6 189 319	5 550 534	638 785	11,51%
Rendimentos (justo valor)	820 899	773 824	47 075	6,08%
Margem (IFRIC12)	369 993	332 624	37 369	11,23%
soma 2	7 380 211	6 656 983	723 229	10,86%
Gastos Inv= Soma 1 - Soma 2	12 965 568	14 629 133	-1 663 565	-11,37%

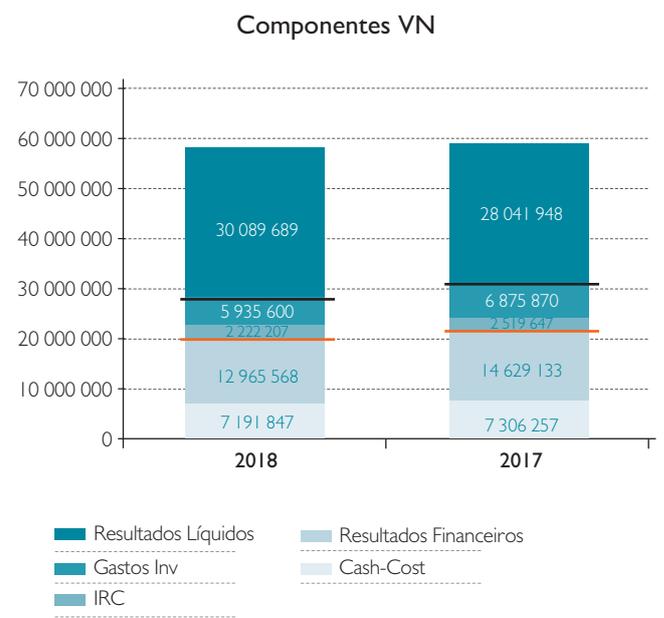
Conjugando os valores do Cash-flow líquido com os deste último quadro (gastos de investimento), chegamos aos Resultados Líquidos da empresa, cuja evolução se apresenta de seguida:

Cash Flow Líquido	2018	2017	Varição	Cash-flow
Líquido	20 187 895	21 935 390	-1 747 494	-7,97%
Gastos Inv	12 965 568	14 629 133	-1 663 565	-11,37%
Resultados Líquidos	7 191 847	7 306 257	-114 411	-1,57%
Resultados Líquidos : Capital Social	24,11%	24,50%		

De tudo o exposto decorre que os resultados antes de impostos diminuiriam ligeiramente de 2017 para 2018, e os resultados líquidos também, gerando uma rentabilidade do capital social acima de 24%.

Resumindo tudo o exposto a uma representação gráfica, obtemos a seguinte figura – (gráfico 30):

O total de cada coluna representa o Volume de Negócios e estão identificados os níveis de EBITDA e Cash-flow Líquido através das linhas a preto e rosa.



Situação financeira

Da análise económica efetuada acima resulta que a situação financeira da empresa também deve melhorar, exceto se o comportamento dos clientes e/ou da empresa para com os fornecedores quanto ao cumprimento dos prazos acordados se alterar, ou se o nível de investimentos efetuados estiver acima da capacidade de auto-financiamento.

No capítulo abaixo designado por “prazos médios de recebimento e pagamento” analisa-se o comportamento dos clientes e da empresa face aos fornecedores, de que resultou uma tesouraria mais fragilizada para a Águas do Algarve, S.A..

Quanto aos investimentos, a nota 6 do anexo às contas evidencia o acréscimo de 16,2 milhões de euros em ativos tangíveis e intangíveis brutos e o acréscimo de cerca de 24 mil euros em ativos financeiros. O ponto 1.4 (fluxos de caixa) das contas do exercício mostra-nos um contributo de 10,3 milhões de euros dos fundos comunitários em 2018.

O quadro seguinte dá-nos conta de como decorrem as candidaturas no âmbito do POSEUR:

Código - Designação	Candidatura - Contrato em vigor		Pedidos de Pagamento				Comparticipação		
	Valor da Candidatura (1)	Comparticipação (2)	Despesas apresentadas (3)	Desp. elegíveis já aprovadas (4)	Despesas não elegíveis (5)	Despesas em análise (6)	Comparticipação Aprovada (7)	Valor Recebido (8)	Valor aprovado ainda não recebido (9)
FC-000028-FaroOlhão	21 820	18 547	15 241	14 523	717	0	12 345	12 345	0
FC-000027-Companheira	11 089	9 426	9 892	9 844	48	0	8 368	8 356	12
FC-000026 - Vila do Bispo Sagres	2 040	1 734	1 845	1 832	13	0	1 557	1 543	14
FC-000025 - Algoz Tunes	1 817	1 544	1 699	1 643	55	0	1 397	1 397	0
FC-000002 - Monchique Norte	750	638	730	724	8	6	609	600	9
FC-000835 - Beneficiação da ETA de Alcantarilha	4 824	2 412	0	0	0	0	0	0	0
TOTAIS	42 340	34 301	29 407	28 567	842	6	24 276	24 241	35

O pagamento de dividendos em 2018, no valor de 2,3 milhões de euros, permitiu recuperar a remuneração acionista em atraso prevista nos contratos de concessão.

Prazos médios de recebimento e de pagamento

A Águas do Algarve, S.A. é prestadora dos serviços de abastecimento e de saneamento “em alta” para a região do Algarve. Como consequência, os Clientes são as Câmaras

Municipais ou empresas detidas exclusiva ou maioritariamente pelos Municípios, perfazendo atualmente 19 clientes.

Nos termos do contrato de concessão os valores debitados resultam da aplicação dos valores mínimos garantidos (VMG) ou da multiplicação das tarifas aprovadas para o ano, aos caudais de abastecimento e de saneamento medidos regularmente. Com exceção dos valores relativos à ETAR da Companheira (no município de Portimão), em 2018 não se aplicaram os VMG.

Cash Flow Líquido	2018	2017	Variação (€)	Variação (%)
Dívida Vencida	31 135 332	27 016 884	4 118 448	15,2%
Dívida Não Vencida	8 273 459	10 583 610	-2 310 150	-21,8%
TOTAIS	39 408 791	37 600 494	1 808 297	4,8%

Cash Flow Líquido	2018	2017	Variação (Dias)	Variação (%)
PMR (Dias)	71	67	4	6,0%

Verifica-se no final de 2018 um aumento das dívidas totais de clientes bem como da dívida total vencida.

Este incremento tem expressão no prazo médio de recebimentos que passou de 67 dias para 71 dias.

Após a nomeação do Conselho de Administração em 12 de março de 2018 para o triénio 2018-2020, foram efetuadas várias reuniões com os municípios com idade do saldo superior a 2 meses com o objetivo de se estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. O ponto de situação para os dois casos existentes é o seguinte:

- **TAVIRAVERDE E.M.** - Apesar do contencioso judicial relativo a parte da dívida (VMG dos anos de 2007 a 2011) para a qual está registada uma imparidade de 1.984.519 euros, no exercício de 2018 foram regularizados 61.200 euros da dívida considerada no acordo de regularização de dívida (ARD) firmado em 2017;
- **VRSA, SGU E.M.** - Em 2018, foram recebidos do cliente VRSA, SGU E.M, cerca de 1,8 milhões de euros. Mas, visto que a faturação do exercício ascendeu a 3,3M€, o saldo final de 2018 é superior ao de 2017. À semelhança dos anos anteriores, mantiveram-se, em 2018, esforços tendentes a encontrar uma solução negociada para regularização da dívida vencida. As inunções/ações administrativas colocadas abarcam toda a faturação emitida até Junho de 2016 e as imparidades registadas (734 milhares de euros), respeitam a divergências referentes à faturação de valores mínimos emitida pela AdA SA;
- Relativamente aos restantes clientes, verifica-se, em termos gerais, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias). Em alguns casos, os saldos apresentados correspondem apenas a fatura(s) emitida(s) a 31.12.2018.

Para além dos valores contabilizados na conta de clientes, estão registados na rúbrica de devedores por acréscimos de rendimentos, 4.345.613 euros referentes a juros de mora estimados para os atrasos na regularização de dívida, tais como a dívida de clientes em inunções/processos administrativos (ver nota 13).

No que respeita ao pagamento a fornecedores, os prazos contratualmente estabelecidos, em regra 30 dias, estão a ser antecipados. De notar que o saldo de fornecedores de imobilizado incorpora valores de integração de património municipal ainda não liquidados por razões de natureza administrativa, nomeadamente obtenção das autorizações do concedente para proceder á integração, bem como retenções de pagamento de faturas como garantia prevista em contrato, nos termos do Código da Contratação Pública.

4.7. Investigação e desenvolvimento / Inovação

O ano de 2018 revelou-se como mais um ano marcante em matéria de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I), dando-se seguimento aos projetos em curso, elaborando-se novas candidaturas e estabelecendo-se novas parcerias. Para além da presença ativa da AdA em importantes eventos internacionais relacionados com a temática da AdA, como foram o 8º Fórum Mundial da Água 2018 e o Congresso Mundial da Água, merece posição de destaque o Encontro “Desafios da Água”, que a empresa organizou, fruto do espírito empreendedor e inovador que lhe é intrínseco!

Encontro “Desafios da Água”

O Encontro “Desafios da Água” (<https://www.desafiosdaagua.com/>), que se realizou em 1 e 2 de março, foi só por si um evento inovador, que contou com um elevado compromisso e com a participação ativa dos funcionários da AdA. O seu envolvimento empenhado, cooperante, dinâmico e com enorme entejuda permitiu catapultar o Encontro para um patamar único neste tipo de eventos. Para além da exposição permanente de fornecedores, equipamentos e produtos e projetos de I&D+I, das mesas redondas e dos oradores convidados e das sessões técnicas com apresentação de comunicações, tendo uma das sessões sido dedicada ao I&D+I, destacaram-se as oficinas técnicas, onde os funcionários da AdA se empenharam na sua preparação e desenvolvimento cuidado de modo a transmitir à população estudantil e à população em geral as diversas atividades relacionadas com a gestão, controlo e utilização da água, nas suas mais variadas vertentes. Tratou-se de facto de um evento inovador, em que no mesmo espaço coabitaram mentes jovens ávidas de saber e profissionais experientes, promovendo assim um ambiente social único que contribui para passar a mensagem de que a Água é um recurso escasso que necessita de ser gerida em parcimónia por todos nós, de modo a não pôr em causa a sua disponibilidade futura.

Projetos I&D+I

SWSS

O projeto Smart Water Supply System, com o acrónimo SWSS (<http://life-swss.eu/>), financiado no âmbito do programa LIFE +, entrou no seu segundo ano de execução em 2016. O projeto é coordenado pelo ISQ, tendo como parceiros, para além da AdA, a Águas de Portugal, a AdP LvT/EPAL, o IST e a Hidromod. O projeto tem como objetivo melhorar as eficiências hídrica e energética, associadas ao processo de

captação, tratamento e distribuição de água para consumo humano. O consórcio do projeto é constituído por vários parceiros nacionais, desde empresas a Universidades. O orçamento total do projeto é de 1.372.888 EUR, com uma contribuição Comunitária de 802.747 EUR, e tem a duração de 3 anos. O projeto visa desenvolver e demonstrar a aplicação de soluções relativas aos sistemas de abastecimento de água que reduzam o consumo energético e a emissão de CO₂, as perdas de água e que permitam a introdução de novas ou melhoradas opções de energia renovável. Para tal, está a ser desenvolvida uma plataforma tecnológica (SWSS platform) de gestão de redes de distribuição, em que a estratégia de exploração dos grupos elevatórios será determinada com base na previsão dos consumos de água ao longo do dia, ao invés, do controlo atual baseado nos níveis dos reservatórios (instantâneos). A alteração da estratégia de controlo permitirá otimizar os consumos de energia, constituindo uma mudança de paradigma na gestão deste tipo de sistemas. O Estudo de Caso do Algarve teve pleno desenvolvimento em 2018, tendo o projeto sido prolongado até agosto de 2019.

IMPETUS

Em 2018 prosseguiu-se com a execução do projeto IMPETUS - Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants, <http://life-impetus.eu/>, o qual é financiado no âmbito do programa LIFE, subprograma Environment, área prioritária LIFE Environment & Resource Efficiency. O projeto tem um orçamento total de 1.492.452 EUR, sendo cofinanciado em 855.589 EUR. Para além da AdA participam no projeto o LNEC, que é o Coordenador, a Universidade do Algarve, a AdTA, a EPAL, a EHS, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

O projeto tem como objetivo a implementação de medidas para melhorar a remoção de compostos farmacêuticos em ETAR com sistemas de tratamento por lamas ativadas, tendo como principais premissas, para além da sua eficiência na remoção de compostos farmacêuticos, o seu baixo custo e a minimização dos consumos energéticos associados. Em 2018 foram realizados ensaios no protótipo instalado na ETAR de Faro Noroeste (tanque de contato/coagulação/floculação/decantação) com a adição de carvão ativado em pó, tendo-se realizado campanhas específicas de monitorização (colheitas e análises). Estes ensaios permitiram avaliar as dosagens mais adequadas a implementar à escala real, cujos ensaios serão realizados em 2019.

IDIAQUA

Em 2018 deu-se continuidade ao projeto IDIAQUA - Fortalecimento da I&D+I de Excelência em Matéria de Tratamento de Águas Residuais para Pequenos Aglomerados, o qual é financiado no âmbito do programa INTERREG V A Espanha-Portugal (POCTEP). O projeto tem um orçamento global de 3.302.695,04 EUR, sendo cofinanciado em 75%. O consórcio é constituído por 16 parceiros. O coordenador do projeto é o CENTA (Centro de las Nuevas Tecnologías del Agua), participando os seguintes parceiros para além da AdA: Universidade de Cádiz, Universidade de Sevilha, Universidade de Extremadura, Centro Tecnológico Avanzado de Energías Renovables, Centro Andaluz de Innovación y Tecnologías de la Información y las Comunicaciones, Asociación de Abastecimientos de Agua y Saneamientos de Andalucía, Dirección General de Infraestructuras y Explotación del Agua de la Junta de Andalucía, Dirección General de Infraestructuras de la Junta de Extremadura, Promedio, Gihasa, Universidade da Beira Interior, Universidade do Algarve, EPAL e Parceria Portuguesa para a Água.

O projeto visa a consolidação da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação relativamente a processos de tratamento de águas residuais para pequenos aglomerados. Esta candidatura prevê a aplicação de I&D+i para desenvolver sistemas de tratamento de baixo custo, com pegada de carbono reduzida, baixos custos energéticos e maximizando a utilização de processos naturais (sistemas extensivos), sempre que possível. Prevê-se a instalação de um reator anaeróbio UASB à escala piloto na ETAR de Lagos. A digestão anaeróbia na fase líquida seria testada com o intuito de diminuir a carga orgânica afluente aos sistemas extensivos, o que contribuiria para a melhoria do desempenho destes sistemas e para a redução do consumo energético e de produção de lamas. Para além da participação em diversas atividades do projeto, destaca-se a definição das especificações técnicas do protótipo a instalar na ETAR de Lagos e a elaboração das peças do procedimento para lançamento do concurso público "Conceção, instalação, arranque e acompanhamento da exploração de protótipo reator anaeróbio de fluxo ascendente UASB". A AdA apresentou um poster do projeto IDIAQUA no Encontro Desafios da Água, na Herdade dos Salgados-Albufeira e no evento Caminho da Inovação – Expo & Networking, na Fábrica de Água de Alcântara, Lisboa

PRED AQUA

Em 2018 deu-se continuidade ao projeto PRED AQUA – Pré-tratamentos de Águas Residuais Industriais e Domésticas: Contribuição para o desenvolvimento económico em equilíbrio com o meio ambiente, aprovado no âmbito do

programa INTERREG V A Espanha-Portugal (POCTEP). O projeto tem um orçamento global de 1.073.739,88 EUR, sendo cofinanciado em 75%. O consórcio é constituído por 4 parceiros. O coordenador do projeto é a ARECIAR (Agencia de Régimen Especial Ciclo Integral de Aguas del Retortillo), sendo parceiros do projeto para além da AdA a Promedio (Diputación de Badajoz) e a Águas Públicas do Alentejo. S.A..

O projeto tem como principais objetivos:

- Efetuar o levantamento do setor industrial responsável pelas descargas de águas residuais no meio ambiente e, ou nos sistemas de saneamento de águas residuais;
- Desenvolvimento e implementação de novas tecnologias de deteção de descargas industriais, designadamente de analisadores em linha;
- Implementar sistemas de pré-tratamento inovadores em indústrias, nas redes de saneamento e nas Estações de Tratamento de Águas Residuais;
- Sensibilização dos industriais e da comunidade em geral.

O Estudo de Caso na AdA é a ETAR de Loulé, onde se prevê a realização de várias intervenções, entre as quais a implementação de uma nova etapa de tratamento preliminar (tamisadores) e um reator anaeróbio UASB, à escala piloto, na fase líquida.

Em 2018 as principais atividades desenvolvidas neste projeto, foram:

- Monitorização do pH e condutividade para avaliar eventuais descargas de efluentes industriais.
- Definição das especificações técnicas do protótipo a instalar na ETAR de Loulé e a elaboração das peças do procedimento para lançamento do concurso público "Conceção, instalação, arranque e acompanhamento da exploração de protótipo reator anaeróbio de fluxo ascendente UASB".
- Preparação das peças do procedimento "Aquisição de tamisadores na ETAR de Loulé".

A AdA apresentou o poster do projeto PREDÁQUA no Encontro Desafios da Água, na Herdade dos Salgados-Albufeira e no evento Caminho da Inovação – Expo & Networking, na Fábrica de Água de Alcântara, Lisboa

SECASOL

Em 2018 deu-se continuidade ao projeto SECASOL – Fomento de tecnologías innovadoras para la mejora de la eficiencia en el proceso de secado de los lodos provenientes del sector Depuración de Aguas Residuales y de secado de residuos sólidos urbanos de en los procesos industriales de tratamiento de residuos mediante el uso de Tecnologías

Solares de Concentración en la Euro región Andalucía-Algarve-Alentejo, teve igualmente inicio em 2017, tendo sido aprovado no âmbito do programa INTERREG V A Espanha-Portugal (POCTEP). O projeto tem um orçamento global de 789.349,05 EUR, sendo cofinanciado em 75%. O consórcio é constituído por 7 parceiros. O coordenador do projeto é a Diputación de Huelva, sendo parceiros do projeto para além da AdA a AREAL - Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve, o LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P., o CENTA - Fundación Centro de las Nuevas Tecnologías del Agua, a GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM e a CESPA Gestión de Resíduos S.A..

O projeto visa o aproveitamento mais eficiente dos recursos naturais, especificamente energia solar, nos setores de saneamento de águas residuais e de resíduos sólidos, bem como contribuir para o crescimento da economia verde e para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa face à maior utilização das energias renováveis. A nível da AdA está prevista a instalação de um sistema de secagem solar de lamas através de desidratação por leitos de macrófitas na ETAR de Alcoutim.

Procedeu-se ao desenvolvimento das seguintes atividades principais:

- Execução de um vídeo promocional relativamente à atividade da AdA no projeto.
- Elaboração de Relatórios sobre os processos de tratamento de águas residuais e tratamento de lamas.
- Participação no preenchimento do questionário relativo à investigação sobre as capacidades de cooperação tecnológica e avaliação das barreiras e sinergias existentes no setor de águas residuais, bem como, no envio do respetivo questionário aos parceiros da AdA.
- Estudo técnico para conversão de dois dos três leitos de secagem existentes na ETAR de Alcoutim em leitos macrófitas para desidratação de lamas.
- Apresentação do poster do projeto SECASOL no Encontro Desafios da Água, na Herdade dos Salgados-Albufeira e no evento Caminho da Inovação – Expo & Networking, na Fábrica de Alcântara, Lisboa

Outros projetos

Plano de Segurança da Água do SMAAA e certificação do produto "água para consumo humano"

Em 2018 foi mantido o Plano de Segurança da Água do SMAAA e a certificação do produto "água para consumo humano" de acordo com a recomendação ERSAR n.º 2/2011, bem como a implementação do Sistema de Gestão do Risco do Abastecimento de Água (SGRAA).

Foi estabelecido um Acordo Específico de Colaboração entre a AdA Universidade do Algarve com o objetivo de desenvolver e executar atividades de investigação e desenvolvimento relativas à Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais e Qualidade de Água, Águas Subterrâneas e Fauna Bentónica em conformidade com o preconizado na DCAPE, no RECAPE e EIA da ETAR de Faro-Olhão.

Em 2018 manteve-se a implementação do projeto interno relativo ao Sistema de Gestão do Risco do Abastecimento de Água (SGRAA) no âmbito do PSA e a abordagem de GPI na AdA, estando em curso a implementação de alguns planos de prevenção e mitigação dos riscos.

Projeto GREENTREAT – Tratamento Integrado e Sustentável de Efluentes Urbanos usando Microalgas.

A AdA participa no projeto GREENTREAT, que é liderado pela Universidade do Algarve, tendo como principal objetivo a utilização de fotobioreatores de algas para remover os nutrientes azoto e fósforo e compostos farmacêuticos, bem como avaliar o potencial de valorização da biomassa produzida, designadamente através da produção de biocombustíveis (biodiesel e biogás).

DRONE

A AdA está a apoiar com casos de estudo, um Doutoramento do IST para serem efetuados ensaios com drones nas infraestruturas da AdA, para conhecimento das potencialidades da tecnologia em desenvolvimento, designadamente na inspeção de barragens e na deteção de fugas de água.

iMiST

A AdA apoiou com um caso de estudo, uma candidatura à FCT do IST para um Doutoramento, do projeto iMiST - Improving mixing in Storage Tanks for safer water supply (Melhorar a mistura em reservatórios para o abastecimento de água mais seguro). O objetivo é estudar a dinâmica do escoamento nos reservatórios de água para consumo humano (velocidades, percursos da água, distribuição dos tempos de residência, grau de mistura, estratificação de temperatura e decaimento do cloro, entre outros), de modo a obter as linhas de orientação para o projeto, operação e a sua reabilitação. O projeto está em curso desde Outubro de 2018.

Projecto ECVET Lab

Em 2018 AdA deu continuidade à sua colaboração no projeto “ECVET Lab: Implementation and Validation of Non-formal Training on Sustainability for Environmental Testing Laboratories workers”, financiado pela Comissão Europeia (Programa ERASMUS +) e que decorreu entre Outubro

2016 e Setembro 2018. O projeto visou a cooperação para a inovação e troca de boas práticas na área laboratorial, estando envolvidos Laboratórios da área ambiental, instituições de investigação e empresas de vários países da Europa.

Elaboração de propostas para candidaturas de projetos I&D+I a programas de financiamento

Em 2018 a AdA submeteu uma candidatura no âmbito do programa Horizon 2020 (Societal Challenge SC5-11-2018 – ação da tipologia “Innovation action”) no tópico: “Digital solutions for water: linking the physical and digital world for water solutions”.

Projeto Floods

A AdA integrou um projeto de candidatura ao Programa Europeu - Espaço Atlântico, designado de Floods - Novas ferramentas de prevenção, alerta, coordenação e gestão de Emergência por Cheias ao nível local. Este projeto conta com a participação de 9 parceiros, oriundos de Espanha, Portugal, Reino Unido, Irlanda e França.

Principais objetivos do Projeto:

- 1) Encontrar respostas às escalas Local e Regional para gestão de crises em situações de inundações;
- 2) Monitorizar rios para célere previsão e alerta de cheias;
- 3) Partilha de conhecimentos relacionados com a emergência: órgãos de coordenação, cooperação reforçada, melhoria e resiliência da capacidade de assistência às pessoas afetadas;
- 4) Partilha de redes e plataformas de comunicação e informações especializadas sobre gestão de inundações, com ampla participação dos diferentes intervenientes, visando desenvolver experiências sobre a cooperação entre as diferentes administrações/Entidades responsáveis, promotores de soluções tecnológicas e outros parceiros relevantes;

No caso concreto da AdA, o objetivo da participação neste projeto consiste na constituição de um Sistema de Prevenção de inundações/cheias, com especial foco no vale a jusante da Barragem de Odelouca, com o objetivo de otimizar o regime de descargas da barragem, num compromisso entre assegurar o cumprimento das descargas necessárias à garantia da segurança da barragem e minimizar o risco e danos no vale a jusante.

Pretende-se assim efetuar uma caracterização dos Pontos Críticos do Vale a Jusante; Instalar Sistemas de medição de caudais e níveis; Realizar levantamentos topográficos e de ocupação do solo e elaborar a modelação 3D da cheia; Aferir

os regolfos da albufeira; Instalação de Estações Hidrométricas e Meteorológicas na Bacia; Criar Sistema de previsão em tempo real (suportado em dados das Estações da Bacia e Protocolo IPMA).

O Orçamento da AdA previsto para este Projeto é de 331.000 euros, cofinanciados a 75% pelo Programa Europeu Espaço Atlântico. A Candidatura foi recentemente aprovada, aguardando-se a respetiva formalização no início de 2019.

SIFIDE

Fruto dos vários projetos de I&D+I que a empresa tem vindo a executar, submeteu-se no ano de 2018 a candidatura ao SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial) para o exercício fiscal relativo a 2017.

WaterCERT

A AdA participou como parceiro numa candidatura ao Programa Horizonte 2020 da Comissão Europeia, no tópico SU-DRS03-2018-2019-2020: Pre-normative research and demonstration for disaster-resilient societies: Pre-standarisation for the security of water supply (Pesquisa e demonstração pré-normativa para sociedades resilientes a desastres - Pré-padroneização para a segurança do abastecimento de água), com o projeto intitulado WaterCERT: Water Contamination Emergency Response Technologies” para o qual foi constituído um consórcio do projeto coordenado pelo KOIS Research and Innovation Center of Excellence da Universidade do Chipre. Fazem ainda parte do Consórcio diversas entidades europeias de referência, nomeadamente a CETAQUA (Espanha), EURECAT (Espanha), UPC (Espanha), KWR (Holanda), NTNU (Noruega), SINTEF (Noruega) e o LNEC (Portugal).

A proposta de projeto “WaterCERT: Water Contamination Emergency Response Technologies” teve como objetivo criar uma nova organização na Europa que suporte e apoie as Entidades Gestoras, do Sector da Água, na gestão do risco em situações de eventual contaminação da água, através da disponibilização de ferramentas para alcançar o maior conhecimento da situação de emergência e resposta ao mesmo.

A AdA, ao participar como parceiro do projeto WaterCERT, disporia do seu conhecimento e experiência em projetos da mesma natureza, como sejam o projeto SAFEWATER, do programa FP7, em que participou em anos anteriores, bem como da longa experiência já adquirida no âmbito do Plano de Segurança da água e no sistema de gestão do risco do abastecimento de água e permitiria à empresa capacitar-se para a melhor gestão e resposta a cenários de emergência

relacionados com a contaminação da água, bem como na comunicação com os seus interlocutores (entidades responsáveis no sector da água), dando assim cumprimento ao estabelecido nas novas orientações da ERSAR, e da legislação comunitária do sector da água.

PRIMA

A AdA participou e apoiou candidaturas no âmbito do programa PRIMA (Partnership for Research and Innovation in the Mediterranean Area) relacionadas com projetos de reutilização de água tratada para rega agrícola e para recarga de aquíferos.

Fundo Azul

A AdA comprometeu-se a integrar a parceria para a realização do projeto “Modelo Operacional de Previsão e Combate à Poluição Marinha (MOP) cuja proposta foi submetida no âmbito do programa Fundo Azul.

Comunicações / Poster

- Barreto S, Martins A. 2018. PREDAQUA: Pré-tratamentos de Águas Residuais Industriais e Domésticas: Contribuição para o Desenvolvimento Económico em Equilíbrio com o Meio Ambiente. Encontro Desafios da Água, 1 e 2 de março. Herdade dos Salgados, Albufeira; Caminho da Inovação – Expo & Networking, 26 de setembro. Fábrica de Alcântara, Lisboa.
- Viegas S, Martins A. 2018. SECASOL: Aplicação de tecnologias inovadoras para melhorar a eficiência dos processos de secagem de lamas de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos Urbanos através da utilização de Tecnologias Solares nas regiões de Andaluzia-Algarve-Alentejo. Encontro Desafios da Água, 1 e 2 de março. Herdade dos Salgados, Albufeira; Caminho da Inovação – Expo & Networking, 26 de setembro. Fábrica de Alcântara, Lisboa.
- Barreto S, Martins A. IDlaqua: Potenciar a I+D+i de excelência em matéria de tratamento de águas em pequenos aglomerados urbanos AdA. 2018. Encontro Desafios da Água, 1 e 2 de março. Herdade dos Salgados, Albufeira; Caminho da Inovação – Expo & Networking, 26 de setembro. Fábrica de Alcântara, Lisboa.
- Martins AMP. 2018. Viagem pela I&D+i na AdA. Encontro Desafios da Água. Centro de Congressos, Herdade dos Salgados – Albufeira. 1-2 Março 2018.
- Fernandes T, 2018. Desafios da Água. 8º Fórum Mundial da Água 2018. Brasília, Brasil.
- Rodrigues JEA, Cardoso VV, Coelho MR, Benoliel MJ, Almeida CMM. 2018. Seasonal Behavior of some pharmaceutical compounds present in influents of two

wastewater treatment plants located in Portugal. 40th International Conference on Environmental & Food Monitoring. 19-22 junho. Santiago de Compostela, Espanha.

- Rosa MJ, Benoliel MJ, Coelho MR, Gomes L, Almeida C, Carvalho AP, Cravo A, Limbert E, Ribeiro R. 2018. LIFE Impetus: improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in wastewater treatment plants. Congresso Mundial da Água, 16-21 setembro. Tóquio, Japão.
- Fernandes T, Peres J. 2018. Desafios da Água. Congresso Mundial da Água, 16-21 setembro. Tóquio, Japão.
- Sancho R. 2018. Monitoring Practices And Operating Conditions Of Drinking Water Systems - Case Study: Alcantarilha Water Treatment Plant. Congresso Mundial da Água, 16-21 setembro. Tóquio, Japão.
- Sancho R. 2018. Emergency Response In A Drinking Water System Operating Without SCADA And Mobile Communications – Case Study: West Region. Congresso Mundial da Água, 16-21 setembro. Tóquio, Japão.

Prémio

O projeto HYMEMB (Tailoring Hybrid Membrane Process for Sustainable Drinking Water Production), co-financiado no âmbito do programa LIFE +, que contou com a participação da AdA e do LNEC (<http://www.life-hymemb.eu/>), foi premiado como um dos 22 melhores projetos LIFE-Ambiente concluídos em 2016-2017, tendo ainda sido nomeado para o prémio 'Melhor dos melhores' para projetos terminados em 2016 e

2017 na categoria Ambiente, o que é reflexo do empenho e qualidade do trabalho desenvolvido.

4.8. Eventos Posteriores ao Fecho

Não ocorreram posteriormente ao encerramento do exercício factos materialmente significativos que ponham em causa a expressão das demonstrações financeiras que acompanham este Relatório de Gestão ou que mereçam especial referência neste capítulo.

4.9. Cumprimento das orientações Legais

Ponto I - Objetivos de gestão (artigo 38º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial) e Plano de Atividades e Orçamento

Na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 12 de março de 2018 foram aprovadas as Orientações Estratégicas e Objetivos e Indicadores de Gestão para o mandato em curso (2018-2020), cujo grau de concretização relativamente ao exercício de 2018 será objeto de apreciação na assembleia geral anual de abril de 2019.

Os objetivos e indicadores de desempenho, com metas a atingir e fórmulas de cálculo para aferir o grau de cumprimento dos mesmos foram os seguintes:



Objetivos	Indicador	Fórmula de cálculo	Meta	Modo de avaliação	Ponderação em % (1)	Unid
Financeiros	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ $\Delta PRC = 1 - [PRC (\text{Ano N}) / PRC 2017]$	Promover a eficiência da gestão na empresa, tendo em atenção o PRC, comparativamente ao ano de referência de 2017	$\Delta PRC < 0\%$ – Não Atingido $0\% \leq \Delta PRC < 3\%$ – Atingido $\Delta PRC \geq 3\%$ – Superado	12,5%	%
	Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = \text{Stock Dívida (Ano N)}$	Redução do stock da dívida	Endividamento 2018 > 216,2 M€ – Não Atingido $209,9 \text{ M€} < \text{Endividamento 2018} \leq 216,2 \text{ M€}$ – Atingido Endividamento 2018 ≤ 209,9 M€ – Superado ----- Endividamento 2019 > 200,8 M€ – Não Atingido $194,9 \text{ M€} < \text{Endividamento 2019} \leq 200,8 \text{ M€}$ – Atingido Endividamento 2019 ≤ 194,9 M€ – Superado ----- Endividamento 2020 > 185,3 M€ – Não Atingido $179,9 \text{ M€} < \text{Endividamento 2020} \leq 185,3 \text{ M€}$ – Atingido Endividamento 2020 ≤ 179,9 M€ – Superado	12,5%	€
	Dívida Comercial de devedores municipais	$\text{DCDMA} = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}]$	Não incremento do stock de dívida vencida municipal	DCDMA > 105% Não atingido $95\% \leq \text{DCDMA} \leq 105\%$ Atingido DCDMA < 95% – Superado	12,5%	%
	Degradação da tesouraria de exploração	$\text{DTE} = [\text{PMR (Ano N)} - \text{PMP (Ano N)}] / [\text{PMR (Ano N-1)} - \text{PMP (Ano N-1)}]$	Não degradação da tesouraria da empresa atendendo à limitação de evolução do crescimento do endividamento e à degradação do PMR	DTE > 100% – Não atingido $85\% < \text{DTE} \leq 100\%$ – Atingido DTE ≤ 85% - Superado	5,0%	%
	Rentabilidade	$\text{RCI} = [(\text{EBIT-DRG})/(\text{Ativo Líquido Total} - \text{DTA} - \text{IDA} - \text{AIF} - \text{SI} - \text{PCNR})]$	Promover a rentabilidade e sustentabilidade do investimento da empresa, medida em %, comparativamente ao ano de referência de 2017	RCI (Ano N) < 95% RCI 2017 – Não Atingido $95\% \text{ RCI } 2017 \leq \text{RCI (Ano N)} \leq 110\% \text{ RCI } 2017$ – Atingido RCI (Ano N) > 110% RCI 2017 – Superado	12,5%	%
Ambientais	Qualidade da Água Fornecida	$\text{AQA} = [\text{QA (Ano N)} / \text{QA } 2017]$	Não deterioração da qualidade da água fornecida no sistema multimunicipal, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria da qualidade da água.	AQA < 99,5% – Não Atingido $99,5\% \leq \text{AQA} \leq 100\%$ Atingido AQA > 100% – Superado	5,0%	%

(Continuação)

Objetivos	Indicador	Fórmula de cálculo	Meta	Modo de avaliação	Ponderação em % ⁽¹⁾	Unid
Ambientais	Qualidade das Águas Residuais	$AQAR = [QAR \text{ (Ano N)} / QAR \text{ 2017}]$	Não deterioração da qualidade da água residual tratada no sistema multimunicipal, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria de qualidade das águas residuais	<p>AQAR < 97,5% Não Atingido</p> <p>$97,5\% \leq AQAR \leq 100\%$ Atingido</p> <p>AQAR > 100% Superado</p>	5,0%	%
Setoriais	Revisão da Concessão	Data de conclusão dos trabalhos	Proposta ao Concedente de unificação dos Contratos de Concessão e extensão do prazo de Concessão, com todos os elementos de suporte (técnico, financeiro e contratual)	<p>Data > 31 de dezembro de 2018 – Não Atingido</p> <p>31 de julho de 2018 < Data ≤ 31 de dezembro de 2018 Atingido</p> <p>Data ≤ 31 de julho de 2018 Superado</p>	5,0%	data
	Constituição da Empresa de Baixa	Data de conclusão dos trabalhos	Constituição da Empresa de Baixa	<p>Data > 31 de dezembro de 2020 – Não Atingido</p> <p>1 de janeiro de 2020 ≤ Data ≤ 31 de dezembro de 2020 Atingido</p> <p>Data ≤ 31 de dezembro de 2019 – Superado</p>	5,0%	data
	Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	Entidade gestora certificada pela Norma ISO 50.001	Reorganização da entidade gestora (EG) de acordo com as medidas definidas na orientação estratégica específica 3.	<p>Não Certificada até 2019 Não Atingido</p> <p>Certificada até 2019 - Atingido</p> <p>Certificada até 2018 Superado</p>	5,0%	un.
	Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	Implementação das medidas previstas na orientação estratégica específica 5 tendo como referência a Norma ISO 55.001	Reorganização da entidade gestora (EG) de acordo com as medidas definidas na orientação estratégica específica 5.	<p>Não Certificada até 2019 Não Atingido</p> <p>Certificada até 2019 – Atingido</p> <p>Certificada até 2018 – Superado</p>	5,0%	un.
	Indicador PEPE	$RCEE \text{ (Ano N)} / RCEE \text{ (Meta do Ano N)}$	Redução do consumo de energia elétrica	<p>$RCEE \text{ (Ano N)} < 95\% RCEE \text{ (Meta do Ano N)}$ Não Atingido</p> <p>$95\% RCEE \text{ (Meta do Ano N)} \leq RCEE \text{ (Ano N)} \leq 105\% RCEE \text{ (Meta do Ano N)}$ Atingido</p> <p>$RCEE \text{ (Ano N)} > 105\% RCEE \text{ (Meta do Ano N)}$ Superado</p>	10,0%	un.

(Continuação)

Objetivos	Indicador	Fórmula de cálculo	Meta	Modo de avaliação	Ponderação em % ⁽¹⁾	Unid
Reporte	Grau de Cumprimento dos prazos de Reporte	$GCPR = [(40\% \times \text{média dos desvios da entrega do relatório de execução}) + (30\% \times \text{Cumprimento da data de entrega do PAO para certificação pelos órgãos de fiscalização, conforme orientações do acionista}) + (30\% \times \text{desvios da entrega do OPT à ERSAR para avaliação da tarifa ou do cenário de eficiência produtiva})]$	Garantir o cumprimento dos prazos de reporte com atrasos de 0 dias	<p>GCPR > 0 dias Não Atingido</p> <p>-1 dia ≤ GCPR ≤ 0 dias Atingido</p> <p>GCPR < -1 dia Superado</p>	5,0%	uun.
					100%	

(1) Quando um indicador não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores.

(2) Caso não se verifique a constituição de uma nova empresa para a exploração dos serviços em baixa e estes serviços venham a ser verticalizados no serviço em alta, é entendimento dos acionistas a possibilidade de haver uma revisão do Modo de Avaliação dos indicadores definidos para o mandato.

Notas explicativas dos objetivos de gestão

Eficiência de Gestão / Plano de redução de custos (PRC)

PRC = Plano de Redução de Custos

GV = Gasto das Vendas, numa base comparável, não incluindo os gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)

FSE = Fornecimentos e Serviços Externos, numa base comparável

GP = Gastos com Pessoal, numa base comparável, corrigidos nos termos da alínea a) do nº 4 do artº 124 do DL 25/2017 de 3 de março e outras correções que venham a ser estabelecidas nos DL de Execução Orçamental posteriores.

VN = Volume de Negócios, numa base comparável, conforme calculado na "Demonstração dos Resultados do Período", deduzido dos Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12), bem como do Défice/Superávit tarifário de recuperação de custos, acrescido das contribuições do Fundo Ambiental (Decreto-lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto)

Notas:

- Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- Os valores devem ser atualizados ao ano de avaliação;
- As eventuais correções para a base comparável, como atividade, devem ser explicitadas e aprovadas pelo acionista;
- Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.

Nota adicional: Na avaliação feita numa base de atividade comparável, deverão ser expurgados os efeitos decorrentes do alargamento da base de ativos, decidida pelo Estado ou determinada pelo contrato de concessão, sem repercussão tarifária no próprio ano.

Limite ao endividamento

Ao valor do stock da dívida exclui-se o endividamento decorrente de eventuais transações extraordinárias autorizadas pela tutela, nos termos da lei. Entende-se por stock da dívida o valor global do endividamento bruto financeiro, correspondente ao somatório das dívidas à banca, incluindo BEI e leasings, acrescidos das dívidas intra-grupo (suprimentos, apoios de tesouraria e empréstimos entre empresas), contraídos junto da AdP SGPS e de outras empresas do grupo (mesmo que não se encontrem registados em empréstimos).

Notas:

- Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- Resultado arredondado a 1 casa decimal.
- Não contam para a avaliação do indicador os aumentos de financiamento que a empresa consiga demonstrar inequivocamente que decorrem de novos investimento não previstos no Contrato de Concessão, impostos explicitamente pelo Concedente.
- O limite ao endividamento poderá ser revisto em caso de ocorrência de situações extraordinárias, tais como: a inclusão, pelo Concedente, de novos investimentos não previsto no PAO do triénio 2018-2020, sem que se verifique a publicação, pelo Estado, das medidas de redução das dívidas municipais previstas na LOE 2018

Dívida Comercial de devedores municipais

DCDMA = Evolução da dívida comercial de devedores municipais

Notas:

- a) Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- b) As eventuais correções para a base comparável, como atividade, devem ser explicitadas e aprovadas pela tutela financeira;
- c) Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.
- d) Considera-se Dívida Vencida: a dívida corrente não paga nos 60 dias contratuais, as injunções e o incumprimento dos acordos (acresce-se a totalidade do valor vincendo à data do incumprimento).
- e) Apenas são considerados como acordos os que estiverem formalizados e com os respetivos contenciosos encerrados;
- f) Considera-se existir incumprimento do acordo, caso à data da avaliação do indicador, se verifique o não pagamento de pelo menos uma tranche.

Degradação da tesouraria de exploração

DTE = Degradação da tesouraria de exploração

PMR = Prazo Médio de Recebimentos da Empresa

PMP = Prazo Médio de Pagamentos da Empresa

$$PMP = \left[\frac{\sum (\text{Saldo de Fornecedores} + \text{Saldo de Assesores e Credores Diversos de C.P. no final trimestre}) / 4}{\sum (\text{Aquisição de Bens e Serviços no trimestre})} \right] \times 365$$

$$PMR = \left[\frac{\sum (\text{Saldo de Clientes de curto prazo no final do trimestre (expurgados de acordos, processos de cobrança judicial e TRH)}) / 4}{\sum (\text{Volume de Negócios do trimestre acrescido de IVA e Juros de Mora a clientes})} \right] \times 365$$

Notas:

- a) Indicador avaliado anualmente;
- b) As eventuais correções para a base comparável, como atividade, devem ser explicitadas e aprovadas pela tutela financeira;
- c) Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.

Rentabilidade

RCI = Rentabilidade do Capital Investido

EBIT = Resultados Operacionais, numa base comparável;

DRG = Desvio (Défice ou Superávit) de Recuperação de Gastos;

DTA = Desvio Tarifário Ativo

IDA = Impostos Diferidos Ativos;

AIF = Amortizações de Investimento Futuro;

SI = Subsídios ao Investimento;

PCRN = Passivo Corrente Não Remunerado.

Notas:

- a) Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- b) As eventuais correções para a base comparável, como atividade, devem ser explicitadas e aprovadas pelo acionista;
- c) Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.

Qualidade da Água Fornecida

$$\text{Qualidade da Água (QA)} = \frac{\text{N}^\circ \text{ Análises Conformes}}{\text{N}^\circ \text{ Análises Realizadas}}$$

Notas:

- a) Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- b) Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.

Qualidade das Águas Residuais

$$\text{Qualidade da água residual (QAR)} = \frac{\text{População equivalente com tratamento satisfatório}}{\text{População equivalente com tratamento}}$$

Notas:

- a) Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- b) Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal;
- d) Só serão avaliadas as ETAR com:
 - Conformidade com última licença de descarga emitida em nome da empresa;
 - Relativas a infraestruturas previstas contratualmente;
 - Com investimento já concluído; e
 - Em funcionamento há mais de 1 ano.

Revisão da Concessão

Elaboração do pacote documental a enviar à tutela sectorial e regulador, que suporte a unificação dos dois contratos de concessão existentes, bem como a extensão do contrato de concessão resultante em pelo menos, mais 20 anos, para além do prazo atual mais longo.

Notas:

- a) Indicador avaliado no exercício de 2018; e resultado mantido nas avaliações subsequentes.
- b) A data que concorrerá para o indicador será a data do primeiro envio do contrato à ERSAR ou tutela sectorial, acompanhado de todos os anexos contratuais, incluindo o ficheiro do EVEF e modelo técnico.

Constituição da Empresa de Baixa

Constituição da Sociedade firmada através de contrato de gestão de parceria, com os respetivos anexos.

Notas:

- a) Indicador avaliado em 2019 e 2020. Caso em 2019, não se verifique a constituição da empresa, o indicador não será avaliado.
- b) A data que concorrerá para o indicador será a data da Assembleia Geral que dá início à Sociedade.

Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia

Certificação da EG na ISO 50.001

Nota:

- a) Indicador avaliado em 2018 e 2019

Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos

Entidade Gestora habilitada no âmbito da Norma ISO 55.001

Nota:

- a) Indicador avaliado em 2018 e 2019;
b) Avaliação a ser feita da pela AdP e pela Tutela Setorial com base no relatório respetivo de execução

Indicador PEPE

$RCEE = CEE (\text{Ano } N) / CEE (\text{Ano de Referência})$

$CEE = ((\text{Consumo Energia Elétrica} \times K) - \text{Energia Elétrica Produzida}) / (\text{Caudal de AA Produzido} + \text{Caudal de AR Tratado})$

Consumo de Energia Elétrica = Consumo de energia elétrica a partir da rede elétrica nacional e a partir de instalações para autoconsumo, em todas as instalações da Empresa incluindo administrativas, em kWh, no ano;

Energia Elétrica Produzida = Energia elétrica produzida para venda à rede elétrica nacional e/ou para autoconsumo, em kWh, no ano;

Caudal de AA Produzido = Caudal de água para consumo humano produzido, em m³, no ano;

Caudal de AR Tratado = Caudal de águas residuais tratadas, em m³, no ano;

K = Valor obtido em função da decomposição horária da energia consumida, incluindo a energia reativa, no ano.

Notas:

- a) Indicador avaliável anualmente;
b) A determinação da RCEE (Meta do Ano N) será efetuada tendo em consideração os valores de consumo, produção e caudais, que venham a ser identificados para a empresa em 31.12.2015 (ano de referência), aos quais se devem aplicar os seguintes vetores:
- 2018: Redução de consumo de 332.323 kWh/ano e produção de energia elétrica de 0 kWh/ano;
 - 2019: Redução de consumo de 1.107.744 kWh/ano e produção de energia elétrica de 0 kWh/ano;
 - 2020: Redução de consumo de 2.769.360 kWh/ano e produção de energia elétrica de 0 kWh/ano;

Grau de Cumprimento dos prazos de Reporte

G CPR = Grau de Cumprimento dos Prazos de Reporte

Notas:

- a) Por relatório de execução entende-se o RET nos trimestres e o relatório mensal nos restantes meses. Para 2017 será tida em consideração a orientação dada no GCF do PCG.
b) Cálculo efetuado considerando dias úteis e tendo por base as datas definidas para o devido efeito, no documento Reporte de Informação de Gestão, elaborado anualmente pelo PCG;
c) Resultado expresso em dias, arredondado para o número inteiro superior

Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores estabelecidos, obtendo-se uma classificação final de 1,4 (não cumprido) numa escala cuja pontuação máxima é de 3.

	Ponderação	Nota	Ponderada
PRC	14,7%	1	0,1
Endividamento	14,7%	1	0,1
Divida Comercial Devedores Municipais	14,7%	1	0,1
Degradação Tesouraria de Exploração	5,9%	3	0,2
Rentabilidade	14,7%	1	0,1
Qualidade água fornecida	5,9%	2	0,1
Qualidade águas residuais	5,9%	2	0,1
Revisão da Concessão	5,9%	3	0,2
Constituição da Empresa de Baixa	0,0%	na.	
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	0,0%	na.	
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	0,0%	na.	
Indicador PEPE	11,8%	1	0,1
Grau cumprimento prazos reporte	5,9%	1	0,1
Avaliação dos gestores	100,1%		1,4

Nota: As percentagens referentes às ponderações foram ajustadas face aos indicadores que não foram avaliados em 2018

Por outro lado, os princípios estabelecidos no Estatuto do Gestor Público quanto ao exercício das funções de administração nas empresas do setor empresarial do Estado implicam que, de forma eficiente e empenhada, se cumpra a missão da empresa como concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, “em alta”, para a região do Algarve. A materialização dos objetivos que daí resultam é efetuada no plano de atividades e orçamento (PAO) que foi elaborado e aprovado pelas entidades competentes. A aprovação do PAO2018 foi efetuada através do despacho da Secretaria de Estado do Tesouro nº 1003/18 – SET, de 11 de dezembro.

Em linhas gerais, o Plano de Atividades e Orçamento assentou no estabelecimento de um conjunto de objetivos para 2018, face ao ano de 2017 que de seguida se apresentam:

- i. A melhoria da eficiência operacional, traduzida numa redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios;
- ii. A contenção dos gastos com pessoal;
- iii. Que o crescimento do endividamento remunerado corrigido de aumentos de capital e líquido do financiamento de novos investimentos não excede os 2%;
- iv. Que novas atividades sejam sustentadas em análise de custo-benefício demonstrativas da racionalidade económica para a prossecução dos objetivos gerais da empresa

Ponto 2 - Gestão do Risco Financeiro

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em 2004 um processo de obtenção de financiamentos externos de longo prazo, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005 e três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, quer através da contratação de instrumentos financeiros derivados, quer mediante a escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneiio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneiio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permita fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o “rating” dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

ANOS	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros	7 508 215,43	8 245 493,62	8 298 377,00	8 701 787,00	10 195 537,00
Taxa média de financiamento	3,44%	3,44%	3,49%	3,82%	3,90%

Ponto 3 - Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º I do artigo 56.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (lei do Orçamento de Estado para 2018, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2018

A Águas do Algarve, S.A. tem vindo a reduzir o seu endividamento, conforme se detalha no quadro seguinte, cumprindo os termos definidos para 2018 na Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2018.

PASSIVO REMUNERADO	2018	2017	2016	2015	2014	Variação 2018 / 2017	
	Valores (€)					Valor	%
Financiamentos obtidos							
(correntes e não correntes)	217 954 163	224 839 857	231 347 840	234 480 225	244 448 081	-6 885 694	-3,06%
-dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	534 125	60 000	0	0,00%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	0	0	0,00%
Endividamento Ajustado	217 954 163	224 839 857	231 347 840	233 946 100	244 388 081	-6 885 694	-3,06%

Ponto 4 - Evolução do Prazo Médio de Pagamento

Verifica-se uma diminuição, de 2018 para 2017, do prazo médio de pagamento conforme quadro seguinte:

PMP	2018	2017	Variação 2018 / 2017	
			Valor	%
Prazo (dias)	55	59	-4	-6,8%

No termos do ponto 9 da Resolução do Conselho de Ministros nº34/2008 de 22 de fevereiro, “os objetivos de prazos de pagamento a fornecedores e respetivo grau de cumprimento

estabelecem-se com base no PMP do ano anterior e de acordo com a tabela seguinte:”

	Grau de cumprimento do objectivo		
	Superação	Cumprimentos	Incumprimento
PMP do ano anterior inferior a 45	PMP < 30 d	30 d ≤ PMP < 40 d	PMP ≥ 40 d
PMP do ano anterior superior ou igual a 45	Redução do PMP superior a 25 %	Redução do PMP no intervalo (15 %; 25 %)	Aumento do PMP ou redução inferior a 15 %

Deste modo, e face aos valores atingidos em 2018, verifica-se que os objetivos não foram alcançados, pois a redução não atingiu o mínimo de 15%.

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o 1º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisições de bens e serviços	0	0	0	0	0
Aquisições de Capital	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

Ponto 5 - Cumprimento das Recomendações do Acionista

No âmbito da última aprovação dos documentos de prestação de contas, não foram efetuadas quaisquer recomendações pelos acionistas.

Ponto 6 - Remunerações

Apresentam-se de seguida os quadros com as remunerações dos Órgãos Sociais da Empresa

a) Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2018 (€)			Valor Final (4)=(1)+ (2)+(3)
				Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	
2015 - 2018	Presidente	Vítor Manuel Martins Guerreiro	575,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2018 - 2020	Presidente	Rui Miguel da Silva André	575,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2015 - 2020	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2015 - 2020	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma (1)	Data	[Entidade pagadora]	(O/D)(2)
2015 - 2018	Presidente Executivo	Joaquim Carlos Correia Peres	AG	24/02/16	Águas do Algarve, S.A.	EPAL / AdA
2015 - 2018	Viogal Executivo	Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	AG	07/07/15	Águas do Algarve, S.A.	AdA / AdA
2015 - 2018	Viogal Executivo	Jorge Manuel Coelho da Silva Torres	AG	07/07/15	Águas do Algarve, S.A.	AdA / AdA
2015 - 2018	Viogal Não Executivo	Rui Miguel da Silva André	AG	07/07/15	C. M. de Monchique	CM Monchique / /CM Monchique
2015 - 2018	Viogal Não Executivo	Rosa Cristina Gonçalves Palma	AG	07/07/15	C. M. de Silves	CM Silves / CM Silves
2018 - 2020	Viogal Executivo	António Paulo Jacinto Eusébio	AG	12/03/18	Águas do Algarve, S.A.	AdA / AdA
2018 - 2020	Viogal Não Executivo	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos	AG	12/03/18	C. M. Lagos	C. M. Lagos
2018 - 2020	Viogal Não Executivo	Rogério Conceição Bacalhou Coelho	AG	12/03/18	C. M. Faro	C. M. Faro

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [3] / [9]

(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D - Origem / Destino

Sendo a Águas do Algarve, S.A. uma empresa classificada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, e sem prejuízo dos casos de opção pelo vencimento dos lugares de origem, as remunerações dos

administradores são as que resultam da aplicação do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Joaquim Carlos Correia Peres	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	Docente	Público
Rui Miguel da Silva André	Câmara Municipal de Monchique	Presidente	Público
Rosa Cristina Gonçalves Palma	Câmara Municipal de Silves	Presidente	Público
Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos	Câmara Municipal de Lagos	Presidente	Público
Rogério Conceição Bacalhau Coelho	Câmara Municipal de Faro	Presidente	Público

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
Joaquim Carlos Correia Peres	S	B	4 864,34	1 945,74
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	S	B	3 891,47	1 556,59
António Paulo Jacinto Eusébio	S	B	3 891,47	1 556,59
Jorge Manuel Coelho da Silva Torres	S	B	3 891,47	1 556,59

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2018 (€)					
	Fixa (*)	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Joaquim Carlos Correia Peres	91 449,64	0,00	91 449,64	4 572,40	0,00	86 877,24
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	73 159,66	0,00	73 159,66	3 658,00	0,00	69 501,66
António Paulo Jacinto Eusébio	58 945,48	0,00	58 945,48	2 947,30	0,00	55 998,18
Jorge Manuel Coelho da Silva Torres	14 214,18	0,00	14 214,18	710,70	0,00	13 503,48
			237 768,96	11 888,40	0,00	225 880,56

(*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social	Seguro de Vida		Seguro de Saúde		Outros
	Encargo Diário	Encargo anual da entidade		Encargo anual da entidade				
Joaquim Carlos Correia Peres	6,41	1 620,32	Segurança Social	21 480,19	950,00	928,98	---	0,00
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	4,77	1 417,26	Segurança Social	11 915,06	1 140,00	928,98	---	0,00
António Paulo Jacinto Eusébio	4,77	1 188,33	CGA	13 864,49	1 626,00	823,28	---	0,00
Jorge Manuel Coelho da Silva Torres	6,41	288,45	Segurança Social	3 357,60	1 140,00	928,98	---	0,00
		4 514,36		50 617,34	4 856,00	3 610,22		0,00

Encargos com Viaturas - 2018									
Membro do CA	Viatura Atribuída (S/N)	elebração de Contrato (S/N)	Valor de Referência da Viatura (€)	Modalidade (1) (Identificar)	Ano de Início	Ano de Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (n.º)
Joaquim Carlos Correia Peres	Sim	Sim	28 527,72	AOV	2018	2022	404,77	10 774,96	42
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	Sim	Sim	25 251,47	AOV	2018	2022	451,70	3 011,31	42
António Paulo Jacinto Eusébio	Sim	Sim	25 251,47	AOV	2018	2022	451,70	4 277,61	42
Jorge Manuel Coelho da Silva Torres	Sim	Sim	39 621,28	AOV	2010	2018	499,43	998,86	0

Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)						
Membro do CA	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras (*)		Gastos Totais com Viagens (€)
				Identificar	Valor	
Joaquim Carlos Correia Peres	8 296,90	531,30	0,00	Refeições	59,88	8 888,08
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	0,00	0,00	0,00	Refeições	61,98	61,98
António Paulo Jacinto Eusébio	0,00	0,00	0,00	Refeições	66,72	66,72
Jorge Manuel Coelho da Silva Torres	423,80	489,00	0,00	Refeições	0	912,80

b) Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2015 - 2017	Presidente	Município de Portimão, representado pela Presidente da Câmara Municipal, Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes	AG	07/07/15	0,00	1
2018 - 2020	Presidente	Município de Olhão, representado pela Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Ventura Pina	AG	12/03/18	0,00	1
2018 - 2020	Vogal Efetivo	João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos	AG	12/03/18	1 201,51	1
2015 - 2017	Vogal Efetivo	José Martinho Soares Barroso	AG	07/07/15	1 201,51	1
2015 - 2017	Vogal Efetivo	António José Carvalho Barros	AG	07/07/15	1 201,51	2
2015 - 2017	Vogal Suplente	Sandra Simões Filipe	AG	07/07/15	0,00	2

Nome	Remuneração Anual 2018 (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Município de Portimão, representado pela Presidente	0,00	0,00	0,00
Município de Olhão, representado pelo Presidente	0,00	0,00	0,00
João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos	6 148,72	307,60	5 841,12
José Martinho Soares Barroso	8 228,19	411,50	7 816,69
António José Carvalho Barros	14 301,14	715,40	13 585,74
Sandra Simões Filipe	0,00	0,00	0,00
	28 678,05	1 434,50	27 243,55

c) Revisor Oficial

Mandato (Início / Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no Grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Forma ¹	Data	Data do Contrato		
2018 - 2020 (3)	SROC	Ernst&Young Audit & Associados – SROC, SA	178	20161480	AG	01/12/18	Sim	10	0
2018 - 2020 (3)	ROC Efetivo	Rui Manuel da Cunha Vieira	1154	20160766	AG	01/12/18	Sim	10	0
2018 - 2020 (3)	ROC Suplente	Pedro Borges Marques	1801	20161640	AG	01/12/18	Sim	10	0
2015 - 2018 (2)	SROC	Esteves, Pinho & Associados Lda	192	20161492	AG	07/07/15	Sim	4	4
2015 - 2018 (2)	ROC Efetivo	Rui manuel Correia de Pinho	989	20160604	AG	07/07/15	Sim	4	4
2015 - 2018 (2)	ROC Suplente	Luis Manuel Moura Esteves	944	20160561	AG	07/07/15	Sim	4	4

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)
Indicar AG/DUE/Despacho (D)

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços-2018 (€)		
	Valor (1)	Reduções	Valor Final (3)=(1)-(2)
Esteves, Pinho & Associados Lda	15 579,50	0,00	15 579,50
Ernst&Young Audit & Associados – SROC, SA	10 136,00	0,00	10 136,00

Ponto 7 - Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa e ainda ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) Despesas com comunicações

O valor anual das despesas com comunicações dos gestores da Águas do Algarve, S.A., é o que se apresenta no quadro seguinte:

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		Observações
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	
Joaquim Carlos Correia Peres	80,00	199,89	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	80,00	310,92	
António Paulo Jacinto Eusébio	80,00	0,00	
Jorge Manuel Coelho da Silva Torres	80,00	-30,13	Estorno de valores

d) **Despesas com Combustível e Portagens em Viaturas de Serviço**

O quadro seguinte apresenta os gastos com combustível e portagens pelas viaturas dos gestores da Empresa:

Membro do CA	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
	Plafond Mensal Combustíveis e Portagens	Combustível	Portagens	Total	
Joaquim Carlos Correia Peres	486,43	3006,64	1 847,60	4854,24	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	389,15	2957,44	1 673,93	4631,37	
António Paulo Jacinto Eusébio	389,15	2370,16	1 073,23	3443,39	
Jorge Manuel Coelho da Silva Torres	389,15	623,42	570,01	1193,43	

Ponto 8 - Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

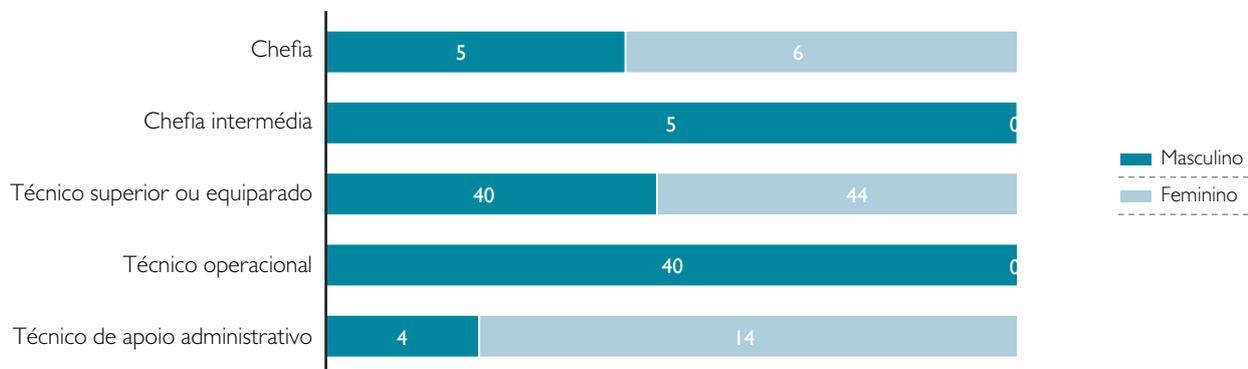
A Águas do Algarve, S.A. dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não aceitando despesas não documentadas ou confidenciais.

Ponto 9 - Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

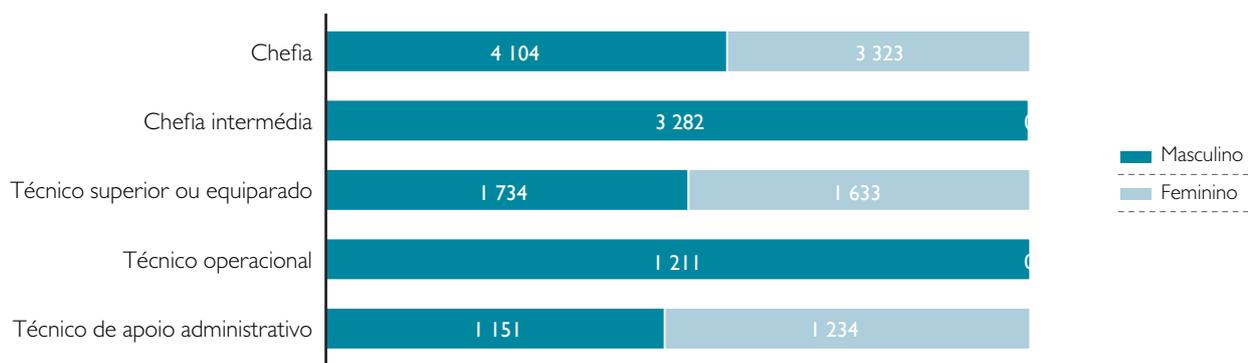
Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Algarve, S.A. promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens.

A informação relativa ao ano de 2018 é apresentada de seguida:

Numero de pessoas por género



Retribuição total média mensal por género



Ponto 10 - Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no n.º1 do artigo 46.º do RJSPE

Dando cumprimento ao previsto no n.º1 do artigo n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Algarve, S.A. procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo n.º2 da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º2 do n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da Águas do Algarve, S.A. e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

Ponto 11 - Contratação Pública, indicando, designadamente:

- a) O modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2018, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.
- b) Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização.
- c) Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€, independentemente da espécie do ato, ou contrato, em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços,

no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços.

A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo ao longo destes 10 anos em matéria de contratação pública.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição.

a) Modo de aplicação das normas de Contratação Pública

A central de compras do Grupo AdP, operacionalizada através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e, com isso, obter condições contratuais mais atrativas

para o conjunto das empresas. Complementarmente, ao libertar as empresas da carga administrativa e financeira associada à necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que a contratação implica um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos, resultante das particularidades técnicas relevantes de boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, de que são exemplo designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes.

b) Procedimentos Internos para contratação de Bens e Serviços

A Águas do Algarve, S.A. possui um departamento, designado "Departamento de Compras e Logística", o qual tem por obrigação e competência a preparação de desenvolvimento de todas as aquisições de bens e serviços de que a Empresa necessita para a sua atividade.

Este departamento centraliza toda a logística das aquisições, cuja necessidade lhe é encaminhada através de requisições efetuadas no sistema SAP, por todos os departamentos e áreas da Empresa.

Assim, a Águas do Algarve, S.A. introduziu no seu sistema de Qualidade Ambiente e Segurança, sistema que se encontra certificado ao abrigo das Normas Portuguesas, as instruções e os procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços, tendo-os divulgado internamente através do Sistema de Responsabilidade Empresarial.

c) Contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros

Em 2018 não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

Ponto 12 - Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

Recorreu-se a este figurino, quando validada a aderência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

Ponto 13 - Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 124.º do DLEO 2017, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos

No quadro abaixo são apresentados os valores respeitantes à verificação do atingimento dos respetivos objetivos, que se resumem:

- Crescimento do EBITDA face a 2017;
- Redução do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios face a 2017;
- Redução ou manutenção dos seguintes conjuntos de gastos face a 2016: (1) Deslocações, ajudas de custo e alojamento; (2) Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria
- Não incremento dos gastos associados à frota automóvel, face a 2016 e ainda a redução do número de viaturas face a 2017;
- Não agravamento dos gastos com o pessoal corrigidos, face a 2017;

PRC	2018	2017	2016	Variação 2018 /2017 ou 2016	
	Exec.	Exec.	Exec.	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	28 345 703	31 330 907	30 025 995	-2 985 204	-9,53%
(1) CMVMC	1 956 178	1 848 885	1 673 267	107 294	5,80%
(2) FSE	22 887 522	20 313 003	20 308 608	2 574 520	12,67%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	5 208 473	5 423 138	5 433 665	-214 665	-3,96%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisões	21 977	652 813	0	-630 835	-96,63%
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	0	0	-57 652	0	#DIV/0!
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017	0	0	0	0	#DIV/0!
(4) Gastos Operacionais a)=(1)+(2)+3)	30 052 174	27 585 025	27 415 540	2 467 148	8,94%
(5) Volume de negócios (VN)b)	58 435 392	59 372 856	56 929 296	-937 464	-1,58%
(6) Peso dos Gastos / VN = (4)/(5)	51,43%	46,46%	48,16%	0	10,69%
(i) Gastos deslocações e Estadas (FSE)	86 299	54 140	56 504	29 795	52,73%
(ii) Gastos com estudos, pareceres, projetos e consultadoria (FSE)	305 421	183 043	239 762	65 659	27,38%
(iii) Gastos com as viaturas c)	368 399	448 465	454 551	-86 152	-18,95%
Total=(i) + (ii) + (iii)	760 119	685 648	750 818	9 302	1,36%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	163	166	169	-3	-1,81%
Nº Órgãos Sociais (OS)	12	12	12	0	0,00%
Nº Cargos de Direção (CD)	11	11	11	0	0,00%
Nº Trabalhadores (sem OS e sem CD)	140	143	146	-3	-2,10%
Nº Trabalhadores / Nº CD	12,7	13,0	13,3	0	-2,10%
Nº de viaturas	66	66	66	0	0,00%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Conforme se constata, foram cumpridos os objetivos respeitantes aos gastos com o pessoal. Verifica-se, contudo um incumprimento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, devido à transição no final do ano de 2018 para o novo modelo de exploração do saneamento.

Quanto aos objetivos referentes aos restantes gastos, é de referir, por ordem decrescente de valores gastos em 2018:

- Gastos associados à frota automóvel com viaturas: objetivo ultrapassado em 86.152 euros;
- Gastos com deslocações/estadas: objetivo não atingido registando-se um desvio de 29.795 euros;
- Gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria: objetivo não atingido registando-se um desvio de 65.659 euros.

Conjugando estes quatro desvios, resulta um valor de 9.302 euros de gastos que excedeu, globalmente, as respetivas metas. Os gastos com ajudas de custo tiveram um incremento face aos objetivos traçados resultante do acréscimo substancial do número de reuniões entre colaboradores das várias empresas do grupo AdP, em várias instalações espalhadas pelo país, com o objetivo de troca de experiências e busca das melhores práticas nas áreas de operação, manutenção, engenharia e responsabilidade social.

Quanto ao número de viaturas ao serviço da empresa não foi atingido o objetivo, sendo de salientar que a empresa passou

a utilizar 18 viaturas elétricas e manteve o número de viaturas do parque automóvel.

Ponto 14 - Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do RJSPE, artigo 111.º da Lei n.º42/2016, de 28 de dezembro e artigo 90.º do DLEO 2017)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- Acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário;
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais

e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Banca Comercial	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
IGCP	13 705 956	13 728 973	13 728 973	2 816 463
Fundo de Compensação do Trabalho	130	272	417	581
Total de Aplicações Financeiras	13 706 086	13 729 245	13 729 390	2 816 044
DEPÓSITOS À ORDEM e CAIXA				
Novo Banco	163	163	163	162
BPI	490	323	367	201
Santander	1 027	186	986	328
BBVA	938	581 745	2 902	1 871
BCP	3 587	1 043	5 698	2 934
CGD	0	3 403	19 701	2 988
Santander	802	75	598	313
BKI	845	5 183	3 984	5 286
BIC	397	381	365	350
Total de Depósitos à Ordem	8 249	592 502	34 764	14 433
Caixa	7 500	7 500	7 500	7 500
JUROS AUFERIDOS				
IGCP	7 683	7 683	7 683	7 683
Banca Comercial	0	0	0	0

O valor dos depósitos à ordem a 31 de dezembro de 2018 não foi aplicado no IGCP, já que era um saldo temporário utilizado para fazer face a despesas correntes.

No que respeita a Águas do Algarve, S.A., as aplicações junto do IGCP totalizam 2.815.463 euros e resultam do cumprimento da obrigatoriedade dos contratos de concessão em vigor relativa ao fundo de reconstituição do capital social (ver anexo às contas, nota 7). Não existem aplicações financeiras junto da banca comercial.

Ponto 15 - Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;

- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas foram implementadas medidas destinadas a garantir o cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e a monitorização da execução contratual, com especial relevo para a promoção de ações de formação, para a divulgação de esclarecimentos sobre a interpretação e a aplicação da legislação vigente e para o reforço dos mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação pública.

Informação divulgada no sítio da Internet do SEE (portal da DGTF)

Conforme orientações da DGTF, a Águas do Algarve S.A. não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	N.A.		
Caracterização da Empresa	N.A.		
Função de tutela e accionista	N.A.		
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.		
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.		
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	N.A.		
Informação Financeira histórica e atual	N.A.		
Princípios de Bom Governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.		
- Outras transações	N.A.		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	N.A.		
Social	N.A.		
Ambiental	N.A.		
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo			
- Código de ética	N.A.		

Ofício-Circular n.º588 de 7 de fevereiro de 2018

Apêndice 2 - EPNF

Cumprimento das Orientações legais - 2017	Cumprimento S/N/N.A	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório.
Objectivos de Gestão			
Objetivo de gestão 2018	S	Classificação final de 1,4 numa escala até 3	Ponto 4.9.1
Metas a Atingir constantes no PAO 2018			
Redução de valor no rácio Gastos Operacionais face ao Volume de Negócios (GO/VN)	N	Agravamento em 10,69% face a 2017	Ponto 4.9.13
Prazo Médio de Pagamento	S	Superado, redução de 6,8% face a 2017	Ponto 4.9.4
Aumento do indicador EBITDA em valor absoluto	N	Redução de 9,5% face a 2017	Ponto 4.9.13
Não agravamento do indicador "Evolução dos Gastos com o Pessoal"	S	Redução de 3,96% face a 2017	Ponto 4.9.13
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.		
Gestão do Risco Financeiro	N	Manutenção da taxa média de financiamento face a 2016	Ponto 4.9.2
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Redução de 3,06% face a 2017	Ponto 4.9.3
Evolução do PMP a fornecedores	S	Redução do PMP a fornecedores em 5 dias face a 2017	Ponto 4.9.4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	4.997.500,78€	Ponto 4.9.4
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação I	N.A.		
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018	S	O total das reduções remuneratórias em 2018 foi de 11888,4€	Ponto 4.9.6
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2017 (se aplicável)	S	O total das reduções remuneratórias em 2018 foi de 1434,5€	Ponto 4.9.6
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2017 (se aplicável)	N.A.		
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias , nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2017			
pelo artigo 19.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.	S	Cumprir	Ponto 4.9.6
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	Cumprir	Ponto 4.9.7
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Cumprir	Ponto 4.9.7
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	Cumprir	Ponto 4.9.7
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Cumprir	Ponto 4.9.7
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Cumprir	Ponto 4.9.8
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	Cumprir. Consta do site da AdP	Ponto 4.9.9
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	http://www.guasdoalgarve.pt/content/regulamentos	Ponto 4.9.10
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Ponto 4.9.11	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.	Ponto 4.9.11	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Ponto 4.9.11	
Auditorias do Tribunal de Contas (b)			
No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP	S	Manual de procedimentos da Empresa	Ponto 4.9.15
Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes Parque Automóvel	S	Plano anual de compras aprovado em CA 30/nov/2017	Ponto 4.9.15
N.º de Viaturas	S	Não houve variação no núm. de viaturas em 2017 face a 2016	Ponto 4.9.13
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N.A.		
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	100%	Ponto 4.9.14
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	0	Ponto 4.9.14
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.	Ponto 4.9.14	

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.



5 – Perspetivas Futuras

O próximo ano será marcado pela conclusão do novo contrato de concessão, pela reorganização interna necessária para cumprimento dos novos e exigentes regulamentos do Regulador e ainda pela reformulação dos sistemas de informação para a gestão. Será ainda o primeiro ano em que a empresa irá adotar o regime de Desvios de Recuperação de Gastos.

Na AdA damos muita importância às pessoas e à sociedade porque queremos prestar um serviço de elevada qualidade que contribua para a qualidade de vida e bem-estar das populações e para o normal funcionamento das empresas da região fortemente influenciadas pela sazonalidade. Queremos responder da melhor forma aos anseios e necessidades dos nossos clientes, que estes são o principal foco da nossa missão.

A par de gerir bem o presente, estamos particularmente interessados em preparar a empresa para o futuro.

A AdA continuará empenhada com o aumento da produtividade dos seus recursos internos e da rentabilização dos capitais aplicados pelos acionistas. O ano 2019 ficará, certamente, marcado pela procura de ganhos de eficiência na exploração dos sistemas de abastecimento e de tratamento de águas uma vez que é o compromisso assumido com o Regulador.

A sustentabilidade económico-financeira será outro desafio em que os clientes terão um papel fundamental no sentido de colaborarem no alcance de uma tesouraria equilibrada para que possamos continuar a manter os níveis de serviço e de investimento desejados por todos.

Importa ainda referir que, face às alterações climáticas dos últimos anos, haverá um novo desafio para a empresa no sentido de sensibilizar a população residente e flutuante para a utilização sustentável da água.

A empresa já possui autorização para reforçar, durante 2019, o quadro de recursos humanos nas áreas que identificou como necessárias aquando da proposta do Plano de Atividades e Orçamento para 2018.

6 – Considerações Finais

Para o resultado obtido a todos os níveis muito contribuíram e, por isso, aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos:

- Ao Ministério do Ambiente e Transição Energética, na pessoa de Sua Excelência o Sr. Ministro, pelo interesse, empenho, incentivo e apoio;
- Aos nossos Acionistas, com especial relevo para a Águas de Portugal, SGPS, SA, que continuamente nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer;
- Aos nossos Colaboradores, cujo esforço e dedicação tornou possível o desenvolvimento e dinâmica da empresa;
- À Entidade Reguladora dos Serviços e Resíduos, à Agência Portuguesa para o Ambiente e aos organismos regionais pela cooperação prestada;
- Aos Órgãos Sociais da Empresa pela cooperação demonstrada no exercício das suas competências.

7 – Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício no valor de 7.191.846,54 euros tenha a seguinte aplicação:

- Reserva legal, equivalente a 5% dos resultados líquidos, no valor de 359.592,33 euros;
- Remanescente, no valor de 6.832.254,21 euros para distribuição de dividendos.

Faro, 14 de março de 2019

O Conselho de Administração

Joaquim Carlos Correia Peres
(Presidente)

António Paulo Jacinto Eusébio
(Vogal Executivo)

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Vogal Executivo)

Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos
(Vogal)

Rogério Conceição Bacalhau Coelho
(Vogal)



*Contas
do exercício
de 2018*



C – Contas do exercício de 2018

Introdução

Nos termos da Lei e dos estatutos, vem o Conselho de Administração da Águas do Algarve S.A. submeter à apreciação da Assembleia Geral desta empresa, as contas do exercício de 2018.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da posição financeira;
- Demonstração de resultados e rendimento integral;
- Demonstração das alterações no capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa.

Constituem, também, elementos do relatório os seguintes Anexos:

- Notas às demonstrações financeiras.

No final do presente relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e parecer do conselho fiscal;
- Certificação legas de contas.

I. Demonstrações Financeiras de 2018.

(Montantes expressos em euros)

I.1 Demonstração da posição financeira

RUBRICAS	2018	2017	Notas
ATIVO			
ATIVOS NÃO CORRENTES			
Ativos intangíveis	412 113 545,20	412 665 088,26	6
Ativos fixos tangíveis	1 054 255,13	1 101 011,34	6
Investimentos financeiros	2 816 043,61	13 705 956,27	7
Impostos diferidos ativos	21 773 846,62	20 117 691,09	8
Clientes e outros ativos não correntes	16 304 027,53	16 571 522,06	9
TOTAL DOS ACTIVOS NÃO CORRENTES	454 061 718,09	464 161 269,02	
ATIVOS CORRENTES			
Inventários	263 767,48	229 755,93	10
Clientes	35 089 645,75	32 146 066,84	11
Estado e outros entes públicos	694 910,16	578 058,88	12
Imposto sobre o rendim. do exercício	0,00	0,00	24
Outros ativos correntes	19 121 915,55	26 923 029,79	13
Caixa e seus equivalentes	10 935 449,51	8 921,45	14
TOTAL DOS ATIVOS CORRENTES	66 105 688,45	59 885 832,89	
TOTAL DO ATIVO	520 167 406,54	524 047 101,91	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL PRÓPRIO DOS ACIONISTAS			
Capital social	29 825 000,00	29 825 000,00	15
Reservas e outros ajustamentos	2 818 713,18	2 453 400,31	15
Resultados transitados	4 989 566,13	0,00	15
Resultado líquido do exercício	7 191 846,54	7 306 257,48	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	44 825 125,85	39 584 657,79	
PASSIVO			
PASSIVOS NÃO CORRENTES			
Provisões	598 339,36	598 339,36	16
Empréstimos	181 871 225,69	195 554 163,09	17
Fornecedores e outros passivos não correntes	5 324 116,91	6 066 715,69	18
Impostos diferidos passivos	6 690 150,19	6 776 845,00	8
Acréscimo de gastos de investimento contratual	63 822 989,47	60 424 651,01	19
Subsídios ao investimento	167 401 758,63	172 439 708,45	20
TOTAL DOS PASSIVOS NÃO CORRENTES	425 708 580,25	441 860 422,60	
PASSIVOS CORRENTES			
Empréstimos	36 082 937,39	29 285 693,68	17
Fornecedores	5 765 994,03	6 142 084,09	22
Outros passivos correntes	4 367 954,24	4 206 100,24	23
Imposto sobre o rendim. do exercício	756 226,20	739 508,08	24
Estado e outros entes públicos	2 660 588,58	2 228 635,43	12
TOTAL DOS PASSIVOS CORRENTES	49 633 700,44	42 602 021,52	
TOTAL DO PASSIVO	475 342 280,69	484 462 444,12	
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	520 167 406,54	524 047 101,91	

I.2 Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

RENDIMENTOS E GASTOS		2018	2017	Notas
Vendas	+	31 819 620,10	33 722 710,12	25
Prestações de serviços	+	26 615 771,69	25 650 145,66	25
Rendimentos de serviços de construção	+	16 090 660,83	14 314 846,50	25
Gasto das vendas/variação inventários	-	1 956 178,41	1 848 884,84	26
Gastos de serviços de construção		15 720 667,40	13 982 222,40	26
Fornecimentos e serviços externos	-	22 887 522,36	20 313 002,82	27
Gastos com pessoal	-	5 230 450,44	6 075 950,13	28
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	-	20 081 308,45	20 161 341,25	29
Provisões e reversões do exercício	-	0,00	0,00	30
Perdas por imparidade e reversões	-	36 522,72	876 724,61	31
Subsídios à exploração	+	7 258,46	0,00	34
Subsídios ao investimento	+	6 189 319,01	5 550 534,42	21
Outros gastos e perdas operacionais	-	622 297,67	632 339,24	32
Outros rendimentos e ganhos operacionais	+	562 978,87	774 379,40	33
Resultados operacionais	=	14 750 661,51	16 122 150,81	
Gastos financeiros	-	7 734 713,36	8 245 493,62	35
Rendimentos financeiros	+	2 398 105,75	1 949 247,55	36
Resultados financeiros	=	5 336 607,61	6 296 246,07	
Resultados antes de imposto	=	9 414 053,90	9 825 904,74	
Imposto do exercício	-	3 965 057,70	4 048 172,88	24
Imposto diferido	+	1 742 850,34	1 528 525,62	8
Res. Líquido do exercício operações continuadas	=	7 191 846,54	7 306 257,48	
Resultado líquido do exercício	=	7 191 846,54	7 306 257,48	
Rendimento integral	=	7 191 846,54	7 306 257,48	
Resultado por ação (básico e diluído)		1,21	1,22	
Resultado integral por ação (básico e diluído)		1,21	1,22	

I.3 Demonstração das variações no capital próprio

	Capital social	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31.12.2016	29 825 000,00	2 112 871,88	0,00	6 810 568,64	38 748 440,52
Aplicação do RL do Exercício	0,00	340 528,43	0,00	(340 528,43)	0,00
Realização de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos Pagos	0,00	0,00	0,00	(6 470 040,21)	(6 470 040,21)
Resultado Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	7 306 257,48	7 306 257,48
Saldo a 31.12.2017	29 825 000,00	2 453 400,31	0,00	7 306 257,48	39 584 657,79
Aplicação do RL do Exercício	0,00	365 312,87	4 989 566,13	(5 354 879,00)	0,00
Realização de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos Pagos	0,00	0,00	0,00	(1 951 378,48)	(1 951 378,48)
Resultado Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	7 191 846,54	7 191 846,54
Saldo a 31.12.2018	29 825 000,00	2 818 713,18	4 989 566,13	7 191 846,54	44 825 125,85

I.4 Demonstração dos fluxos de caixa

FLUXO	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	61 543 930,52	64 834 302,10
Recebimentos operacionais - Outros	4 839 271,62	3 222 521,40
Pagamentos a fornecedores	(30 529 933,69)	(27 779 491,50)
Pagamentos ao pessoal	(3 201 407,94)	(3 954 996,55)
Pagamentos ao Estado	(2 596 958,18)	(2 724 033,78)
Pagamento de IRC	(4 143 472,96)	(4 471 697,96)
Pagamento operacionais outros	(2 898 773,09)	(2 289 872,76)
Fluxo das atividades operacionais	23 012 656,28	26 836 730,95
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de investimentos financeiros	10 936 526,09	43 658,97
Recebimentos de ativos tangíveis	0,00	0,00
Recebimentos de ativos intangíveis	0,00	3 690,24
Recebimentos de subsídios de investimento	10 326 530,26	8 727 445,71
Pagamentos de investimentos financeiros	(24 010,82)	(808 658,97)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	(170 131,22)	(12 437,07)
Pagamentos de ativos intangíveis	(16 717 788,22)	(14 557 048,58)
Fluxo das atividades de investimento	4 351 126,09	(6 603 349,70)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	18 900 000,00	21 750 000,00
Recebimentos de Subsídios e doações	0,00	0,00
Outros recebimentos de financiamento	190 738,79	136 968,03
Recebimentos de realizações de capital	0,00	0,00
Pagamentos de empréstimos obtidos	(25 738 769,76)	(20 742 585,84)
Pagamentos de juros e gastos similares	(7 410 157,80)	(7 962 101,17)
Pagamentos de dividendos	(2 332 141,61)	(5 908 246,07)
Outros pagamentos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxo das atividades de financiamento	(16 390 330,38)	(12 725 965,05)
Variação de caixa e seus equivalentes	10 973 451,99	7 507 416,20
Caixa e seus equivalentes no início do período	(38 002,48)	(7 545 418,68)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10 935 449,51	(38 002,48)

O ano de 2017 foi reexpresso para convergirmos na forma de apresentação do mapa convencionada pela AdP SGPS. O principal impacto verifica-se no fluxo "Recebimentos de clientes" que deixou de considerar os recebimentos de TRH. Os recebimentos de TRH, por se tratar de taxas a entregar posteriormente à ApA IP, foram reclassificados para "Recebimentos Operacionais – Outros".

Concretamente foram reexpressos os seguintes fluxos: Recebimentos de clientes; Recebimentos operacionais – Outros; Pagamentos a fornecedores; Pagamento operacionais outros; Recebimentos de ativos intangíveis; Pagamentos de ativos intangíveis; Pagamentos de juros e gastos similares.

Caixa e seus equivalentes no fim do período	2018	2017	Notas
Caixa	7 500,00	7 500,00	
Depósitos à ordem	10 927 949,51	1 421,45	
Tesouraria ativa	10 935 449,51	8 921,45	14
Descobertos bancários	0,00	(46 923,93)	
Tesouraria passiva	0,00	(46 923,93)	17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10 935 449,51	(38 002,48)	

1.5 Notas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Montantes expressos em Euros)

1- Informação geral.....	120
2- Políticas contabilísticas.....	121
3- Políticas de gestão do risco financeiro.....	140
4- Estimativas e julgamentos.....	143
5- Instrumentos Financeiros por categoria.....	144
6- Ativos intangíveis e tangíveis.....	145
7- Investimentos financeiros.....	148
8- Impostos diferidos ativos e passivos.....	149
9- Clientes e outros ativos não correntes.....	151
10- Inventários.....	151
11- Clientes.....	151
12- Estado e outros entes públicos.....	153
13- Outros ativos correntes.....	153
14- Caixa e bancos.....	154
15- Capital social.....	154
16- Provisões.....	155
17- Empréstimos.....	156
18- Fornecedores e outros passivos não correntes.....	157
19- Acréscimos de custos de investimento contratual.....	157
20- Subsídios ao investimento.....	158
21- Subsídios - movimentos.....	158
22- Fornecedores correntes.....	158
23- Outros passivos correntes.....	159
24- Imposto sobre o rendimento.....	159
25- Vendas, prestação de serviços e rendimentos de serviços de construção.....	160
26- Gastos das vendas e dos serviços de construção.....	161
27- Fornecimentos e Serviços Externos.....	161
28- Gastos com pessoal.....	162
29- Depreciações, amortizações e reversões do exercício.....	163
30- Provisões e reversões do exercício.....	163
31- Perdas por imparidade e reversões do exercício.....	163
32- Outros gastos operacionais.....	163
33- Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	164
34- Subsídios à exploração.....	164
35- Gastos financeiros.....	164
36- Rendimentos financeiros.....	165
37- Transações com entidades relacionadas.....	165
38- Compromissos.....	166
39- Ativos e passivos contingentes.....	170
40- Informações exigidas por diplomas legais.....	172
41- Rendimento garantido.....	172
42- Eventos subsequentes.....	173

I - Informação geral

I.1 Atividade

A Águas do Algarve, S.A. (adiante designada também por Empresa ou Sociedade) foi constituída em 5 de Agosto de 2000, tendo a sua sede social na Rua do Repouso, n.º 10, em Faro.

A Águas do Algarve, S.A., tem como atividade principal a exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais (saneamento) no Algarve.

A empresa é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-lei n.º 168/2000 de 5 de agosto, por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A.. Essas Sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-lei n.º 130/95, de 5 de junho, e n.º 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Sotavento e ao Barlavento Algarvio, criados pelo Decreto-lei n.º 379/93 de 05 de novembro.

Com a criação pelo Decreto-lei n.º 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-lei n.º 172/B-2001 de 26 de maio e celebrado o Contrato de Concessão entre o Estado Português e a Empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro, com a publicação do Decreto-lei n.º 285/2003, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve, resultante da fusão dos Sistemas do Barlavento e do Sotavento, tendo sido em 7 de fevereiro de 2005 assinado o respetivo contrato de concessão.

Em 30 de abril de 2010 foi submetido ao Concedente o Contrato de Concessão com a unificação e a revisão do Contrato de Concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, celebrado em 7 de fevereiro de 2005, em substituição dos contratos de concessão relativos aos Sistemas Multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água do Sotavento Algarvio e do Barlavento Algarvio, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 285/2003, de 8 de novembro, e o Contrato de Concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, celebrado em 26 de maio de 2001, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 167/2000, de 5 de agosto, ambas atribuídas à mesma entidade gestora concessionária, a saber a Águas do Algarve, S.A. A concessão tem o seu início nas datas previstas no Contrato de Concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, celebrado em 7 de fevereiro de 2005, e o Contrato de Concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, celebrado em 26 de maio de 2001, terminando no dia 31 de dezembro de 2037. Como parte integrante do Contrato de Concessão foi submetido o respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira.

Apesar do Concedente não ter aprovado este Contrato de Concessão e o respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, a ERSAR aprovou os Orçamentos e Projetos Tarifários nos diversos exercícios subsequentes com base nos pressupostos definidos.

Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a refletir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, de forma a permitir a recuperação de gastos inerentes à concessão e remunerar os capitais próprios investidos, a empresa optou por não refletir esta situação nas demonstrações financeiras, ou seja, não registou qualquer desvio tarifário.

Assim, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a concessão, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo da concessão, caudais e as próprias tarifas aprovadas.

1.2 Acionistas

O capital social realizado da Empresa é de 29.825.000 euros, correspondendo a 5.965.000 ações de valor nominal de 5 euros cada. A estrutura acionista é a seguinte:

Acionistas	Ações			
	Quantidade	Valor	Classe	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3 247 447,00	16 237 235,00	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289 270,00	1 446 350,00	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17 236,00	86 180,00	A	0,29%
Município de Aljezur	34 046,00	170 230,00	A	0,57%
Município de Castro Marim	32 787,00	163 935,00	A	0,55%
Município de Faro	409 788,00	2 048 940,00	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187 813,00	939 065,00	A + B	3,15%
Município de Lagos	202 726,00	1 013 630,00	A + B	3,40%
Município de Loulé	338 797,00	1 693 985,00	A	5,68%
Município de Monchique	25 718,00	128 590,00	A	0,43%
Município de Olhão	230 791,00	1 153 955,00	A	3,87%
Município de Portimão	369 206,00	1 846 030,00	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49 607,00	248 035,00	A + B	0,83%
Município de Silves	222 439,00	1 112 195,00	A + B	3,73%
Município de Tavira	135 680,00	678 400,00	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53 605,00	268 025,00	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118 044,00	590 220,00	A	1,98%
Total	5 965 000,00	29 825 000,00		100,00%

1.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração que teve lugar no dia 14 Março de 2019 na sede da Empresa em Faro.

2- Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2018.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

2.1.1 Introdução

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Águas do Algarve S.A. foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e

assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.2. Novas normas e alteração de políticas

2.1.2.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentada nos comparativos.

2.1.2.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes

A IFRS 15 veio substituir a IAS 11 Contratos de Construção, a IAS 18 Rédito e as Interpretações relacionadas com estas normas e aplica-se, com raras exceções, a todo o rédito proveniente de contratos com clientes.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A IFRS 15 requer que o órgão de gestão faça julgamentos, considerando todos os factos e circunstâncias relevantes quando aplica cada um dos cinco passos do modelo aos contratos com os seus clientes. A norma também especifica como devem ser contabilizados os custos incrementais para a obtenção de um contrato e os custos diretamente incorridos no cumprimento de um contrato. Adicionalmente, a norma exige divulgações mais extensas.

A Águas do Algarve S.A. adotou a IFRS 15 usando o método retrospectivo modificado, com data de aplicação inicial de 1 de janeiro de 2018. De acordo com este método, a norma pode ser aplicada, na data de aplicação inicial, a todos os contratos ou apenas aos contratos que não estejam concluídos nessa data. A Águas do Algarve S.A. optou por aplicar a norma aos contratos que não estavam concluídos em 1 de janeiro de 2018.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela Águas do Algarve S.A., existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

A aplicação da IFRS 15 não tem impacto significativo na forma como a Águas do Algarve S.A. reconhece atualmente o rédito das vendas de bens e prestação de serviços a clientes.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A nova norma IFRS 9 Instrumentos Financeiros que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, tem como principal enfoque os seguintes aspetos: i) Classificação e mensuração; ii) Imparidade; e iii) Contabilidade de Cobertura.

A empresa adotou esta nova norma em 1 de Janeiro de 2018, data em que se tornou obrigatória a sua aplicação, não havendo lugar a reexpressão da informação comparativa. A informação apresentada como comparativo encontra-se de acordo com a IAS 39.

A Águas do Algarve S.A. analisou o impacto da adoção desta nova norma, não tendo identificado impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da empresa.

i) Classificação e mensuração

De acordo com a IFRS 9, os ativos financeiros correspondentes a instrumentos de dívida podem ser subsequentemente mensurados ao justo valor através de resultados, ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral. A classificação é determinada em função do modelo de negócio da Águas do Algarve S.A. para gerir os ativos financeiros e se os fluxos de caixa contratuais do instrumento de dívida representam, ou não, apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

A avaliação do modelo de negócio da Águas do Algarve S.A. foi efetuada à data de aplicação inicial, em 1 de janeiro de 2018. A avaliação se os fluxos de caixa contratuais representam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros foi efetuada com base nos factos e circunstâncias existentes à data de reconhecimento dos ativos.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.

Os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 não tiveram um impacto significativo na Águas do Algarve S.A. As alterações ocorridas ao nível da classificação dos ativos financeiros da Águas do Algarve S.A são as seguintes:

- Contas a receber e Outros ativos financeiros não correntes (isto é, empréstimos a entidades relacionadas e contas a receber de clientes) classificados como Empréstimos e contas a receber em 31 de dezembro de 2017, são detidos para receber os fluxos de caixa contratuais e dão origem a fluxos de caixa que representam apenas reembolsos de capital e pagamento de juros. São classificados e mensurados como Instrumentos de dívida ao custo amortizado com início em 1 de janeiro de 2018.

ii) Imparidade

A IFRS 9 requer que a Águas do Algarve S.A reconheça imparidades sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas (quer numa base de perdas esperadas a 12 meses ou perdas esperadas na totalidade da vida dos créditos a receber), em substituição do modelo de perdas incorridas previsto na IAS 39. A Águas do Algarve S.A aplicou a abordagem simplificada para os créditos comerciais a receber, reconhecendo a estimativa de perdas para a totalidade da vida dos créditos.

A atual política contabilística seguida pela empresa já prevê o reconhecimento de uma imparidade genérica sobre créditos comerciais a receber, atendendo ao histórico de incobrabilidade de cada negócio.

A empresa não identificou qualquer impacto material nas suas Demonstrações Financeiras pela aplicação deste novo modelo de reconhecimento de imparidades.

iii) Contabilidade de cobertura

A Águas do Algarve S.A não tem contabilidade de cobertura.

A aplicação dos requisitos de cobertura da IFRS 9 não tem qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da empresa.

Alterações à IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira

A IFRIC 22 corresponde a uma interpretação à IAS 21 – 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio', referindo-se à determinação da 'data da transação' quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira, sendo o fator que determina a taxa de câmbio a usar para conversão cambial das transações em moeda estrangeira à data da transação. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

Alterações à IAS 40 - Propriedades de investimento

Esta alteração clarifica que a transferência de ativos só pode ser efetuada (de e para a categoria de propriedades de investimento) quando existe evidência da sua alteração de uso, sendo que a alteração de intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

Outras normas sem qualquer impacto nas demonstrações financeiras

- Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016 - Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu as seguintes melhorias que devem ser aplicadas retrospectivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018 (uma outra melhoria relacionada com a IFRS 12 foi já efetiva a partir de 1 de janeiro de 2017):
 - IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS - Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS;
 - IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento.
- Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Alterações à IFRS 4 - As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.
- IFRS 2 Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações – Alterações à IFRS 2 - O IASB emitiu alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações. Estas alterações tratam de três áreas essenciais:
 - Vesting conditions - os seus efeitos na mensuração de transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro;
 - Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte;
 - Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio.

2.1.2.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2019 ou posteriores e que a empresa e o Grupo não adotou antecipadamente são as seguintes:

- Já endossadas pela UE

IFRS 16 Locações

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e veio substituir a IAS 17 Locações, a IFRIC 4 Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC 15 Locações Operacionais – Incentivos e a SIC 27 Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação.

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que os locatários contabilizem todas as locações nos respetivos balanços de acordo com um modelo único semelhante ao previsto atualmente na IAS 17 para as locações financeiras.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior).

Na data de início da locação, o locatário irá reconhecer o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

No âmbito da norma, os locatários passam a ter de remensurar o passivo da locação quando ocorrem certos eventos (como por exemplo, uma alteração no período da locação, uma alteração nos pagamentos da locação em consequência de uma alteração num indexante ou numa taxa usados para determinar esses pagamentos). Os locatários irão reconhecer o montante dessa remensuração no passivo da locação como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

A contabilidade do locador de acordo com a IFRS 16 permanece substancialmente inalterada face à contabilização atualmente prevista na IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando o mesmo princípio de classificação da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locação: locações operacionais e financeiras.

A IFRS 16, que entra em vigor nos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019 requer dos locadores e dos locatários divulgações mais extensivas do que as requeridas pela IAS 17.

• Transição para a IFRS 16

A Águas do Algarve S.A. irá adotar a IFRS 16 retrospectivamente com o efeito cumulativo na data de aplicação do IFRS 16 (1 de janeiro de 2019), em que o direito de uso do ativo da locação será contabilizado pelo valor igual ao passivo da locação determinado no dia 1 de janeiro de 2019. Através deste expediente prático do IFRS 16, os comparativos não serão reexpressos. A Águas do Algarve S.A. irá aplicar a norma a todos os contratos que foram anteriormente identificados como locações ao abrigo da IAS 17 e da IFRIC 4. Consequentemente, a Águas do Algarve S.A. não irá aplicar a norma a contratos que não tenham anteriormente sido identificados como contendo uma locação.

A Águas do Algarve S.A. decidiu aplicar as isenções previstas na norma para contratos de locação cujo período da locação termine nos próximos 12 meses desde a data de aplicação inicial, e para contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha pouco valor. A Águas do Algarve S.A. tem contratos de locação para certos tipos de equipamentos administrativos (como, por exemplo, computadores pessoais, máquinas impressoras e fotocopiadoras) que considera terem pouco valor.

Durante o período de 2018, efetuámos uma avaliação detalhada dos impactos da IFRS 16. Em resumo, o impacto esperado da adoção da IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019 é o seguinte:

Aumento do ativo – Direito de uso do ativo da locação	415 542,59
Aumento do passivo – passivo da locação	415 542,59

Na determinação do impacto estimado com a transição para o IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019, foram utilizados os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços foi tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 31 de dezembro de 2019, foram excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) foram excluídos do âmbito do IFRS 16.

Adicionalmente, a taxa de desconto utilizada na quantificação do passivo da locação em 1 de janeiro de 2019, foi determinada da seguinte forma:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, foi utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utilizou-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

O impacto acima estimado com a transição para o IFRS 16 incide essencialmente sobre os contratos que até 31 de dezembro de 2018 eram contabilizados como locação operacional no âmbito do IAS 17:

- i) Contratos de aluguer de viaturas e prestação de serviços com manutenção, seguros e impostos;
- ii) Contratos de arrendamento de imóveis.

IFRIC 23 – Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento

Em junho de 2017, o IASB emitiu a IFRIC 23 Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação) que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos.

A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- Se uma entidade considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma entidade utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;
- Como uma entidade determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- Como uma entidade considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma entidade tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza.

A Interpretação foi endossada em 23 de outubro de 2018 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

• Pagamentos antecipados com compensações negativas – Alterações à IFRS 9

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os cash flows implícitos sejam “apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida” (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação.

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causam o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão, para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controlo das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

• Modificação ou a substituição de um passivo financeiro que não origina o desreconhecimento desse passivo.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resulta no seu desreconhecimento, são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento, calculado descontando a alteração aos cash flows associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados.

O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa a esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as entidades contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto.

Esta alteração foi endossada em 22 de março de 2018 e é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. Devem ser aplicados retrospectivamente. Esta alteração traz requisitos específicos para adotar na transição mas apenas se as entidades a adotarem em 2019 e não em 2018 em conjunto com a IFRS 9. É permitida a adoção antecipada.

A Águas do Algarve S.A não optou pela adoção antecipada.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para uma associada ou um empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio, tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquisa sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida e tem de ser divulgada. As alterações devem ser aplicadas prospectivamente.

- **Ainda não endossadas pela UE**

Interesses de longo prazo em Associadas ou Joint Ventures – Alterações à IAS 28

As alterações vêm clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 para interesses de longo prazo em associadas ou joint ventures às quais o método da equivalência patrimonial não é aplicado mas que, em substância, sejam parte do investimento líquido nessa associada ou joint venture (interesses de longo prazo). Esta clarificação é relevante pois implica que o modelo da perda esperada da IFRS 9 deve ser aplicado a esses investimentos.

O IASB também clarificou que, ao aplicar a IFRS 9, uma entidade não tem em conta quaisquer perdas dessa associada ou joint venture, ou perdas por imparidade no investimento líquido, que estejam reconhecidas como um ajustamento ao investimento líquido decorrente da aplicação da IAS 28.

Para ilustrar como as entidades devem aplicar os requisitos da IAS 28 e da IFRS 9 no que respeita a interesses de longo prazo, o IASB publicou exemplos ilustrativos quando emitiu esta alteração.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A alteração tem de ser aplicada retrospectivamente, com algumas exceções. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

- **IFRS 3 Combinações de negócios** – Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.
 - Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.
 - Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.
- **IFRS 11 Acordos conjuntos** - Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.
 - Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.
- **IAS 12 Imposto sobre o rendimento** – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital
 - Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a entidade reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.
 - Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.
- **IAS 23 Custos de empréstimos** – custos de empréstimos elegíveis para capitalização
 - A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou para venda estejam completas.
 - As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a entidade adota estas alterações.
 - Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida adoção antecipada.
- **IFRS 17 Contratos de seguro**
 - A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.
 - Em novembro de 2018 o IASB decidiu propor a alteração da data de entrada em vigor da norma para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022. O IASB está igualmente a tentar alterar a norma para considerar as preocupações e os desafios da implementação da norma que têm sido levantados pelas partes interessadas.

- **Definição de atividade empresarial – alterações à IFRS 3**

- Esta alteração veio clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial, remove a avaliação se os participantes de mercado têm capacidade de substituir os elementos em falta, adiciona uma orientação para que se consiga avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de atividade empresarial e de output e introduz um teste opcional de justo valor da atividade empresarial.
- Esta alteração é efetiva para transações que sejam consideradas concentrações de atividades empresariais ou compras de ativos para as quais a data de aquisição ocorreu em ou após o início do primeiro período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2020. Estas alterações aplicam-se prospectivamente. Consequentemente as entidades não têm de avaliar as aquisições que tenham ocorrido antes dessa data. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.
- Esta alteração terá impacto igualmente em outras normas (por exemplo, quando a empresa-mãe perde o controlo da subsidiária e aplicou antecipadamente a alteração à IFRS 10 e IAS 28 que respeita à venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto).

- **Definição de materialidade – Alterações à IAS 1 e à IAS 8**

- O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de “material” entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que “uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”.
- As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.

- **Ocultar informação**

As alterações explicam que uma informação está ocultada se é comunicada de uma forma que tem os mesmos efeitos que teria se a mesma estivesse omissa ou contivesse erros. Informação material pode estar oculta, por exemplo, se a informação relativa a um item material, a uma transação material ou outro evento material está dispersa ao longo das demonstrações financeiras, ou se está divulgada usando uma linguagem que é vaga e pouco clara. Informação material pode também estar oculta se itens dissimilares, transações dissimilares ou eventos dissimilares são agregados inapropriadamente, ou inversamente, se itens similares estão desagregados.

- **Novo nível de materialidade (“threshold”)**

As alterações substituem a referência ao nível de materialidade “puder influenciar”, o qual sugere que qualquer influência potencial dos utilizadores tem de ser considerada, por “razoavelmente se espera que influencie” contida na definição de materialidade. Na definição alterada, é assim clarificada que a avaliação da materialidade tem de ter em conta apenas a influência razoavelmente esperada nas decisões económicas dos utilizadores primários das demonstrações financeiras.

- **Utilizadores primários das demonstrações financeiras**

A definição atual refere “utilizadores” mas não especifica as suas características, cuja interpretação pode implicar que a entidade tenha de ter em consideração todos os utilizadores possíveis das demonstrações financeiras quando toma a decisão sobre a informação a divulgar. Consequentemente o IASB decidiu referir-se apenas aos utilizadores primários na nova definição para responder às preocupações de que o termo “utilizadores” possa ser interpretado de forma alargada.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020. Esta alteração tem de ser aplicada prospectivamente. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

IAS 19 Alterações ao plano, cortes ou liquidação do plano

Esta alteração vem esclarecer qual o tratamento contabilístico a seguir no caso de existir uma alteração ao plano, ou de haver um corte ou a liquidação do plano.

- **Determinar o custo dos serviços correntes e do interesse líquido**

Quando se contabiliza um plano de benefícios definidos de acordo com a IAS 19, a norma requiere que custo dos serviços correntes seja mensurado usando pressupostos atuariais determinados na data de início desse período de reporte. Da mesma forma, o interesse líquido é mensurado multiplicado o passivo (ativo) líquido do plano pela taxa de desconto, ambos determinados na data de início desse período de reporte.

Esta alteração vem esclarecer que quando ocorre uma alteração, um corte ou a liquidação do plano durante o período, é requerido:

- Que o custo dos serviços correntes para o período remanescente seja mensurado usando os pressupostos atuariais que tenham sido usados para remensurar o passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento;
- O interesse líquido para o período remanescente após esse evento seja determinado usando:
 - O passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento;
 - e
 - A taxa de desconto usada para remensurar esse passivo (ativo) líquido do plano.

- **Efeito nos requisitos para determinar o limite máximo de reconhecimento do ativo**

Uma alteração, um corte ou a liquidação do plano pode reduzir ou eliminar o excesso que exista no plano de benefícios definidos o que pode levar a uma alteração do limite máximo de reconhecimento do ativo.

Esta alteração vem clarificar que primeiro deve ser determinado qualquer custo de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, sem considerar o limite máximo para reconhecimento do ativo. Esse valor é reconhecido em resultados no período. Posteriormente deve ser determinado o efeito do limite máximo de reconhecimento do ativo após a alteração, o corte ou a liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, não considerando os valores incluídos no interesse líquido, é reconhecida em rendimento integral.

Esta clarificação poderá levar uma entidade a reconhecer custos de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, o que reduz o excesso que não tenha sido reconhecido no passado. Alterações no efeito do limite máximo ao reconhecimento do ativo não podem compensar esses valores.

Esta alteração é aplicável a alterações, o cortes ou a liquidações de planos que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte anual que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada, a qual deverá ser divulgada.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro

A estrutura conceptual estabelece um conjunto abrangente de conceitos para:

- O reporte financeiro;
- A definição de normas;
- O desenvolvimento de princípios contabilísticos consistentes; e
- Apoiar no entendimento e interpretação de normas.

A estrutura concetual revista inclui:

- Alguns conceitos novos;
- Definições e critérios revistos para o reconhecimento de ativos e passivos;
- Clarificações sobre conceitos importantes.

Esta estrutura está organizada como segue:

- Capítulo 1 – O objetivo do reporte financeiro
- Capítulo 2 – Características qualitativas de uma informação financeira útil
- Capítulo 3 – Demonstrações financeiras e a entidade que reporta
- Capítulo 4 – Os elementos das demonstrações financeiras
- Capítulo 5 – Reconhecimento e desreconhecimento
- Capítulo 6 - Mensuração
- Capítulo 7 – Apresentação e divulgação
- Capítulo 8 – Conceitos de capital e de manutenção de capital.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro revista não é uma norma e nenhum dos seus conceitos prevalece sobre os conceitos presentes em normas ou outros requisitos de alguma das normas. É aplicável às entidades que desenvolvam os seus princípios contabilísticos com base na estrutura conceptual para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020.

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas, do anterior normativo contabilístico, relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa exceto quanto ao IFRS 16 conforme acima divulgado.

2.2 Atividades reguladas

2.2.1. Introdução

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) desenvolvem a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) estão ainda sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

2.2.2. Enquadramento - atividade IFRIC 12

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma as empresas concessionárias prestam dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto na IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes. Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IFRS 15.

Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

2.2.3. Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, as empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) como concessionária classificam as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.2.4. Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas empresas concessionárias de água e saneamento e parcerias são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

2.2.5. Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso das empresas do Grupo AdP, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.6. Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo Concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão dar lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Os investimentos que se encontrem nessas condições são classificados como ativos financeiros não correntes (valor a receber, mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva).

2.2.7. Rédito – Construção em ativos concessionados

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rendimento da atividade de construção devem ser reconhecidos de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento Básico	3 - 55
Equipamento Transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento Administrativo	4 - 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela Águas do Algarve S.A. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.3.1 Locação

As locações de ativos, relativamente aos quais a entidade detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras, acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza, sendo a sua classificação feita em função da substância e não da forma do contrato. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação, exceto nas locações em que a Águas do Algarve S.A. tem a expectativa de adquirir o bem locado.

Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos destas são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação.

2.4 Ativos intangíveis

2.4.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.2.3

2.4.2 Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos.

2.5 Ativos e passivos financeiros

2.5.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do modelo de negócio de gestão do ativo financeiro e das características dos cash-flows contratuais inerentes ao ativo financeiro. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A entidade classifica os seus ativos financeiros nas categorias definidas no IFRS 9, sendo apenas aplicável à categoria "Custo amortizado".

"Custo amortizado"

Correspondem a ativos financeiros não derivados (empréstimos e contas a receber), com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, se qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor recuperável.

São registadas perdas por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas do Algarve S.A. não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Na avaliação das perdas por imparidade dos ativos financeiros relacionados com contas a receber de clientes, a Empresa tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas, fatores prospetivos específicos dos devedores e da envolvente económica, assim como a existência de eventuais colaterais que possam ser abatidos à dívida, nomeadamente o Desvio de Recuperação de Gastos.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.5.2 Classificação de passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IFRS 9 - Instrumentos financeiros prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao

custo amortizado; e (ii) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados. A entidade apenas tem passivos financeiros ao custo amortizado e incluem Empréstimos obtidos, Fornecedores e outras contas a pagar.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecida em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Águas do Algarve S.A. liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.6 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela entidade no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de perdas por imparidade.

2.7 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.8 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.9 Imparidade

2.9.1 De ativos financeiros

A Águas do Algarve S.A analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a empresa não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contractos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável

através da utilização de uma conta de imparidade. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecoverável é abatido por utilização da conta de perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a empresa não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

2.9.2 De ativos não financeiros

Os ativos da empresa são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para o goodwill e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector. Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável dos valores a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.10 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.11 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.12 Subsídios do governo

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a empresa cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a empresa divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras

Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

2.14 Fiscalidade

A Entidade encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

A Entidade é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.15 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. A Águas do Algarve S.A. apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo Concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.15.1 Venda de bens

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

2.15.2 Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento e parcerias

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

2.15.3 Rédito regulatório e relacionado com atividade concessionada

Ver notas 2.2.5. desvios de recuperação de gastos e 2.2. 6 rédito dos serviços de construção

2.15.4 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo). Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a empresa reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash-flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

2.16 Trabalhos para a própria entidade

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

2.17 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3- Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de mercado

3.2.1 Risco da Taxa de juro

O risco da taxa de juro advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a entidade ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A Águas de Portugal, SGPS gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, mediante a contratação de swaps que permitam a conversão de empréstimos com juros calculados à taxa variável em empréstimos com juros calculados à taxa fixa. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

Juros Suportados	2018	2017
Real	6 249 842,22	6 529 664,76
Taxa média + 1%	9 637 916,97	8 866 343,97
Taxa média - 1%	5 170 569,82	4 192 985,55

3.2.2 Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da empresa em energia e combustíveis representam aproximadamente 24% do total de fornecimentos e serviços externos (5,58 milhões de euros). A empresa, através da AdP Serviços negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade, é fixado o preço para o horizonte do contrato.

3.2 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo

para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Algarve por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

Risco de Liquidez	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	36 082 937,40	56 999 363,68	124 871 862,00
Fornecedores e outros passivos	10 408 905,68	2 603 091,76	2 446 067,74
	46 491 843,08	59 602 455,44	127 317 929,74

A empresa não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a Águas do Algarve S.A. entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata.

O objetivo da empresa em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados. A política da empresa é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A., que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da empresa assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Risco de Capital	2018	2017
Empréstimos não correntes	181 871 225,69	195 554 163,09
Empréstimos correntes	36 082 937,39	29 285 693,68
Disponibilidades	(10 935 449,51)	(8 921,45)
DÍVIDA	207 018 713,57	224 830 935,32
Subsídios ao Investimento	167 401 758,63	172 439 708,45
Total do Capital Próprio	44 825 125,85	39 584 657,79
CAPITAL	419 245 598,05	436 855 301,56
Dívida líquida: Total do CAPITAL	0,49	0,51

3.3 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Águas do Algarve S.A. está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

3.3.1 Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de dívidas de clientes permanece com valores significativos (ver notas 16 e 18 - clientes). As perdas por imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a

condição financeira do cliente. A empresa tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), e o estabelecimento de acordos de pagamento, interposição de injunções/ ações judiciais.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade (exceto em situações muito específicas). Nas notas 16 e 18 encontra-se detalhada a dívida vencida e a respetiva imparidade registada.

3.3.2 Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Algarve, S.A. ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2018, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Ativos financeiros bancários	2018
Depósitos à Ordem	10 927 949,51
Fundo de Reconstituição de Capital	2 815 463,00
Fundo de compensação do Trabalho	580,61
Ativos financeiros bancários	13 743 993,12

Rating	2018
A2	642,91
A3	1 871,99
Ba1	2 988,98
Ba3	2 934,02
Baa2	5 488,15
Baa3	10 913 509,68
Caa2	163,49
Não disponível	350,29
Ativos financeiros bancários	10 927 949,51

Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em dezembro de 2018

3.3 Risco de exploração

3.3.1 Risco de catástrofe

A empresa está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

3.3.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela empresa. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros

4- Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A empresa é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação/amortização é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se maioritariamente de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão). De salientar que as estimativas de caudais a tratar/abastecer está sujeita a revisões periódicas, com base em nova informação disponível, a qual está a ser analisada no âmbito do processo de reestruturação do setor.

Na determinação do investimento contratual a empresa utiliza para efeitos de base de depreciações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEFs (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeito a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da empresa, os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da empresa, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros. As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da empresa não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração.

4.4 Estimativa de impostos e impostos diferidos

A empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

5- Instrumentos Financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros constantes da demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2018 estão classificados pelas seguintes categorias:

Instrumentos financeiros por categoria	Empréstimos e Contas a Receber	Passivos Financ. ao Custo Amortizado	TOTAL	ATIVO/PASSIVO não classificados c/ Inst. Financ.	Total da DPF a 31.Dez.2018
Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	412 113 545,20	412 113 545,20
Ativos Tangíveis	0,00	0,00	0,00	1 054 255,13	1 054 255,13
Investimentos Financeiros	2 816 043,61	0,00	2 816 043,61	0,00	2 816 043,61
Clientes e Outros Ativos NÃO CORRENTES	16 304 027,53	0,00	16 304 027,53	0,00	16 304 027,53
Clientes CORRENTES	35 089 645,75	0,00	35 089 645,75	0,00	35 089 645,75
Impostos diferidos Ativos	0,00	0,00	0,00	21 773 846,62	21 773 846,62
Inventários	0,00	0,00	0,00	263 767,48	263 767,48
EOEP (A)	694 910,16	0,00	694 910,16	0,00	694 910,16
Outros ativos correntes	19 121 915,55	0,00	19 121 915,55	0,00	19 121 915,55
Caixa e seus equivalentes	10 935 449,51	0,00	10 935 449,51	0,00	10 935 449,51
Total do ATIVO	84 961 992,11	0,00	84 961 992,11	435 205 414,43	520 167 406,54
Provisões	0,00	0,00	0,00	598 339,36	598 339,36
Empréstimos NÃO CORRENTES	181 871 225,69	0,00	181 871 225,69	0,00	181 871 225,69
Fornecedores de Outros passivos NÃO CORRENTES	5 324 116,91	0,00	5 324 116,91	0,00	5 324 116,91
Impostos diferidos Passivos	0,00	0,00	0,00	6 690 150,19	6 690 150,19
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	0,00	0,00	0,00	63 822 989,47	63 822 989,47
Subsídios ao Investimento	0,00	0,00	0,00	167 401 758,63	167 401 758,63
Empréstimos correntes	36 082 937,39	0,00	36 082 937,39	0,00	36 082 937,39
Fornecedores	5 765 994,03	0,00	5 765 994,03	0,00	5 765 994,03
Outros passivos correntes	4 367 954,24	0,00	4 367 954,24	0,00	4 367 954,24
Imposto s/ rendimento do exercício	756 226,20	0,00	756 226,20	0,00	756 226,20
EOEP (P)	2 660 588,58	0,00	2 660 588,58	0,00	2 660 588,58
Total do PASSIVO	236 829 043,04	0,00	236 829 043,04	238 513 237,65	475 342 280,69

6- Ativos intangíveis e tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018, o movimento dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

6.1 Ativos intangíveis

Ativo líquido intangível	2018	2017
Despesas de desenvolvimento	13 845,93	40 321,28
Programas de Computador	1 990,94	3 029,69
Propriedade industrial e outros direitos	288 966,40	316 075,83
Diretos de Utilização de Infraestruturas (DUIs)	411 808 741,93	412 305 661,46
Ativos Intangíveis	412 113 545,20	412 665 088,26

6.1.1 Movimentos do período

Ativos líquidos intangíveis	2016	Aumentos	Abates	Alienações	Transfe- rências	Reclassi- ficações	2017
Valor bruto dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	383 515,28	34 032,40	0,00	0,00	0,00	0,00	417 547,68
Programas de Computador	0,00	3 116,25	0,00	0,00	0,00	0,00	3 116,25
Propriedade industrial e outros direitos	773 333,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	773 333,70
Ativos intangíveis em curso (DUI)	38 880 429,89	13 887 515,50	0,00	0,00	(16 970 878,13)	0,00	35 797 067,26
Direitos de utilização de infraestruturas	555 330 323,67	446 038,58	0,00	(22 720,83)	16 974 891,38	0,00	572 728 532,80
Valor Bruto dos ativos intangíveis	595 367 602,54	14 370 702,73	0,00	(22 720,83)	4 013,25	0,00	609 719 597,69
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	327 039,87	50 186,53	0,00	0,00	0,00	0,00	377 226,40
Programas de Computador	0,00	86,56	0,00	0,00	0,00	0,00	86,56
Propriedade industrial e outros direitos	430 148,43	27 109,44	0,00	0,00	0,00	0,00	457 257,87
Direitos de utilização de infraestruturas	177 223 636,94	14 617 077,39	(6 877,59)	0,00	0,00	4 386 101,86	196 219 938,60
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis	177 980 825,24	14 694 459,92	(6 877,59)	0,00	0,00	4 386 101,86	197 054 509,43
Ativos líquidos intangíveis	417 386 777,30	(323 757,19)	6 877,59	(22 720,83)	4 013,25	(4 386 101,86)	412 665 088,26

Ativos líquidos intangíveis	2017	Aumentos	Abates	Alienações	Transfe- rências	Reclassi- ficações	2018
Valor bruto dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	417 547,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	417 547,68
Programas de Computador	3 116,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 116,25
Propriedade industrial e outros direitos	773 333,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	773 333,70
Ativos intangíveis em curso (DUI)	35 797 067,26	15 651 583,53	0,00	0,00	(13 306 290,70)	0,00	38 142 360,09
Direitos de utilização de infraestruturas	572 728 532,80	536 135,69	0,00	0,00	13 306 290,70	(96 624,32)	586 474 334,87
Valor Bruto dos ativos intangíveis	609 719 597,69	16 187 719,22	0,00	0,00	0,00	(96 624,32)	625 810 692,59
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	377 226,40	26 475,35	0,00	0,00	0,00	0,00	403 701,75
Programas de Computador	86,56	1 038,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1 125,31
Propriedade industrial e outros direitos	457 257,87	27 109,43	0,00	0,00	0,00	0,00	484 367,30
Direitos de utilização de infraestruturas	196 219 938,60	12 879 097,72	0,00	0,00	0,00	3 708 916,71	212 807 953,03
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis	197 054 509,43	12 933 721,25	0,00	0,00	0,00	3 708 916,71	213 697 147,39
Ativos líquidos intangíveis	412 665 088,26	3 253 997,97	0,00	0,00	0,00	(3 805 541,03)	412 113 545,20

O montante de 13.306.290,70 euros divulgado em Transferências para Amortizações Acumuladas de Direitos de Utilização de Infraestruturas, corresponde ao valor dos bens passados a firme durante o exercício de 2018. Destaca-se a passagem a firme da ETAR da Companheira. Relativamente às reclassificações de acréscimos com amortizações de investimento esperado, a AdA SA reclassificou para a conta 448 (amortizações) 3.708.916,71 euros.

Foi alterada a apresentação das amortizações DUI, variações 2016 para 2017. O valor antes apresentado como transferências está apresentado em reclassificações (4.386.101,86 euros).

As empreitadas mais importantes que se encontravam em curso, no final do exercício, constam do quadro seguinte:

Principais Obras em Curso	Montante
Conceção-Construção ETAR de Faro-Olhão	13 368 311,33
Conceção/Construção ETAR V.B e Sagres	2 991 619,47
Sistema Elevatório Olhão-Faro	2 836 401,05
Construção SE AR de Pinhal do Concelho	2 293 447,04
Sistema Interc. e Elev. V.Bispo e Sagres	2 242 706,00
Obras Complementares à FAGAR	2 019 270,00
Ligação de Monchique Norte ao SMSA	1 206 719,09
Reab. de Coletores da Zona 4 - Fase I	1 044 993,92
Reabilitação Túnel Portimão - Fase I	731 514,52
Forn. Montag. Data Center e Disaster AdA	545 870,75
Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão	493 557,41
	29 774 410,58

No presente exercício, foram capitalizados 370 mil euros, 337 mil euros referentes a gastos com pessoal e 33 mil euros referentes a gastos financeiros. As capitalizações referidas compõem a margem dos serviços de construção (ver nota 25).

6.2 Ativos tangíveis

Ativo líquido tangível	2018	2017
Terrenos e Recusos Naturais	88 599,75	88 599,75
Edifícios e outras construções	789 063,81	815 531,57
Equipamento Básico	4 763,46	1 819,59
Equipamento Administrativo	38 467,78	49 030,75
Ativo fixo tangível - Outros	94,05	573,40
Ativo fixo tangível - Em Curso	133 266,28	145 456,28
Ativos tangíveis	1 054 255,13	1 101 011,34

6.2.1 Movimentos do período

Valor líquido dos ativos fixos tangíveis	2016	Aumentos	Abates	Alienações	Transfe- rências	Reclassi- ficações	2017
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis:							
Terrenos	88 599,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88 599,75
Edifícios e outras construções	1 326 875,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 326 875,98
Equipamento básico	24 266,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 266,71
Equipamento de transporte	98 844,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98 844,77
Equipamento administrativo	1 822 953,83	1 244,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1 824 197,90
Outros	10 483,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 483,55
Ativos tangíveis fixos em curso	137 279,53	12 190,00	0,00	0,00	(4 013,25)	0,00	145 456,28
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis	3 509 304,12	13 434,07	0,00	0,00	(4 013,25)	0,00	3 518 724,94
Amortizações acumuladas dos ativos fixo tangíveis:							
Terrenos	(0,03)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00
Edifícios e outras construções	484 876,64	26 467,77	0,00	0,00	0,00	0,00	511 344,41
Equipamento básico	20 585,59	1 861,53	0,00	0,00	0,00	0,00	22 447,12
Equipamento de transporte	98 844,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98 844,77
Equipamento administrativo	1 753 445,99	21 721,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1 775 167,15
Outros	9 429,95	480,20	0,00	0,00	0,00	0,00	9 910,15
Amortizações acum. dos ativos fixos tangíveis	2 367 182,91	50 530,66	0,00	0,00	0,00	0,03	2 417 713,60
Ativos líquidos fixos tangíveis	1 142 121,21						1 101 011,34

Valor líquido dos ativos fixos tangíveis	2017	Aumentos	Abates	Alienações	Transfe- rências	Reclassi- ficações	2018
Valor bruto dos ativos intangíveis:							
Terrenos	88 599,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88 599,75
Edifícios e outras construções	1 326 875,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 326 875,98
Equipamento básico	24 266,71	4 525,82	0,00	0,00	0,00	0,00	28 792,53
Equipamento de transporte	98 844,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98 844,77
Equipamento administrativo	1 824 197,90	1 240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 825 437,90
Outros	10 483,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 483,55
Ativos tangíveis fixos em curso	145 456,28	0,00	0,00	0,00	0,00	(12 190,00)	133 266,28
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis	3 518 724,94	5 765,82	0,00	0,00	0,00	(12 190,00)	3 512 300,76
Amortizações acumuladas dos ativos fixo tangíveis:							
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	511 344,41	26 467,76	0,00	0,00	0,00	0,00	537 812,17
Equipamento básico	22 447,12	1 581,95	0,00	0,00	0,00	0,00	24 029,07
Equipamento de transporte	98 844,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98 844,77
Equipamento administrativo	1 775 167,15	11 802,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1 786 970,12
Outros	9 910,15	479,35	0,00	0,00	0,00	0,00	10 389,50
Amortizações acum. dos ativos fixos tangíveis	2 417 713,60	40 332,03	0,00	0,00	0,00	0,00	2 458 045,63
Ativos líquidos fixos tangíveis	1 101 011,34						1 054 255,13

7- Investimentos financeiros

Investimentos Financeiros	2018	2017
Fundo de Reconstituição do capital social	2 815 463,00	13 705 956,27
Fundo de compensação do Trabalho	580,61	0,00
Caixa e Bancos	2 816 043,61	13 705 956,27

Nos termos do disposto na cláusula 17ª do Contrato de Concessão, a Águas do Algarve, S.A., encontra-se obrigada a entregar em cada ano o montante correspondente à anuidade de amortização do Capital Social, para a criação de um Fundo de Reconstituição do Capital (FRCS), que será gerido pela concessionária, a qual terá direito ao mesmo, no termo do contrato. Contudo, com a revisão do contrato de concessão, em 2019, a necessidade de se manter o FRCS cai, e a AdA SA deixa de estar obrigada a mantê-lo.

Nestes termos não foi efetuado qualquer reforço do fundo, já que tal implicaria ou um esforço financeiro da parte da AdA SA, que teria de recorrer à AdP SGPS para assegurar a verba necessária, via empréstimo de curto prazo, para garantir dessa forma o reforço do FRCS, ou então, como alternativa, teria de deixar de cumprir em perto de 0,9 milhões com as obrigações referentes a pagamentos a fornecedores, no final do exercício. Contudo, como apenas cai, em 2019, a obrigação de constituição do FRCS, a AdA SA optou por não reaplicar o valor referente ao mesmo (as taxas de juro praticadas pelo IGCP são de 0%), mas, por ainda não se ter extinguido o imperativo legal que suporta o fundo, não utilizar a verba anteriormente constituída. O valor anteriormente constituído (€ 13.729.553,29) está registado em disponibilidades. Desta forma assegurou-se que, no início de 2019, os 14 milhões de euros estariam disponível para amortizar, por exemplo, mais de um quarto da dívida constituída junto da AdP SGPS.

8- Impostos diferidos ativos e passivos

Naturezas	2017	Correções	Dotação	Utilização	2018
Taxa de IRC	21,00%	100,00%	21,00%	21,00%	
Taxa de Derrama	4,05%		4,32%	4,32%	
Ativos por Impostos Diferidos					
Provisões					
Provisões - riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões - perdas de imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões - pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões - outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indemnizações por reforma antecipada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros					
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	72 237 406,35	(190,88)	7 106 472,47	(2 509 665,15)	76 834 022,79
Diferença Amortização/subsídios – investimentos realizados	8 072 928,01	0,60	1 090 693,77	(7 922,88)	9 155 699,50
Custo amortizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desvio tarifário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos Transição - Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (detalhe outros em comentário)	228,33	(228,33)	0,00	0,00	0,00
Base de incidência	80 310 562,69	(418,61)	8 197 166,24	(2 517 588,03)	85 989 722,29
IRC	16 865 529,41	0,00	1 721 404,91	(528 693,49)	18 058 240,83
Derrama	3 252 161,68	(0,52)	550 326,83	(86 882,21)	3 715 605,79
Imposto diferido ATIVO reconhecido	20 117 691,09	(0,52)	2 271 731,75	(615 575,70)	21 773 846,62
Taxa de IRC	21,00%			21,00%	
Taxa de Derrama	4,05%			4,05%	
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliações					
Reavaliações fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliações livres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reinvestimento de mais valias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros					
Ajustamentos Transição - Amort./subsídios – Investimento Contratual NÃO Realizado	27 053 273,46	0,00	0,00	(1 341 571,64)	25 711 701,82
Diferença Amort. fiscal/contabilística/subsídio Investimento Contratual NÃO Realizado	0,00	0,00	709 176,71	0,00	709 176,71
Desvio tarifário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões BEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base de incidência	27 053 273,46	0,00	709 176,71	(1 341 571,64)	26 420 878,53
IRC	5 681 187,43	0,00	148 927,11	(281 730,04)	5 548 384,49
Derrama	1 095 657,58	0,00	30 646,73	15 461,39	1 141 765,70
Imposto diferido PASSIVO reconhecido	6 776 845,00	0,00	179 573,84	(266 268,66)	6 690 150,19

A Águas do Algarve, S.A. procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos que são maioritariamente resultantes dos (i) acréscimos de gastos para investimentos contratuais, (ii) das diferenças das depreciações e subsídios dos investimentos realizados reconhecidos contabilisticamente face aos fiscalmente dedutíveis.

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que se tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, aplicando-se o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência do contrato de concessão, não se justificando que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais. Desta forma, o valor apresentado pela Águas do Algarve, S.A. respeita ao

9- Clientes e outros ativos não correntes

Os valores em dívida de Clientes e outros ativos não correntes são apresentados no quadro seguinte:

Clientes e outros ativos não correntes	2018	2017
Clientes (acordos)	1 600 505,12	2 735 786,59
Valor Residual da Barragem (valor a receber Concedente)	14 703 522,41	13 835 735,47
Outros Devedores	0,00	0,00
Clientes e outros ativos não correntes	16 304 027,53	16 571 522,06

Clientes (acordos)	2018	2017
TAVIRAVERDE, E.M.	543 111,92	604 311,92
FAGAR, E.M.	1 057 393,20	1 057 393,20
AMBIOLHÃO, E.M.	0,00	1 074 081,47
Clientes (acordos)	1 600 505,12	2 735 786,59

A redução evidenciada em Clientes (acordos) resulta essencialmente dos recebimentos dos acordos de regularização de dívida (ARD) celebrados com a AMBIOLHÃO EM e a TAVIRAVERDE EM.

9.1. Valor residual da Barragem de Odelouca

O valor presente residual da barragem de Odelouca, que ascende a 14,7 milhões de euros, foi atualizado à taxa das OT's a 10 anos.

10- Inventários

Inventários	2018	2017
Matérias Primas e Subsidiárias	263 767,48	229 755,93
Mercadorias	0,00	0,00
Materiais diversos	0,00	0,00
Inventários	263 767,48	229 755,93

A rubrica de "Matérias-primas" é constituída essencialmente por reagentes necessários às atividades operacionais.

11- Clientes

11.1 Clientes – correntes

O detalhe dos valores em dívida, com prazo de vencimento inferior a um ano, por parte dos clientes, municípios e empresas municipais, consta do quadro seguinte:

Clientes	2018	2017
Clientes (c/c)	11 951 302,31	9 482 510,89
Clientes (acordos)	2 655 693,47	2 682 447,11
Clientes (juros mora)	417 595,77	301 912,22
Clientes (injunções)	22 783 694,35	22 397 836,77
Clientes (imparidades)	(2 718 640,15)	(2 718 640,15)
Clientes	35 089 645,75	32 146 066,84

No presente exercício a AdA SA classificou como injunção € 404.288 resultantes de diferendo com o município de Lagos. À data do fecho do exercício a situação que originou o registo de injunções com clientes em 2018 encontrava-se praticamente ultrapassada, tendo-se chegado a acordo relativamente à regularização do valor em dívida.

Para além dos € 404.288 acima informados, o saldo injunções registado é ainda composto por dívida reclamada aos clientes TAVIRAVERDE E.M. € 3.230.140 e VRSA SGU EM/Município de VRSA € 19.149.267.

O montante de € 2.718.640 registado em Clientes (imparidades) é composto pelas imparidades constituídas para os clientes VRSA SGU EM (€ 734.121) e TAVIRAVERDE E.M. (€ 1.984.519). Não há quaisquer novas imparidades de clientes registadas em 2018.

É convicção do Conselho de Administração que as imparidades constituídas são suficientes para cobrir o risco de cobrabilidade dos valores a receber de clientes.

11.2 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente)

Conjugando os valores respeitantes a Clientes contantes na nota 9 e constantes na presente nota, detalha-se de seguida a totalidade dos saldos em aberto por cliente, excluindo-se as perdas por imparidades:

Clientes	2018	2017	Variação (€)	Variação (%)
MUNICÍPIO DE LOULÉ	525 418,82	499 883,40	25 535,42	5,11%
MUNICÍPIO DE LAGOS	791 661,87	759 751,33	31 910,54	4,20%
EMARP, E.M.	1 201 137,53	1 126 621,29	74 516,24	6,61%
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	94 062,97	79 821,89	14 241,08	17,84%
INFRALOBO, E.M.	19 504,24	24 339,10	(4 834,86)	-19,86%
INFRAQUINTA, E.M.	62 358,18	88 686,66	(26 328,48)	-29,69%
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	522 314,53	1 070 289,20	(547 974,67)	-51,20%
MUNICÍPIO DE LAGOA	422 952,07	218 797,81	204 154,26	93,31%
MUNICÍPIO DE SILVES	548 098,15	530 589,06	17 509,09	3,30%
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	924 902,61	1 125 035,82	(200 133,21)	-17,79%
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	85 594,34	12 815,33	72 779,01	567,91%
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	42 215,42	40 309,28	1 906,14	4,73%
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	553 957,06	572 387,73	(18 430,67)	-3,22%
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	15 124,76	16 803,16	(1 678,40)	-9,99%
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	62 465,11	55 217,78	7 247,33	13,12%
TAVIRAVERDE, E.M.	4 022 113,61	4 056 436,03	(34 322,42)	-0,85%
FAGAR, E.M.	1 539 575,48	1 545 391,08	(5 815,60)	-0,38%
INFRAMOURA, E.M.	332 554,06	208 487,99	124 066,07	59,51%
VRSA SGU, E.M.	22 775 214,57	21 275 323,76	1 499 890,81	7,05%
AMBIOLHÃO, E.M.	4 867 565,64	4 293 505,88	574 059,76	13,37%
Totais (Clientes)	39 408 791,02	37 600 493,58	1 808 297,44	4,81%

Após a nomeação do Conselho de Administração em 12 de Março de 2018 para o triénio 2018-2020, foram efetuadas várias reuniões com os municípios com idade do saldo superior a 2 meses com o objetivo de se estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. O ponto de situação para três casos existentes é o seguinte:

- TAVIRAVERDE E.M. - Apesar do contencioso judicial relativo a parte da dívida (VMG dos anos de 2007 a 2011) para a qual está registada uma imparidade de 1.984.519 euros, no exercício de 2018 foram regularizados € 61.200 da dívida considerada no acordo de regularização de dívida (ARD) firmado em 2017.

- VRSA SGU E.M. - Em 2018, foram recebidos do cliente VRSA SGU E.M, cerca de 1,8 milhões de euros. Mas, visto que a faturação do exercício ascendeu a 3,3M€, o saldo final de 2018 é superior ao de 2017. À semelhança dos anos anteriores, mantiveram-se, em 2018, esforços tendentes a encontrar uma solução negociada para regularização da dívida vencida. As injunções/ações administrativas colocadas abarcam toda a faturação emitida até Junho de 2016 e as imparidades registadas (734 milhares de euros), respeitam a divergências referentes à faturação de valores mínimos emitida pela AdA SA.
- Município de Vila do Bispo – A AdA SA continua a envidar os esforços tendentes a encontrar uma solução negociada para regularização da dívida vencida.

Relativamente aos restantes clientes, verifica-se, em termos gerais, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias). Em alguns casos, os saldos apresentados correspondem apenas a fatura(s) emitida(s) a 31.12.2018.

Para além dos valores contabilizados na conta de clientes, estão registados na rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, € 4.345.613 referentes a juros de mora estimados para os atrasos na regularização de dívida, tais como a dívida de clientes em injunções/processos administrativos (ver nota 13).

12- Estado e outros entes públicos

Estado e Outros Entes Públicos	2018	2017
IVA a receber	694 910,16	575 994,81
Retenções de capitais	0,00	0,00
IMI	0,00	2 064,07
EOEP ativos (1)	694 910,16	578 058,88
Retenções - IRS	(67 342,68)	(102 506,14)
Retenções - Segurança Social	(95 677,52)	(116 838,72)
Outros	(2 497 568,38)	(2 009 290,57)
EOEP passivos (2)	(2 660 588,58)	(2 228 635,43)
EOEP (3 = 1 + 2)	(1 965 678,42)	(1 650 576,55)

A rubrica de maior peso na rubrica EOEP passivos, é relativa às taxas de recursos hídricos (TRH) e de gestão de resíduos (TGR) a regularizar à Agência Portuguesa do Ambiente.

13- Outros ativos correntes

Outros Ativos correntes	2018	2017
Adiantamentos a Fornecedores	31 578,11	60 178,21
Pessoal	5 680,45	2 777,50
Outros Devedores	10 841 642,04	20 935 597,04
Devedores por acréscimos de rendimentos	5 430 179,30	3 191 131,33
Diferimentos - Gastos a Reconhecer	2 812 835,65	2 733 345,71
	19 121 915,55	26 923 029,79

Encontram-se registados em Outros Devedores cerca de 9,3 milhões de euros a receber no âmbito de candidaturas ao POSEUR. Em 2018 a AdA SA recebeu perto de 10,3 milhões de euros de apoios comunitários ao investimento. O remanescente valor é referente a diversas situações tais como valores a receber de subsídios à exploração, faturação emitida referente a atividades complementares tais como a venda de análises e energia, mas também por valores respeitantes a multas aplicadas pela AdA por incumprimento de contratos de empreitada.

A rubrica de acréscimos de Devedores por acréscimos de rendimentos inclui o montante de € 4.345.613 (€ 3.063.093 em 2017), registados como estimativa de juros de mora por faturar aos clientes VRSA SGU E.M. e TAVIRAVERDE E.M. e AMBIOLHÃO E.M.. A AdA SA tem optado, desde que interpõe injunções/ações administrativas aos municípios, por interromper a faturação de juros de mora, acrescentando-os no entanto como proveitos.

14- Caixa e bancos

Caixa e seus equivalentes no fim do período	2018	2017
Caixa	7 500,00	7 500,00
Depósitos à ordem	10 927 949,51	1 421,45
Caixa e Bancos	10 935 449,51	8 921,45

A AdA SA, no cumprimento da política de tesouraria aprovada para o grupo AdP, não regista, no fim do exercício, quaisquer valores em descobertos bancários. O saldo de depósitos à ordem mostra também a preocupação da AdA SA em cumprir as suas obrigações junto dos seus fornecedores, sendo o saldo residual e exemplificativo da forma com a AdA SA canalizou os influxos de tesouraria para exfluxos para a regularização e consequente diminuição do passivo resultante das relações comerciais existentes com os seus fornecedores.

Nos termos do disposto na cláusula 17ª do Contrato de Concessão, a Águas do Algarve, S.A., encontra-se obrigada a entregar em cada ano o montante correspondente à anuidade de amortização do Capital Social, para a criação de um Fundo de Reconstituição do Capital (FRCS), que será gerido pela concessionária, a qual terá direito ao mesmo, no termo do contrato. Contudo, com a revisão do contrato de concessão, em 2019, a necessidade de se manter o FRCS cai, e a AdA SA deixa de estar obrigada a mantê-lo.

Nestes termos não foi efetuado qualquer reforçado o fundo, já que tal implicaria ou um esforço financeiro da parte da AdA SA, que teria de recorrer à AdP SGPS para assegurar a verba necessária, via empréstimo de curto prazo, para garantir dessa forma o reforço do FRCS, ou então, como alternativa, teria de deixar de cumprir em perto de 0,9 milhões com as obrigações referentes a pagamentos a fornecedores, no final do exercício. Contudo, como apenas cai, em 2019, a obrigação de constituição do FRCS, a AdA SA optou por não reaplicar o valor referente ao mesmo (as taxas de juro praticadas pelo IGCP são de 0%), mas, por ainda não se ter extinguido o imperativo legal que suporta o fundo, não utilizar a verba anteriormente constituída. O valor anteriormente constituído (€ 13.729.553,29) está registado em disponibilidades. Desta forma assegurou-se que, no início de 2019, os 14 milhões de euros estariam disponível para amortizar, por exemplo, mais de um quarto da dívida constituída junto da AdP SGPS.

15- Capital social

O quadro seguinte mostra a participação no capital social da Empresa, que não sofreu qualquer alteração de 2017 para 2018. O capital subscrito encontra-se totalmente realizado.

Capital social	%	2018		2017	
		Capital subscrito	Capital realizado	Capital subscrito	Capital realizado
Águas de Portugal, SGPS, SA	54,44%	16 237 235,00	16 237 235,00	16 237 235,00	16 237 235,00
Município de Albufeira	4,85%	1 446 350,00	1 446 350,00	1 446 350,00	1 446 350,00
Município de Alcoutim	0,29%	86 180,00	86 180,00	86 180,00	86 180,00
Município de Aljezur	0,57%	170 230,00	170 230,00	170 230,00	170 230,00
Município de Castro Marim	0,55%	163 935,00	163 935,00	163 935,00	163 935,00
Município de Faro	6,87%	2 048 940,00	2 048 940,00	2 048 940,00	2 048 940,00
Município de Lagoa	3,15%	939 065,00	939 065,00	939 065,00	939 065,00
Município de Lagos	3,40%	1 013 630,00	1 013 630,00	1 013 630,00	1 013 630,00
Município de Loulé	5,68%	1 693 985,00	1 693 985,00	1 693 985,00	1 693 985,00
Município de Monchique	0,43%	128 590,00	128 590,00	128 590,00	128 590,00
Município de Olhão	3,87%	1 153 955,00	1 153 955,00	1 153 955,00	1 153 955,00
Município de Portimão	6,19%	1 846 030,00	1 846 030,00	1 846 030,00	1 846 030,00
Município de São Brás de Alportel	0,83%	248 035,00	248 035,00	248 035,00	248 035,00
Município de Silves	3,73%	1 112 195,00	1 112 195,00	1 112 195,00	1 112 195,00
Município de Tavira	2,27%	678 400,00	678 400,00	678 400,00	678 400,00
Município de Vila do Bispo	0,90%	268 025,00	268 025,00	268 025,00	268 025,00
Município de V. Real de Santo António	1,98%	590 220,00	590 220,00	590 220,00	590 220,00
Capital Social	100,00%	29 825 000,00	29 825 000,00	29 825 000,00	29 825 000,00

15.1 Resultado por ação

O resultado apurado por ação consta do quadro seguinte:

Resultado por ação	2018	2017
Resultado líquido	7 191 846,54	7 306 257,48
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5 965 000,00	5 965 000,00
Resultado por ação	1,21	1,22

O resultado por ação desvalorizou 2% face a 2017, em função da diminuição do resultado líquido da empresa.

15.2 Movimentos do período

Abaixo demonstra-se os movimentos do exercício ocorridos nas rubricas de resultados:

Resultados - movimentos exercício	2017	Afet. Res. Líq.	Dividendos	Res. Líquido	2018
Reservas e outros ajustamentos	2 453 400,31	365 312,87	0,00	0,00	2 818 713,18
Resultados transitados	0,00	4 989 566,13	0,00	0,00	4 989 566,13
Resultado Líquido do exercício	7 306 257,48	(5 354 879,00)	(1 951 378,48)	7 191 846,54	7 191 846,54
Resultados - movimentos exercício	9 759 657,79	0,00	(1 951 378,48)	7 191 846,54	15 000 125,85

Em 2018 houve, no cumprimento do determinado pelo CSC, reforço da Reserva Legal em 365 mil euros. No que toca ao remanescente resultado de 2017, a AdA optou por distribuir dividendos no valor de 1.951 milhares de euros, e por reter em resultados transitados 5 milhões de euros.

16- Provisões

Durante 2018 não ocorreram movimentos de reforço ou de reversão da provisão existente.

16.1 Movimentos do período

Em 2018 não foram contabilizadas quaisquer provisões.

Movimentos de provisões	2017	Aumento	Reversões	2018
Provisões - outros	598 339,36	0,00	0,00	598 339,36
Movimentos de provisões	598 339,36	0,00	0,00	598 339,36

É convicção do Conselho de Administração que as provisões registadas são suficientes.

17- Empréstimos

O detalhe dos financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2018 é o seguinte:

Empréstimos por natureza	2018	2017
Empréstimos Bancários BEI	166 871 225,69	175 554 163,09
Empréstimos Empresa mãe	15 000 000,00	20 000 000,00
Empréstimos não correntes (1)	181 871 225,69	195 554 163,09
Descobertos Bancários	0,00	46 923,93
Empréstimos Bancários BEI	8 682 937,39	9 488 769,75
Empréstimos Bancários - banca comercial	0,00	0,00
Empréstimos Empresa mãe	27 400 000,00	19 750 000,00
Empréstimos correntes (2)	36 082 937,39	29 285 693,68
Total de empréstimos (3 = 1 + 2)	217 954 163,08	224 839 856,77

No presente exercício destaca-se a redução dos empréstimos não correntes em cerca de 13,7 milhões de euros. Em sentido inverso temos um crescimento dos empréstimos de curto prazo no montante de 6,8 milhões de euros para fazer face às necessidades de tesouraria e financiamento da atividade corrente. Em termos globais os financiamentos reduziram 6,9 milhões de euros (3%).

Em 2018 houve continuidade ao efetuado em 2017, optando-se preferencialmente por constituir-se empréstimos (suprimentos e apoios de tesouraria) junto da AdP SGPS (mais € 2.650.000,00 comparativamente a 2017). Esta alteração faz com que o endividamento corrente junto da banca comercial seja, à data de fecho, inexistente.

17.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

A maturidade dos financiamentos é apresentada no seguinte quadro:

Empréstimos por Maturidade	2018	2017
Até 1 ano	36 082 937,39	29 285 693,68
De 1 a 2 anos	14 437 523,68	13 682 937,41
De 2 a 3 anos	15 100 884,00	14 437 523,68
De 3 a 4 anos	15 957 428,00	15 100 884,00
De 4 a 5 anos	11 503 528,00	15 957 428,00
Superior a 5 anos	124 871 862,01	136 375 390,00
Empréstimos por Maturidade	217 954 163,08	224 839 856,77

Não se antecipa quaisquer restrições no cumprimento das obrigações relativamente aos financiamentos apresentados.

17.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

A divisão do financiamento bancário entre taxas de juro fixas e variáveis consta do mapa seguinte:

Empréstimos por tipo de taxa	2018	2017
Taxa de juro variável		
Até 1 ano	27 784 615,40	21 559 171,68
De 1 a 2 anos	5 192 307,68	5 384 615,40
De 2 a 3 anos	5 000 000,00	5 192 307,69
Superior a 3 anos	5 000 000,00	10 000 000,00
Total de empréstimos com taxa de juro variável	42 976 923,08	42 136 094,77
Taxa de juro fixa		
Até 1 ano	8 298 322,00	7 726 522,00
De 1 a 2 anos	9 245 216,00	8 298 322,00
De 2 a 3 anos	10 100 884,00	9 245 216,00
Superior a 3 anos	147 332 818,00	157 433 702,00
Total de empréstimos com taxa de juro fixa	174 977 240,00	182 703 762,00
Total de empréstimos	217 954 163,08	224 839 856,77

17.3 Locação financeira

À data de 31 de dezembro de 2018 não existiam valores de capital em dívida a título de locação financeira.

18- Fornecedores e outros passivos não correntes

Fornecedores e outros passivos não correntes	2018	2017
Fornecedores de investimento	3 428 970,87	3 937 685,16
Outras contas a pagar	1 878 136,81	2 126 038,36
Outros fornecedores	17 009,23	2 992,17
Fornecedores e outros passivos não correntes	5 324 116,91	6 066 715,69

A rubrica Fornecedores de investimento respeita essencialmente a obrigações resultantes da integração de património dos municípios. O valor da rubrica de outras contas a pagar incorpora os passivos resultantes do protocolo de exploração do Centro do Lince firmado com o ICNF.

19- Acréscimos de custos de investimento contratual

O investimento total da concessão é de 760.149.529 Euros. Deste valor a empresa já realizou 586.474.335 Euros (imobilizado firme), encontrando-se em curso o valor de 38.142.360 Euros.

O valor dos acréscimos de gastos de investimento contratual constam do quadro seguinte:

Acréscimo gastos invest. contratual	2017	Aumentos	Diminuições	Reclassificações	2018
Acréscimo gastos invest. contratual	60 424 651,01	7 107 255,17	0,00	(3 708 916,71)	63 822 989,47

As amortizações do exercício dos investimentos futuros ascenderam a cerca de 7,1 milhões de euros tendo sido transferidos para amortizações acumuladas do direito de utilização das infraestruturas cerca de 3,7 milhões de euros (ver nota 6.1.1).

20- Subsídios ao investimento

O valor registado em subsídios ao investimento diz respeito a rendimentos a reconhecer de fundos comunitários e integração de património de infraestruturas municipais. O reconhecimento anual do rendimento é feito pela aplicação do critério definido ao abrigo do contrato de concessão e das regras regulatórias pela aplicação da taxa de depleção das atividades de abastecimento de água e tratamento de efluente. A empresa adota a mesma metodologia do reconhecimento das amortizações do direito de utilização das infraestruturas para o reconhecimento dos respetivos subsídios ao investimento obtidos.

Saldo dos subsídios ao investimento	2018	2017
Fundos comunitários	124 982 984,82	128 613 010,93
Integração património	42 365 030,99	43 826 697,52
Outros subsídios ao Investimento	53 742,82	0,00
	167 401 758,63	172 439 708,45

O total de recebimentos em 2018 ascenderam a 10,3 milhões de euros. A AdA SA, tal como em 2017, verteu em pedidos de pagamento praticamente toda a despesa incorrida no âmbito das empreitadas candidatas ao POSEUR.

21- Subsídios - movimentos

21.1 Movimentos do período de subsídios ao investimento

O quadro seguinte apresenta os movimentos ocorridos nos saldos das rubricas de subsídios ao investimento:

Variação dos subsídios de Investimento	2017	Reconhecimento	Aumentos	Diminuições	Transferências	2018
Fundos comunitários	128 613 010,93	(4 439 994,52)	2 412 010,24	(1 602 041,83)	0,00	124 982 984,82
Integração património	43 826 697,52	(1 749 324,49)	287 657,96	0,00	0,00	42 365 030,99
Outros subsídios ao Investimento	0,00	0,00	53 742,82	0,00	0,00	53 742,82
Variação dos subsídios de Investimento	172 439 708,45	(6 189 319,01)	2 753 411,02	(1 602 041,83)	0,00	167 401 758,63

O reconhecimento do rendimento associado a subsídios ao investimento ascendeu a € 6.189.319 (2017: 5.550 milhares de euros), e foi reconhecido de acordo com as taxas de depleção das atividades de abastecimento e de tratamento de efluentes constatadas no exercício de 2018.

A AdA SA, em conformidade com as novas regras definidas para o grupo, registou ainda cerca de 709 mil euros de rendimentos de subsídios ao investimento (DUI em curso). O valor referido resulta da aplicação da taxa de depleção à totalidade das verbas de apoio ao investimento recebidas do POSEUR, independentemente dos ativos ainda se encontrarem em curso. Esta alteração explica praticamente a totalidade do delta verificado nos rendimentos registados com subsídios, de 2017 para 2018 (609 mil euros).

22- Fornecedores correntes

Fornecedores correntes	2018	2017
Fornecedores C/C - Gerais	3 700 223,39	3 272 433,62
Fornecedores C/C - Empresa mãe	0,00	85 122,87
Fornecedores C/C - Outras partes relacionadas - Municípios	0,00	0,00
Fornecedores C/C - Outras partes relacionadas - Outras	11 737,86	550 227,44
Fornecedores - Faturas Receção/Conferência	439 234,87	459 491,18
Outras contas a pagar - Fornecedores Investimento	1 614 797,91	1 774 808,98
	5 765 994,03	6 142 084,09

Em 2018 regularizou-se o pagamento de dividendos de 2015 ao município de Albufeira. Tal apenas ocorreu em 2018 pela necessidade de ambas as entidades aferirem os valores registados a favor da AdA SA.

23- Outros passivos correntes

Outros Passivos Correntes	2018	2017
Pessoal	1 085,15	1 138,65
Acréscimo com férias e subsídio de férias	578 552,44	566 447,86
Adiantamento de Subsídios	0,00	0,00
Outros acréscimos e diferimentos	3 285 722,38	3 052 476,70
Outros credores	502 594,27	586 037,03
Outros Passivos Correntes	4 367 954,24	4 206 100,24

A rubrica de "Outros acréscimos e diferimentos" inclui valores a pagar relacionados com o protocolo assinado com o ICNF relativo ao Centro de Reprodução do Lince Ibérico, seguros, juros, eletricidade, trabalhos especializados, conservação e manutenção.

A rubrica de "Outros credores" inclui valores em dívida a consultores, cauções efetuadas a fornecedores e a credores diversos.

24- Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento, exercício 2018, está seguidamente detalhado:

Imposto sobre o rendimento	2018	2017
Pagamentos por conta	3 084 161,74	3 009 926,43
Pagamento adicional por conta	511 614,00	531 465,00
Retenções na fonte	9 190,34	16 052,99
Imposto corrente	(4 361 192,28)	(4 296 952,50)
Imposto sobre o rendimento	(756 226,20)	(739 508,08)

24.1 Imposto do exercício

O imposto corrente e o imposto diferido reconhecido no exercício 2018 está seguidamente detalhado:

Imposto sobre o rendimento	2018	2017
Imposto corrente	4 004 733,19	4 296 952,50
Excesso de estimativa de imposto	(39 675,49)	(248 779,62)
Imposto diferido	(1 742 850,34)	(1 528 525,62)
Imposto sobre o rendimento	2 222 207,36	2 519 647,26

Em 2018 a AdA reverteu novamente imposto diferido, mais 394 mil euros que em 2017.

24.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

Reconciliação taxa efetiva imposto	2018	2017
Resultado antes impostos	9 414 053,90	9 825 904,74
Taxa de imposto sobre o rendimento	0,21	0,21
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	1 976 951,32	2 063 440,00
Variações patrimoniais		
Variação patrimonial negativa	(7 922,88)	(7 923,00)
Variação patrimonial positiva	1 341 571,64	1 341 572,00
+	1 333 648,76	1 333 649,00
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais		
Donativos	566,60	0,00
Multas, coimas e juros compensatórios	2 361,99	1 137,25
Provisões não dedutíveis	7 106 472,47	5 416 855,00
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	60 164,90
Seguros	0,00	252,19
Acréscimo de subsídios - IFRIC 12	381 517,29	985 215,00
Outros	32 750,00	876 904,61
+	7 523 668,35	7 340 528,95
Encargos dedutíveis para efeitos fiscais		
Recuperação de amortizações anteriormente tributadas	0,00	0,00
Reversão de ajustamentos e de perdas por imparidades tributadas	2 509 665,15	1 634 731,00
Benefícios fiscais	2 395,00	2 302,50
-	2 512 060,15	1 637 033,50
Lucro tributável	15 759 310,86	16 863 049,19
Imposto calculado	3 309 455,28	3 541 240,33
Tributação autónoma	15 636,16	14 812,94
Derrama municipal	86 676,21	92 746,77
Derrama estadual	592 965,54	648 152,46
+	695 277,91	755 712,17
Imposto sobre o rendimento	4 004 733,19	4 296 952,50
Insuficiência / Excesso Estimativa	(39 675,49)	(248 779,62)
Imposto sobre o rendimento	3 965 057,70	4 048 172,88
Aumento / reversão dos Impostos diferidos	(1 742 850,34)	(1 528 525,62)
Imposto sobre o rendimento	2 222 207,36	2 519 647,26
Taxa efetiva de imposto	23,61%	25,64%

A taxa efetiva de imposto teve uma redução de cerca de 2 pontos percentuais face a 2017 essencialmente pelo facto de no presente exercício terem sido revertidos mais 214 mil euros em impostos diferidos que no ano anterior.

24.3 Prejuízos fiscais

Não existem prejuízos fiscais reportados.

25- Vendas, prestação de serviços e rendimentos de serviços de construção

Vendas, Prestação de Serviços e Rendimentos de Serviços de Construção	2018	2017
Venda de água	31 819 620,10	33 722 710,12
Prestações de Serviços - Tratamento de Efluente	26 615 771,69	25 650 145,66
Rendimentos de serviços de construção	16 090 660,83	14 314 846,50
Total	74 526 052,62	73 687 702,28

Em 2018 constatou-se um decréscimo operacional das vendas (- 1,90 milhões de euros face a 2017) e um aumento das prestações de serviços (+ 0,97 milhões de euros face a 2017). Contudo, há, face a 2017, um aumento do volume de negócios (VN) de sensivelmente 0,840 mil euros. Esta evolução positiva do VN é explicado pela variação na rubrica rendimentos de serviços de construção (+ 1,78 milhões de euros face a 2017).

Faz-se notar que as tarifas de abastecimento de água e de saneamento não sofreram alterações no presente exercício. As últimas atualizações das tarifas aconteceram em 2013 e 2014, água e tratamento de efluente, respetivamente.

26- Gastos das vendas e dos serviços de construção

Os gastos reconhecidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 é detalhado conforme se segue:

Gastos das vendas e dos serviços de construção	2018	2017
CMVMC - Mercadorias	0,00	0,00
CMVMC - Matérias-primas e subsidiárias	1 956 178,41	1 848 884,84
CMVMC - Diversos	0,00	0,00
Gastos das Vendas/Variação de inventários	1 956 178,41	1 848 884,84
Gastos de serviços da construção	15 720 667,40	13 982 222,40
Gastos das vendas e dos serviços de construção	17 676 845,81	15 831 107,24

Os gastos com consumos, CMVMC - Matérias-primas e subsidiárias, acompanharam o aumento das prestações serviços verificada em 2018. Os gastos de serviços da construção acompanharam o aumento do volume de investimento da empresa no ano de 2018. O investimento em 2018 atingiu os 16,2 milhões de euros enquanto em 2017 o valor total do investimento realizado pela AdA AA cifrou-se nos 14,7 milhões de euros.

27- Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 encontra-se detalhada no quadro abaixo.

Fornecimento e serviços externos	2018	2017
Subcontratos	6 772 922,06	6 640 938,43
Electricidade	5 487 405,30	5 110 032,64
Rendas e Alugueres		
Viaturas sem condutor	216 491,50	219 314,35
Outras rendas e alugueres	357 602,75	164 149,73
Seguros		
Multiriscos	229 501,89	259 575,07
Outros seguros	63 386,73	59 275,83
Conservação e reparação		
Edifícios	73 336,01	106 790,05
Equipamento básico	3 627 866,04	3 158 962,63
Outras despesas conservação	85 166,16	100 874,56
Trabalhos especializados		
Assistência técnica	831 924,70	542 825,57
Análises	490 032,29	238 758,35
Recolha e transporte de lamas	1 279 336,50	1 138 961,35
FEE gestão	876 473,97	891 109,08
Outros trabalhos especializados	960 469,35	386 606,27
Material de laboratório	474 001,10	357 955,57
Outros FSE	1 061 606,01	936 873,34
Fornecimento e serviços externos	22 887 522,36	20 313 002,82

Relativamente a FSE faz-se notar que a eletricidade regista um incremento de 7% essencialmente em virtude da entrada em funcionamento da nova ETAR da Companheira, as rendas e alugueres em virtude do registo das rendas de furos respeitantes a contrato de arrendamento existente com o município de Lagos (rendas referentes a 2016, 2017 e 2018). Quanto a conservação e reparação o aumento dos gastos resultam em parte da faturação de revisões de preços e acertos aos contratos a decorrer, e que foram subestimados nas estimativas registadas em 2017, e numa outra parte é explicado por intervenções/reparações pontuais que não têm comparativo em 2017. A rubrica de Assistência Técnica regista também um aumento significativo, e este decorre da atualização de preços dos FEE's relacionados com o apoio técnico dado à AdA SA pela AdP SERVIÇOS (2017 = 357 mil euros; 2018 = 504 mil euros). Registaram-se ainda aumentos com gastos com Análises e Material de Laboratório (correlacionado com o aumento da atividade de negócio complementar Vendas de Análises), Recolha de Lamas (correlacionada com o aumento da atividade de tratamento de efluente), e outros trabalhos especializados (relacionados com o Assessoria Jurídica e com o evento Desafios d' Água).

28- Gastos com pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme segue:

Gastos com pessoal	2018	2017
Remunerações	3 920 821,74	4 128 568,58
Indemnizações	21 977,49	652 812,54
Encargos sociais sobre remunerações	874 873,25	932 920,96
Outros gastos com pessoal	386 055,92	321 912,80
Correções relativas a exercícios anteriores	26 722,04	39 735,25
Gastos com pessoal	5 230 450,44	6 075 950,13

Face a 2017, os Gastos com o Pessoal registam uma diminuição de 14% face ao nível de encargos do ano anterior. Este decréscimo é explicado pela inexistência - exceto um caso - de rescisões e consequentes indemnizações, em 2018. Em 2017 rescindiram-se, por mútuo acordo, 8 contratos de trabalho.

28.1 Quadro de pessoal

O quadro de pessoal às datas de 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 era o seguinte:

Número médio de colaboradores	2018	2017
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	157	160
Número médio de colaboradores	162	165
Número de colaboradores a 31 de dezembro	2018	2017
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	160	156
Número de colaboradores a 31 de dezembro	165	161

29- Depreciações, amortizações e reversões do exercício

A decomposição da rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é a conforme se segue:

Depreciações, amortizações e reversões do exercício	2018	2017
Amortizações de ativos intangíveis	12 933 721,25	14 694 459,92
Acréscimos de gastos do investimento esperado	7 107 255,17	5 416 350,67
Amortizações de ativos tangíveis	40 332,03	50 530,66
Depreciações, amortizações e reversões do exercício	20 081 308,45	20 161 341,25

Os gastos com amortizações não tiveram praticamente evolução face a 2017, e são reflexo das taxas de depreciação associadas às áreas de negócios abastecimento e tratamento de efluente. Como anteriormente referido (ver nota 25), não há atualização das tarifas praticadas pela AdA SA, e as duas áreas de negócios registaram evoluções contrárias, mais concretamente, verificou-se uma diminuição dos caudais abastecidos e um aumento dos caudais de efluentes tratados.

30- Provisões e reversões do exercício

Durante os exercícios de 2018 e 2017 não foram registados valores relativos a provisões e reversões.

31- Perdas por imparidade e reversões do exercício

A decomposição da rubrica de "Perdas por imparidade e reversões do exercício" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

Perdas por imparidade e reversões do exercício	2018	2017
Perdas por imparidade de clientes	0,00	823 166,58
Perdas por imparidade de outros devedores	36 522,72	53 558,03
Total	36 522,72	876 724,61

Em 2018 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade referentes a clientes. Foram apenas registadas imparidades respeitantes a valores a receber de outros devedores com elevada antiguidade, e cuja probabilidade de recebimento é reduzida ou impraticável.

32- Outros gastos operacionais

A rubrica de "Outros gastos e perdas operacionais" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é decomposta conforme se segue:

Outros gastos e perdas operacionais	2018	2017
Impostos	461 979,12	522 968,72
Perdas em Inventários	0,00	0,00
Donativos	32 750,00	6 500,00
Quotizações	4 790,00	4 605,00
Outros gastos operacionais	117 342,21	87 617,33
Correções relativas a exercícios anteriores	5 436,34	10 648,19
Outros gastos e perdas operacionais	622 297,67	632 339,24

Os valores registados na rubrica de Impostos referem-se essencialmente às taxas da ERSAR, taxas essas devidas no âmbito das atividades de abastecimento e saneamento.

33- Outros rendimentos e ganhos operacionais

Os “Outros rendimentos e ganhos operacionais” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 estão detalhados da seguinte forma:

Outros rendimentos e ganhos operacionais	2018	2017
Venda de Energia	20 116,68	19 947,56
Venda de Análises	256 134,38	213 056,44
Outros rendimentos e ganhos operacionais	277 814,52	524 257,06
Correções relativas a exercícios anteriores	8 913,29	17 118,34
Outros rendimentos e ganhos operacionais	562 978,87	774 379,40

A redução verificada na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais resulta do facto extraordinário ocorrido no exercício de 2017, e que esteve relacionado com indemnizações de sinistros

34- Subsídios à exploração

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Subsídios à exploração tem o seguinte detalhe:

Subsídios à exploração	2018	2017
Subs. à Exploração - EOEP	7 258,46	0,00
Subs. à Exploração - De Out. Entidades	0,00	0,00
	7 258,46	0,00

No exercício de 2018, de acordo com a política de reconhecimento dos subsídios à exploração, os rendimentos gerados por estes subsídios deduzidos diretamente nas rubricas com a mesma natureza onde os gastos são registados.

Contudo, os subsídios recebidos do IEFP para os estágios profissionais, que decorrem ou decorreram no exercício, estão registados como rendimento. Estes proveitos não têm gastos como contrapartida aos proveitos.

35- Gastos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica de “Gastos financeiros” é conforme segue:

Gastos Financeiros	2018	2017
Juros Suportados	6 249 842,22	6 529 664,76
Comissões bancárias	2 500,00	61 261,11
Comissões AdP	1 214 872,26	1 359 733,26
Outros gastos financeiros	267 498,88	294 834,49
Gastos Financeiros	7 734 713,36	8 245 493,62

A redução dos juros suportados é justificada pela amortização de capital em dívida referente a empréstimos BEI e com uma ligeira melhoria nas condições de financiamento dos empréstimos obtidos junto da AdP SGPS.

36- Rendimentos financeiros

A decomposição da rubrica de "Rendimentos financeiros" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é a conforme se segue:

Rendimentos financeiros	2018	2017
Juros mora e de acordos	1 546 474,28	1 117 326,29
Valor Residual Barragem Odelouca (atualiz. Financeira)	771 162,62	726 435,36
Outros juros	80 468,85	105 485,90
Rendimentos financeiros	2 398 105,75	1 949 247,55

Na rubrica de juros de mora e acordos destacam-se essencialmente os rendimentos com os juros de mora aplicados aos clientes que apresentam as dívidas vencidas mais relevantes, destacando-se Vila Real de Santo António (SGU) e a TAVIRAVERDE E.M.. O rendimento com juros referentes ao atraso na regularização de faturas reclamadas judicialmente, ou seja, os relativos às faturas em injunções/ações administrativas interpostas pela AdA SA, estão refletidos em balanço nas contas 27, acréscimos de rendimentos. A rubrica Outros Juros respeita a juros financeiros da atualização da dívida das infraestruturas integradas e do valor residual da barragem de Odelouca.

37- Transações com entidades relacionadas

A Empresa é detida em 54,44% pela entidade Águas de Portugal, SGPS, SA, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade. A decomposição dos movimentos e saldos com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é espelhada na tabela seguinte:

Movimentos com partes relacionadas	2018 Proveitos	2018 Gastos	2017 Proveitos	2017 Gastos
Águas de Portugal SGPS, SA	14 588,69	2 740 431,97	0,00	2 848 032,79
AdP-Serviços Ambientais, SA	0,00	713 972,01	0,00	476 130,28
Águas Públicas do Alentejo, SA	229 457,16	0,00	186 491,10	0,00
Epal, SA	2 205,00	34 799,50	0,00	25 689,42
Águas da Região de Aveiro, SA	0,00	0,00	41,23	0,00
Águas do Centro Litoral, SA	606,58	0,00	70,00	0,00
Adp Energias, SA	69 068,39	0,00	(51 236,99)	0,00
Loulé (Município)	7 371 294,63	13 859,81	7 330 662,17	7 565,99
Lagos	5 581 809,31	0,00	5 424 829,41	0,00
Portimão (EMARP)	7 552 610,75	137 056,87	7 104 516,37	108 065,24
São Brás de Alportel	1 067 078,56	1 749,28	1 002 311,56	1 623,81
Loulé (Infralobo)	427 695,80	1 769,24	613 564,62	698,77
Loulé (Infracuinta)	676 091,78	6 357,20	804 509,93	3 684,43
Albufeira	9 188 867,47	50 776,96	9 420 237,82	16 240,62
Lagoa	3 607 109,50	8 705,33	3 524 181,93	7 856,70
Silves	3 660 295,77	3 170,74	3 800 414,97	2 475,48
Vila do Bispo	830 532,83	17 448,49	842 159,07	13 143,60
Monchique	191 774,86	0,00	167 150,12	0,00
Aljezur	633 332,95	364,71	647 188,79	289,64
Vila Real de Santo António (Município)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alcoutim	190 505,92	2 562,30	200 679,76	1 207,08
Castro Marim	1 220 696,78	2 392,35	1 190 850,77	2 384,99
Tavira (TAVIRAVERDE)	2 151 703,73	18 583,52	2 275 595,74	19 749,98
Faro (Fagar-Faro)	5 828 076,34	30 093,09	5 937 441,08	19 827,59
Loulé (Inframoura)	2 029 744,36	1 452,35	2 330 639,89	1 547,18
Vila Real de Santo António (VRSA-SGU)	2 973 130,06	0,00	3 222 210,88	5 266,16
Olhão (Ambiolhão)	3 490 266,05	1 574,25	3 807 121,92	5 612,71
Portimão (Município)	0,00	0,00	0,00	3,00

Saldos com partes relacionadas	2018 Ativos	2018 Passivos	2017 Ativos	2017 Passivos
Águas de Portugal SGPS, SA	0,00	42 400 000,00	0,00	39 835 122,87
AdP-Serviços Ambientais, SA	0,00	9 946,61	0,00	80 629,98
Águas Públicas do Alentejo, SA	104 672,05	0,00	152 918,75	0,00
Epal, SA	2 195,55	0,00	0,00	0,00
Águas da Região de Aveiro, SA	0,00	0,00	0,00	0,00
Águas do Centro Litoral, SA	0,00	0,00	86,10	0,00
Adp Energias, SA	0,00	0,00	0,00	0,00
Loulé (Município)	525 418,82	367,06	499 883,40	242,62
Lagos	791 661,87	0,00	759 751,33	0,00
Portimão (Emap)	1 201 137,53	3 029 686,15	1 126 621,29	3 509 425,95
São Brás de Alportel	94 062,97	221,76	79 821,89	171,98
Loulé (Infralobo)	19 504,24	71,20	24 339,10	0,00
Loulé (Infraquinta)	62 358,18	189,70	88 686,66	318,70
Albufeira	522 314,53	0,00	1 070 289,20	475 678,05
Lagoa	422 952,07	1 125,21	218 797,81	667,44
Silves	548 283,86	0,00	530 774,77	0,00
Vila do Bispo	924 902,61	466 100,01	1 125 035,82	479 893,39
Monchique	85 594,34	0,00	12 815,33	0,00
Aljezur	42 215,42	9 120,61	40 309,28	9 725,61
Vila Real de Santo António (Município)	553 957,06	0,00	572 387,73	0,00
Alcoutim	15 124,76	0,00	16 803,16	0,00
Castro Marim	62 465,11	50 891,09	55 217,78	50 891,09
Tavira (Taviraverde)	4 022 113,61	1 064,64	4 056 436,03	(2 122,88)
Faro (Fagar-Faro)	1 543 418,67	1 707,27	1 549 234,27	2 019,08
Loulé (Inframoura)	332 554,06	79,90	208 487,99	138,51
Vila Real de Santo António (VRSA-SGU)	22 775 214,57	0,00	21 275 323,76	0,00
Olhão (Ambiolhão)	4 867 565,64	(333,13)	4 293 505,88	0,00
Portimão (Município)	0,00	0,00	0,00	0,00

38- Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem o montante 760.149.529 Euros, sujeitos a depreciação no prazo da concessão, dos quais 586.474.335 euros já se encontram realizados (DUI firme). Quanto ao DUI em curso, este, no final do exercício, totalizava 38.142.360 Euros.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

Contratos de Empreitada

Empreitadas	Fornecedor	Adjudicação	Faturado até 31.12.2018
Conceção-Construção da ETAR de Faro-Olhão	OLIVEIRAS S.A.	8 207 611,81	7 798 117,70
Conceção-Construção da ETAR da Companheira	OLIVEIRAS S.A.	6 789 963,58	6 260 199,33
Conceção-Construção da ETAR de Faro-Olhão	ACCIONA AGUA,S.A. SUCURSAL PORTUGAL	5 692 388,19	4 794 698,72
Conceção-Construção da ETAR da Companheira	ACCIONA AGUA,S.A. SUCURSAL PORTUGAL	4 051 655,06	3 503 454,51
Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão	AQUINO CONSTRUÇÕES, SA	3 824 953,59	421 919,15
Beneficiação da ETA de Alcantarilha	TECNORÉM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	2 978 267,62	14 213,00
Empreitada do Sistema Elevatório de Olhão - Faro	TECNORÉM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	2 686 877,30	2 482 687,02
Beneficiação da ETA de Alcantarilha	ACCIONA AGUA,S.A. SUCURSAL PORTUGAL	1 621 000,00	0,00
Conceção-Construção da ETAR da Companheira (Reequilíbrio Financeiro)	OLIVEIRAS S.A.	1 014 896,00	0,00
Substituição de Conduitas Adutoras do Subsistema do Barlavento - Mosqueira e Bemparece	SADE-SUCURSAL	442 400,01	407 677,74
Empreitada de Desodorização da ETAR da Quinta do Lago	ACCIONA AGUA S.A.U - SUC. PORTUGAL	388 000,00	388 000,00
Conclusão do Edifício de Exploração da ETAR de Faro Noroeste - Fase 2	CONSDEP - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO SA	323 016,56	0,00
Reabilitação de Coletores da Zona 3 - Marbica, Vale Covo, Caneiros, F. S. João	CONSDEP - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO SA	224 030,80	204 256,38
Conceção-Construção da ETAR da Companheira Adicional n.º 3 T. Mais	OLIVEIRAS S.A.	205 738,78	201 738,78
Estações Elevatórias de Águas Residuais - Zona 3 - Remodelação dos Quadros Elétricos	HUBEL-INDUSTRIA DA AGUA,S,A	200 270,01	200 270,01
Beneficiação do Acesso e Intervenção no parque de estacionamento da ETAR de Faro Noroeste	CONSDEP - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO SA	167 814,22	110 479,55
Conceção-Construção da ETAR da Companheira Adicional n.º 4 T. Mais	OLIVEIRAS S.A.	125 311,86	123 293,55
		38 944 195,39	26 911 005,44

Contratos de Prestação Serviços e Bens (superiores a 100 mil Euros)

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Faturado até 31.12.2018
Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve – zona 2/3	GESAR - GESTÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS D	13 345 930,14	7 742 910,14
Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	BE WATER, SA	8 238 919,75	5 904 559,23
Aquisição de serviços de operação e manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve - Zona 4	BE WATER, S.A.	5 189 883,17	4 087 020,96
Aquisição de Serviços de operação e manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve - Zona I	BE WATER, S.A.	4 026 513,79	3 572 956,32
Aquisição de Serviços de recolha, transporte e armazenamento/valorização/deposição em destino final de lamas desidratadas produzidas nas ETAR do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve	TERRA FÉRTIL - GESTÃO E VALORIZAÇÃO	3 429 231,00	1 900 250,36
Manutenção ao SMAAA	BE WATER, S.A.	1 647 783,95	961 207,38
Prestação de Serviços de Operação da Estação Elevatória I e Infraestruturas Adjacentes	AGS-ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTE	1 210 922,40	282 548,56
Fee de Gestão 2019	AGUAS PORTUGAL SGPS SA	886 278,48	0,00
Fornecimento de Coagulantes – Polihidroxicloreto de Alumínio e/ou Polihidroxíclorosulfato de Alumínio – Lote II – ETA de Alcantarilha	RIVAZ - QUÍMICA S.A.	800 000,00	375 125,10
Fornecimento de Coagulantes - Polihidroxicloreto de Alumínio e/ou Polihidroxíclorosulfato de Alumínio - Lote I - ETA de Tavira	RIVAZ - QUÍMICA S.A.	500 000,00	169 411,90
Protocolo Barragem da Bravura 2019	ASSOC REGANTES E BENEF DO ALVOR	496 442,04	0,00
Fiscalização - Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão 13º grupo de empreitadas	PROSPECTIVA - PROJECTOS, SERVIÇOS,	465 600,10	399 018,96
Aquisição de Reagentes e Testes em cuvette para análise de águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote I	HACH LANGE - CONTROLE E ANÁLISE DE ÁGUAS	359 546,37	4 519,62
NSE AdP - Serviços 2019	ADP AGUAS PORTUGAL-SERV AMBIENTAIS	324 349,00	0,00
Aluguer Operacional de Veículos para as empresas do Grupo AdP, em conformidade com o Acordo Quadro (6.ª Iteração - 2015)	LEASE PLAN PORTUGAL - COMÉRCIO E ALUGUER DE AUTOMÓVEIS	302 605,44	302 026,56
Fornecimento de Floculantes - Lote I	SNF/AMBIENTÁGUA - TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS	299 838,41	190 950,00
Aquisição de meios de cultura e reagentes de diagnóstico pelas empresas do grupo AdP - Lote IV	IBERLAB & IMUNOREAGE - SOLUÇÕES PARA LABORATÓRIOS, LDA	271 330,47	21 125,00
Aquisição de Reagentes para o Tratamento de Água para Consumo Humano Gases: Azoto para as Eta de Tavira e Beliche e Dióxido de Carbono para a Eta de Tavira	SOC PORTUGUESA AR LIQUIDO LDA	237 629,92	248 099,92
Aquisição de Serviços de Impressão em Regime de Aluguer Operacional - Componente Fixa	KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS P	208 920,00	14 192,88

Contratos de Prestação Serviços e Bens (superiores a 100 mil Euros) – continuação

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Faturado até 31.12.2018
Aquisição de serviços de colheita de amostras, no âmbito do controlo de qualidade de águas naturais, e de consumo humano do Sistema Multimunicipal do Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA) - Lote 1	AMBIPAR CONTROL - CONSULTORIA, ANÁLISES	208 416,00	30 227,13
Aquisição de serviços de recolha, transporte e armazenamento / valorização/deposição em destino final de lamas das ETAR da Companheira e de São Marcos da Serra.	TERRA FÉRTIL - GESTÃO E VALORIZAÇÃO	192 763,00	65 729,87
Fiscalização, Gestão de Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada de "Conceção-Construção da ETAR da Companheira"	CONSULGAL - CONS.ENG. E GESTÃO,SA	192 000,05	191 973,75
Aquisição de Lâmpadas e Mangas UV - Lote 1	INOVAQUA, LDA	190 777,40	166 504,80
Manutenção de Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve, S.A. - Lote 2	RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE,	180 375,00	57 965,00
Fiscalização - Beneficiações da ETA de Alcantarilha	PROSPECTIVA, SA	165 600,01	9 260,01
Aquisição de Reagentes para o Tratamento de Água para Consumo Humano "Gases: Oxigénio e Dióxido de Carbono	PRAXAIR PORTUGAL GASES SA	163 682,40	149 907,89
Contrato de Aquisição de Serviços de Comunicações de Voz e dados Móveis e Voz Fixa	NOS COMUNICAÇÕES, S.A.	163 617,90	5 519,79
Aquisição de Serviços de Lavagem e Desinfecção de Reservatórios, Cisternas e Órgãos de Tratamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve no Triénio 2018-2020	REDECOR - REVESTIMENTOS DE PROTECÇÃO	145 534,00	9 494,50
Aquisição de Gases: Azoto e Dióxido de Carbono - Dióxido de Carbono Líquido a Granel para a ETA de Tavira e para a ETA do Beliche, do fornecimento de Azoto Líquido a Granel para a ETA de Tavira e de Azoto em Garrafa para a ETA do Beliche	SOCIEDADE PORTUGUESA DO AR LÍQUIDO	145 000,00	100 035,42
Carvão Ativado	MAPRIL-PROD.QUÍMICOS E MÁQ. P/ INDÚSTRIA, LDA	142 049,30	103 916,93
Aquisição de Serviços de Análises de águas naturais, consumo humano, lamas e reagentes de processo	INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	134 930,30	54 876,64
Contrato de Aluguer Operacional de Veículos e Serviços Associados para a Águas do Algarve, S.A., em Conformidade com o Acordo Quadro Ref.ª 008/CLPQ/2017 - AQ AOV	SGALD AUTOMOTIVE - SOCIEDADE GERAL	134 627,52	25 359,53
Manutenção de Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve, S.A. - Lote 3	PERENE, S.A.	134 400,04	61 216,93
Manutenção de Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve, S.A. - Lote 1	PERENE, S.A.	134 400,04	50 086,71
Fornecimento de Flocculantes - Lote 2	ACQUAFLOC, LDA	129 449,57	106 116,00
Aquisição de serviços de colheitas de águas residuais	AGS-ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, S.A	127 258,40	101 806,72

Contratos de Prestação Serviços e Bens (superiores a 100 mil Euros) – continuação

Prestações de Serviços e Bens	Fornecedor	Adjudicação	Faturado até 31.12.2018
Apoio às expropriações - Aquisição de Serviços de Expropriação	ECOREDE - ENGENHARIA E SERVIÇOS, S.	127 098,00	2 150,50
Cloro	CUF-QUÍMICOS INDUSTRIAIS SA	118 870,22	92 802,24
Fiscalização da Reabilitação do Túnel de Portimão - Fase I	AFAPLAN-PLANEAMENTO E GESTÃO PROJ.-SA	116 800,01	19 295,01
Aquisição de meios de cultura e reagentes de diagnóstico pelas empresas do grupo AdP - Lote II	BIOGERM, S.A.	110 557,07	38 691,26
Fornecimento de Coagulantes – Polihidroxicloreto de Alumínio e/ou Polihidroxiclorosulfato de Alumínio – Lote III – ETA das Fontainhas	QUIMITEJO - PRODUTOS QUÍMICOS LDA	110 000,00	43 700,00
Hidroxido Calcio Solido, Granel (Kg)	QUIMITEJO - PRODUTOS QUÍMICOS LDA	109 968,60	106 636,08
Manutenção de Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve, S.A. - Lote 4	RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE,	108 500,03	44 815,30
		45 728 399,29	27 814 010,90

39- Ativos e passivos contingentes

39.1 Garantias prestadas

A relação das garantias bancárias prestadas a terceiros em 31 de Dezembro de 2018 era a seguinte:

Garantias Bancárias	Valor
Tribunais Cíveis	567 226,07
Petrogal	10 474,76
IP - infraestruturas de Portugal	16 510,00
ARH	566 466,10
Abastecimento	1 160 676,93
IP - infraestruturas de Portugal	10 000,00
Rotas do Algarve Litoral	40 000,00
Tribunais Cíveis	300 540,71
Saneamento	350 540,71
Total	1 511 217,64

O detalhe das principais rubricas de garantias é apresentado no quadro seguinte:

Principais beneficiários	Natureza	Banco	Valor
ARH	AA	CGD	566 466,10
Tribunal Civil da Comarca de Silves	AA	Millenium	229 581,65
Tribunal Civil da Comarca de Silves	AR	CGD	192 328,60
Tribunal Civil da Comarca de Loulé	AA	CGD	124 699,47
Tribunal Civil da Comarca de Monchique	AA	Millenium	57 955,40

39.2 Processos judiciais

A correr em tribunal, e já devidamente contestadas, a empresa tem as seguintes ações interpostas por terceiros.

Tipo de Ação	Descrição da Ação	Valor da responsabilidade máxima	Valor da probabilidade da obrigação	Valor da provisão constituída na contabilidade	Probabilidade de desfecho favorável à AdA SA
EXPROPRIAÇÕES	Acção Executiva contra o Fagar - Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E.M., tendo como objecto a Sentença condenatória Judicial proferida no âmbito do Processo n.º 627/2002. INTERVENIENTE ACIDENTAL: ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.	14 963,94	0,00	0,00	PROVÁVEL
OUTROS	Pedido formulado contra a AdA. p/ Sociedade de Construções Soares SA (inicialmente contra a Águas do Sotavento Algarvio, S.A). Decorrida a fase de julgamento, aguarda-se pela emissão de sentença.	2 662 385,97	0,00	0,00	PROVÁVEL
EXPROPRIAÇÕES	Processo de Expropriação por utilidade pública - CONSTRUÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTE E DESTINO FINAL DAS ARS DA ILHA DE TAVIRA- ESTAÇÃO ELEVATÓRIA E COLECTOR GERAL.	27 993,00	0,00	0,00	PROVÁVEL
EXPROPRIAÇÕES	Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos. Contra-Interessada: Águas do Algarve, S.A.	30 001,00	0,00	0,00	PROVÁVEL
CONTRAORDENAÇÕES	Injunção interposta pela Massa Insolvente da Hidrocontrato, Lda no valor de 320.780,31 € - Contrato de "Exploração da ETAR de Loulé".	320 780,31	0,00	0,00	PROVÁVEL
CONTRAORDENAÇÕES	Ação contra AdA, por Somague, Engigás, Neopul, Construtores ACE. Empreitada de "Concepção/ construção do SAAS às ilhas da Culatra e da Armona -Travessias da Ria Formosa Perfuração Horizontal Dirigida. Inexequibilidade técnica das travessias da Ria Formosa.	8 332 017,21	0,00	0,00	PROVÁVEL
CONTRAORDENAÇÕES	Actualização do pedido de €8.332.017,21 formulado na anterior ação nº 46/09.3 BELLE).	9 191 597,54	0,00	0,00	PROVÁVEL
EXPROPRIAÇÕES	O Autor intentou contra o Instituto da Água e o Estado Português uma acção administrativa comum em processo ordinário e a AdA foi admitida a intervir nos autos como parte principal.	725 000,00	0,00	0,00	POSSÍVEL

A Administração considera que as provisões e imparidades registadas são adequadas face aos riscos emergentes dos processos judiciais em curso

39.3 Direitos e obrigações

De acordo com o protocolado com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), a Águas do Algarve, S.A. tem um gasto anual até 1.000.000 Euros, destinado à comparticipação nas despesas de 70% de manutenção e 30% de energia do Sistema de Odeleite-Beliche.

Este gasto encontra-se refletido na contabilidade, na conta 62 (fornecimentos e serviços externos).

A Águas do Algarve tem um protocolo com o ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o qual pressupõe uma contribuição anual de 280.000 euros, atualizado à taxa de inflação, destinada à exploração e manutenção do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico. O valor atualizado respeitante a 2018 foi de € 336.383,62.

40- Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Águas do Algarve, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Águas do Algarve, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21.º do Decreto-lei n.º 411/91 de 17 de Setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2018, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento se efetuará em Janeiro do ano seguinte.

41- Rendimento garantido

Tal como referido na nota introdutória e nos termos do Contrato de Concessão os capitais próprios aplicados na Empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponderá à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT) ou outra equivalente que venha a substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

O valor da remuneração do capital por entregar aos acionistas, calculada nos termos de concessão, atingia, à data de 31 de Dezembro de 2018, o valor de 4.107.199,93 euros. Está prevista a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2018 no valor de € 6.832.254,21.

ANO	Capital Social Realizado	Reserva Legal Constituída	Remuneração Anual C/Capitalização +Res.Legal	Resultados Líquidos anuais	Défice tarifário Anual	Acumulado RA em dívida-final do ano	Valor Pago /Dividendos distribuídos (a)	Dívida Acumulada RA Após Pag. Dividendos	OT+3
						14 383 764,85	4 877 900,48	9 505 864,37	
2011	29 230 875,00	1 019 840,41	5 302 599,31	3 239 064,79	2 063 534,52	14 808 463,68	0,00	14 808 463,68	13,24%
2012	29 230 875,00	1 181 793,64	4 598 286,91	3 441 306,39	1 156 980,52	19 406 750,59	3 269 241,07	16 137 509,52	10,46%
2013	29 230 875,00	1 353 858,96	4 318 508,93	3 098 569,15	1 219 939,78	20 456 018,45	2 943 640,69	17 512 377,76	9,29%
2014	29 290 875,00	1 508 787,42	3 238 535,42	5 139 190,72	(1 900 655,30)	20 750 913,18	4 882 231,18	15 868 682,00	6,75%
2015	29 825 000,00	1 765 746,96	2 627 569,68	6 942 498,44	(4 314 928,76)	18 496 251,68	11 297 272,63	7 198 979,05	5,42%
2016	29 825 000,00	2 112 871,88	2 515 187,71	6 810 568,64	(4 295 380,93)	9 367 041,84	6 470 040,21	2 897 001,63	6,18%
2017	29 825 000,00	2 453 400,31	2 169 471,73	7 306 257,48	(5 136 785,75)	4 725 944,93	1 951 378,48	2 774 566,45	6,06%
2018	29 825 000,00	2 818 713,18	1 697 946,35	7 191 846,54	(5 493 900,19)	4 107 199,93	0,00	4 107 199,93	4,84%

No ano de 2018 foi utilizado a taxa de 1,84% (taxa média do ano das obrigações do tesouro a 10 anos) acrescida de 3% de spread conforme definido pelo despacho do Concedente. A coluna "Dívida Acumulada RA Após Pag.Dividendos" foi re-expressa por forma a corrigir um erro na tabela de cálculo apresentada em 2017.

42- Eventos subsequentes

Na presente data, e tanto quanto é do nosso conhecimento, não existem circunstâncias que possam alterar significativamente o presente relatório e contas.

A Águas do Algarve, S.A. à data de fecho do exercício, ainda não rececionou o projeto de decisão da ERSAR relativamente à aprovação das tarifas a aplicar em 2019.

No âmbito do acordo de regularização de dívida a decorrer com a AMBIOLHÃO EM, foram recebidos em fevereiro de 2019, via cessão de créditos, 1,5 milhões de euros.

Fazer notar que a revisão do EVEF da Águas do Algarve S.A. encontra-se na sua fase final. O mesmo considera o prolongamento do contrato de concessão até 2048.

Em 14 de janeiro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei nº 5/2019, o qual estabelece os termos e as condições a que obedecem os acordos de regularização das dívidas das autarquias locais às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou de outros sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água ou saneamento de águas residuais, ou entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais nesse âmbito, através de um plano de pagamentos até 25 anos, bem como a cedência dos créditos resultantes dos acordos a terceiros.

Estão abrangidos pelos Acordos de Regularização de Dívida as seguintes dívidas:

- Dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2018 e reconhecidas pela Entidade Utilizadora;
- Dívidas objeto de procedimento de injunção ou outro procedimento judicial iniciado até 30 de setembro de 2018, nos quais tenha sido celebrada transação, devidamente homologada por decisão judicial, até 31 de dezembro de 2018.

O Acordo de Regularização de Dívida apenas produz efeitos quando se verificarem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- Deliberação favorável dos órgãos autárquicos competentes no que respeita à celebração do Acordo;
- Submissão de versão assinada do presente Acordo à fiscalização prévia do Tribunal de Contas até 31 de março de 2019;
- Concessão de visto pelo Tribunal de Contas, nos termos legalmente previstos, até 31 de maio de 2019, exceto se forem suscitadas dúvidas de legalidade, nos termos e para os efeitos do artigo 84.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

Adicionalmente, o mencionado Decreto-Lei prevê que as entidades utilizadoras que celebrem um Acordo de Regularização de Dívida beneficiam de uma redução correspondente a 30 % dos juros vencidos à data de 31 de dezembro de 2018, sendo este prejuízo computado como encargo para efeitos de contabilização do desvio de recuperação de gastos das Entidades Gestoras, com efeito de neutralizar o prejuízo de aí decorrente.

À data de preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade encontra-se em fase de:

- i) análise das dívidas municipais que potencialmente poderão ficar abrangidas pelos Acordos de Regularização de Dívidas;
- ii) de celebração dos mencionados Acordos;
- iii) quantificação do perdão de 30% dos juros vencidos à data de 31 de dezembro de 2018 e conseqüente impacto no Desvio de Recuperação de Gastos.

Faro, 14 de Março de 2019

O Contabilista Certificado
Maria Madalena Mendes

O Conselho de Administração

Joaquim Carlos Correia Peres
Presidente

António Paulo Jacinto Eusébio
Vogal Executivo

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
Vogal Executivo

Rogério Conceição Bacalhau Coelho
Vogal

Maria Joaquina Batista Quintans de Matos
Vogal

2. Glossário Financeiro e Técnico

Águas de Portugal, SGPS, SA – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

AdA – Águas do Algarve, S.A.

ACE – Agrupamentos Complementares de Empresas. São entidades constituídas por pessoas singulares ou coletivas, nomeadamente sociedades comerciais, que se agrupam, sem prejuízo da sua personalidade jurídica, a fim de melhorar as condições de exercício ou de resultado das suas atividades.

Caixa e equivalentes de caixa – correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Cash Flow – A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. É uma metodologia de controlo interno criada por uma organização privada dos EUA em 1985 para prevenir e evitar fraudes nas demonstrações financeiras das empresas.

Dívida Líquida – Dívida financeira de curto e longo prazo - Disponibilidades

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation) - Resultados operacionais antes de amortizações.

EBITDA = resultado operacional + amortizações+provisões.

ERSAR – Entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos. Entidade cuja competência é o acompanhamento da atividade da concessão;

ETA – Estação de tratamento de águas para consumo humano.

ETAR – Estação de tratamento de águas residuais.

Habitante Equivalente – representa a carga orgânica biodegradável com uma carência bioquímica de oxigénio ao fim de 5 dias (CBO5), de 60 g de oxigénio por dia.

HH's – Horas Homem

IAS/IFRS – International Accounting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico emanado pelo International Accounting Standards Board, que foi adotado pela empresa a partir de 1 de Janeiro de 2010 e que substituiu o anterior normativo POC.

Outsourcing – Designa a ação que existe por parte de uma organização em obter mão-de-obra de fora da empresa, ou seja, mão-de-obra terceirizada. Está fortemente ligada à ideia de subcontratação de serviços.

OT's- Ordens de Trabalho

PCQA – Plano de controlo da qualidade da água

PIB – Produto interno bruto

POC – Plano Oficial de Contabilidade.

Rating – Termo utilizado para designar a classificação de uma empresa em termos de risco de crédito, mediante a utilização de uma escala pré-definida de atributos e qualificações. A avaliação de risco pode incidir genericamente sobre uma empresa ou instituição, tendo em conta a sua situação económica e financeira e a sua capacidade e perspetivas de gerar lucros, ou apenas especificamente sobre o seu risco de crédito medido pela sua capacidade em cumprir o serviço com as dívidas. O rating é, desta forma, um instrumento de extrema relevância para o mercado na medida em que fornece aos potenciais credores uma opinião independente sobre o risco de crédito.

Rendibilidade do Ativo (Return On Assets) – EBIT/Ativo Líquido

Rendibilidade dos Capitais Próprios (Return On Equity) – Resultado Líquido / Capital Próprio

ROCE – É um termo financeiro que expressa o resultado de uma empresa em função do capital empregue. A razão determinada pelo ROCE indica quão eficientemente o capital está sendo aplicado a fim de gerar receita.

SMAAA – Sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve

SMSA – Sistema multimunicipal de saneamento do Algarve

SGPS – Sociedade gestora de participações sociais

Stakeholders - (parte interessada ou interveniente), refere-se às partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governo societário aplicadas pela empresa.

De uma perspetiva mais ampla, compreende todos os envolvidos em um processo, que pode ser de carácter temporário (como um projeto) ou duradouro (como o negócio de uma empresa ou a sua missão).

O sucesso de qualquer empresa depende da participação de suas partes interessadas e por isso é essencial assegurar que as suas expectativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas pelos gestores. De modo geral, essas expectativas envolvem satisfação

de necessidades, compensação financeira e comportamento ético. Cada interveniente ou grupo de intervenientes representa um determinado tipo de interesse no processo. O envolvimento de todos os intervenientes não maximiza obrigatoriamente o processo, mas permite encontrar um equilíbrio de forças e minimizar riscos e impactos negativos na execução desse processo. Uma organização que pretende ter uma existência estável e duradoura deve atender simultaneamente às necessidades de todas as suas partes interessadas. Para tal, a empresa necessita de “criar valor”, ou seja, os recursos utilizados devem gerar benefícios superiores do que o seu custo total.

Volume de negócios – Vendas e prestações de serviços.

3. Principais Diplomas Relativos ao Sector da Água e Saneamento Publicados em 2016

Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016

Estabelece o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública.

Regulamento de Execução (UE) 2016/9 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016

Relativo à apresentação conjunta de dados e à partilha de dados nos termos do Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH).

Despacho n.º 352-A/2016 - Diário da República n.º 5/2016, 1.º Suplemento, Série II de 2016-01-08

Aprova as tabelas de retenção da sobretaxa de IRS.

Portaria n.º 17-A/2016 - Diário da República n.º 24/2016, 1.º Suplemento, Série I de 2016-02-04

Primeira alteração à Portaria n.º 349-D/2013, de 2 de dezembro, que estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes.

Decreto-Lei n.º 5/2016 - Diário da República n.º 26/2016, Série I de 2016-02-08.

Procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2015.

Despacho Normativo n.º 1-B/2016 - Diário da República n.º 29/2016, 1.º Suplemento, Série II de 2016-02-11

Altera o despacho normativo n.º 6/2015, de 20 de fevereiro, que estabelece os requisitos legais de gestão e as normas mínimas para as boas condições agrícolas e ambientais.

Diretiva n.º 4/2016 - Diário da República n.º 32/2016, Série II de 2016-02-16

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. Parâmetros definidos no âmbito da Portaria n.º 279/2011, de 17 de outubro.

Lei n.º 5/2016 - Diário da República n.º 41/2016, Série I de 2016-02-29

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva 2015/121/UE, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015.

Despacho n.º 4293/2016 - Diário da República n.º 60/2016, Série II de 2016-03-28

Constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, a favor da Águas do Algarve, S. A., tendo em vista a execução e manutenção do Sistema Intercetor e Elevatório de Vila do Bispo e Sagres.

Lei n.º 7-A/2016 - Diário da República n.º 62/2016, 1.º Suplemento, Série I de 2016-03-30

Orçamento do Estado para 2016.

Lei n.º 7-B/2016 - Diário da República n.º 63/2016, 1.º Suplemento, Série I de 2016-03-31

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016-2019.

Lei n.º 7-C/2016 - Diário da República n.º 63/2016, 1.º Suplemento, Série I de 2016-03-31

Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2016-2019.

Lei n.º 8/2016 - Diário da República n.º 64/2016, Série I de 2016-04-01

Procede à décima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, restabelecendo feriados nacionais.

Decreto-Lei n.º 18/2016 - Diário da República n.º 72/2016, Série I de 2016-04-13

Aprova as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016 e procede à alteração de disposição do diploma que cria o Fundo de Acidentes de Trabalho, bem como à revogação de norma do Decreto-Lei n.º 107/2012, relativo à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação.

Declaração de Retificação n.º 4/2016 - Diário da República n.º 76/2016, Série I de 2016-04-19

Declaração de retificação à Lei n.º 5/2016, de 29 de fevereiro, que «Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva 2015/121/UE, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015»

Declaração de Retificação n.º 5/2016 - Diário da República n.º 78/2016, Série I de 2016-04-21

Retifica o Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, das Finanças, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016, publicado no Diário da República, n.º 72, 1.ª série, de 13 de abril de 2016

Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016

Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016

Relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados, e que revoga a Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho.

Declaração de Retificação n.º 10/2016 - Diário da República n.º 101/2016, Série I de 2016-05-25

Declaração de retificação à Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, Orçamento do Estado para 2016.

Portaria n.º 154-B/2016 - Diário da República n.º 104/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-05-31

Procede à quarta alteração à Portaria n.º 56/2015, de 27 de fevereiro, que estabelece o regime da ação n.º 7.3, «Pagamentos Rede Natura», inserida na medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado PDR 2020.

Portaria n.º 154-C/2016 - Diário da República n.º 105/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-06-01

Procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2016.

Decreto-Lei n.º 23/2016 - Diário da República n.º 107/2016, Série I de 2016-06-03

Estabelece os requisitos para a proteção da saúde do público em geral no que diz respeito às substâncias radioativas presentes na água destinada ao consumo humano, fixando os valores paramétricos, frequências e métodos aplicáveis para o seu controlo, e transpõe a Diretiva n.º 2013/51/EURATOM, do Conselho, de 22 de outubro de 2013.

Retificação da Diretiva 91/533/CEE do Conselho, de 14 de outubro de 1991, de 2016/06/04

Relativa à obrigação de a entidade patronal informar o trabalhador sobre as condições aplicáveis ao contrato ou à relação de trabalho.

Resolução da Assembleia da República n.º 102/2016 - Diário da República n.º 109/2016, Série I de 2016-06-07

Recomenda ao Governo que legisle no sentido de permitir que a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., possa partilhar com o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) atribuições no âmbito dos crimes ambientais.

Decisão de Execução (UE) 2016/902 da Comissão, de 30 de maio de 2016, de 2016-06-09.

Estabelece conclusões sobre as melhores técnicas disponíveis (MTD) para sistemas de gestão/tratamento comuns de águas residuais e efluentes gasosos no setor químico, nos termos da Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho [notificada com o número C(2016) 3127].

Portaria n.º 174-A/2016 - Diário da República n.º 111/2016, 2º Suplemento, Série II de 2016-06-09

Autoriza o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR), através da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato de aquisição de serviços «Revisão e Confirmação do Montante de Decisão das Operações Enquadráveis no Âmbito do Artigo 55.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho».

Portaria n.º 174-B/2016 - Diário da República n.º 111/2016, 2º Suplemento, Série II de 2016-06-09

Autoriza o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR), através da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, a assumir os encargos orçamentais decorrentes da execução material e financeira dos contratos de aquisição de serviços «Acompanhamento no local das operações cofinanciadas pelo Programa Operacional Valorização do Território (POVT)».

Declaração de Retificação n.º 10-A/2016 - Diário da República n.º 111/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-06-09

Retifica o Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, das Finanças, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 72, de 13 de abril de 2016.

Regulamento (UE) 2016/1005 da Comissão, de 22 de junho de 2016.

Altera o anexo XVII do Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) no que respeita às fibras de amianto.

Decreto-Lei n.º 28/2016 - Diário da República n.º 119/2016, Série I de 2016-06-23

Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, relativo à melhoria do desempenho energético dos edifícios, e que transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010.

Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 7/2016-R - Diário da República n.º 121/2016, Série II de 2016-06-27.

Norma Regulamentar n.º 7/2016-R, de 6 de junho - Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza» com início ou vencimento no terceiro trimestre de 2016.

Decreto-Lei n.º 34/2016 - Diário da República n.º 122/2016, Série I de 2016-06-28

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro, que estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração, transpondo a Diretiva 2014/80/UE da Comissão, de 20 de junho de 2014, que altera o anexo II da Diretiva 2006/118/CE do Parlamento e do Conselho, relativa à proteção das águas subterrâneas contra a poluição e a deterioração.

Decreto-Lei n.º 35-A/2016 - Diário da República n.º 124/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-06-30

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016.

Diretiva (UE) 2016/1148 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, de 2016-06-19

Relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União.

Portaria n.º 204/2016 - Diário da República n.º 141/2016, Série I de 2016-07-25

Estabelece a forma e os critérios técnicos a observar na identificação da área de jurisdição da autoridade nacional da água.

Decreto-Lei n.º 39/2016 - Diário da República n.º 144/2016, Série I de 2016-07-28

Procede à terceira alteração ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016 - Diário da República n.º 145/2016, Série I de 2016-07-29

Aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020

Decreto-Lei n.º 42/2016 - Diário da República n.º 146/2016, Série I de 2016-08-01

Altera as normas respeitantes à monitorização dos elementos de qualidade das águas superficiais, das águas subterrâneas e das zonas protegidas relativos ao estado ecológico, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, e transpondo a Diretiva 2014/101/UE da Comissão, de 30 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000.~

Lei n.º 31/2016 - Diário da República n.º 161/2016, Série I de 2016-08-23

Terceira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2016 - Diário da República n.º 164/2016, Série I de 2016-08-26

Cria o Sistema Nacional de Políticas e Medidas previsto no Quadro Estratégico para a Política Climática, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016 - Diário da República n.º 164/2016, Série I de 2016-08-26

Aprova a Estratégia Nacional para o Ar (ENAR 2020) destinada a melhorar a qualidade do ar para a proteção da saúde humana, da qualidade de vida dos cidadãos e da preservação dos ecossistemas.

Decreto-Lei n.º 55/2016 - Diário da República n.º 164/2016, Série I de 2016-08-26

Define a missão e atribuições da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., nos domínios do litoral, da proteção costeira, das alterações climáticas e da proteção do ar, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março.

Portaria n.º 238/2016 - Diário da República n.º 167/2016, Série I de 2016-08-31

Segunda alteração à Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, e ao Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, aprovado em anexo à referida portaria.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016 - Diário da República n.º 181/2016, Série I de 2016-09-20

Aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve.

Retificação da Diretiva Delegada (UE) 2015/13 da Comissão, de 31 de outubro de 2014, de 2016-09-28

Altera o anexo III da Diretiva 2014/32/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à gama de caudais dos contadores de água (JO L 3 de 7.I.2015).

Despacho n.º 11536/2016 - Diário da República n.º 187/2016, Série II de 2016-09-28

Isenção de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC

Decisão (UE) 2016/1795 do Conselho, de 29 de setembro de 2016

Estabelece a posição a adotar em nome da União Europeia no que se refere às alterações dos anexos do Acordo Europeu relativo ao Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Estrada (ADR) e dos regulamentos anexados ao Acordo Europeu relativo ao Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Via Navegável Interior (ADN).

Portaria n.º 268-B/2016 - Diário da República n.º 197/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-10-13

Aprova o dever de dedução pelo CUR do Sistema Elétrico Nacional da energia elétrica produzida em regime especial que beneficia de remuneração garantida, dos valores recebidos pelos centros eletroprodutores que beneficiaram cumulativamente de apoios à promoção e ao desenvolvimento das energias renováveis através de outros apoios públicos.

Resolução do Conselho de Ministro n.º 65/2016 - Diário da República n.º 201/2016, Série I DE 2016-10-19

Aprova a alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura - Vila Real de Santo António, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2005, de 27 de junho

Resolução da Assembleia da República n.º 210/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 208/2016, SÉRIE I DE 2016-10-28

Recomenda ao Governo a regulamentação da Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro, sobre a proteção contra exposição aos campos elétricos e magnéticos derivados de linhas, de instalações e de equipamentos elétricos.

Decreto-Lei n.º 71/2016 - Diário da República n.º 212/2016, Série I de 2016-11-04

Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens, à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo a Diretiva 2015/1127, da Comissão, de 10 de julho de 2015, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio, que aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos.

Decreto-Lei n.º 72/2016 - Diário da República n.º 212/2016, Série I de 2016-11-04

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, prevendo a criação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais por destaque dos sistemas multimunicipais resultantes de agregações.

Decreto-Lei n.º 76/2016 - Diário da República n.º 215/2016, Série I de 2016-11-09

Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.

Resolução da Assembleia da República n.º 224/2016 - Diário da República n.º 219/2016, Série I de 2016-11-15

Recomenda ao Governo que melhore o acesso dos cidadãos às tarifas sociais dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento e resíduos.

Resolução da Assembleia da República n.º 225/2016 - Diário da República n.º 219/2016, Série I de 2016-11-15

Recomenda ao Governo que disponibilize o mecanismo estabelecido para a atribuição automática das tarifas sociais da energia às entidades competentes em matéria de abastecimento de água.

Decreto-Lei n.º 77/2016 - Diário da República n.º 225/2016, Série I de 2016-11-23

Constitui a Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental.

Lei n.º 40/2016 - Diário da República n.º 241/2016, Série I de 2016-12-19

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 41/2016, de 1 de agosto, que altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, o Decreto-Lei n.º 185/86, de 14 de julho, o Código do Imposto do Selo, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Único de Circulação.

Diretiva (UE) 2016/2309 da Comissão, de 16 de dezembro de 2016, de 1016-12-20

Adapta pela quarta vez ao progresso científico e técnico os anexos da Diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.

Lei n.º 41/2016 - Diário da República n.º 248/2016, Série I de 2016-12-28

Grandes Opções do Plano para 2017.

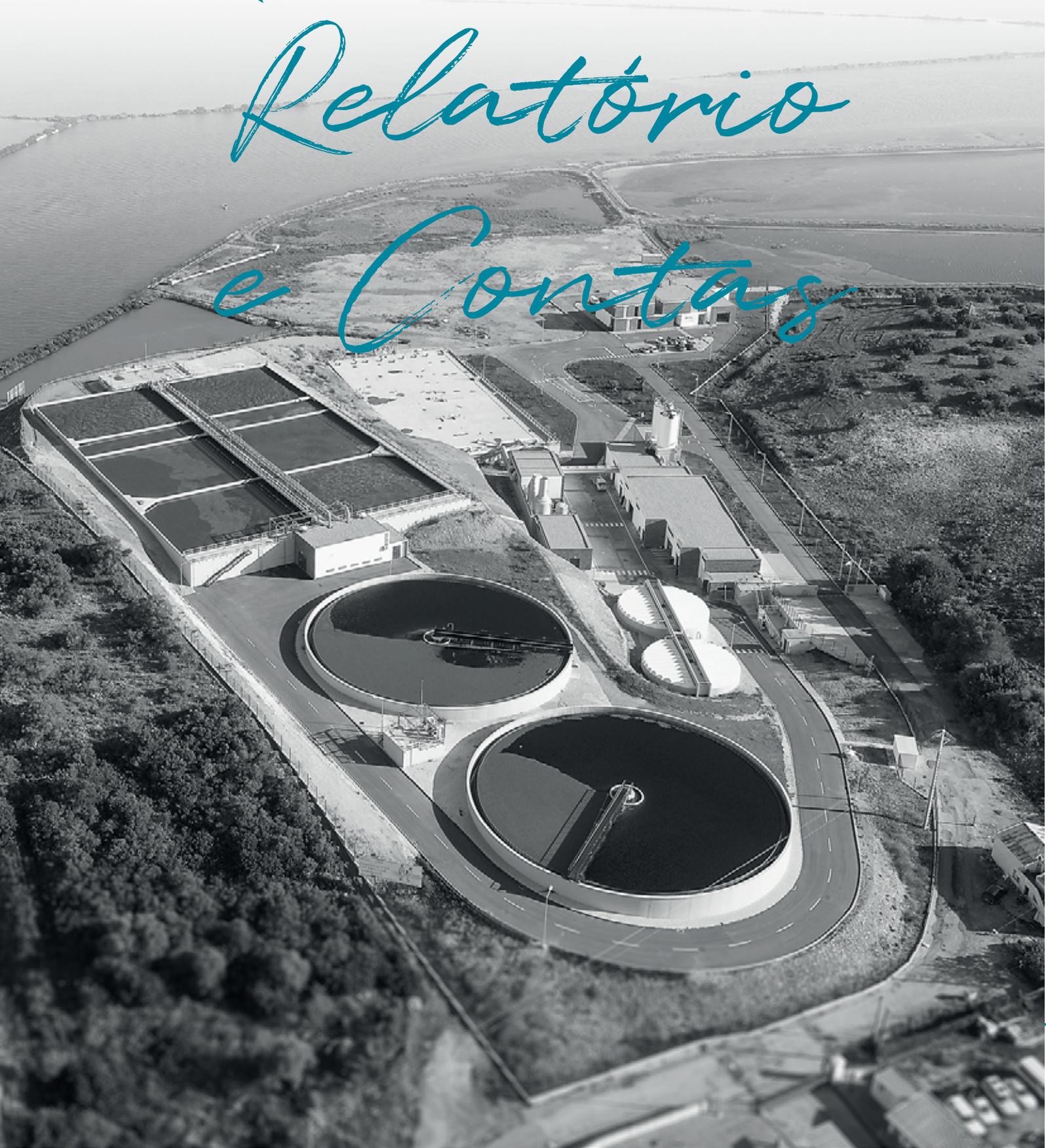
Lei n.º 42/2016 - Diário da República n.º 248/2016, Série I de 2016-12-28

Orçamento do Estado para 2017.

Despacho n.º 15646/2016 - Diário da República n.º 249/2016, Série II de 2016-12-29

Sobretaxa do IRS.

Anexos do Relatório e Contas



D- Anexos do Relatório e Contas

Relatório dos Administradores Não Executivos

Relatório dos Administradores Não Executivos

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2018.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

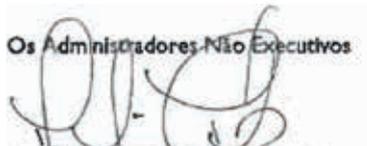
As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

Faço ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Faro, aos 14 dias de Março de 2018

Os Administradores Não Executivos



Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos



Rogério Conceição Bacalhau Coelho

Certificação legal de contas



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Algarve, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 520.167.407 euros e um total de capital próprio de 44.825.126 euros, incluindo um resultado líquido de 7.191.847 euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas do Algarve, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Chamamos a atenção para o seguinte:

- Conforme divulgado nas Notas 1.1 e 2.2.6, das notas às demonstrações financeiras, em conformidade com o Decreto-Lei que regula a atividade da Entidade e com o contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a refletir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Entidade optou por não refletir esta situação nas demonstrações financeiras;
- Conforme divulgado na Nota 1.1 das notas às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a concessão, nomeadamente, no que se refere aos valores de investimento, prazo de concessão e caudais. Os pressupostos utilizados são parte integrante do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira do ano de 2010 submetido à aprovação do Concedente, a qual ainda não foi obtida. Na eventualidade do referido Estudo de Viabilidade Económica e Financeira não vir a ser aprovado pelo Concedente, a revisão das estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras poderá ter um efeito significativo sobre as mesmas; e
- Tal como divulgado na Nota 11 das notas às demonstrações financeiras, existem saldos a receber dos Municípios clientes (em particular do Município de Vila Real de Santo António) que apresentam uma elevada antiguidade, o que indicia a existência de dificuldades financeiras por parte dos devedores e/ou a existência de divergências quanto à faturação emitida. Embora subsista incerteza quanto à tempestividade e forma de recuperação dos saldos, o Conselho de Administração entende que irão ser encontradas medidas que permitam assegurar a recuperação sem perdas dos referidos saldos, assegurando-se o equilíbrio económico e financeiro da concessão, e o cumprimento das obrigações contratuais.



Águas do Algarve, S.A.
 Certificação Legal das Contas
 31 de dezembro de 2018

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Reconhecimento e mensuração do investimento contratual

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O direito de utilização de infraestruturas é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos, sendo aprovados pela Entidade Reguladora.</p> <p>Tal como referido na Nota 2.2, as amortizações são calculadas tendo como base os caudais (água e efluentes) faturados num determinado exercício e os caudais a faturar, até ao final da concessão, os quais se encontram previstos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira anexo ao contrato de concessão (EVEF) e no Orçamento de Projeto de Tarifário para o exercício (OPT). Adicionalmente, em cumprimento do estipulado no contrato de concessão e de acordo com as regras regulatórias, é registada nos gastos do exercício uma quantia estimada para fazer face às responsabilidades quanto a investimentos contratuais e/ou investimentos de expansão. Também estes acréscimos são calculados com base no referido EVEF, o qual também prevê estes investimentos a realizar.</p> <p>Os referidos EVEF e OPT incluem diversos pressupostos relativamente ao nível de atividade futura da concessão e aos investimentos a realizar, sendo desta forma uma área de julgamento elevado. Acresce o facto de o referido EVEF ter sido submetido à aprovação do Concedente em 2010 não tendo ainda sido aprovado. O Conselho de Administração efetuou uma nova revisão do EVEF durante o ano de 2018, o qual será submetido para aprovação do Concedente no exercício de 2019.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisámos o orçamento e projeto tarifário da Entidade, nomeadamente a informação utilizada para o cálculo das amortizações e a adequabilidade dos caudais estimados para os anos subsequentes face ao conhecimento da realidade do sistema multimunicipal; • Analisámos a coerência do valor do investimento contratual utilizado para o cálculo das amortizações com o valor de investimento que consta do EVEF submetido ao Concedente; • Comparámos os caudais utilizados no cálculo das amortizações com a informação produzida pelo departamento comercial, tendo efetuado testes para garantir a fiabilidade desta informação; • Executámos o recálculo das referidas amortizações de acordo com os critérios seguidos; • Analisámos a correspondência/ comunicações que existiram até à data entre a Entidade e o Regulador, em particular no que respeita ao nível de atividade e investimento a realizar ao abrigo do contrato de concessão; e • Inquirimos o Conselho de Administração sobre os motivos pelos quais o EVEF não se encontra aprovado. <p>A nossa abordagem incluiu também a análise das divulgações efetuadas na Nota 2.2 das notas às demonstrações financeiras, de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilísticas aplicáveis.</p>



Águas do Algarve, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2018

2. Recuperabilidade dos saldos a receber de clientes Municipais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O montante registado na rubrica de Clientes referente a Municípios que ascende, em 31 de dezembro de 2018, a 37 milhões de euros (2017: 35 milhões de euros) líquido de imparidades, é composto por saldos que apresentam uma elevada antiguidade, o que indicia a existência de dificuldades financeiras por parte dos Municípios e/ou a existência de divergências quanto à faturação emitida, tal como detalhado nas Notas 9 e 11 das notas às demonstrações financeiras. Decorrente desta situação, são registados acréscimos de rendimentos relativos aos juros de mora, os quais são determinados de acordo com a lei ou com os acordos de regularização de dívida.</p> <p>Na avaliação efetuada quanto à necessidade de registo de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.2, o Conselho de Administração toma em consideração a adoção das medidas possíveis tendentes a assegurar a recuperabilidade dos saldos, entre as quais, a ativação do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), a realização de acordos de regularização de dívida e a interposição de injunções/ações judiciais, tal como situações particulares de incumprimento e de prescrições do direito a cobrar.</p> <p>Dada a importância do saldo no total do ativo, a não recuperação da totalidade dos valores em dívida poderá colocar em causa o equilíbrio económico e financeiro da Concessão.</p> <p>A expressão dos montantes em causa e o grau de julgamento associado à categorização dos clientes, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pedido de confirmação direta aos Municípios, sobre os saldos e, quando aplicável, sobre os acordos de regularização de dívida; • Análise das respostas dos advogados aos pedidos diretos de informação sobre os processos judiciais em curso; • Testes à antiguidade de saldos, com foco nos prazos previstos de prescrição do direito de cobrança, comparando-a com as respostas obtidas dos advogados; • Leitura de todos os acordos de regularização de dívida celebrados com os Municípios e análise do seu cumprimento; • Análise dos critérios definidos pelo Conselho de Administração para a avaliação de imparidade das contas a receber; • Análise do cálculo dos juros de mora, à luz dos contratos de regularização de dívida ou da lei e tendo como base a antiguidade dos saldos; e • Execução de procedimentos de revisão analítica para todas as subcontas das rubricas de Vendas e de Prestações de serviços, incluindo a análise das variações significativas face ao ano anterior e face às expectativas e à atividade contratada/ orçamentada, recorrendo à utilização de ferramentas de análise de dados (<i>data analytics</i>). <p>Analisámos também as divulgações efetuadas nas Notas 3.2, 9 e 11 das notas às demonstrações financeiras, de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilísticas aplicáveis, incluindo a correta apresentação dos saldos como ativos correntes ou não correntes.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



Águas do Algarve, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2018

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.



Águas do Algarve, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2018

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados Revisores Oficiais de Contas da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 10 de dezembro de 2018 para um mandato compreendido entre 2018 e 2020;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta data; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 28 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

5/5

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores Acionistas,

Relatório

Cumpramos ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas de 2018 da Águas do Algarve, SA, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras.

Acompanhámos a atividade da Empresa e realizámos as verificações consideradas necessárias. O Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração todos os esclarecimentos, informações e documentos solicitados, e participou na reunião do Conselho de Administração, de 14 de março de 2019, que apreciou o relatório e contas e de governo societário do exercício de 2018.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão, que permite divulgar com clareza todos os aspetos relevantes da atividade, tendo aferido do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado. O Conselho Fiscal verificou também o cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, quanto à apreciação do relatório anual de boas práticas de governo societário.

As contas manifestam a solidez da Empresa e as políticas e critérios contabilísticos expressos nas Notas às demonstrações financeiras merecem, em geral, a nossa concordância.

O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com a qual concordamos.

Parecer

Assim, propomos:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas às demonstrações financeiras, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

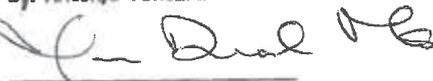
2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal agradece ao Conselho de Administração todos os esclarecimentos prestados no decorrer dos trabalhos desenvolvidos por este órgão em 2018.

Faro, 29 de março de 2019

O CONSELHO FISCAL



Dr. António Ventura Pina - Presidente

Dr. João Daniel Matos - Vogal

Dr. António Carvalho Barros - Vogal

